UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

OS MÁRTIRES DA CAUSA PAULISTA:

culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)

Marcelo Santos de Abreu

2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Os mártires da causa paulista:
culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)

Marcelo Santos de Abreu

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

Rio de Janeiro
Junho 2010

Os mártires da causa paulista:

culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)

Marcelo Santos de Abreu

Orientadora: Profa. Marieta de Moraes Ferreira

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós Graduação em História Social, Instituto de Filocofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social.

Aprovada por:

_____

Presidente: Profa. Dra Marieta de Moraes Ferreira
Universidade Federal do Rio de Janeiro

_____

Profa. Dra. Angela Maria de Castro Gomes
Universidade Federal Fluminense / CPDOC

_____

Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato
Universidade de São Paulo

_____

Profa. Dra. Tania Regina De Luca
Universidade Estadual Paulista

_____

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

Junho 2010

Abreu, Marcelo Santos de.

Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)/ Marcelo Santos de Abreu. – Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

xii; 298f.: il; 31 cm

Orientadora: Marieta de Moraes Ferreira

Tese (doutorado) – UFRJ/ Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós Graduação em História Social, 2010.

Referências Biblioráficas: f. 275-293

1. Revolução Constitucionalista de 1932. 2. Culto aos mortos. 3.Usos políticos do passado. I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título

À memória de Ricardo Tomasco de Abreu,
um mineiro que admirava São Paulo,mas gostava
mais do “retrato na parede” da sua Recreio, MG.

AGRADECIMENTOS

“A vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada”, uma tese não escapa desta verdade simples. Nestas páginas há o empenho de muitos: instituições e pessoas, ainda presentes e já encantadas. É costume começar pelas instituições. E é justo que assim se faça, uma vez que elas reúnem, para além de cada pessoa conhecida, outras tantas que não chegamos a ver, mas que, de alguma forma, colaboraram para o resultado – as instituições garantem a perenidade do diálogo, ou deveriam garantir, entre desconhecidos. Assim, começo expressando meu apreço pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro que se tornou um ambiente propício para novos encontros durante as aulas, nos seminários e nos momentos em que seus alunos tentavam organizar alguma coisa diversa – dos encontros à revista que agora se encontra no ar. Expresso meu agradecimento à CAPES pela bolsa de estudos a que tive direito durante um ano antes que outra vereda se abrisse a meus olhos e me levasse a deixar minha cidade por um sertão que ainda teimo em conhecer. Nesse sertão, passo por outro espaço onde igualmente pude conviver com gente diversa, de fala e pensamento. Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, especialmente a todos os colegas da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, que concedeu uma redução ligeira na carga horária didática para que eu pudesse terminar a pesquisa e redigir a tese. Devo, ainda, o sucesso relativo deste trabalho às condições favoráveis à pesquisa que encontrei no Arquivo Público do Estado de São Paulo, na Biblioteca Nacional, no Centro José Celestino Bourroul – Memorial de 32 e na Biblioteca Mário de Andrade, instituições de memória que, na medida das limitações impostas, realizam seu trabalho com competência.

A gratidão se estende agora a pessoas que foram fundamentais ao longo do percurso. Agradeço, primeiramente, à professora Marieta de Moraes Ferreira pela confiança depositada ao longo da orientação. Criou-se, desde o início, um espaço de liberdade que tornou possível a imagem que tenho hoje do exercício intelectual: é a conquista progressiva, porém nunca acabada, da autonomia. As indicações precisas nos momentos de orientação foram decisivas para que o trabalho tomasse forma – algumas delas ainda me perseguem e tenho certeza de que se as tivesse seguido com maior precisão o resultado seria melhor do que pude fazer. Com isso quero dizer que,

entre acerto e engano no que escrevi, o engano cabe só a mim mesmo, pois o acerto foi tecido a quatro mãos. Outras mãos também remexeram minhas certezas e sem elas igualmente a tese não seria o que pôde ser. Sinto-me muito grato pelas indicações da professora Ângela de Castro Gomes e do professor Manoel Luiz Salgado Guimarães durante o exame de qualificação. Naquele momento, as observações de ambos definiram os rumos do trabalho. Inicialmente, suas observações impuseram-me a necessidade de compreender os limites possíveis da tese para o prazo de que dispunha – a pretensão original não se realizaria nos dois anos que restavam. Cada um à sua maneira apontou caminhos que procurei seguir na consecução do trabalho que ora apresento. Foi uma felicidade compartilhar com ambos um momento de diálogo simétrico, contrariando o que por vezes caracteriza a relação entre os oficiais mais experientes e os artífices mais jovens. Espero que o resultado dê ensejo a novos encontros. Devo dizer, ainda, sobre o professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, que sua generosidade intelectual nos fará falta. Mas também pude aprender em suas aulas que a memória tece possibilidades tão ricas para perpetuar o diálogo quanto a presença – em tudo que escreveu e no que lemos e haveremos de reler, sua presença há de se reatualizar e, como por encanto, pensaremos juntos.

Ainda no circuito da interlocução acadêmica, gostaria de agradecer a Marco Veneu, Federico Neiburg, Fernando Rabossi, José Renato Baptista e Beatriz Heredia. Todos leram alguma das partes da tese em momentos diversos e fizeram observações importantes que procurei incorporar. Não posso esquecer de registrar o companheirismo de alguns colegas como Claudio Beserra, Ivan, André Freixo, Rodrigo Cardoso, Rachel Cardoso, e Taíse Quadros. Com cada um dividi momentos diferentes do percurso de estudante e pesquisador nas aulas, nos encontros por acaso na Biblioteca Nacional, nas discussões sobre a representação estudantil no PPGHIS. Não poderia deixar de lembrar a professora Maria Aparecida Mota que sempre incentivou de forma sutil a realização da tese com seu sorriso e palavras de apoio.

Quatro pessoas merecem agradecimentos especiais: Luciana Martins e Oswaldo Gonçalves Jr. (Tuto), dois amigos de São Paulo que sempre me receberam com alegria em sua casa no aprazível Morro do Querosene todas as vezes em que fui pesquisar por lá. A Tuto e Lu, e também ao “pessoal”, dedico minha gratidão, certo de que nossa amizade, com toda a distância, é para valer (talvez porque não seja “coisa de carioca” e sim de dois paulistas e um meio carioca, meio mineiro...). Ainda em Sampa, Vandira e Pedro Tassari, que me viram crescer, também me receberam em sua

casa nas viagens à Paulicéia. A eles devo também agradecer a simpatia e o carinho que me dispensavam sempre. Há pessoas com quem compartilho uma amizade de muitos anos e que foram, sem que soubessem, fundamentais para que eu me animasse sempre: Paulo Knauss, Clarice Vieira e Hugo Bellucco. Preciso lembrar ainda outros amigos de velha data: Mariana Trotta, Paulo Villaça, Mário Miranda e Érica Arantes. Para todo o pessoal do Morro da Conceição, lugar onde vivi durante os dois primeiros anos do doutorado, expresso minha gratidão, especialmente aos amigos Antonio Agenor Barbosa, Thomas Martin Ossowiki e Alessandra. Em Ituiutaba e Uberlândia fiz novos amigos. Luciene Lehmkuhl que transformou-se em amiga e companheira de trabalho. Wallisom Rosa, Evaneide Carneiro, Antonio Justino Madureira e Camila Coimbra me ajudam a reinventar a vida em outras terras. Dalva Maria de Oliveira, Aruelino Ferreira Filho, Ângela Teles, Amon Pinho, Marco Sávio, Cairo Katrib, Janaina Losada, Eduardo Giavara e José Josberto Montenegro são companheiros de trabalho inestimáveis e amigos sempre, acima de nossas eventuais divergências. Com todos eles aprendo a maravilha de estar desterrado em minha própria terra, oportunidade de viver a diferença como valor fundamental contra todos os localismos.

Os agradecimentos se estendem, finalmente, à minha família que sempre deposita a maior confiança nas coisas que faço e penso. E também a duas pessoas que amo muitíssimo: Manoela Cotta de Abreu, que há 12 anos me ensina a reinventar a vida em sua meninice que perdura ainda; e Luisa Rauter Pereira com quem divido um amor maior e mais eterno.

“Sofrimento passado é glória, sal em cinza”

(João Guimarães Rosa, *Grande Sertão: veredas*)

“Belos corpos de mortos que nunca envelheceram,
com lágrimas sepultos em mausoléus brilhantes,
jasmins nos pés, cabeças circundadas de rosas assim são os desejos que um dia feneceram
sem chegar a cumprir-se, sem conhecerem antes
o prazer de uma noite ou a manhã luminosa”

(Constantinos Cavafis, *Desejos*)

RESUMO

Os mártires da causa paulista:
Culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)

Marcelo Santos de Abreu

Orientadora: Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

Resumo da tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social

Esta tese procura analisar a relação entre o culto cívico dos mortos e os usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932. Entre 1932 e 1957, a memória do evento foi estabelecida através da produção literária e do culto aos soldados mortos em combate. Neste processo, a imagem do sacrifício dos voluntários era associada à unidade regional, autonomia e democracia. Em cada circunstância, o culto aos mortos era usado politicamente, consagrando a unidade regional e legitimando as pretensões políticas de seus organizadores. Tratava-se, então, de asseverar simbolicamente a proeminência dos paulistas na nova ordem política que emergiu a partir de 1930, caracaterizada pela ascensão da política de massas no cenário nacional.

PALAVRAS CHAVE: Revolução Constitucionalista de 1932; Culto aos mortos; usos políticos do passado.

Rio de Janeiro
Junho 2010

ABSTRACT

The martyrs of São Paulo:
cult of the dead and political uses of the Constitucionalist Revolution of 1932
(1932-1957)

Marcelo Santos de Abreu

Orientadora: Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

Abstract da tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História Social

This thesis analyzes the relationship between the civic cult of the dead and the political uses of the Constitucionalist Revolution (1932). Between 1932 and 1957, the memory of the event was established through the literature and the cult of the dead soldiers in combat. In this process, the image of the sacrifice of volunteers was associated with regional unity, autonomy, and democracy. In each case, the cult of the dead was used politically, by establishing regional unity and legitimizing the political ambitions of its organizers. It was, then, symbolically asserted the prominence of Sao Paulo in the new political order that emerged after 1930 which was marked by the rise of mass politics on the national scene**.**

KEY-WORDS: Constitucionalist Revolution (1932); Cult of the dead; political uses of the past

Rio de Janeiro
Junho 2010

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teses de História na USP por períodos (1951-1993) 33
Quadro 2: Publicações por décadas (1930-1980) 86
Quadro 3: Publicações (1932-1940) 86
Quadro 4: Publicações (1951-1960) 87
Quadro 5: Lugar de Publicação (anos 1930) 87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 13

CAPÍTULO I - PERCURSOS DA REVOLUÇÃO DE 1932 NA HISTORIOGRAFIA 23
As transformações do lugar social e a Revolução de 1932. 23
As linhas temporais e a Revolução de 1932 48
A memória em questão e a Revolução de 1932 64

CAPÍTULO II. A “GUERRA LITERÁRIA” E A PRODUÇÃO DA NARRATIVA CANÔNICA. 85
A “guerra literária” 85
Os combatentes e a reconstrução do passado 94
A escrita histórica e a literatura comemorativa 104
A historia vivida e a narrativa canônica 118
A narrativa canônica e o culto cívico dos mortos 131

CAPÍTULO III. O CULTO AOS MÁRTIRES: DO CAMPO DE HONRA AO CAMPO SANTO 135
São Paulo nos anos 1930: mudanças sociais e política de massa 135
Do front ao 2 de Novembro: traslado dos mortos e visitação aos cemitérios 149
Dos cemitérios ao 9 de Julho: romarias cívicas e desfiles 169
Das ruas aos cemitérios: percursos do 9 de Julho 187

CAPÍTULO IV. O CULTO AOS MÁRTIRES: DO CAMPO SANTO AO MAUSOLÉU 200
São Paulo nos anos 1950: política de massa e culto aos mortos 200
Dos cemitérios ao mausoléu: os cortejos e a inumação 226
1932 em 1955: um sentido dos “festejos” 247
Do mausoléu ao jubileu: o culto aos mortos e o espetáculo de 1957 254

CONCLUSÃO 265

REFERÊNCIAS 275

APÊNDICES 294
APÊNCICE A - HISTORIADORES, OBRA, FORMAÇÃO, REFERÊNCIAS 294
APÉNIDCE B – AUTORES DA LITERATURA 299

ANEXOS 303
ANEXO A – CADERNO DE IMAGEMS 303

INTRODUÇÃO

A Revolução Constitucionalista de 1932 é, como outros acontecimentos da história republicana, um objeto disputado. Propor uma narrativa dos acontecimentos que levaram à eclosão do movimento em São Paulo corresponde a caminhar no fio da navalha, arriscando-se a reproduzir uma das versões antagônicas do evento político formuladas na década de 1930. A visão em perspectiva que a passagem do tempo daria, essa ilusão de ótica cara a certa visão da história, garantindo a objetividade do relato não evita esse risco. Isto porque vemos o passado pelas perspectivas consagradas numa tradição historiográfica – falo especificamente da historiografia acadêmica desenvolvida desde a década de 1960 – que não escapa totalmente aos desígnios da memória sobre a década de 1930 (ou das memórias?) que acabou se impondo. De qualquer forma, é necessário, para que o leitor compreenda o sentido desta tese, apresentar os acontecimentos, ao menos suas linhas gerais.

Há um traço comum à historiografia e às memórias de 1932: é reconhecido que 1932 é uma resultante de 1930, que a revolução de "julho" liga-se à de "outubro". Fundamentalmente porque a eleição de 1930 e a revolução que se seguiu à derrota da Aliança Liberal separou o campo político paulista definitivamente. O PRP perceberia 1930 como um crime, um movimento contra a legalidade, um retrocesso. O Partido Democrático (PD), por sua vez, compunha a Aliança Liberal e, mesmo que timidamente, apoiara o impulso revolucionário. Assim, parte dos grupos políticos de São Paulo integra-se a uma coalizão heterogênea que tentaria dar forma ao Governo Provisório e rumos à "revolução".

No primeiro ano do governo provisório, a fragilidade da aliança se revela e se precipita em alguns acontecimentos. Como reação à continuidade da ocupação militar de São Paulo, à nomeação de interventores militares e "não-paulistas", dois fatos avessos à tradição civilista da elite paulista, e ao adiamento das eleições, o PD acaba por romper definitivamente com o governo provisório. Passa a fazer oposição à "ditadura" junto com os adversários de véspera, o Partido Republicano Paulista. Antes porém, o clima para que esta rearticulação acontecesse crescia com a mobilização constante da Legião Revolucionária, grupo organizado pelo 'tenente' Miguel Costa que atuava no sentido de atrair o operariado para a causa tenentista. Além disso, temia-se que a situação fosse propícia para um levante comunista uma vez que 30 mil

operários saíram às ruas atendendo ao apelo de greve logo depois da demissão do tenente-interventor João Alberto em julho de 1931.

Em fevereiro de 1932, PD e PRP constituem a Frente Única Paulista – recompondo a unidade regional provisoriamente. A política da "frente" em São Paulo, não era um fato isolado, porque em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul também se formaram coalizões semelhantes que tentavam contrapor-se ao crescimento da influência dos tenentes na política nacional. O programa da Frente Única Paulista era simples: retomada da autonomia estadual com a nomeação de um interventor civil e paulista, afastamento dos tenentes do governo provisório e convocação imediata das eleições para a Assembléia Constituinte. Na perspectiva dos "democráticos" tratava-se de efetivar o programa que defenderam em 1930; para os "perrepistas" o caso era retomar as posições que perderam em 1930, ainda que soubessem impossível uma simples volta ao passado. Como se vê, a unidade da "elite paulista" era circunstancial, ela se amalgamava em torno de dois princípios fundamentais: autonomia/federalismo e Constituição. A despeito das diferenças, a "união sagrada dos paulistas" logrou ao menos uma vitória: a indicação do embaixador Pedro de Toledo, civil e paulista, para o cargo de interventor.

Até maio de 1932, "constitucionalistas" e "ditatoriais" disputavam espaço nas ruas para suas manifestações de repúdio ou apoio ao governo. Na noite de 23 de maio, contudo, o antagonismo ganhou cores dramáticas. Depois de empastelarem jornais favoráveis ao governo provisório, manifestantes constitucionalistas dirigiram-se à sede da Legião Revolucionária para atacar seus integrantes. Os membros da "legião" reagiram à bala. Quatro jovens tombaram mortos na Praça da República: Martins, Miragaia, Drausio e Camargo. Pode-se interpretar o evento da Praça da República como um drama social na medida em que o confronto é um episódio em que os atores investiram todos os valores e crenças significativos na arena pública naquela circunstancia. O que o acontecimento passou a significar imediatamente foi a oposição entre "constitucionalistas" e "ditatoriais", "democratas" e "autoritários", "paulistas" e "não- paulistas". Em poucas palavras, as principais linhas de força desenvolvidas entre 1930 e 1932 se cruzaram na Praça da República.

Na noite seguinte, a 24 de maio de 1932, representantes do PD, PRP, Liga de Defesa Paulista, Associação Comercial e, num eufemismo dificilmente factível formulado por uma das testemunhas, elementos "de todas as classes sociais" se reuniram para formar o MMDC. A associação secreta fazia das iniciais dos mortos a

insígnia do movimento que passou a organizar a luta armada contra a “ditadura”. Antes mesmo da guerra, os mortos eram apropriados como símbolo do “sacrifício de São Paulo pelo Brasil”. Na perspectiva do governo provisório, contudo, tratava-se da luta egoísta dos paulistas contra o Brasil. Entre maio e julho, as negociações entre as lideranças paulistas e o governo provisório malogram. O caminho para o confronto se abre com a nomeação de um Ministro da Guerra simpático aos tenentes e com a destituição do general Bertoldo Klinger de seu posto de comando no Mato Grosso no dia 8 de julho. Na noite do dia 9, a tomada da 2ª Região Militar por um pequeno grupo de “constitucionalistas” marca o início da “revolução”. No dia 10, Pedro de Toledo foi aclamado governador do estado, o “alto comando da revolução” foi formado com o governador aclamado, representantes dos dois partidos da Frente Única e os chefes militares. No começo da mobilização dos “voluntários”, que se reuniam na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco desde a manhã do dia 10, a sensibilidade popular formulou outra interpretação da sigla MMDC: “mata mineiro, degola carioca” .

Ao longo do conflito armado, a mobilização popular sustentou o esforço de guerra com a doação de “ouro para o bem de São Paulo”, mulheres servindo como enfermeiras ou costurando uniformes para os voluntários, crianças atuando como estafetas, idosos servindo no policiamento das ruas da capital. A guerra durou pouco mais de três meses. Os combates acirrados, no Vale do Paraíba e nas fronteiras com Minas Gerais e Paraná, deixaram um saldo de mais de 600 mortos do lado de São Paulo. O estado foi ocupado por tropas federais, as lideranças do movimento foram presas e partiram para o exílio, em Portugal, em outubro de 1932.

Obviamente, os intervalos entre uma e outra frase nesse relato sumário são indícios do silenciamento que toda narrativa produz. Assim como a memória é produto da tensão entre lembrança e esquecimento, narrar o passado implica dizer e elidir.

...

O objetivo desta tese não é traçar uma nova interpretação da Revolução Constitucionalista de 1932, mas sim avaliar como e por quê se constituiu, logo após o conflito, o culto aos mortos em combate. Em outras palavras, procura-se demonstrar de que maneira a Revolução Constitucionalista passou a ser lembrada, em São Paulo,

a partir dos rituais fúnebres que começam a acontecer ao final de 1932 e ganham completa formalização em 1955 e 1957. Inicialmente, este culto se fazia nos cemitérios da capital e das cidades do interior. Aos poucos, dentro ou fora dos cemitérios aparecem mausoléus e monumentos dedicados à memória dos mortos, e também se inicia uma campanha para construir um grande mausoléu na capital estadual que viria a abrigar todos os "paulistas" ou "soldados constitucionalistas" que haviam tombado em combate. A campanha resulta na construção, já na década de 1950, do *Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932*, erguido nas imediações do Parque do Ibirapuera – daí ser mais conhecido como *Obelisco do Ibirapuera* do que por seu nome original. A construção do monumento suscita a formalização do traslado dos mortos como rito da memória, movimento que já fora ensaiado entre 1936 e 1937, mas que acaba, obviamente, arrefecendo durante o Estado Novo.

Este dado significativo na cronologia do culto aos mortos despertou a necessidade de relacioná-lo à política. Inicialmente, é preciso dizer, como quem revela um caminho e seus desvios, que a tese tinha objetivos muito mais ambiciosos. A proposta inicial era abarcar todas as formas comemorativas acionadas para lembrar a Revolução Constitucionalista. Dos testemunhos produzidos pelos constitucionalistas imediatamente após o conflito à historiografia acadêmica que se produziu a partir da década de 1960. Da celebração dos mortos nos cemitérios ao monumento e cortejos fúnebres organizados nos anos de 1950. Do jubileu de 1957, ao cinqüentenário, em 1982, terminando com a instituição do feriado estadual em 1997. Numa palavra, tratava-se de inventariar e investigar o funcionamento dos "lugares de memória" da Revolução de 1932 em São Paulo. Tarefa que provavelmente levaria muito mais tempo do que se supunha quando do início da pesquisa. Esta, finalmente, é resultado das contingências dos autores e do trabalho com as fontes de investigação. Como disse, o trabalho com a documentação, sobretudo os jornais diários de São Paulo, impôs relacionar a celebração dos mortos aos movimentos da política regional e nacional: saltava aos olhos a produção do sentido político do culto aos mortos, do significado do evento e desta forma da lembrança em cada presente quando era acionada. Assim, da idéia de investigar os "lugares de memória", inspiração obviamente fundamentada na obra coletiva dirigida por Pierre Nora, chegou-se à concepção final de pensar o culto aos mortos como rito da memória que dava ensejo a usos políticos do passado.

Ao menos desde o século XIX, o passado vem sendo usado politicamente no sentido de afirmar as identidades sociais, especialmente a fixidez que se espera de uma nacionalidade. Hartog e Revel distinguem as formas de emprego do discurso histórico para assegurar as identidades ou afirmar pretensões políticas de Estados nacionais ou grupos sociais. Segundo os autores, há narrativas das origens que procuram enraizar os privilégios de um grupo humano à uma terra, reivindicando a autoctonia, ou inscrevem o destino de uma nação na longa duração. Há também narrativas da fundação ou da ruptura que fazem de um acontecimento a marca de um começo absoluto de um novo tempo. Existem narrativas de legitimação, que reivindicam o passado a fim de afirmar pretensões políticas do presente, e discursos apologéticos que visam enaltecer as qualidades de um grupo ou personagem. Além destas formas, há os silêncios das narrativas que elidem ou fazem esquecer momentos difíceis do passado[1]. Estas modalidades narrativas ganham forma na escrita histórica, mas também através de outros meios como o museu, os monumentos arqueológicos, as narrativas memorialísticas, entre outras formas de representação do passado[2]. O caso do culto aos mortos de 1932 parecia semelhante às narrativas de legitimação caracterizadas por Hartog e Revel. E, de fato, os discursos da imprensa acerca das comemorações do 9 de julho procuravam investir a data, e o sacrifício dos mortos, de sentidos políticos ajustados a cada presente.

Acontece que estes discursos eram suscitados por formas particulares de promover a lembrança que também remetem à cultura histórica surgida no século XIX. As comemorações, ou melhor, as ritualizações da história configuram práticas culturais características das novas sociedades nacionais. Nesse ambiente cultural e político novo, o culto ao passado se estabelece como forma de garantir coesão a estas unidades políticas essencialmente fragmentadas. A utopia que fazia da Nação o ponto máximo das organizações políticas humanas, devedora de uma concepção da história como a marcha progressiva para um futuro perfectível, exigia a construção de símbolos que asseverassem a coesão, fazendo dela uma marca constante no tempo.

---

[1] cf., HARTOG, Frnaçois e REVEL, Jacques. Note de conjoncture historiographique. In: HARTOG, François e REVEL, Jacques (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 2001. p. 14.

[2] Para os três exemplos – museus, monumentos arqueológicos e narrativas memorialísticas – consulte-se os artigos na coletânea organizada por Hartog e Revel: WERNER, Michael. Deux nouvelles mise em scène de la nation allemande: les expériences du Deutsches Historisches Museum (Berlin) et du Haus der Geschichte der Bundersrepublik Deutschland (Bonn); SILBERMAN, Neil Ascher. Structurer le passé: les Israéliens, les Palestines et l'autorité symbolique des mouments archéologiques; e SANBAR, Elias. Hors du lieu, hors du temps: pratique palestiniennes de l'histoire. In HARTOG, F. e REVEL, J. *op.cit.* p. 77-97; p. 99-115; p. 117-125.

Para além de uma história escrita e ensinada nas escolas, as festas móveis da história, como Catroga define as ritualizações do passado, produziam este sentido e desejo de unidade que se expressava na continuidade entre um passado idealizado e o presente no qual as performances tomavam forma[3]. As referências culturais – símbolos e práticas – utilizados para criar estas formas novas de representar o passado foram buscadas em muitas matrizes, mas uma delas prevaleceu: as práticas do universo religioso se impuseram como modelo. Isto permite pensar, inclusive, que o decrescer do poder de persuasão da religião dava ensejo à criação de religiões civis profundamente enraizadas na história, especialmente nas histórias nacionais que começavam a ser escritas[4]. Não é por acaso, então, que estas referências conceituais permeiem a reflexão sobre a memória da Revolução Constitucionalista, uma vez que ela parecia assentar-se sobre a retórica do sacrifício consubstanciada no culto aos mortos.

O culto aos mortos promovia a formalização de uma interpretação comum dos acontecimentos que se torna, ao menos para os grupos mais intlectualizados de São Paulo, canônica. Os testemunhos produzidos sobre o acontecimento, desde a movimentação civil nas ruas das cidades de São Paulo e do interior até a guerra civil e seus resultados, formam o conjunto de textos que acabaria por estabelecer uma narrativa canônica do acontecimento. Em história, um cânone é mais do que um conjunto de obras que devem ser lidas. O cânone da história é formado por acontecimentos que se tornam significativos e que orientam a atenção dos que cultivam ou investigam o passado[5]. Mas estes autores não eram homens dedicados, em sua maioria, à investigação histórica. Alguns eram, mas mesmo estes não podiam escrever, naquelas circunstâncias, à maneira dos historiadores. De qualquer forma, como se verá, pretendiam que seus textos fossem avaliados no futuro e, submetidos ao juízo da história, se transformassem em referências para estabelecer uma verdade sobre a Revolução de 1932. Desejavam, portanto, determinar estas leituras futuras – e é nesse sentido que sua produção se assemelha ao estabelecimento de um cânone. Na verdade, pode-se ler a literatura constitucionalista como um esforço para enquadrar a

[3] v. CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal,sécs. XIX – XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.
[4] v. CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*; religião civil e comemoracionismo. Fortaleza, NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.
[5] cf., LEVINE, Lawrence W. Clio, canons, and culture. *The Journal of American History*, vol. 80, no. 3, Dec. 1993. p. 853. Disponível em < http://www.jstor.org/stable/2080406>.

memória do evento. Neste movimento, acompanhando a reflexão de Halbwachs e outros sobre a reconstrução do passado pela memória, pode-se surpreender a coesão de um grupo social, os recursos de linguagem utilizados e as imagens-lembrança acionadas para fixar a recordação do evento[6]. Em poucas palavras: ao construírem a memória do evento político, tratavam de delimitar a escrita histórica do mesmo num futuro mais distante. Ao mesmo tempo, em seu presente, o efeito esperado da "aluvião" de livros revolucionários era determinar os rumos da política. A variedade desta narrativa interessada de 1932 efetuada pelos "constitucionalistas" ultrapassa os testemunhos, memórias e relatos das batalhas, ganhando outras formas, da poesia ao romance. A partir do uso de todas estas formas literárias, 1932 se convertia em ponto no tempo que marcava o sacrifício, a unidade regional, a luta por autonomia e democracia. Esta literatura, escrita entre 1932 e 1937 principalmente, forneceu as bases para que pudesse compreender aquilo a que a imprensa se referia quando noticiava as comemorações do 23 de maio e do 9 de julho, quando enaltecia o sacrifício dos mortos celebrados nos cemitérios ou nas ruas.

O contato com esta literatura que ensejava uma visão muito particular, e aparentemente silenciada do movimento constitucionalista, levou a enxergar os textos reconhecidamente canônicos da historiografia acadêmica acerca da década de 1930 de outra forma. Pode-se dizer que o olhar do "outro" sugeria mirada diversa sobre a escritura histórica produzida academicamente. De qualquer maneira, seria forçoso ler a bibliografia existente sobre 1932 e sobre a década de 1930. O contato com a literatura comemorativa e com as notícias sobre os ritos fúnebres que davam forma à memória do evento impôs uma nova pergunta: qual o lugar da Revolução Constitucionalista de 1932 na historiografia? Responder esta questão pareceu crucial na medida em que, primeiramente, escrever cientificamente a história implica uma postura reflexiva sobre o estatuto do conhecimento que se está a produzir. Assim, era necessário pensar como memórias múltiplas dos eventos políticos se insinuam na historiografia em sua produção de eventos significativos, do cânone da história. Por outro lado, a história política que se praticou entre a década de 1960 e 1980, conquanto renovada por procedimentos metodológicos e referenciais teóricos, não atentava tanto para a forma como o passado era usado para legitimar as posições: a

[6] v. HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel, 1994; POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silencio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1989, p. 3-15; e POLLACK, Michel. Memória e identidade social. v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

força da cultura histórica na prática política precisava ser investigada. Debruçar-se sobre a investigação do culto aos mortos era uma resposta possível a esta questão que parecia imperativa. Daí outra inquietação: como articular o culto aos mortos e a política? Mais precisamente: como os "mártires da causa paulista" eram convertidos em símbolos nas disputas que configuram o campo político?

As noções de campo e arena política foram apropriadas da obra o antropólogo social britânico Victor Turner, para quem qualquer sociedade é mais um *processo social* do que um conjunto articulado de posições, hierarquias, práticas rituais e mitos que asseguram a integridade do corpo social. No processo, coesão e conflito constituem os dois lados de uma mesma moeda jogada em todas as dimensões da vida social[7]. As duas categorias, campo e arena, não se confundem com um espaço físico, sendo na verdade espaços relacionais. Obviamente estes espaços definidos pelas relações entre os atores e suas ações podem localizar-se temporariamente, confundindo-se com os limites de uma vila, uma cidade, uma região ou mesmo o espaço nacional. O campo político como lugar do antagonismo entre atores diversos pode estender-se ou contrair-se de acordo com a ação dos envolvidos. Esse movimento elástico do campo político, congregando arenas diversas ou limitando-se a algumas delas, é conformado pela competição por prêmios ou recursos escassos, pelo interesse compartilhado em salvaguardar uma distribuição particular de recursos ou por um desejo de manter ou subverter determinada ordem normativa[8]. O campo teria, portanto, sua abrangência definida pelas relações que se desenvolvem entre sujeitos atuando em diversas arenas em torno de valores e preocupações semelhantes. A arena seria o momento, mais do que um lugar, em que o conflito torna-se publicamente manifesto através de oposições de caráter simbólico. Há mais uma observação fundamental sobre a qualidade das disputas que delimitam campos e arenas políticas: "a cultura prescreve os símbolos e modos da interação antagônica"[9]. Quer-se dizer com isto que a política é interação conflituosa delimitada pelo universo de práticas e símbolos que constituem determinada cultura. Nesse sentido é que se pode afirmar que a política é ação simbólica. A partir desses pressupostos, pode-se pensar o papel

[7] v. SWARTZ, Marc, TURNER, Victor & TUDEN, A. (eds.) *Political Anthropology*. Chicago, Aldine, 1966; SWARTZ, Marc. (ed.) *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine, 1968; TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis, Vozes, 1974 (Chicago, Aldine, 1968); e TURNER, Victor. *Dramas, fields and metaphors: symbolic action in human society*. Ithaca; London, Cornell University Press, 1974.
[8] cf., TURNER, Victor. *Dramas, fields, and metaphors.op.cit.* p. 127.
[9] Idem. p. 134.

que as representações do passado desempenham na luta pelo poder. No caso específico da Revolução Constitucionalista de 1932, trata-se de investigar a força que sua memória desempenhou entre as décadas de 1930 e 1950, momentos de mudanças inquietantes e de projeção de futuros possíveis nem sempre congruentes.

...

A tese divide-se em quatro capítulos que procuram responder a estas inquietações. O primeiro capítulo, *Percursos da Revolução de 1932 na Historiografia*, procura traçar um quadro das transformações que se operam no *lugar social* onde a história se fabricou e que permitiram a tematização da Revolução de 1932. Neste percurso, que se estende de meados da década de 1960 aos anos de 1990, o movimento constitucionalista sai de certa marginalidade para servir de marco cronológico - esta forma cara a uma cultura da memória sustentada na escrita e na história. E da consagração como marco temporal, na década de 1980, até as preocupações com a memória do evento que expressavam as mudanças mais gerais na historiografia que levam do fato à representação e da história à memória. O segundo capítulo, *A guerra literária e a produção da narrativa canônica*, trata das obras que foram escritas ainda na década de 1930 sobre a Revolução de 1932. Procura-se aqui delinear o perfil dos autores, muitos dos quais se envolveriam na ritualização do evento político desde 1934, a forma histórica que influenciava a conformação de uma "épica de 1932", a constituição das principais linhas de força da narrativa canônica e a relação entre esta e as comemorações. O dois capítulos restantes constituem propriamente o núcleo central da tese, a parte onde se explicita a relação entre o culto aos mortos e os usos políticos do passado. O terceiro capítulo, *O culto aos mártires: do campo de honra ao campo santo*, trata do culto aos mortos entre 1932 e 1937. Desde os primeiros movimentos comemorativos nos cemitérios no dia de Finados, passando pela instituição do culto cívico ao mortos no 9 de julho, até o arrefecimento mais forçado da celebração em 1938. O quarto capítulo, *O culto aos mártires: do campo santo ao mausoléu*, trata da retomada das comemorações ao final da década de 1940, quando os cemitérios continuam sendo o espaço privilegiado das comemorações, até meados da década de 1950, momento em que o traslado dos corpos para o mausoléu se institui definitivamente e se combina com formas comemorativas mais espetaculares.

CAPÍTULO I
PERCURSOS DA REVOLUCAO DE 1932 NA HISTORIOGRAFIA

As transformações do lugar social e a Revolução de 1932

Traçar o percurso da Revolução de 1932 na historiografia implica a escolha de um caminho, pois na verdade o percurso que aqui se definirá resulta de certa arbitrariedade que não se confunde, todavia, com uma vontade individual do pesquisador. De certa maneira, o caminho se impôs durante os percalços da pesquisa e mesmo antes dela, uma vez que uma geração de historiadores é sempre devedora da escrita da história realizada pela geração precedente, escrita que acaba por povoar as bibliografias dos cursos que definem uma formação determinada, circunscrita a um lugar específico, a um determinado estado da instituição histórica. Assim, ficaram de lado obras escritas sobre o período republicano nas décadas de 1950 e 1960, como os livros de José Maria Bello, *História da República (1889-1954): síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*, e de Leoncio Basbaum, e *História Sincera da República (1930-1960)*[1]. As obras que tratam direta ou indiretamente da Revolução Constitucionalista de 1932 escolhidas para a análise foram produzidas entre as décadas de 1960 e os anos 2000. Escolheu-se a produção realizada no âmbito da Universidade ou cujo valor e relevância foram reconhecidas pelos especialistas, passando a integrar a literatura histórica a partir da qual aquele evento particular e os anos de 1930 são pensados. Uma caracterização preliminar desta produção traz algumas indicações significativas. Em primeiro lugar, o tratamento específico sobre a Revolução de 1932 abrange mais de um terço das obras arroladas, incluindo-se aqui o primeiro trabalho acadêmico sobre o evento que escapa aos limites temporais propostos - o artigo de Florestan Fernandes intitulado *A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra*, publicado na Revista do Arquivo Municipal em 1949. Os demais trabalhos foram escritos majoritariamente nas décadas de 1960 e 1980 – da obra de Hélio Silva, *1932: a guerra paulista*, publicada em 1966, até a narrativa detalhada escrita por Stanley Hilton, *1932: a guerra civil brasileira*, de 1982, ou o livro de divulgação de Maria Helena Capelato, *O movimento de 32: a*

[1] v. BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*; síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959; e BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*; de 1930 a 1960. São Paulo, Edaglit, 1962.

causa paulista, aparecido em 1981. Voltaremos aos detalhes dessa produção mais adiante.

Por ora, é importante dizer que nos dois terços restantes, a Revolução de 1932, como evento e sua memória, surgem em obras que tocam outros temas significativos da produção histórica a partir do final de meados da década de 1960: a Revolução de 1930, o tenentismo, a política regional e o processo de constitucionalização, o regionalismo paulista e a literatura[2]. Nessa caracterização preliminar, também é preciso dizer que os trabalhos acadêmicos tratados aqui foram produzidos em sua quase totalidade em São Paulo. Para o caso específico da Revolução de 1932, é significativo apontar que dos 13 livros, artigos, dissertações e teses acerca do evento, 12 foram produzidos no estado de São Paulo! Destes, 5 foram realizados entre 1981 e 1984. A demarcação regional da historiografia de 1932 e sua emergência no contexto das comemorações do cinqüentenário do movimento constitucionalista são traços significativos que também serão abordados em seus matizes.

Há, ainda, mais um elemento que deve compor esta caracterização inicial: os estudos sobre 1932 acompanham os movimentos mais gerais da historiografia que se insinuam na transição do interesse do fato em si mesmo e sua relação com a política nos anos de 1930 para a sua memória. Alguns exemplos significativos de cada maneira de pensar o objeto podem ser encontrados nos trabalhos escolhidos. A atenção substantiva sobre o acontecimento em si mesmo e seus significados na década de 1930 marcam os estudos já citados de Hélio Silva, Maria Helena Capelato, Stanley Hilton e a tese de Holien Gonçalves Bezerra, *As artimanhas da dominação*, que trata das tramas ideológicas que conformaram a percepção dos contemporâneos ao evento como parte do discurso da classe dominante paulista no afã de assegurarem suas posições de poder. Além de *As artimanhas da dominação*, outras monografias acadêmicas apontavam para a recepção dos discursos de mobilização e a adesão dos trabalhadores à "causa paulista". Por exemplo, em *A relação entre as classes sociais e a campanha constitucionalista*, dissertação de Márcia Mafra defendida em 1984, enfatizava-se como o "operariado" paulista respondeu ao movimento constitucionalista. A atenção sobre o papel dos trabalhadores e sua receptividade aos ideais propagados durante a mobilização para a guerra é o tema da dissertação de

[2] v. APÊNDICE A.

Ivete Almeida intitulada *O olhar de quem faz – o paulsitismo sob a ótica do operariado paulista*, defendida em 1999.

Os trabalhos marcados pelo engajamento da historiografia no questionar da memória histórica são os de Jeziel de Paula, *1932: imagens construindo a história*, dissertação de 1996, e *Memória Paulista*, livro organizado por Vavy Pacheco Broges a partir dos cadernos de campanha de um revolucionário do setor sul, publicado pela Edusp em 1997. O primeiro autor afirma explicitamente sua intenção de contestar a memória histórica dos vencedores que, segundo sua posição, a historiografia acadêmica acabou por corroborar, sobretudo porque esta produção evidenciara os limites da unidade paulista em torno da "causa da Constituição" ao investigar as tensões e conflitos inerentes à sociedade regional, o que corroborava a visão da "revolução constitucionalista" como um movimento da elite. Através do uso da fotografia como fonte, o autor procurou afirmar o contrário: a popularidade da campanha pró-Constituição e do engajamento de todos os grupos sociais no esforço de guerra. O texto introdutório de Vavy Pacheco Borges, numa outra perspectiva, apontava as fraturas internas ao movimento e na criação de sua memória, trazendo uma pequena cronologia dos momentos de celebração centrada no culto aos mortos entre o fim da guerra e 1989. A despeito dos conteúdos e posicionamentos divergentes, as duas obras compartilham um traço comum que em certa medida escapava àquelas escritas entre as décadas de 1960 e 1980. Tratavam, ambas, de situar a historiografia em sua relação com a memória. Essa mudança, como qualquer outra na escrita da história, é o indício de reposicionamentos no *lugar social* onde a história se fabrica.

Situar a emergência de um problema historiográfico implica pensar a constituição do *lugar social*. E o lugar é a confluência de processos socialmente circunstanciados que remetem às dinâmicas da sociedade e, dentro dela, de um saber. Assim, portanto, é preciso reconhecer que a institucionalização de um corpo de especialistas relaciona-se à posição social que estes ocupam ou devem ocupar na sociedade[3]. Para além do pertencimento a uma classe ou grupo político, a formação de um corpo disciplinar também se liga a um projeto. Desde o século XIX, a história constitui-se como disciplina praticada nas academias, notadamente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, num esforço de produção da nacionalidade caro às

[3] cf., CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007. p. 69-76.

elites intelectuais e políticas que faziam parte das instituições moldadas segundo modelos estrangeiros[4]. A institucionalização da história como disciplina científica se desenvolveu com a criação da Universidade brasileira na década de 1930. Este projeto se configurava como a tentativa de modernizar o Brasil, colocando-o no compasso das sociedades industriais do Ocidente e preservando, ao mesmo tempo, o que se considerava a originalidade da formação nacional. Este seria o estado das coisas quando foram criadas a Universidade de São Paulo (1934), a Universidade do Distrito Federal (1935) e a Universidade do Brasil (1937). A institucionalização da USP, conforme os dados preliminares já apresentados, toca mais diretamente os trabalhos e historiadores tratados aqui. O caso da USP, deve-se dizer, não foi, no âmbito da institucionalização do ensino universitário de história, exemplar por sua singularidade, mas pelo que tinha em comum com as iniciativas semelhantes que se realizaram pouco depois.

Nesse sentido, o projeto da USP se configurou na escolha de formar "elites culturais" dotadas de conhecimentos que lhes dessem as habilidades necessárias para a direção da sociedade nacional[5], intenção que não escapara ao projeto de criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e, da Universidade do Brasil[6]. Esta intenção ligava-se às concepções então hegemônicas no ambiente paulista acerca da pertinência do liberalismo como princípio ordenador e de compreensão da sociedade. Tais concepções tomaram forma nas proposições identificadas pela historiografia como a "democracia ilustrada" da elite reformista localizada em São Paulo que, desde os anos de 1920, combatia por seu projeto político, tornando-se finalmente hegemônica regionalmente no período da constitucionalização que se seguiu à derrota militar em 1932[7] - e importa notar aqui que a própria criação da Universidade era vista, numa perspectiva que seria incorporada por sua memória institucional, como

---

[4] v. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

[5] cf., LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo. in: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1.p. 128; e Extrato do decreto de fundação da USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, 8 (22), 1994, p. 19-20.

[6] v. SCHWARTZMAN, Simon *et alli*. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984. Cap. 7; p. 205-229.

[7] v. PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada*; o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934. São Paulo, Ática, 1986. Ainda sobre a emergência das tensões entre as frações de classe ou facções da elite veja-se, respectivamente: CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo, Brasiliense, 1987; LOVE, Joseph. *A locomotiva*; São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

uma decorrência de 1932. De qualquer forma, este projeto nacional de caráter elitista pressupunha, segundo Maria Helena Capelato, o fortalecimento da democracia representativa e "a transformação da massa inculta em cidadãos ordeiros e respeitadores dos valores cívicos e patrióticos"[8]. Não por acaso, portanto, o núcleo central da Universidade de São Paulo seria a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL). Isto não se deveu apenas ao fato de que as demais escolas – direito, medicina e engenharia - que formaram a nova universidade já existissem. Ao contrário, o prestígio de que gozavam teria garantido sua hegemonia no interior do novo campo intelectual em formação. O que garantiu, senão a predominância, ao menos a centralidade da FFCL foi a atuação contumaz dos "reformadores" da educação identificados com o projeto político então hegemônico – uma confluência entre aquele grupo intelectual e as elites políticas que também se realizaria em sentido semelhante na criação da UDF[9]. Em São Paulo, a FFCL tornou-se importante porque nela seriam formados os professores que dedicariam sua vida profissional à ilustração das massas nas escolas secundárias[10].

O desenvolvimento deste empreendimento intelectual e político, no entanto, levaria anos – e seu sucesso relativo revelaria caminhos imprevistos na concepção original, inclusive o decréscimo dos recursos destinados a FFCL. No nascedouro, conforme aponta Fernando Limongi, o recrutamento e a manutenção dos estudantes da nova escola foram difíceis e aquém do desejado. A análise dos egressos na FFCL em comparação com as Faculdades Profissionais – direito, medicina e engenharia – revelou que sua composição era mais permeável aos grupos sociais de menor status, como por exemplo os descendentes de imigrantes e mulheres, ao passo que as demais escolas continuavam a atrair indivíduos pertencentes aos grupos dominantes, àquilo que se classificava na época como o "escol social". Obviamente, o fato de que os formados na FFCL teriam acesso garantido às posições que se criavam no sistema educacional secundário servia de estímulo para que indivíduos pertencentes aos grupos não hegemônicos escolhessem as carreiras oferecidas pela nova escola. Conquanto incipientes os ganhos advindos da conquista de uma posição como professor nas escolas secundárias, este caminho era visto como um meio de ascensão

[8] cf., CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*; imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo, Brasiliense, 1988. p. 147.
[9] cf., SCHWARTZMAN, Simon *et alli*. *op.cit*. p. 211.
[10] cf., LIMONGI, Fernando. *op.cit.* p. 157.

social[11], uma vez que o sistema educacional se expandia realmente[12]. Entre os cursos oferecidos na FFCL, estava o de História, configurando-se, junto com a iniciativa semelhante da UDF, como iniciativa sistemática de formação de professores da disciplina no Brasil.

É conhecida a história da "missão francesa" contratada para dar início ao ensino das disciplinas humanísticas na USP. Entre os nomes lembrados regularmente pela memória institucional, naquilo que Fernando Novais classificou como uma filiação intelectual que comporta um auto-elogio[13], encontravam-se dois jovens intelectuais que se tornariam importantes para o conjunto das ciências do homem e para seus campos específicos de atuação: Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss. Para além do auto-elogio referido na entrevista de Fernando Novais, é absolutamente inegável a contribuição da "missão francesa" na renovação das ciências sociais no Brasil. E não só dos professores franceses, mas também dos alemães e norte-americanos que trabalharam na Escola Livre de Sociologia e Política e na FFCL[14]. Nesse aspecto, a experiência de São Paulo confluía com outras que então se realizavam. Na Universidade do Distrito Federal, por exemplo, a figura de um professor francês prestigiado em seu país de origem, Henri Hauser, daria, o tom da renovação disciplinar da história. Hauser, aliás, fora responsável pela indicação de Fernand Braudel e Pierre Mombeig para compor os quadros da FFCL[15]. De qualquer forma, a influência francesa na formação dos historiadores brasileiros tornou-se significativa a partir daquele momento[16]. Mas, nos primeiros tempos da FFCL, esta filiação também encontrava limites no que se refere à renovação da escrita da história brasileira, uma vez que a cátedra de História da Civilização Brasileira fora entregue a Afonso d`Escragnolle de Taunay e, posteriormente, a Alfredo Ellis Jr, dois expoentes da historiografia tradicional produzida no Instituto Histórico e Geográfico de São

---

[11] v. LIMONGI, Ferando. *op.cit.*; e LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994). *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, 8 (22), 1994, p. 167-177.

[12] cf., Educação e sociedade no Brasil após 1930. in: FAUSTO, Boris (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. t. 3, v. 11. p. 472; 484-485.

[13] cf., Fernando Novais: Braudel e a "missão francesa". *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, 8 (22), p. 161.

[14] v. MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). in: MICELI, Sérgio (org.). *op.cit.* p. 359-409; e LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. in: MICELI, Sérgio (org.). *op.cit.* p. 217-233.

[15] cf., FERREIRA, Marieta de Mroaes. Os professores franceses e o ensino de história no Rio de Janeiro nos anos 30. in: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BOAS, Glaucia. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 1999. p. 289.

[16] cf. Emilia Viotti da Costa. In: MORAES, José Geraldo Vinci de (org.) *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed.34, 2002. p. 70.

Paulo. Outro professor dos primeiros anos da FFCL, Eurípedes Simões de Paula, também era ligado ao IHGSP[17], daí poder-se afirmar com segurança que o arejamento dos estudos históricos na nova universidade tenha se restringido às cadeiras de História Moderna e Contemporânea, significativamente ocupadas pelos professores franceses – e é o depoimento de Fernando Novais que mais uma vez corrobora esta proposição[18]. O mesmo também acontecia na experiência que se realizava na UDF e, pouco depois, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde a renovação se limitou praticamente à área de História Moderna e Contemporânea[19]. A reformulação da escrita da história brasileira que seria empreendida na USP era limitada, então, pela concorrência da produção consagrada pelo IHGSP e pela institucionalização mais rápida da pesquisa moderna em ciências sociais, especialmente da sociologia, nos quadros da Escola Livre de Sociologia e Política, inicialmente, e depois na própria FFCL[20].

Na década de 1940, as teses de história são marcadas pela falta de homogeneidade. A análise da produção historiográfica da USP por ocasião dos seus 60 anos, ratificava a influência renovadora da matriz francesa para as áreas de História Antiga, História Medieval, História Moderna e História da América, enquanto a pesquisa em História do Brasil esperaria mais tempo por tal arejamento[21]. O testemunho de Eduardo de Oliveira França confirma esta percepção quando caracterizava os primeiros tempos da pesquisa histórica na FFCL:

> Em nosso país existia uma historiografia tradicional e nossa pesquisa teria naturalmente de se desenvolver em História do Brasil. Ora, na Faculdade, foram professores de História do Brasil, historiadores brasileiros – Affonso Taunnay e

[17] cf., FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, Ed. UNESP, 2002. p. 106.
[18] cf., Fernando Novais: Braudel e a missão francesa. *op.cit.* p. 164-165; e Fernando Novais. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *op.cit.* p. 120.
[19] v., FERREIRA, Marieta de Moraes. A cadeira de História Moderna e Contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da história. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br
[20] v., LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. *op.cit.* p. 217-233; e ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. in: *Metrópole e cultura*; São Paulo no meio século XX. Bauru, Edusc, 2001. p. 189-330. Sobre a institucionalização da sociologia no Rio de Janeiro, v. OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELLI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. op.*cit.* p. 233-307.
[21] cf., CAPELATO, M. H, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera L. A. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, IEA, 8 (22), 1994, p. 351.

> Alfredo Ellis Junior -, afeiçoados a uma orientação tradicional. Somente mais tarde o professor Sérgio Buarque entrou como docente na Faculdade[22].

O depoimento é significativo uma vez que o autor viveu a transição e sua trajetória indica a tentativa de, através de estudos sobre a História Moderna, como sua tese *A realeza em Portugal e as origens do Absolutismo* (1945), aproximar-se da investigação da história brasileira. Outro ponto importante é confirmado pelas entrevistas de Fernando Novais, Emília Viotti da Costa e Maria Odila Leite da Silva Dias, que também consideram a chegada de Sérgio Buarque de Holanda como momento de inflexão nos estudos de história do Brasil[23]. A partir de 1958, portanto, a historiografia resultante daquele *lugar social* mudava: além da erudição, a preocupação com as teorias sociais e as inovações da historiografia francesa passaram a caracterizar a escrita da história nacional naquela instituição. É evidente que esta mudança prende-se, por um lado, ao amadurecimento e crescimento da FFCL como um todo; por outro, liga-se a envergadura de alguns intelectuais brasileiros que passavam a compor os quadros da Universidade. Contudo, esse movimento não se explica fora das dinâmicas mais gerias da sociedade brasileira naquele momento. Não foi por acaso, ou por posicionamentos individuais, que repensar o Brasil se tornara imperativo.

Na década de 1950, a emergência de um novo projeto nacional – que a memória histórica acabou por consagrar como um tempo de esperança, silenciando o caráter conflituoso daquela conjuntura – sugeria a reflexão sobre o passado nacional, remontando aos estudos pioneiros da década de 1930 nas obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda[24]. Ainda no mesmo período, as obras de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (1956), representativa da produção do ISEB, e de Raymundo Faoro, *Os donos do poder* (1958), apontavam novas perspectivas para se pensar a história econômica e política. A questão do desenvolvimento, ou do atraso no desenvolvimento brasileiro, convidava a investigar

---

[22] cf., Eduardo de Oliveira França: um professor de História. *Estudos* Avançados, São Paulo, IEA, 8 (22), 1994. p. 155.

[23] v., Emilia Viotti da Costa; Fernando Novais; e Maria Odila Leite da Silva Dias. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *op.cit.* p. 65-94; p. 119-144; p. 185-210.

[24] Para uma caracterização das relações entre nacionalismo, desenvolvimentismo e a produção intelectual v. MOTA, Carlos Guilherme. Nacionalismo, desenvolvimentismo, radicalismo: novas linhas da produção cultural. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. – 4ª ed. - São Paulo, Ática, 1980. p. 154-202.

suas origens e duração na formação econômica: o funcionamento e crise do sistema colonial, a constituição da agricultura de exportação, a escravidão e sua substituição pelo trabalhador livre. Estes temas provocaram o debate teórico acerca da inserção do Brasil nos quadros do capitalismo, levando a incorporação do marxismo de forma definitiva à historiografia realizada por profissionais[25], uma vez que Caio Prado Jr. e Nelson Werneck Sodré já pensavam a realidade brasileira a partir daquela proposição teórica. O marxismo também se tornou instrumento para analisar a política, enfatizando a persistência dos conflitos de classe e o caráter classista do Estado. A interpretação de Faoro acerca do *patronato político* repercutiria mais tarde, na década de 1970, no trabalho de historiadores e sociólogos que assumiriam a inspiração weberiana, defendendo uma posição difícil nos quadros acadêmicos, uma vez que o marxismo estruturalista se tornara hegemônico.

Pensar o Brasil com base na teoria marxista era também decorrente do posicionamento político dos autores. Edgar Carone, que iniciou o curso de história em 1948, afirma que seu conhecimento do marxismo vinha de sua proximidade com a intelectualidade de esquerda da São Paulo da década de 1940 – seu irmão, Maxim Carone, era militante do Partido Comunista. De forma semelhante, mas em contexto diverso, Boris Fausto, formado em Direito em 1953, teve contato com o trotskismo por conta de suas simpatias políticas e posicionamento crítico face à ortodoxia marxista defendida pelo Partido Comunista. Ambos, sem terem sido militantes de nenhuma organização política, antes de se tornarem historiadores compartilhavam simpatias pela Esquerda Democrática e nutriam de forma pessoal e pouco sistemática um forte interesse pelo marxismo[26]. É importante salientar que a compreensão mais sistemática da teoria social marxista ligava-se à constituição, desde a década de 1950, do grupo de intelectuais reunidos no ISEB e dos sociólogos de formação sob a orientação de Florestan Fernandes[27]. A influência da chamada "sociologia paulista" sobre a história foi significativa segundo atestam os oriundos da primeira geração de historiadores formados pela USP[28]. É preciso notar, também, que vários dos trabalhos

[25] cf., CAPELATO, M. H, GLEZER, Raquel e FERLINI, Vera L. A. *op.cit.*, p. 353.
[26] v. Edgar Carone; Boris Fausto. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *op.cit.* p. 45-64; p. 95-118.
[27] v. KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos cinqüenta. In:FREITAS, Marcos César de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 6ª ed. - São Paulo, Contexto, 2007. p. 355-374; e TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias.* – 2ª ed. - São Paulo, Ática, 1982 (1ª ed, 1977)
[28] cf., Emilia Viotti da Costa; Fernando Novais. In: MORAES, José Geraldo Vinci de & REGO, José Márcio (orgs.). *op.cit.* p. 70; p. 120.

desse grupo ligado a Florestan Fernandes tinham por base a análise histórica de temas como a escravidão e suas conseqüências para a inserção da população negra na sociedade de classes[29]. Este mesmo grupo inauguraria também a reflexão sobre empresariado, estado, sistemas partidários, direcionando sua atenção para o contemporâneo. Nesse ponto, pode-se também dizer que a produção historiográfica acerca do período republicano dialogaria com os trabalhos daqueles cientistas sociais conforme atestam, por exemplo, balanços mais recentes sobre a historiografia da Primeira República[30].

Os dados acerca da produção acadêmica dos historiadores da USP indicam uma inflexão nos estudos históricos: a preferência crescente pelo Brasil contemporâneo. Maria Helena Capelato, Raquel Glezer e Vera Ferlini, estudando a institucionalização da pesquisa histórica na USP, indicam a existência de 3 gerações: a dos formadores, composta pelos professores estrangeiros e seus assistentes; a primeira geração, formada por estes últimos; e a segunda geração, que se formou sob a direção dos egressos da primeira geração. As autoras salientam que estas gerações não coincidem necessariamente com os marcos de uma cronologia precisa e a classificação se baseia nas teses de doutorado defendidas desde os anos de 1940 até 1993. Assim, a primeira geração corresponderia aos orientadores e doutorandos que produziram entre 1951 e 1973; enquanto a produção de 1974 a 1993 refletiria as preocupações da segunda geração. O primeiro período corresponde ao *antigo regime* da pós-graduação, definido pela existência do regime de cátedra e por pesquisas de doutoramento ou livre-docência individuais; já o segundo, corresponde à implantação dos novos cursos de pós-graduação, a partir de 1971, seguindo a inspiração do modelo norte-americano onde os estudantes de doutorado seguiam cursos e participavam de pesquisas coletivas. A partir dos dados apresentados pelas autoras, pode-se traçar um quadro do desenvolvimento da pesquisa histórica na USP:

---

[29] São os casos das teses de Fernando Henrique Cardoso, *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1961), e Otávio Ianni, *Metamorfoses do escravo* (1960), e também da tese de cátedra de Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes* (1964), que remontava a pesquisa em parceria com Roger Bastide sob encomenda da UNESCO, *Brancos e Negros em São Paulo*, realizada entre 1949 e 1951. Sobre esse aspecto v. MOTA, Carlos Guilherme. *op. cit.* p. 36-43; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. o*p.cit.* p. 232-236; e KONDER, Leandro. *op.cit.* p. 371-372.

[30] v. FERREIRA, Marieta de Moraes e GOMES, Angela de Castro. Primeira república: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989, p. 244-280.

QUADRO 1: Teses de História na USP por períodos (1951-1993)

Temas	PERÍODOS		Crescimento
	1951-1973	1974-1993	
Pré-História	0	2	200%
Antiga	9	11	22%
Medieval	14	18	28,50%
Moderna	2	9	350%
Contemporânea	1	4	300%
América	6	11	83%
Brasil Colônia	24	38	58%
Brasil Império	19	46	142%
Brasil República	8	140	1650%
Totais:	83	279	236%

Fonte: CAPELATO, M.H, GLEZER, R e FERLINI, V.L.A. Escola Uspiana de História. *Estudos Avançados,* São Paulo, IEA, 8 (22), 1994, p. 349-358.

Os dados disponíveis não indicam os temas precisos de pesquisa, mas a organização por períodos aponta para mudanças importantes[31]. Em primeiro lugar, o crescimento do interesse sobre história do Brasil no segundo período: de 51 teses contra 32 relativas a outros temas, durante o *antigo regime* da pós-graduação, para 224 trabalhos contra 55 nas demais áreas! O que corresponde a um crescimento de 339%, contra 71%. Em segundo lugar, houve um aumento impressionante nos estudos sobre o Brasil republicano: 1650% a mais do que no primeiro período! De certo estes dados indicam uma tendência não exclusiva à pesquisa histórica desenvolvida em São Paulo.

Estas informações corroboram, anos depois, as percepções acuradas de um observador contemporâneo a estas transformações na historiografia brasileira, o professor José Roberto do Amaral Lapa que, junto com José Honório Rodrigues e Francisco Iglesias, pode ser considerado um dos pioneiros da reflexão sobre a escrita da história no Brasil. Em *Historiografia brasileira contemporânea*, publicado originalmente em 1976, Amaral Lapa faz uma análise das condições que permitiram a renovação, constituindo o que chamava de "história moderna que vem se realizando no Brasil"[32] desde 1945. A "história moderna" pôde emergir porque a

[31] Para uma listagem dos temas desenvolvidos em programas de pós-graduação da FFLCH v. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. Historiografia, uma questão regional? São Paulo no Período Republicano, um exemplo. In: SILVA, Marcos A da. *República em migalhas*; história regional e local. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, 1990. p. 81-101.

[32] cf., LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*; a história em questão. – 2ª ed – Petrópolis, Vozes, 1981. p. 31. [1976, 1ª ed]

institucionalização da pesquisa histórica na Universidade foi acompanhada de outros movimentos, como a ampliação do público leitor, que encontrou resposta na publicação de obras novas e traduções de livros estrangeiros[33]. Lapa integra à sua análise a investigação das principais coleções "brasilianas" existentes[34]. Das três coleções mais significativas, duas tinham por temas principais o período republicano. A perenidade das coleções mais tradicionais – *Brasiliana* e *Documentos Brasileiros* – e o surgimento de novas, como a *Corpo e Alma do Brasil*, eram indícios de que o interesse pela história não se circunscrevia aos círculos universitários. Além disso, a predominância dos períodos republicano e imperial no temário das coleções em seu conjunto também sugeria a existência de um público letrado interessado na compreensão do Brasil contemporâneo[35]. Em seu estudo sobre a produção em livro das ciências sociais entre 1945 e 1966, Glaucia Villas Boas indica igualmente o crescimento do interesse pela história contemporânea do Brasil. Segundo a autora, a produção de historiadores formados nas Faculdades de Filosofia que consta da coleção da Biblioteca Nacional concentra-se sobre a história republicana[36]. Naquele momento, portanto, conforme já se notou aqui, o passado deveria servir de explicação para um presente onde as questões do desenvolvimento e da organização política passaram a movimentar as opiniões, radicalizando as contradições no processo político e fomentando, no limite, soluções autoritárias para viabilizar o desenvolvimento econômico, que seria elevado à condição de processo capaz de redimir a nacionalidade.

Na década de 1960, os historiadores imersos nas questões de seu tempo se engajam no debate público, fazendo de sua formação um meio para pensar o presente[37]. A afinação das vozes, no entanto, se fez em tons inauditos pelos formuladores da universidade na década de 1930. No lugar do liberalismo elitista e do ufanismo nacionalista, ambos surdos às fraturas da sociedade, a aguda crítica inclinava-se para a esquerda e denunciava o viés autoritário na formação social e política brasileira, revelando as contradições sociais inerentes à história. A

[33] Idem. p. 37.
[34] Para uma história das coleções "brasilianas", v. PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e "Coleções Brasilianas" nas décadas de 20, 40 e 50. in: MICELI, Sérgio. MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. *op.cit*. p. 359-409.
[35] cf.,LAPA, José Roberto do Amaral. *op.cit*. p. 60.
[36] cf., VILLAS BOAS, Glaucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil*; um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 68.
[37] cf.,LAPA, José Roberto do Amaral. *op.cit*. p. 52.

intelectualidade de esquerda, que na Universidade se concentrava no campo das ciências humanas, engaja-se na luta política e parte dela formula um projeto que se classificou como nacional-popular[38]. O naufrágio desta utopia, que supunha a transformação reformista da realidade brasileira, bem como de outras ainda mais radicais, aconteceria a 1º de abril de 1964, inaugurando um tempo de esperanças vencidas e silenciamento da dissonância.

As investigações sobre a história republicana na Universidade ganham corpo nesse momento. Na avaliação de Amaral Lapa, constituíram-se, ao mesmo tempo, uma história da modernização no Brasil e a revisão da história política republicana. A questão da modernização estaria presente nos estudos acerca da economia escravista e sua derrocada e na tematização da industrialização durante a Primeira República[39]. As novas interpretações da história política republicana incluíam as revisões factuais sobre a Primeira República, considerando a participação dos grupos subalternos na cena política, sobretudo o operariado, e da Revolução de 1930[40].

Nestes dois movimentos de compreensão do Brasil contemporâneo, o debate se instaura através da crítica das visões dualistas que prevaleceram na década de 1950. A crítica ao dualismo das interpretações que fomentavam o nacional-desenvolvimentismo dirigia-se a duas concepções que se tornaram, pelo antagonismo que se estabeleceu, uma marca atribuída ao pensamento do ISEB. A primeira era a idéia da contradição entre os setores modernos e atrasados da economia nacional, que não considerava a funcionalidade do último no processo de acumulação que tornava possível o primeiro[41]. A segunda, correlata à primeira concepção, era a suposição da existência de um setor progressista e nacionalista da burguesia nos anos de 1950. Esta última suposição amparava interpretações da história recente que caracterizavam a Revolução de 1930 como um marco da ascensão da burguesia industrial ao poder político, como se esta fração de classe gozasse de certa autonomia frente às demais frações[42]. Não se pretende questionar a pertinência desta forma de ver a Revolução de 1930, até porque a tese presente, por exemplo, em *Formação Histórica do Brasil*

---

[38] Sobre o nacional-popular, v. ORTIZ, Renato. *Cultural brasileira e identidade nacional*. – 5ª ed. - São Paulo, Brasiliense, 1994; e RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*

[39] cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *op.cit*. p. 39.

[40] cf., FERREIRA, Marieta de Moraes e GOMES, Angela de Castro. *op.cit.* p.

[41] cf., FERREIRA, Marieta de Moraes e GOMES, Angela de Castro. *op.cit.* p. 246. Para uma crítica sistemática das interpretações dualistas, v. OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: critica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, São Paulo, CEBRAP, n. 2, 1972, p. 4-82.

[42] cf., LAPA, José Roberto do Amaral. *op.cit*. p. 43-44.

(1963), de Nelson Werneck Sodré, possuía um valor interpretativo inegável uma vez que identificava o papel desempenhado pelas classes e suas frações no processo político. Sem esta interpretação inicial, obviamente seria difícil perceber as nuances do processo que fundamentariam as críticas posteriores. O que importa assinalar é que as revisões da Revolução de 1930 produzidas ao final da década de 1960 posicionavam-se contra aquilo que Boris Fausto chamou de "análises ideológicas", acusando o comprometimento de grupos intelectuais com o nacionalismo dos anos de 1950[43]. Procurava-se, então, deslocar as visões anteriores para o passado do esforço de compreensão do Brasil contemporâneo em nome de uma interpretação mais rigorosa porque historicamente correta, livre da ideologia nacionalista e das imperfeições da aplicação de um modelo teórico a uma realidade mais diversa. Se é permitida, aqui, uma digressão que toca à memória pessoal, é forçoso dizer que as novas gerações de historiadores formados na década de 1990 não leriam Nelson Werneck Sodré ou os demais intelectuais reunidos no ISEB. Saberiam de sua existência por seus críticos que passaram a compor o cânone da historiografia sobre a república.

A polêmica em torno do dualismo e de outras questões é sintomática das lutas que definem o campo intelectual[44]. No caso brasileiro, a constituição da autonomia relativa da produção cultural, incluída aí a reflexão sobre a sociedade e sua história, pode ser situada na virada da década de 1950 para 1960, coincidindo com o fortalecimento da pesquisa de base científica na Universidade[45]. Foi a partir de posições que se estabeleciam na USP que a chamada "sociologia paulista" passou a contestar as interpretações da sociedade brasileira formuladas pelo ISEB. Numa interpretação que se filia à crítica da "sociologia de São Paulo" Maria Arminda do Nascimento Arruda toma a polêmica entre Guerreiro Ramos e Florestan Fernandes acerca da natureza e propósitos do conhecimento sociológico como momento exemplar da disputa entre formas distintas de conceber a pesquisa social e as visões da sociedade brasileira. Segundo Arruda, o "intelectual baiano" defendia a constituição de uma sociologia brasileira pensada para resolver os problemas

---

[43] cf., FASUTO, Boris. *1930: historiografia e história*. – 16ª ed. - São Paulo, Cia. das Letras, 1997. p. 10

[44] v., BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. – 3ª ed. - São Paulo, Perspectiva, 1992. p. 183-202; e BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1989. p. 59-74.

[45] cf., MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 5-6.

brasileiros, enquanto as posições do "professor paulista" sugeriam o caráter universalista do conhecimento sociológico, ultrapassando as marcas nacionais para compreender as realidades sociais[46].

Acusava-se, nesta polêmica, a conformação dos grupos a partir do seu posicionamento no campo intelectual e suas visões antagônicas sobre o processo histórico vivenciado. Por um lado, portanto, não é por acaso que a autora refere-se a Guerreiro Ramos como "intelectual baiano" e a Florestan Fernandes como "professor paulista", revelando as diferenças na profissionalização e as condições institucionais distintas. Nesse ponto, segundo esta interpretação afiliada à "sociologia paulista", Florestan e seu grupo levavam vantagem sobre os "intelectuais" do ISEB, uma vez que sua formação e posição na Universidade lhes conferiam maior autonomia, justamente porque possibilitava seu distanciamento com relação aos grupos dominantes. Por outro, a querela indicava igualmente o caráter deformante do nacionalismo sobre o conhecimento da realidade brasileira naquele momento, pois impedia, em nome de um desejo de reforma social e superação das condições do subdesenvolvimento, a percepção das nuances do processo histórico, particularmente das alianças e lutas entre grupos e classes sociais na história recente.

Nesse sentido, a crítica ganharia corpo no questionamento das estratégias da esquerda formuladas por Caio Prado Jr em *A revolução brasileira* (1966) e nas interpretações sobre o populismo e sua crise formuladas pelos cientistas sociais formados em São Paulo. O tema do populismo não é uma invenção da "sociologia paulista"[47]. O questionamento do populismo começa, ironicamente, no primeiro semestre de 1954, no ensaio intitulado *Que é o Ademarismo?*. A preocupação acerca do fenômeno foi despertada pela ascensão política de Ademar de Barros no cenário nacional. Os intelectuais do chamado Grupo de Itatiaia, que daria origem ao ISEB, direcionavam sua atenção para o funcionamento da política na região considerada a mais avançada no espaço nacional, o que é sintomático porque nela se concentravam as contradições da política de massas. Não se pretende delinear detalhadamente as interpretações divergentes acerca do populismo que se consolidaram na disputa entre os intelectuais isebianos e a "sociologia de São Paulo", mas é importante mencionar a

[46] cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *op.cit.* p. 237-241.
[47] Sobre o conceito de populismo v. GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, no. 2, 1996, p. 31-58. As anotações que se seguem sobre o debate seguem de perto o texto de Angela de Castro Gomes.

diferença entre ambas para que se possa acentuar a convergência que importa a esse trabalho.

Nas formulações iniciais, o populismo designava uma forma específica de política de massas em que se combinam alguns fatores necessários. Em primeiro lugar, a proletarização dos trabalhadores, que ainda não adquiriram consciência de classe e não atuam como tal. A perda do poder de exemplaridade das classes dirigentes, necessitando do apoio político das massas. E finalmente, a emergência de uma liderança carismática capaz de mobilizar as massas inconscientes[48]. Em 1968, a tese de doutorado de Francisco Weffort apresentaria outra forma de perceber o populismo como resultante da aliança entre frações da classe dominante que dava forma ao que chamou de Estado de compromisso. Para Weffort, o que caracteriza esta forma de Estado é, por um lado, a conjugação de interesses das frações agrárias e urbanas da classe dominante, abrindo espaço para emergência de um líder pessoal que é como o fiel da balança entre interesses objetivos muitas vezes conflitantes. Por outro, este Estado-Príncipe busca legitimidade junto às massas, submetendo-as ao seu controle pelo atendimento de demandas ao mesmo tempo em que estabelece os parâmetros de sua organização. Dessa forma, o populismo, e todos os seus mecanismos, como o sindicalismo corporativista e a proeminência da liderança carismática, é um meio de incorporação controlada das massas à cena política[49]. Em certo sentido, portanto, a análise de Weffort refina a percepção da dinâmica da luta de classes inerente à configuração do fenômeno populista. Não por acaso, sua crítica às formulações anteriores centrava-se no questionamento do caráter supostamente burguês e progressista da Revolução de 1930. Importa apontar, agora, dois aspectos convergentes nas interpretações. Em primeiro lugar, a assunção da falta de consciência das massas trabalhadoras, permitindo sua captura pelo discurso populista. Outro aspecto semelhante é a periodização da política populista demarcada por dois eventos significativos: a Revolução de 1930 e o golpe de 1964.

Conclui-se, então, que a emergência da investigação sobre década de 1930 foi possível pela conjugação de processos diversos que alteraram o lugar social onde a história era produzida. Primeiramente, a consolidação da pesquisa histórica na Universidade na virada da década de 1950 para 1960, com a incorporação progressiva das inovações da historiografia francesa e da teoria marxista às analises da história

[48] cf., GOMES, Angela de Castro. *op.cit*. p. 34.
[49] Idem. p. 38.

brasileira. Este movimento conjuga-se com a institucionalização das ciências sociais, que exerceu forte influência sobre os historiadores em sua inclinação para investigar, já a partir da década de 1960, a história contemporânea do Brasil, especialmente o período republicano. Tal inflexão ligava-se às percepções da história vivida naquele momento e ao engajamento dos historiadores no debate público e na luta política dentro do campo progressista. A imbricação entre a política e o pensar a sociedade levara à constituição de um debate vigoroso entre grupos intelectuais distintos acerca do processo de modernização e da política comprometido com as questões do presente – debate que, no ambiente cultural paulista, localizou-se na publicação de *Anhembi* e da *Revista Brasiliense*[50]. Debate que acabou por fixar o quadro temporal, que supunha uma linha de continuidade entre 1930 e 1964, e os temas que deveriam preocupar a atenção dos historiadores, como a inserção dos grupos subalternos na dinâmica política republicana ou a conformação dos grupos sociais dominantes nos quadros da disputa política institucional. É preciso que se diga que a apresentação do encadeamento destes processos é insuficiente para captar o seu entrelaçamento numa tessitura difícil de reproduzir. Apesar deste limite, creio que as linhas gerais que possibilitaram a tematização da década de 1930 tornaram-se visíveis.

O ano de 1965 pode ser tomado, sintomaticamente, como marco da revisão da história republicana. Trata-se do ano de publicação de *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938).* Este ensaio de história política seria o livro de estréia do historiador marxista Edgar Carone, que se tornaria, na avaliação de Amaral Lapa, o atento revisionista da história republicana, como o foram para o período colonial Varnhagen, Capistrano e Rodolfo Garcia, e para o Império Afonso Taunay e Otávio Tarquínio de Souza[51]. No ano seguinte, apareceu nos Estados Unidos a obra que seria elevada à condição de referência obrigatória para o período de 1930 a 1964, tratava-se do livro de Thomas Skidmore, *Politics in Brazil, 1930-1964. An experience in democracy*, que seria traduzido para o português, em 1968, e publicado no ano seguinte sob o título *Brasil: de Getúlio a Castello*. No mesmo ano de 1966, aparece a obra de Helio Silva, *1932: a guerra paulista*. Embora não fosse um profissional do ofício, seria reconhecido pelo empenho em compulsar a documentação referente ao período de 1930 em diante no seu *Ciclo de Vargas*. Em 1969, a revisão da Revolução

[50] v. LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,
[51] cf., LAPA, José Roberto do Amaral. *op.cit*. p. 176

de 1930 foi realizada por Boris Fausto em sua tese de doutorado, publicada na coleção *Corpo e Alma do Brasil*, dirigida por Fernando Henrique Cardoso, em 1970, ganhando inúmeras reedições desde então. Em todos estes textos, a Revolução de 1932 é tratada diretamente, como na obra de Helio Silva, ou indiretamente, subordinando o tema às explicações sobre a Revolução de 1930 e seus desdobramentos.

Em *Revoluções do Brasil Contemporâneo* pode-se perceber uma tese implícita que se anuncia na estrutura da obra. Carone divide seu livro em três seções: A Revolução Ascendente (1922-1927); A Revolução Triunfante (1927-1932); A Revolução Descendente (1932-1937). Cabe perguntar: que revolução ascende, triunfa e acaba justamente em 1937? É possível afirmar com segurança que se trata das tentativas de reforma liberal do Estado Nacional protagonizadas pela pequena-burguesia urbana em aliança com as "oligarquias dissidentes". As condições que preparam o terreno para a cisão da elite política encontravam-se, não na política essencialmente, mas nas transformações econômicas e sociais como o crescimento do setor urbano industrial e conseqüente aumento do mercado interno, por um lado, e a diversificação dos grupos sociais na arena política, como a pequena-burguesia e o operariado. Nestas transformações, o operariado urbano forçava a discussão da "questão social" e as frações pequeno-burguesas e oligárquicas precisavam encontrar respostas para estas demandas. Além disso, a crítica ao liberalismo econômico sustentava a idéia de intervenções permanentes na economia, especialmente no que se referia ao produto de exportação por excelência. Contudo, o liberalismo político persistia como a idéia-força a sustentar a unidade das oligarquias.

Carone qualifica a composição política vitoriosa em 1930 como uma "cristalização paradoxal das oposições" que reunia as oligarquias dissidentes a elementos civis e militares da pequena-burguesia urbana[52]. Excluídos da Aliança Liberal, aos trabalhadores urbanos cabia apenas esperar que o programa "aliancista" realizasse as vagas promessas em torno da "questão social". O programa era tímido nesse aspecto, tão vago quanto as propostas de reforma do sistema eleitoral que constituíam o principal ponto na perspectiva da pequena-burguesia urbana, sobretudo dos "democráticos" de São Paulo, e dos políticos mais jovens das oligarquias

[52] cf., CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâeno (1922-1938)*. - 2ª ed. – São Paulo, Difel, 1975. (Corpo e Alma do Brasil, 12). p. 77.

dissidentes do Rio Grande do Sul e Minas Gerais[53]. A debilidade do programa político "aliancista" satisfazia as estratégias da campanha política. Mas foram as máquinas políticas dos estados dissidentes, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que garantiram o sucesso eleitoral da Aliança Liberal. Foram estas mesmas máquinas que também asseguraram o sucesso do movimento militar. Na chefia da revolução armada, os "tenentes" instituíram-se como representantes de outra tendência dentro da aliança. Este grupo político caracterizava-se pela crítica aos princípios liberais de organização do Estado, especialmente o federalismo, e defendiam a instituição de um "governo forte" como meio de promover a integração nacional efetiva e a incorporação controlada das "massas" à vida política. Para Carone, todo o período subseqüente à Revolução de 1930 é marcado pela luta entre os "tenentes" e a "oligarquia"[54].

É no contexto dessa luta, desenvolvida sobre as condições de grave crise econômica no setor cafeeiro e industrial, que resultaram no desemprego de cerca de 2 milhões de trabalhadores e pela redução dos salários em 20%, que o autor situa a Revolução Constitucionalista de 1932. Para Carone, a Revolução de 1932 seria o resultado do empenho da pequena-burguesia liberal e de parte da oligarquia dissidente contra o predomínio dos "tenentes" no Governo Provisório, enquanto o "operariado" assistia indiferente o desenrolar da luta. Nas palavras de Carone:

> A luta foi violenta e durou três meses. Sem auxilio externo, a oligarquia paulista incentiva ao máximo o entusiasmo da pequena burguesia e obtém o seu sacrifício numa luta heróica e vã, que só a ela traria benefícios. Sublinhando os temas da humilhação de São Paulo e da volta à Constituição, procura identificar-se como democrática, mas o operariado olha esse patriotismo com desconfiança e, compreendendo que a luta não é sua, dela não participa[55].

O livro de Skidmore foi um dos primeiros estudos acadêmico a considerar o período de 1930 a 1964 como uma continuidade que, no argumento do autor, se caracterizava pelo desafio de instaurar a democracia combinada ao desenvolvimento econômico nacional[56]. Este era o problema que orientava a interpretação de Skidmore.

---

[53] Idem.
[54] cf., CARONE, Edgar. op.cit. p. 89.
[55] cf., CARONE, Edgar. *op.cit*. p. 101.
[56] Já na primeira página da introdução, Skidmore afirmava: "Comecei este livro numa tentativa de investigar as causada da queda do ex-Presidente João Goulart, a 1º de abril de 1964. O projeto inicial teve de ser ampliado, porque achei impossível explicar o sistema político em que Goulart trabalhava, sem examinar as origens desse sistema, na década seguinte à Revolução de 1930 e o processo de redemocratização que pôs fim à ditadura de Vargas, em 1945". cf. SKIDMORE, Thomas. *op.cit*. p. 17

Nesse sentido, era fundamental dar ênfase ao papel desempenhado pelos "constitucionalistas liberais", especialmente os "paulistas", dos tenentes e das oligarquias no processo político dos anos de 1930. Skidmore nota as contradições no interior da coalizão revolucionária que promoveu a revolução de 1930:

> O que os irmanava era uma vontade de experimentar novas formas políticas, numa tentativa desesperada de alijar o arcaico. O esforço resultou em sete anos de agitada improvisação, incluindo uma revolta regionalisa em São Paulo (grifo nosso), uma nova Constituição, um movimento de frente popular, um movimento fascista e uma tentativa de golpe comunista. Em 1937, um Brasil exausto terminou sua experimentação política e iniciou oito anos de regime autoritário sob o Estado Novo.[57]

Esse era o quadro que traçava da Revolução de 1930 e seus desdobramentos. Cada evento lembrado nesse resumo de linhas – a Revolução Constitucionalista, a constituição da ANL, da AIB e a Intentona Comunista de 1935 – correspondia a ação de "novas forças políticas": os constitucionalistas liberais, a frente de esquerda liderada pelos comunistas e os integralistas. O autor trata da Revolução Constitucionalista como expressão máxima da ação dos constitucionalistas liberais, como último impulso de reforma liberal do sistema político, pois, depois de 1934, a política caminharia para a radicalização da "esquerda" e da "direita"[58]. Skidmore avalia a revolta de 9 de julho de 1932 como um erro dos constitucionalistas liberais, especialmente do PD, que permitiram que as "exigências de reforma constitucional se misturassem e, finalmente se identificassem com o separatismo regionalista", repelindo, assim, o apoio ao seus princípios que "poderia vir dos centros urbanos em outras partes do Brasil, especialmente dos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul"[59]. Como não surpreender nessa leitura dos acontecimentos o trabalho da memória operado em favor do Governo Provisório que qualificara o movimento como uma revolta separatista? Essa pergunta é plausível, ainda mais se considerarmos que o autor conhecia os "testemunhos" produzidos no calor da hora e que afirmavam o contrário, pois Skidmore refere-se à vasta "literatura comemorativa" produzida pelos "paulistas" que, "desprovidos de armamentos suficientes", "revidaram com

[57] cf., SKIDMORE, Thomas. *op.cit*. p. 26.
[58] cf., SKIDMORE, Thomas. op.cit. p. 36 e ss.
[59] Idem. p. 37.

palavras"[60]. Classifica a "literatura comemorativa" como "muito *engagé*", talvez por essa razão crítica não tenha levado muito a sério o que ela afirmava. De qualquer forma, não se pode condenar o autor por isso. Porque, afinal, a visão retrospectiva dos eventos, nesse caso, dos conflitos entre as "novas forças políticas", faz com que o peso da análise se concentre na resultante: o Estado Novo, período que ocupa a maior parte a sua narrativa sobre a "Era Vargas".

Ao contrário dos estudos de Carone e Skidmore, o livro de Hélio Silva não quer ser uma análise dos fatos. O autor pretende fixar a verdade dos acontecimentos a partir do confronto de falas dissonantes: as vozes dos antagonistas da cena política aparecem em seu texto na infinidade de documentos transcritos pelo autor. Hélio Silva, entretanto, desloca a interpretação para o leitor no futuro. E preocupa-se em se ater aos fatos por dois motivos. Em primeiro lugar, Silva defendia essa concepção de história por oposição a outras possibilidades de escritura vigentes em seu tempo. Afirmava que a história era o fato, o documento e a política, distanciando-se, por exemplo, dos marxistas que supunham o acontecimento como fenômeno das mudanças socio-econômicas[61]. O segundo motivo que levava Hélio Silva a narrar os acontecimentos consubstanciava-se no fato de que o autor, passados 34 anos, sentia-se comprometido com a "causa paulista"[62]. Esta maneira de escrever a história da revolução de 32 aproxima-se da história-memória, isto é, das representações do passado comprometidas com a formação das identidades sociais[63]. Com todas as críticas que se podem fazer sobre sua intenção quase memorialísitca[64], o rigor do método assegura a sua validade como material de referência sobre os acontecimentos de 1932. Além disso, sua leitura revela a existência de outras formas de escrever a história que os historiadores profissionais muitas vezes desqualificam e silenciam.

A Revolução de 1930: historiografia e história, apresentada como tese de doutorado por Boris Fausto em 1969, representou uma inovação para os estudos da

---

[60] Idem. ibidem. p. 407.
[61] cf.,SILVA, Helio. Liberdade para a história. *Caderno de Debates*, São Paulo, Brasiliense, 1976, n. 1, p. 28.
[62] cf., SILVA, Hélio. *1932: a guerra paulista*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p. 26.
[63] cf., NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, Dez./1993, p. 10.
[64] Alguns exemplos desse movimento de produção da memória de 1932 segunda a "ótica paulista" se encontram em livros citados por Silva. Trata-se das obras de Aureliano Leite, Menotti del Picchia, Paulo Noqueira Filho. v. LEITE, Aureliano. *Martírio e glória de São Paulo*. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1934; PICCHIA, Paulo Menotti del. *A revolução paulista através de um testemunho do gabinete do governador*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933.; e NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideias e lutas de um burguês progressista*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

época porque tomava a historiografia existente sobre a Revolução de 1930 como base para a análise. Boris Fausto construiu uma interpretação que se filiava ao debate sobre o populismo realizado pelos cientistas sociais, especialmente a hipótese de Weffort acerca do "Estado de compromisso" como forma política que caracterizaria o pacto populista. O autor contestou, então, as teses que tomavam a Revolução de 1930 como ascensão da burguesia industrial ou da classe média. A primeira se baseava na transposição para o caso brasileiro da história européia vulgarizada pela ortodoxia marxista. Esta supunha a existência de etapas universais do desenvolvimento histórico que levavam à revolução burguesa, a que se seguiria a revolução proletária. A outra dizia respeito à percepção do tenentismo, vitorioso em 1930, como expressão dos anseios da classe média urbana. Segundo Fausto, nenhuma das duas hipóteses era validada pela análise cuidadosa da realidade histórica. Em primeiro lugar, não haveria um antagonismo entre a burguesia industrial e as oligarquias agrárias, uma vez que a industrialização incipiente fora produto das inversões do capital cafeeiro e possibilitada por um mercado interno efetivamente vinculado à grande lavoura de exportação[65]. A segunda tese também não se sustentaria porque o tenentismo encontrava explicações mais corretas na análise do próprio aparelho militar e pela subordinação da classe média à burguesia agrária[66]. Para terminar a apresentação dos argumentos centrais do autor, resta definir como ele pensou a Revolução de 1930 enquanto resultado da crise dos anos 20 que tornara evidente as disparidades regionais e as contradições que opunham as diversas frações da classe dominante. Boris Fasuto explica o episódio revolucionário:

> A crise de hegemonia da burguesia cafeeira possibilita a rápida aglutinação das oligarquias não vinculadas ao café, de diferentes áreas militares onde a oposição à hegemonia tem características específicas. Estas forças contam com o apoio das classes medias urbanas e com a presença difusa das massas populares. Do ponto de vista das classes dominantes, a cisão ganha contornos nitidamente regionais, dadas as características da formação social do país [...] e as divisões "puras" de fração – burguesia agrária, burguesia industrial – não se consolidam e não explicam o episódio revolucionário.[67]

[65] v. FAUSTO, Boris. *1930: historiografia e história*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1969 (Doutorado). p. 4-56.
[66] Idem. p. 64-110.
[67] Idem, ibidem. p. 131.

E desta aglutinação extravagante surgia a composição do "Estado de compromisso" como momento da direção política que, não representando diretamente os interesses específicos de nenhuma das frações burguesas, viria a favorecer a modernização econômica com a industrialização e diversificação da agricultura, a expansão do próprio aparelho estatal abrindo espaço para as "classes médias" e a incorporação controlada dos trabalhadores urbanos à vida política pela repressão de suas manifestações autônomas e concessão progressiva de direitos sociais. É importante notar, finalmente, que a tese de Boris Fasuto refere-se apenas marginalmente à Revolução de 1932, percebida posteriormente pelo autor como evidência das fraturas na Aliança Liberal e da prevalência dos interesses regionais na década de 1930, conforme se pode ler no prefácio à edição de 1997[68]. Antes mesmo que sua tese estivesse pronta e que a consagração posterior possibilitasse as últimas revisões, Boris Fausto publicara um artigo sobre 1930 para a coletânea *Brasil em Perspectiva*, vigésimo terceiro volume da coleção *Corpo e Alma do Brasil* aparecido em 1968. Em seu texto, o autor via a revolução de 1932, junto com a mobilização em torno da autonomia e do papel de São Paulo como unidade política capaz de redimir a república, como "último e estridente eco do passado" anterior a 1930[69].

Desta exposição um tanto sumária das quatro obras, pode-se depreender alguns traços significativos da produção historiográfica do período que repercutiriam nas investigações posteriores, assim como a posição subordinada da Revolução de 1932 na escritura histórica da década de 1930. Em primeiro lugar, deve-se notar a permanência do ensaísmo e de formas tradicionais da historiografia. O texto de Carone, conforme já se notou, procurava captar um sentido da história republicana ao encadear os acontecimentos de forma a demonstrar o sucesso e desgaste do liberalismo despertado pela crise que se abre nos anos de 1920. Deve-se notar, aliás, que Carone adverte o leitor sobre os propósitos de sua análise, pois se tratava de um estudo "concebido como fundo histórico para a compreensão do pensamento conservador e anti-revolucionário das décadas de 1920 e 1930"[70]. A realização da investigação anunciada acabaria sendo adiada, porque lhe pareceu mais importante "aliar à análise ideológica o detalhe dos fatos", dada a "pobreza da literatura sobre o

[68] v., FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. – 16ª ed. - São Paulo, Cia. das Letras, 1997. p.
[69] cf. FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968. p. 254.
[70] cf. CARONE, Edgar. *op.cit*. p. 9.

tema e sobre a história republicana após a Primeira Guerra Mundial"[71]. O caráter ensaístico é também assumido explicitamente por Boris Fausto que sustenta seus argumentos através da literatura existente e do trabalho pontual e pouco sistemático com as fontes primárias. O uso limitado das fontes, contudo, explica-se pelo caráter inaugural dos dois livros e pela incipiente organização dos arquivos naquela conjuntura, especialmente das fontes referentes ao período republicano[72]. Daí a importância e reconhecimento da obra de Hélio Silva que, afeito a uma orientação tradicional na escrita histórica, acabou por realizar no seu *Ciclo de Vargas* o trabalho inestimável de localização e transcrição das fontes existentes – jornais, memórias, alguns documentos oficiais[73]. Este mesmo movimento marcaria a obra subseqüente de Edgar Carone como "revisionista" da história republicana. É importante notar ainda, nos momentos iniciais da institucionalização da pesquisa histórica na Universidade, principalmente da história recente do Brasil, a força da tradição historiográfica vigente que valorizava o ensaísmo e a narrativa detalhada dos acontecimentos políticos, o que evidencia que as tentativas de construir novas formas de conhecimento sobre o passado são sempre devedoras do passado disciplinar.

Além destas características formais que revelam as continuidades entre formas diversas da escrita historiadora, há nestes livros visões comuns acerca dos acontecimentos da década de 1930 que marcariam a historiografia daí por diante. Os estudos sugeriam a relação entre a crise dos anos 20 e a cristalização das oposições em 1930, ano que era assumido pelos autores como marco das transformações que se processaram posteriormente. Os autores apontam, igualmente, a heterogeneidade dos interesses que se aglutinam na Aliança Liberal e no Governo Provisório, dando espaço para as disputas entre os "revolucionários" de todos os matizes – pensadores autoritários, constitucionalistas liberais, tenentes – em torno de questões prementes como as eleições e organização do Estado, a "questão social", a defesa do café e a diversificação da agricultura, e os estímulos à industrialização.

Esta constatação levaria à investigação da composição social e organização política das classes dominantes ou das elites segundo as duas correntes interpretativas que marcariam os estudos sobre a história republicana: o marxismo, que já vinha sendo usado para conceber a realidade histórica nacional desde a década de 1950, e a

[71] Idem.
[72] cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *op. cit.* p. 168
[73] cf. LAPA, José Roberto do Amaral. *op. cit.*p. 168.

teoria das elites e a sociologia weberiana, contribuição dos *brasilianistas*[74] que se combinaria com a reflexão sobre os traços patrimonialistas do Estado brasileiro sistematizada no trabalho de Raymundo Faoro[75]. Seguindo esses mesmos caminhos teóricos, a historiografia das décadas de 1970 e 1980 se debruçaria sobre outros agentes políticos que eram apontados naquelas obras inaugurais como elementos relevantes para a compreensão da Revolução de 1930 e seus desdobramentos: os tenentes, as classes médias e os trabalhadores urbanos. A investigação da história política da década de 1930 direcionava-se, portanto, a compreender estes atores sociais percebendo os atos das personalidades individuais como sinais, não da ação criadora das grandes personagens, mas da encarnação de movimentos coletivos cuja explicação encontrava-se fora da política, especialmente nas transformações econômicas. Movimentos cujo sentido pôde ser captado apenas retrospectivamente a vista de seus desdobramentos, mas que se apresentava a alguns autores como direcionamento já presente no acontecimento fundador.

Finalmente, à exceção de *1932: a Guerra Paulista*, os livros aqui abordados relegam o movimento constitucionalista de 1932 a um plano secundário, ainda que fosse visto como fato expressivo das contradições do período que vai de 1930 a 1937. Como trabalhos de síntese, obviamente seria impossível aprofundarem-se nos meandros da luta política. O que importa é que as linhas gerais e principais agentes do processo político até o Estado Novo estariam latentes num acontecimento que passava a ser um marco fundador: 1930 e sua revolução E a atenção sobre a tessitura desse acontecimento acabava por subsumir o conflituoso processo político que se desenvolveu entre 1930 e 1937, novo ponto de inflexão na história republicana que seria objeto de análises tão exaustivas quanto aquelas dedicadas a 1930[76]. As possibilidades que não se realizaram no meio do caminho, como o próprio movimento de 1932 e o período da constitucionalização, comporiam a crônica de uma morte anunciada. É preciso perguntar-se, então, em que medida esta percepção

---

[74] Sobre o papel dos brasilianistas na renovação da historiografia brasileira contemporânea v. LAPA, José Roberto do Amaral. *op.cit*. p. 75-79; PONTES, Heloisa. Brasil com Z. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 1990, p. 45-65; MOREIRA, Regina da Luz. Brasilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n. 5, 1990, p. 66-74.

[75] É caso, por exemplo, do trabalho de Simon Schwartzman, *São Paulo e o Estado Nacional*, publicado em 1975, e depois retomado e revisto para compor *As bases do autoritarismo brasileiro*, livro de 1982. v. SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975. (Corpo e Alma do Brasil, 42); e SCWARTZMAN, Simon. – 3ª ed. - *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1988. (Contribuições em ciências sociais, 10)

[76] v. CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

compartilhada acerca da Revolução de 1930 e do Estado Novo não resultava também do trabalho da memória sobre o conhecimento histórico. Porém, esta pergunta só poderia emergir em outra circunstância, quando a reconfiguração da instituição histórica permitisse sua formulação e fornecesse os meios para respondê-la.

As linhas temporais e a Revolução de 1932

Antes de pensar as relações entre a memória e a Revolução de 1932, seria necessário retomar alguns argumentos centrais da seção anterior. Pode-se afirmar que as primeiras pesquisas de historiadores sobre a década de 1930 eram, do ponto de vista da distribuição das posições internas ao campo intelectual, tributárias da reflexão desenvolvida pelos cientistas sociais acerca do populismo e do questionamento da revolução brasileira em um tempo que Carlos Guilherme Mota classificaria como a "época de revisões radicais"[77]. Este momento, aliás, relacionava-se a um estado da sociedade brasileira em que as esperanças vencidas em 1964 instavam a revisão do período republicano entre 1930 e 1964 na busca de uma explicação para a derrota. No que se refere ao programa investigativo presente nestes trabalhos iniciais, apontava-se para a necessidade de pesquisar atentamente determinados agentes sociais que ainda não haviam sido considerados adequadamente. Seu aparecimento nas interpretações dualistas seria produto da suposição de papeis pré-determinados a estes atores coletivos – oligarquias, burguesia, forças armadas, classes médias, operariado – numa narrativa que sugeria um sentido necessário para o desenvolvimento histórico. A análise histórica sustentada no escrutínio cuidadoso das fontes viria a desmontar estas inferências, corroborando algumas hipóteses dos trabalhos de cientistas sociais e historiadores acerca da complexidade das relações entre estes atores no curso da luta política e organização do Estado pós-30. Finalmente, as análises iniciais consagravam uma cronologia histórica que valorizava os momentos marcantes que tiveram lugar nos anos de 1930, 1937, 1945, 1964, supondo a continuidade entre a Revolução de 1930 e o Estado Novo, a Redemocratização e o Golpe de 64. Para os anos de 1930, a definição destes quadros temporais seria matizada justamente pela análise cuidadosa da realidade histórica empreendida nos anos de 1970 e 1980. Neste segundo momento

[77] v. MOTA, Carlos Guilherme. *op.cit*. p. 203-257.

da história produzida por profissionais do ofício é que a Revolução de 1932 seria, a falta de uma palavra melhor, reabilitada na cronologia histórica dos anos de 1930.

Os estudos que deram continuidade às sugestões de investigação presentes nas obras inaugurais dedicaram-se ao tenentismo, formação e atuação política dos trabalhadores urbanos, composição e organização política das classes dominantes ou das elites. No processo de pesquisa destes temas, a Revolução de 1932 surge como mais um momento que concentrava os conflitos e se afirma na cronologia do processo político nos anos de 1930. A bem da verdade, Edgar Carone, como vimos no ensaio aqui analisado e em sua tese de livre docência, *Oligarquia e classes sociais na Segunda República (1930-1937)*[78], apontava para a relevância do evento na periodização dos anos de 1930. Mais tarde, durante o seminário organizado por ocasião dos cinqüenta anos da Revolução de 1930, Aspásia Camargo também sugeriu explicitamente a revisão da cronologia política dos anos de 1930, conferindo um lugar de destaque para a Revolução de 1932 numa escritura da história que procurava desvendar o papel das elites na cena política daquela conjuntura[79]. É possível que o convite à lembrança do evento nas proximidades de seu cinqüentenário também tenha levado Edgar de Decca e Carlso Vesentini a pensarem as insinuações de uma determinada memória histórica sobre o trabalho historiográfico quando questionaram a construção da Revolução de 1930 como um fato[80]. De qualquer forma, importa situar que os estudos analisados aqui em maior detalhe participam desse processo de revisão da cronologia e do início do questionamento do trabalho da memória dos anos de 1930 sobre a história que se poderia fazer.

Destacamos aqui alguns trabalhos que podem ser tomados como referenciais para se pensar a história política no pós-30, tendo o "caso de São Paulo" como centro da análise. Abordando o tenentismo há os trabalhos de Maria Cecília Spina Forjaz, *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*, tese de doutorado em ciência política defendida em 1982[81], e de Vavy Pacehco Broges, *Os sentidos do tenentismo:*

---

[78] v. CARONE, Edgar. *Oligarquia e classes sociais na Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, FFLCH, 1974 (Livre Docência).

[79] v. CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30*; seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, Ed.UNB, 1982. p. 9-46.

[80] v. DECCA, Edgar de & VESENTINI, Carlos. A Revolução do vencedor. *Contraponto*, Rio de Janeiro, 1976.

[81] v. FORJAZ, Maria Cecilia Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988. A tese de doutorado de Forjaz dava continuidade a trabalhos anteriores acerca do tenentismo na Primeira República, v.FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política*;

memória, história e historiografia, doutoramento em ciências sociais de 1987[82]. O estudo da organização política e ideologia dos grupos dominantes em São Paulo caracteriza os trabalhos de Vavy Pacheco Borges, *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos* (1978); o estudo clássico de Joseph Love, *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*, publicado em inglês, em 1980, e no Brasil em 1982[83]; a tese de Maria Ligia Coelho Prado, *A democracia Ilustrada*: *o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934*, defendida na FFLCH em 1982; e o trabalho de doutoramento de Maria Helena Capelato, *Os intérpretes das Luzes. Liberalismo e Imprensa Paulista: 1920-1945*, de 1986[84]. O contexto da Constitucionalização que se abriu depois de 1932, precisamente com as eleições de maio de 1933 e a Constituinte, é objeto de estudo da obra coletiva dirigida por Angela de Castro Gomes, *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*, publicado em 1980, mas que resultava de pesquisa coletiva conduzida entre 1977 e 1979 no âmbito do CPDOC[85], instituição onde a revisão da história política do pós-30 ganharia destaque em outros trabalhos coletivos[86].

Seria importante indicar algumas coincidências na formação das autoras brasileiras constantes nesta seleção antes de prosseguir com a exposição do lugar da Revolução de 1932 em cada texto particular. Formadas, em sua maioria, na passagem entre as décadas de 1960 e 1970 (APÊNDICE I, Quadro I), compunham a geração politicamente marcada pela experiência do fechamento do regime político durante a ditadura civil-militar, interdição do dissenso que se traduziu em expurgos de professores e colegas na Universidade. Escrevendo suas dissertações e teses entre as décadas de 1970 e 1980, também experimentaram o clima de esperança e apreensão dos primeiros anos da abertura. Numa ponta da teia do tempo, viveram a tensão e

---

tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977; e FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Pólis, 1978.

[82] v., BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

[83] v., LOVE, Jospeh. *op.cit*.

[84] Todas estas teses foram publicadas v. BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos, 1926-1932*. São Paulo, Brasiliense, 1979; PRADO, Maria Ligia Coelho. *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986; e CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

[85] v. GOMES, Angela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

[86] Veja-se, por exemplo: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Estado* Novo; ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982; e CAMARGO, Aspásia (org.) *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

incerteza do futuro; na outra, a incerteza e a tensão despertadas pelo peso do passado recente. Estes meandros do tempo vivido por certo influíram em suas escolhas de pesquisa. Seus trabalhos acompanham a montante de estudos sobre o Brasil republicano que passava a caracterizar a produção historiográfica da década de 1970 em diante.

Naquele momento, a escrita acadêmica da história se liga a dois movimentos que se combinam: as transformações no regime da pós-graduação e a constituição de centros de documentação e pesquisa no âmbito das Universidades ou fora delas, movimento que acompanhava o conjunto de ações destinadas à preservação do patrimônio documental brasileiro iniciadas em meados da década de 1970[87]. Como já se indicou anteriormente, o interesse pela história contemporânea do Brasil se expressava no número de publicações e de teses defendidas sobre o período republicano como atestam os dados referentes à produção na USP. Estes trabalhos, não apenas na USP como em outros centros de pós-graduação que então se consolidavam, foram possíveis muitas vezes graças à documentação reunida, por exemplo, no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, criado em 1973, no Arquivo Edgar Leuenroth da Unicamp, no Instituto de Estudos Brasileiros da USP, na Fundação Casa de Rui Barbosa e outras instituições de memória já existentes que passaram por reformulações, como o próprio Arquivo Nacional e alguns arquivos estaduais[88]. A constituição de novos acervos e a ampliação do acesso à documentação depositada em arquivos mais antigos, correspondia às exigências de uma história escrita por profissionais formados em ritmo mais acelerado desde a constituição do novo regime de pós-graduação. Contraditoriamente, a reforma universitária implantada de forma autoritária na virada da década de 1960 acabou instituindo o novo regime da pós-graduação em ciências humanas que permitiria a profissionalização crescente dos historiadores.

Estas mudanças na estrutura dos cursos de pós-graduação combinaram-se com certa tradição crítica estabelecida desde os anos de 1950 dentro e fora da Universidade, conforme já foi apontado na seção anterior. No Rio de Janeiro, onde a intervenção do aparelho civil-militar quase extinguiu o pensamento autônomo na Universidade Federal do Rio de Janeiro, antiga Universidade do Brasil, o caminho

[87]cf., CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: *CPDOC 30 anos*. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2003. p. 23-28.
[88] v. MOREIRA, Regina da Luz. *op.cit*.

novo era um difícil recomeço. Os programas de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro surgiram, respectivamente, em 1971 e 1982, uma defasagem que se explica grandemente pela transferência para a UFF de intelectuais que não encontravam espaço na UFRJ[89]. Ainda no Rio de Janeiro, a área de ciências humanas contava com dois centros de pós-graduação de elevado prestígio: os programas de Antropologia Social no Museu Nacional e de Sociologia e Política do Iuperj, lugares onde os historiadores encontrariam acolhida em seu processo de formação[90]. Em São Paulo, a pesquisa em história se afirmaria com a instituição dos programas de História Social e História Econômica também a partir de 1971. Nestes lugares, dava-se continuidade ao diálogo interdisciplinar que caracterizava a reflexão histórica desde os anos de 1950. Além disso, os novos programas de pós-graduação em história tornam-se espaços de interlocução entre a geração anterior de cientistas sociais e historiadores que se dedicavam à história republicana e a nova. Ao mesmo tempo, o caminho para consolidação da pesquisa histórica na Universidade se fez pela confluência das instituições existentes no eixo Rio-São Paulo.

A partir das informações colhidas nas próprias obras e em outras fontes, pode-se retraçar a trama que reunia diferentes gerações, instituições e intelectuais envolvidos na revisão da história política dos anos de 1930. Tomando-se apenas as autoras cujas obras foram escolhidas para a análise mais detalhada, e imaginando a sua representatividade para aquele momento específico, é possível definir uma quadro que permite visualizar estas relações (APÊNDICE A/Quadro 2). Os nomes lembrados são bastante expressivos das conexões entre pessoas, instituições e tempos diversos. Octavio Ianni, Wanderley Guilherme dos Santos, Boris Fausto e Francisco Weffort são personagens do debate inicial sobre os anos de 1930, o populismo e a continuidade histórica entre 1930 e 1964. Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, contemporâneas da graduação e mestrado, compartilham o mesmo orientador e se classificam mutuamente como interlocutores privilegiados. Ambas estão presentes na trajetória de Vavy Pahceco Borges, que também foi cruzada por Edgar de Decca e Carlos Vesentini, dois autores que chamaram a atenção para as insinuações da memória sobre o conhecimento histórico no artigo *A revolução do vencedor*, de 1976,

[89] Sobre a institucionalização da pós-graduação na UFF e UFRJ, v. Maria Yedda Linhares. In: MORAES, José Geraldo Vinci de (org.). *op.cit.* p. 21-44; e

[90] cf., Angela de Castro Gomes. In: MORAES, José Geraldo Vinci de (org.) *Conversas com historiadores brasileiros*. *op.cit.* p. 293.

e em suas teses de doutorado[91]. A mesma autora também congregou outro personagem, Holien Gonçalves Bezerra, autor de um das primeiras teses sobre a Revolução de 1932. O encontro de Wanderley Guilherme e Boris Fausto na trajetória de Angela de Castro Gomes reunia metaforicamente dois momentos da reflexão sobre o Brasil contemporâneo e duas instituições. O primeiro inicia sua vida intelectual nos quadros do ISEB a partir de 1960[92]; o segundo, formado historiador tardiamente na USP, em 1967, devedor das idéias de Weffort sobre o populismo e o Estado de compromisso, bem como da crítica ao dualismo que a "sociologia paulista" atribuíra ao pensamento do ISEB. Nomes de outras pessoas também sugerem as relações interinstitucionais que ultrapassam os limites da instituição universitária, especialmente os novos centros de documentação que foram decisivos para a revisão da história republicana. Maria Cecília Forjaz destaca a colaboração de Lúcia Lippi de Oliveira, Celina do Amaral Peixoto e Aspásia Camargo, cujo empenho à frente do CPDOC, criado em 1973, garantia o acesso à documentação pessoal e às entrevistas de personagens importantes da cena política dos anos de 1930, além da produção de informações sistemáticas no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, obra que serviria de referência para a história política que então se escrevia[93]. Pode-se estender os fios infinitamente; o importante, entretanto, é que esta teia de relações esquadrinha o campo em que a investigação dos anos de 1930 continuava a acontecer.

Neste ponto da história disciplinar, conforme já se indicou, a continuidade da investigação exigia o trabalho meticuloso com as fontes. Todas os livros e teses escritos nesse período se caracterizam pelo labor exaustivo com as fontes – da imprensa diária à documentação oficial, desta aos arquivos pessoais, dos livros de memórias aos depoimentos gravados (APÊNDICE A/Quadro 3). À visão de conjunto dos estudos iniciais, somava-se o olhar atento aos detalhes. E aí, na trama mais fina, transparecia a importância de acontecimentos, dos sujeitos coletivos e de suas ideologias, mas também dos indivíduos que se encontravam na linha de frente das

---

[91] v. DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*; memória, história e revolução. – 6ª ed. – São Paulo Brasiliense, 2004. [1ª ed, 1981]; e VESENTINI, Carlos. *A teia do fato*; uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, Hucitec, 1997.

[92] v. STEIN, Leila de Menezes & SAPIA, Ricardo. Ciências sociais e trajetória intelectual: entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, UNESP, v.9, n.16, 2004, p. 37-55.

[93] Sobre a criação do CPDOC, v. FERREIRA, Marieta de Moraes. Cpdoc – 30 anos. In: *Cpdoc-30 anos. op.cit.* p. 13-12; e AMADO, Janaina. Conversando: o CPDOC no campo da história oral. In: *Cpdoc – 30 anos*. *op.cit.* p. 59-83. Sobre a relevância do DHBB na pesquisa histórica v., CONIFF, Michael L. O DHBB e os brasilianistas. In: *Cpdoc – 30 anos*. *op.cit.* p.85-96.

lutas políticas dos anos de 1930. Esta última inflexão ligava-se, então, à revalorização da história política, que pode ser entendida como parte da reação crítica aos estruturalismos no cenário das ciências humanas na década de 1970[94]. Entre os acontecimentos, a Revolução de 1932 ganharia destaque. Os dois trabalhos acerca do tenentismo evidenciam a importância da Revolução de 1932 como parte do "caso de São Paulo".

Maria Cecília Forjaz, dando continuidade aos seus trabalhos anteriores, ratifica a percepção do fenômeno do tenentismo como movimento que se explica mais pela lógica inerente ao dispositivo militar e seu papel na Revolução de 1930 do que como expressão política das classes médias ou da pequena burguesia urbana. Analisando a composição social da baixa oficialidade do exército envolvida no movimento a autora nota o posicionamento ambíguo do grupo dentro da estrutura social naquele momento. Por um lado, os cadetes do final da década de 1910 e tenentes na década de 1920 eram os *cadets* de famílias com vínculos oligárquicos nada desprezíveis, embora marcadas pela decadência de seu patrimônio e prestígio social. Por outro, os "tenentes" se sentiam parte de um grupo mais amplo dos quadros da burocracia estatal, que compunha a chamada "classe média". Esta se encontrava afastada do poder econômico e próxima do poder político, numa evidência de que sua existência como grupo social sustentava-se no aparato estatal, em vez de ser um produto de novas forças econômicas[95].

Do ponto de vista de suas posições ideológicas, não se encontravam muito distantes das oligarquias dissidentes e suas idéias eram representativas do espectro ideológico do pós-30: anti-liberalismo, estatismo, centralismo. Posições cujas referências teriam sido, segundo a autora, o positivismo mais ou menos difuso no meio militar e o que se chamou de "pensamento autoritário" consubstanciado nas obras de Alberto Torres e Oliveira Viana. Além disso, o que a obra assinala de significativo para o argumento central deste capítulo é a associação da Revolução de 1932 ao fim do tenentismo, isto é, a sua exclusão político-militar depois do fim do

[94] cf., GUIMARÃES, Manole Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca. (orgs.) *Cutura política e lieturas do passado*; historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 35.

[95] v. FORJAZ, Maria Cecilia Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. São Paulo, FFLCH, 1982. (Doutorado em Ciência Política). p. 236-247. Para uma percepção sistemática da atuação dos militares na política entre 1930 e 1945, v. CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930-1945. in: *A Revolução de 30*. *op.cit.* p. 107-187.

movimento constitucionalista. Este teria assinalado o ponto máximo da tensão entre as frações oligárquicas afeitas ao liberalismo e os tenentes, o Clube 3 de Outubro, composto também por civis particularmente egressos do funcionalismo público, e a Legião Revolucionária de São Paulo, ator coletivo de suprema importância nos momentos finais do "caso de São Paulo". O fim do movimento constitucionalista marcaria, de forma definitiva, o distanciamento entre a alta oficialidade do Exército e o núcleo central do Governo Provisório e os oficiais envolvidos na política. O que explicaria, então, a derrota do tenentismo era sua marginalização definitiva dentro do dispositivo militar após a Revolução de 1932. Iniciava-se, então, a supressão da política *no* Exército e abria-se a possibilidade de se fazer a política *do* Exército[96].

A tese de Vavy Pacheco Broges avança ainda mais na compreensão do tenentismo ao ressaltar a historicidade do próprio conceito com que a historiografia passou a designar o movimento. Segundo a autora, a denominação surge, em tom pejorativo, durante o "caso de São Paulo" na oposição que tornou inconciliáveis as oligarquias dissidentes de São Paulo, representadas nos jornais *Diário Nacional* e *O Estado de São Paulo*, e a Legião Revolucionária de São Paulo, identificada com as posições do Clube 3 de Outubro, com a chefia pessoal de Miguel Costa e que se fazia ouvir, no debate público sobre os rumos ou descaminhos da revolução de outubro, através dos jornais *O Tempo* e *O Correio da Tarde*. Seguindo o percurso deste debate na imprensa diária e apropriando-se do aparato conceitual da nova história política (APÊNDICE A/Quadro 3), a autora revela como, no curso da luta política, uma certa memória dos eventos e os conceitos usados para pensá-los se consolidam e determinam as percepções futuras. Nesse sentido, Vavy Pacheco Borges situava seu estudo na corrente interpretativa que vinha desde Boris Fausto e se completava com Carlos Vesentini e Edgar de Decca. De acordo com a autora, tratava-se de "chegar a uma revisão profunda de uma historiografia que tudo relaciona e tudo explica por uma 'Revolução de 30'"[97].

Assim, ao debruçar-se sobre o "caso de São Paulo", a autora foi capaz de surpreender a complexidade das relações políticas entre os atores naquela conjuntura, complexidade que escapava às oposições generalizantes como a luta entre tenentismo e oligarquias. Esta, aliás, teria sido o sedimento posterior dos confrontos que marcaram a cena política paulista e, por extensão, o cenário nacional entre 1930 e

[96] v. FORJAZ, Maria Cecília Spina. *op.cit.* p. 247-
[97] cf. BORGES, Vavy Pacehco. *Tenentismo e revolução brasileira*. *op.cit.* p. 18.

1932. Os conflitos se precipitam, mas também certa concordância entre os partidos em disputa se revela, nas questões da defesa da lavoura, da subversão da ordem social manifesta na mobilização das "massas", sobretudo dos trabalhadores urbanos, das interventorias em São Paulo, do regionalismo, do temor de uma guerra civil do norte contra o sul tendo como eixo o estado de São Paulo[98]. Nestes debates, e em meio a tantos temores, nenhum dos grupos em disputa revelava-se tão monolítico quanto se supunha. Ao contrário, há uma ambigüidade constante com relação ao Governo Provisório, por exemplo, que caracterizava tanto a Liga Revolucionária de São Paulo quanto o Partido Democrático e seus futuros aliados da Frente Única Paulista. A questão do reajustamento econômico proposto pelo governo central congregou os partidos na defesa da lavoura, para logo separa-los quanto aos métodos. A substituição do interventor João Alberto suscita o alinhamento deste com os democráticos de São Paulo, opondo-o a Miguel Costa que rejeitava a indicação de Plínio Barreto. A indicação de Laudo de Camargo, acima de todos os partidos, aparentemente contenta todos por um momento, até que a posição irredutível do secretariado quanto a preponderância de Miguel Costa provoca a demissão coletiva. Pode-se, a partir da narrativa da autora, desfilar toda a marcha e contra-marcha do "caso de São Paulo" até a Revolução de 1932, evidenciando nesse compasso as posições cambiantes dos atores políticos em cena. O que se depreende da narração e importa salientar é que as vicissitudes do tempo curto faziam ver que a política, embora orientada por princípios mais ou menos estáveis, não seguia um curso definido.

Há dois elementos em *Tenentismo e revolução brasileira* que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, o trabalho parte do questionamento da memória histórica sobre o tenentismo no conjunto da reflexão sobre a "revolução brasileira"[99]. Comparando-o à tese de Maria Cecília Forjaz, que assume os termos da luta política do passado como substantivos à realidade, o estudo de Vavy Pacheco Borges demonstra a construção histórica de um conflito nada absoluto entre tenentes e oligarquias, e o faz desfiando a trama das duas categorias. Estes emergem como conceitos propriamente históricos porque forjados na luta política e, portanto, carregados de uma intencionalidade que não pode escapar à análise do passado. Isto

[98] v. BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. *op.cit*. Cap. I; p. 27-62.
[99] Ainda sobre o tenentismo no pós-30, v. PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruputra?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

porque, por um lado, eles produziram efeitos práticos naquele presente, classificando positiva e negativamente os atores em conflito. E, por outro, estas classificações herdadas daquele presente determinaram as interpretações futuras. Outro elemento importante na narrativa de Vavy Pacheco Borges é a centralidade que confere ao "caso de São Paulo" e à Revolução Constitucionalista de 1932 para a compreensão da década de 1930 na história nacional. Neste ponto, a análise da autora converge com a de Maria Cecília Forjaz, uma vez que ambas marcam o declínio do tenentismo como decorrência da Revolução de 1932.

O peso atribuído ao "caso de São Paulo" leva ao questionamento da escrita de uma história nacional. Maria de Lourdes Janotti, em texto crítico acerca da história regional, adverte para o fato significativo de que há uma identificação entre a história de uma dada região com a história nacional, de tal forma que reconhecemos como passado brasileiro aquilo que é relativo a realidades históricas parcelares. A autora considera que este procedimento metonímico resultaria da dinâmica concreta do desenvolvimento econômico que criou um espaço nacional caracterizado pela preponderância circunstancial de determinadas regiões sobre as outras. É como se a dinâmica da regionalização brasileira se transfigurasse na escrita do passado nacional[100]. Assim, uma vez que São Paulo assumira uma posição hegemônica no contexto brasileiro a partir de 1870, a história republicana do Brasil confundia-se com a história de São Paulo. Dessa forma, os temas de pesquisa e as interpretações relativas ao espaço social paulista acabam por impor-se às assim chamadas histórias regionais[101].

Há uma verdade desconcertante nestas constatações de Maria de Lourdes Janotti: inadvertidamente, a historiografia pode reproduzir as divisões regionais de forma pouco crítica. Estas divisões, no entanto, não resultam imediatamente das realidades econômicas, mas das lutas pelo poder de *di-visão* do mundo social que, sustentadas em fatores reconhecidamente objetivos, só se realizam plenamente pela ação de simbolizar as diferenças, subordinações, e desigualdades inerentes ao espaço nacional[102]. Cabe perguntar, portanto, em que medida a história científica também integra os saberes que dão base a estas divisões[103]. Em outras palavras, não se trata

[100]cf., JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *op.cit*. p. 86.
[101] Idem. p. 88.
[102] cf., BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. *op.cit.* p. 112-113.
[103] Sobre a questão dos saberes da regionalização v. HEREDIA, Beatriz. Região e regiões, visões e classificações do espaço social. in *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP & A Editora,

apenas de pensar como a escrita do passado é capturada pelo regionalismo, mas sim de como ela, sem que o saiba, também o constrói – um risco que o presente trabalho também corre. No caso específico aqui tratado, a centralidade de São Paulo para a compreensão da década de 1930 não pode ser negligenciada ou atribuída exclusivamente à criação de uma interpretação historiográfica. Mas é preciso notar que a constatação da importância do "caso de São Paulo" e seu desdobramento dramático, a Revolução de 1932, foi produzida no ambiente cultural paulista por uma geração de historiadores que deve ter sido marcada pela memória e comemoração daqueles eventos.

Algumas observações de Vavy Pacheco Borges corroboram esse argumento. Por exemplo, quando a autora se refere ao esquecimento da Legião Revolucionária de São Paulo na memória dos anos de 1980 e passa a lembrar os espaços da cidade de São Paulo que não mais reenviavam os paulistas, nem mesmo os especialistas do ofício, ao "caso de São Paulo" e à Revolução de 32: a avenida Vinte e Três de Maio, o Palácio 9 de Julho, a "esquina do MMDC"[104]. Seu depoimento na "advertência da autora" que abre o volume *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista* é ainda mais eloqüente:

> Nascida em São Paulo, junto com o Estado Novo, de mãe e avós maternos bem paulistas (daqueles atuantes na Revolução de 32), criei-me num clima de hostilidade, até mesmo de rancor pela figura de Vargas. O primeiro ato público no qual me lembro de ter tido uma participação mais consciente foi uma passeata que pedia a renúncia de Vargas, em agosto de 54, e que me trouxe, após o suicídio do Presidente, algumas noites de insônia, devido a uma indefinida sensação de culpa[105].

Foi com surpresa, então, que a historiadora se deparou com os editoriais de Júlio de Mesquita Filho fazendo a apologia de Getúlio Vargas na década de 1920. Esta questão intrigante, sugerida pela imbricação de tempos e posições que a leitura de um texto desperta, levou a autora a pesquisar as esperanças e desenganos da oligarquia paulista, ou melhor, da dissidência organizada no Partido Democrático e no "grupo de O Estado de São Paulo", com Getúlio Vargas. A cronologia desta relação

---

2001. p. tal a tal. Sobre o papel jogado pelos discursos na visibilidade e dizibilidade do regional v. ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes.* São Paulo, 1999.

[104] Cf., BORGES, Vavy Pacehco. *Tenentismo e revolução brasileira*. *op.cit*. p. 63-64.

[105] cf., BORGES, Vavy pacehco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista. op.cit.* p. 9.

que começara doce para tornar-se amarga tem por marcos os anos de 1926 e 1932. Mais precisamente, as esperanças galvanizadas na figura de Vargas duraram de 1926, ano que marca sua ascensão no cenário nacional como governador do Rio Grande do Sul e a cisão definitiva da oligarquia de São Paulo com a criação do Partido Democrático, a 1931, momento em que se anuncia o rompimento da oligarquia dissidente com o interventor João Alberto. Os desenganos começaram, no entanto, um pouco antes mas se consolidam em 1932 com a "união sagrada dos paulistas", isto é, de todas as frações de classe que se opunham à demora na convocação das eleições, na Frente Única[106].

A instituição de 1932 como marco temporal e da Revolução Constitucionalista como evento significativo também está presente nos trabalhos de Joseph Love, Maria Lígia Coelho Prado e Maria Helena Capelato. Todos enfatizam o significado do evento e seu referente temporal para as articulações dos grupos políticos paulistas face às ameaças a valores caros à sua formação: o liberalismo político e a autonomia regional[107]. Em torno destes princípios, especialmente sobre a autonomia das unidades federativas, a conciliação dos partidos se fez sob o signo da emergência. A aliança circunstancial continuaria nas eleições constituintes de 1933, quando a Chapa Única, que reunia o PD, o PRP, a Liga Eleitoral Católica, a Federação dos Voluntários e a Associação Comercial, elegeu 17 dos 22 representantes de São Paulo à Assembléia Constituinte. A unidade da coalizão, contudo, seria temporária. Quando da eleição do governador constitucional em 1934, a cisão dos grupos dirigentes novamente se manifesta. A criação do Partido Constitucionalista, reunindo o PD, a Federação dos Voluntários e a Ala Nacional dos elementos reformistas do PRP, marginalizaria o velho partido republicano. Nos três estudos, dois novos eventos passavam a articular o tempo da política: as eleições de 1933 e a Constituinte de 1934[108]. Nas duas ocasiões, o passado recente viria a mobilizar as consciências: era o começo da transfiguração da Revolução de 1932 em símbolo da unidade de São Paulo e seu compromisso com a institucionalização da democracia liberal no Brasil. Mas como lembra Maria Helena Capelato, os liberais de São Paulo defenderiam, empunhando a lembrança de 32, uma solução marcada pelo conservadorismo: a reconstrução nacional deveria pautar-se

[106] v. BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista*. *op.cit.* Cap. 2 e 3. p. 61-130; 131-184.
[107] cf., PRADO, Maria Lígia Coelho. *op.cit.* p. 126; LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 168-169; e CAPELATO, Maria Helena. *op.cit.* p. 178-180.
[108] A narrativa deste tempo entre 1932 e 1934 é mais ou menos parecida em todo os autores.

pela conciliação entre o passado e o futuro. Ainda que a volta à situação anterior a 30 não fosse possível, tampouco desejável, a tradição liberal da república deveria impor-se aos constituintes de 1934[109].

O tema da constitucionalização, finalmente, é aquele em que a Revolução de 1932 ganha os contornos de fato relevante, de baliza temporal para organizar a narrativa dos anos de 1930. A Revolução Constitucionalista torna-se, então, um divisor do tempo. De 1930 a 1932, a heterogeneidade das forças que compunham a Aliança Liberal se manifesta no interior das oligarquias dissidentes e entre estas e novos grupos, os assim chamados tenentes. Ao mesmo tempo, para além das oposições entre aqueles que disputavam a direção do Estado, os grupos subalternos também resistiam às tentativas de controle de suas organizações e ao estado calamitoso das condições de vida naquela conjuntura econômica. O "caso de São Paulo" seria o exemplo mais evidente destas disputas que se traduziram em confrontos diretos e violentos entre os oponentes. De 1932 a 1934, estes conflitos se transfiguraram na luta partidária, nos canais institucionais, no debate acerca da nova Constituição. É este aspecto da luta política naquele tempo, quando o tema do debate se concentra no par centralização/descentralização, que constitui o objeto de *Regionalismo e Centralização Política*[110].

Enxergar a vitalidade do período da constitucionalização exigia o questionamento da própria cronologia que organizava a compreensão deste tempo. Nas palavras da organizadora da obra: "Não é incomum na história do Brasil encontrarmos um tipo de periodização que toma como bloco coeso o período que vai de 1930 a 1945"[111]. A Revolução de 1930 assinalaria, nessa visão, uma ruptura e um novo ponto de partida; 1945, igualmente, seria um ponto "de cisão e de partida renovadora". Entre um instante e outro, 1937 surgia como a concretização dos projetos de 30: "O Estado Novo é visto como a conclusão lógica do movimento de 1930 e, neste sentido, os sete anos que o antecedem passam a ser a antecâmara de sua presença inevitável"[112]. Assim, de acordo com os autores:

---

[109] cf., CAPELATO, Maria Helena. *op.cit*. p. 181.
[110] cf., GOMES, Angela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política*. *op.cit.* p. 27.
[111] cf., GOMES, Angela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política*. *op.cit.* p. 24.
[112] Idem. ibidem.

> Esta concepção, ao esquecer literalmente as marchas e contramarchas do período que vai de 1930 a 1937, apaga da memória histórica parte do sentido e da significação de fatos cruciais como a Revolução Constitucionalista de 1932; a experiência da Constituinte de 1934; os movimentos políticos da Aliança Libertadora Nacional (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB), por exemplo. Dizemos parte da significação, porque tais acontecimentos não são apartados da vida política do país, mas incorporados segundo uma perspectiva que os recupera basicamente na qualidade de explicação e justificação *a posteriori* dos fatos que acabaram por acontecer[113].

A memória histórica e as causalidades lineares são efetivamente colocadas em questão. Aquilo que já havia sido apontado, isto é, que as narrativas acerca da década de 1930 resultavam também do trabalho da memória, encontra-se aqui de forma sistemática. Este argumento acerca da periodização seria retomado posteriormente por Angela de Castro Gomes no artigo *O redescobrimento do Brasil*, aparecido em 1982, e já se anunciara anteriormente no artigo de Aspásia Camargo acerca da Revolução de 1930 apresentado no seminário internacional organizado em 1980[114]. Neste trabalho, afirma textualmente que a continuidade entre 1930 e 1937 foi obra dos "revolucionários de 1937" num esforço consciente de apagar ou desqualificar os desvios liberais posteriores a 1930, tais como a Revolução de 1932, a Constituinte de 1934 e seus resultados funestos, como o movimento de 1935[115]. O que importa notar é que na obra de 1980 se prenuncia a atenção acerca das insinuações da memória sobre o conhecimento histórico, uma percepção que se tornava cada vez mais compartilhada entre os historiadores[116].

Além disso, tratava-se de conceber o tempo e articulação dos acontecimentos de maneira diversa. À causalidade linear, unicamente possibilitada pela visão retrospectiva, impunha-se perceber um tempo tencionado na medida dos conflitos entre os atores, cada qual desejando escrever o futuro à sua maneira, encontrando resistências que sugeriam recuos, negociações, conflitos abertos, rupturas e reconciliação. Por oposição ao rígido determinismo ou ao voluntarismo exaltado que explicavam os fatos políticos como resultantes da necessidade histórica ou dos talentos individuais, sugeria-se uma leitura do passado que considerava a ótica dos

---

[113] Ibidem.
[114] v. CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. *op.cit.*
[115] cf., GOMES, Angela de Castro. O redescobrimento do Brasil. in: OLIVEIRA, Lucia Lippi de *et alli*. *Estado Novo*; ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982. p. 118.
[116] Para além dos textos de Carlos Vesentini e Edgar de Decca, já citados como referências para a problematização da relação memória/história na escrita da história, consulte-se a reflexão de Aspásia Camargo na introdução de *O golpe silecioso*, v. CAMARGO, Aspásia. Introdução. in: *O golpe silencioso*. *op.cit*. p. 9-17.

agentes, as possibilidades abertas e as incertezas, evidenciando a especificidade do político como este campo em que o tempo é limite imposto a todos os atores e artifício manipulável pelos que se encontram nas melhores posições na arena[117].

O "caso" paulista ilustraria o exercício da política como dinâmica entre "parâmetros e objetivos que balizam a ação dos "personagens" históricos" e sua "astúcia e improvisação ao levar em consideração fatores como o tempo e a composição das forças para a tomada das decisões"[118]. Assim, a análise do período que vai da derrota da Revolução Constitucionalista, em 1932, até a promulgação da Constituição de 1934 evidenciaria o percurso que resultou na "reincorporação" de São Paulo ao cenário político nacional". Nesse processo, os agentes em disputa jogavam com um tempo comum e recursos políticos diversos[119]. Por um lado, o novo interventor, o general Waldomiro Lima, procurava mobilizar forças marginalizadas na criação de um Partido da Lavoura e do Partido Socialista para a disputa eleitoral de 1933. Dispunha de recursos de poder significativos, sobretudo o controle sobre os orgãos do governo central em São Paulo. De outro lado, o PD, PRP, Federação de Voluntários, Liga Eleitoral Católica, as "classes conservadoras", que se reuniriam na "Chapa Única por São Paulo Unido", que dispunham das máquinas partidárias, da permeabilidade das organizações católicas e da própria Igreja, das associações comerciais e de um capital simbólico único: o sacrifício dos paulistas na guerra civil de 1932, posto que as eleições eram tidas como a continuidade da luta aberta[120]. A vitória fragorosa da "Chapa Única", evidenciava a vitalidade das organizações políticas paulistas e seu discurso autonomista. A atuação da bancada paulista na Constituinte se caracterizaria pela capacidade de negociar com as demais forças políticas para que fosse possível garantir a perenidade de princípios liberais na organização do Estado, especialmente o federalismo. Ao mesmo tempo, essa negociação, inclusive diretamente com o Governo Provisório, assegurou a indicação de Armando de Sales Oliveira como interventor e sua posterior eleição na Assembléia Estadual. A estruturação do Partido Constitucionalista, marginalizando os elementos

---

[117] cf., GOMES, Angela de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; e COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Angela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política*. *op.cit.* p. 243.

[118] Idem.

[119] O que se segue é apenas um resumo de linhas de todo o processo que seria impossível reproduzir aqui em detalhe.

[120] v., GOMES, Angela de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; e COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. *op.cit*. p. 259-298.

mais tradicionais do PRP, viria também a viabilizar a carreira nacional de Sales de Oliveira, sua possível indicação à Presidência da República em 1938. Esse objetivo futuro estava em jogo quando o interventor apoiou a eleição indireta de Getúlio Vargas como presidente constitucional em 1934[121]. Bem, o que os "constitucionalistas" não poderiam saber é que o apoio às medidas restritivas das liberdades políticas, em 1935, abriria o caminho para que as eleições de 1938 fossem "adiadas" para 1946 e para derrota progressiva do federalismo como princípio ordenador da política nacional tão caro às elites regionais[122]. Em 1937, o tempo da política provaria ser melindroso e mais uma vez amargo, escapando ao sentido de uma suposta tradição liberal brasileira, a qual os "constitucionalistas" se filiavam, mas também esqueciam circunstancialmente.

Em todos os trabalhos que colaboram para instituir 1932 como referente temporal é o tempo do acontecimento que surge. Mas é um tempo curto de outra espessura, de múltiplas pautas e vozes, um tempo, por assim dizer, polifônico por oposição à monotonia da sucessão factual da história política tradicional. Este traço singular de todas as obras aqui analisadas sugere pensar a mudança nos paradigmas historiográficos que orientavam as pesquisas. Se atentarmos para o conjunto de referências teóricas que sustentavam as investigações formuladas entre o final da década de 1970 e o início da década seguinte, encontramos indicações nesse sentido (APÊNDICE A/Quadro 3). Entre os estudos que têm uma confessada orientação marxista, vale notar a incorporação do pensamento de Gramsci, especialmente a reflexão acerca da hegemonia como momento de direção de uma classe ou fração de classe[123]. É o caso dos estudos de Maria Lígia Prado, Maria Helena Capelato e o primeiro livro de Vavy Pacheco Broges, onde a natureza mesma do objeto impunha a leitura da política não como reflexo imediato das posições sociais sustentadas em bases econômicas. A política como disputa pela direção da sociedade, pela hegemonia, não se dava apenas na sociedade política, permeava a imprensa, se fazia nas ruas, nos partidos, nas associações de classe, na disputa perene entre grupos orientados por visões de mundo particulares. A leitura que as autoras realizam do "caso de São Paulo" evidencia as disputas na sociedade civil no momento em que a

[121] Idem. p. 304-332.
[122] cf. CAMARGO, Aspásia. *O golpe silenciso*. *op.cit*. p. 11.
[123] Sobre essa questão v. GRAMASCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968; e GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

direção mesma do Estado é ambígua e instável. Nessa visão do processo político, a ideologia é vista como corpo orgânico de princípios que fundamenta a percepção da realidade e a ação sobre ela. Nesse sentido, o fato mais dramático do "caso de São Paulo", a guerra de 1932, ganha contornos diferentes: expressaria a força do liberalismo e sua permeabilidade nas camadas médias da sociedade paulista. No tempo curto daquele acontecimento, portanto, convergiam linhas mais duradouras e longas, traçadas pela posição econômica que São Paulo conquistara no século XX, pela hegemonia da oligarquia paulista na Primeira República, pelo perfil da formação dos políticos que compartilhavam os mesmos esquemas de pensamento e ação.

A dialética da duração de inspiração braudeliana é explicitamente evocada em *Tenentismo e revolução brasileira*, pois a autora pretendia captar o "vai-e-vem consciente e inconsciente dos elementos em luta" no tempo-curto inserindo-o nos quadros conjunturais um pouco mais longos, como a crise da lavoura cafeeira paulista [124]. Além da incorporação da dinâmica existente entre níveis temporais distintos, o trabalho da autora também buscava a nova história política e as sugestões de uma história conceitual do político para compreender o fenômeno do chamado tenentismo no contexto da luta política durante o breve "caso de São Paulo"[125]. A atenção sobre os eventos nessa perspectiva permitiu elucidar seu potencial instaurador de realidades: a formulação de conceitos de vida longa como tenentismo, oligarquias e o debate sobre a revolução brasileira, que ainda movimentavam os investigadores e agentes políticos da década de 1980, seriam evidências disso. A contração de realidades de longa duração no tempo curto, parece-me, também orientava a investigação acerca do processo de constitucionalização que se iniciou após a derrota paulista em 1932, uma vez que os posicionamentos regionalistas e centralizadores que permearam os debates constitucionais remetiam a uma constante na história política brasileira desde o século XIX[126], constante aliás reconhecida na história escrita e publicada entre 1945 e 1966[127].

---

[124] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. *op.cit.* p. 23.
[125] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. *op.cit.* p. 24
[126] v. SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. *op.*cit. Cap. V. p. 106-135; SCWARTZMAN, Simon. – 3ª ed. - *As bases do autoritarismo brasileiro*. *op.cit*. Cap. V. p. 103-128; CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 49-80; e LOVE, Joseph. Federalismo y regionalismo en Brasil, 1889-1937. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.) *op.cit*. p. 180 – 223
[127] cf., VILLAS BOAS, Glaucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil*. *op.cit.* p. 69-72.

Por estes caminhos, repensar a história política dos anos de 1930 supunha romper com os quadros factuais herdados do passado. Os acontecimentos consagrados na cronologia política dos anos de 1930 seriam resultado da luta pelo poder, a visibilidade e poder explicativo atribuído a alguns deles, como a Revolução de 1930, em detrimento de outros expressaria o duplo sucesso dos grupos vencedores: além de terem imprimido a direção política naquele presente, garantiram a perenidade de sua lembrança[128]. Por isso mesmo exigia-se a revisão da periodização que havia sido incorporada à historiografia, valorizando experiências frustradas na luta pelo poder. Neste movimento, a Revolução de 1932 pôde tornar-se um referente temporal significativo. Só depois disso é que se tornaria possível repensar o acontecimento em si mesmo e também suas implicações na constituição de uma "memória paulista".

A memória em questão e a Revolução de 1932

Em 1982, numa das expressões da pulsão comemorativa que toma conta de São Paulo[129], a *Folha de São Paulo* publicou um caderno especial em seu *Folhetim* dedicado ao cinqüentenário da Revolução Constitucionalista. O caderno especial apareceu no dia 23 de maio, data que fora consagrada como ápice da mobilização cívica que resultaria na guerra civil iniciada a 9 de julho. O dia 23 lembrava o sacrifício de quatro estudantes em nome da "causa de São Paulo": nos confrontos entre o "povo" e os membros da Legião Revolucionária de São Paulo, na praça da República, tombaram mortos Martins, Miragaia, Drausio e Camargo, logo transformados na sigla MMDC a designar o grupo secreto responsável por organizar a luta armada. Entre os textos publicados, havia uma série de depoimentos e entrevistas, reunidos sob o seguinte título: *1932: o cinqüentenário de uma revolução polêmica*[130]. Entre os depoentes havia personagens ligados aos eventos, como Rubens Borba de Moraes e Paulo Duarte. Havia também as entrevistas com Raymundo Faoro, Edgar de Decca e Maria Helena Capelato. O confronto das falas tornava-se evidente.

---

[128] v. DECCA, Edgar de & VESENTINI, Carlos. A Revolução do vencedor. *op.cit.* Para uma visão da importância do poder na produção da história em outro caso nacional, v. TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past*; power and the production of history. Boston, Beacon Press, 1995.

[129] O cinquentenário da Revolução Constitucionalista desperta novo interesse sobre o evento. Nesse movimento, as comemorações oficiais r

[130] v., 1932: o cinquentenário de uma revolução polêmica. São Paulo, *Folha de São Paulo*, 23 de maio de 1982.

Os depoimentos autorizados pela experiência e memória dos acontecimentos, como o de Paulo Duarte, defendiam a narrativa triunfal da "causa paulista". Já as falas autorizadas pela história traziam uma visão crítica daquele acontecimento no contexto dos anos de 1930. Crítica sustentada na investigação do passado e que acabava por ressaltar as fraturas internas ao movimento constitucionalista, a falta de unanimidade em torno da revolução, o silenciamento de outras vozes ao longo do processo, o elitismo comum aos grupos que se confrontaram em 1932 e sua conciliação nos momentos seguintes[131]. O cinqüentenário abria espaço, então, para comemorar segundo os desígnios de uma memória que se pretendia unívoca e certa, mas também para repensar o acontecimento a partir de uma história que desejava ser a crítica da sociedade ao evidenciar seus conflitos no tempo. Parte da crítica histórica produzida na Universidade direcionava-se à constituição da memória de 1932. Como se viu, esse movimento se inicia com o questionamento da periodização dos eventos e se completa, no contexto do cinqüentenário, com a investigação detalhada do "movimento de 1932".

De acordo com o que já foi dito na caracterização preliminar que abre este capítulo, alguns trabalhos surgidos nesse momento podem ser tomados como resposta ao impulso comemorativo do cinqüentenário. É o caso do breve, mas sugestivo livro de Maria Helena Capelato, *O movimento de 1932: a causa paulista*. Publicado em 1981, na presitigiosa coleção *Tudo é História* da editora Brasiliense, o texto partia da crítica de duas versões sobre 1932. Uma visão triunfalista defendida pelas elites paulistas que supunha a vitória política da revolução apesar da derrota militar. Visão que era marcada por uma insistência em caracterizar o movimento constitucionalista como resultado da unidade de todos os paulistas, sem distinção de classe, em torno da defesa da autonomia estadual e dos princípios liberais de organização do Estado. A outra percepção que Maria Helena Capelato critica é a que se constituiu ao longo da guerra civil entre os grupos dirigentes concentrados em torno da figura de Getúlio Vargas. Para estes, o movimento constitucionalista era uma iniciativa contra-revolucionária, era a reação das oligarquias depostas em 1930, uma guerra dos "plutocratas paulistas" contra o Brasil e, mais grave, uma ameaça de separatismo.

[131] Idem.

Maria Helena Capelato desmonta os dispositivos ideológicos implícitos nas duas visões.

Estas interpretações sobre o movimento de 1932 ocultavam a disputa entre as frações de uma mesma classe social pela direção do Estado. No argumento de Capelato, a luta entre "consitucionalistas" e "ditatoriais" fora, na verdade, um conflito interno à classe dominante, cujas frações ocupavam posições diferentes na estrutura de classes relativa às bases econômicas que diferiam de uma região a outra, implicando maior ou menor compromisso com os mercados externo e interno. As duas interpretações também ocultavam outros agentes sociais, como a classe trabalhadora e suas organizações. A autora evidencia como a interpretação triunfalista, em nome da afirmação da unidade regional, silenciou a oposição constante do movimento operário ao projeto de Estado liberal defendido pelas elites paulistas, particularmente no que se referia à implantação da legislação social. Além de denegação da participação autônoma da classe trabalhadora na cena política, Capelato também desfaz a caracterização do movimento constitucionalista como a disputa entre as "oligarquias dissidentes" e os "tenentes", pois a vitória da Revolução de 1930 não teria sido a realização do projeto tenentista, se é que havia um, para a Nação. A autora ainda desmonta um outro elemento da retórica da unidade regional empregada pelos "paulistas" na caracterização que fizeram do movimento. Trata-se da idéia da "união sagrada dos paulistas" consubstanciada na comunhão dos partidos (PRP e PD) contra a ditadura e seus interventores. Capelato discerne, então, três grupos: os separatistas, confederacionistas e federalistas. Cada um deles sugeria uma forma de organização do Estado nacional distinta e abrigava elementos dos dois partidos políticos dominantes na cena estadual.

Não se trata aqui de descrever minuciosamente a argumentação da autora sobre a "verdade" da causa paulista. O que interessa no estudo de Capelato são dois elementos descritos acima. Em primeiro lugar, a explicação que formula baseia-se nas análises críticas da década de 1930, estabelecidas desde os anos de 1970, que consideravam fundamentais para a compreensão do período a análise do tenentismo, do movimento operário, da crise da economia cafeeira e da configuração das diversas frações das oligarquias agrárias em disputa no Estado republicano. Em segundo lugar, e o que é mais importante aqui, sua interpretação parte da crítica da memória histórica consolidada no ambiente paulista acerca do movimento constitucionalista. Não por

acaso, portanto, a autora se refere à vasta literatura que se produziu em São Paulo logo depois da derrota militar.

Essa literatura constitui o objeto de análise de Holien Gonçalves Bezerra em *As artimanhas da dominação*. A tese defendida na USP, em 1981, procurava desvendar os dispositivos ideológicos que caracterizavam a produção dos testemunhos sobre o evento e suas causas, isto é, a crise aberta no início do Governo Provisório acerca da interventoria de São Paulo, que ficou conhecida como o "caso de São Paulo". A análise dos textos é precedida pela caracterização dos autores que os compuseram entre 1931 e 1937. Holien Bezerra, amparado nos estudos de Gramsci sobre as funções do intelectual e nas análises de Eliseo Veron sobre o processo ideológico, procura desvendar a posição dos autores na estrutura de classes para demonstrar seu papel de divulgadores da ideologia dominante[132]. Originários da classe média em sua maioria, ocupando posições mais ou menos destacadas no jornalismo paulistano, os autores encontravam-se próximos dos grupos dominantes e desempenhavam um papel secundário, mas significativo, na produção do consenso. O "caso de São Paulo" e o movimento constitucionalista tornam-se, nas memórias, romances e poesias publicadas, pretexto para que os princípios ideológicos da burguesia paulista fossem divulgados, repetidos, sedimentados na narrativa dos episódios que tinham a vantagem de provocar a aderência de diversos grupos sociais porque todos teriam se envolvido no "sacrifício" de São Paulo[133].

A estrutura da tese é sugestiva da intenção do autor em desvendar os mecanismos ideológicos que davam coerência à dominação. No capítulo introdutório, depois de definir os condicionantes sociais da produção do discurso pelos intelectuais responsáveis pela divulgação da ideologia dominante, o autor apresenta os eixos temáticos da literatura sobre 1932 que puderam ser estabelecidos pela contagem da freqüência com que certos temas e palavras apareciam nos textos analisados. Assim, Bezerra define três eixos temáticos em torno dos quais a ideologia se reproduzia: o constitucionalismo como apanágio de São Paulo em sua missão histórica de garantidor da ordem e das liberdades da lei; o caráter de revolução popular atribuído ao movimento constitucionalista; e a resistência à nova ordem implantada depois de 1930. Cada eixo temático é analisado em minúcias nos capítulos *Dominação*

[132] cf., BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da dominação*; São Paulo – 1932. São Paulo, FFLCH-USP, 1981. (Doutorado). p. 27-36
[133] cf.,BEZERRA, Holien Gonçalves. *op.cit*. p. 43.

contestada: São Paulo contra a nova ordem, *Dominação da lei: o constitucionalismo* e *Dominação legitimada: a "revolução popular"*. Não é o caso de expor detalhadamente o desenvolvimento de cada capítulo. Deve-se destacar algumas constantes que aparecem em todos os "eixos ideológicos": a afirmação da unidade regional e a diminuta relevância conferida pelos autores da literatura sobre 1932 à crise econômica que precipitou a ruptura da hegemonia da burguesia paulista. Para Bezerra, este fator explicativo do "caso de São Paulo" e do movimento constitucionalista era ocultado pelo discurso[134]. Este também falseava a realidade ao apresentar a unidade de São Paulo em torno do constitucionalismo, pois escondia a participação limitada do operariado no movimento e a repressão às organizações sindicais e políticas identificadas com os trabalhadores.

Nesses dois pontos, portanto, a tese de Bezerra e o trabalho de divulgação de Maria Helena Capelato concordavam, assim como a dissertação de mestrado de Márcia Mafra, orientada por Edgar Carone e defendida em 1984[135]. Em *A relação entre as classes sociais e a campanha constitucionalista: 1930-1932*, a autora procura demonstrar como as classes subalternas, notadamente o operariado urbano, teriam servido de "instrumento na busca de legitimação por parte dos grupos em disputa"[136], isto é, o grupo identificado com a Legião Revolucionária de São Paulo, depois organizado no Partido Popular Paulista, e os "democráticos". Entre 1930 e maio de 1932, as greves operárias apresentavam a todos os atores em disputa a premência de solucionar a chamada "questão social", agravada pela crise econômica que provocara a diminuição dos salários e o desemprego. Nesse quadro, as correntes políticas procuram aproximar-se do operariado: a Legião Revolucionária dizia-se porta-voz dos interesses populares na revolução em curso; e a fração do PD liderada por Marrey Jr. também procurava monopolizar o discurso em torno da "questão social", com o cuidado de afastar o movimento dos trabalhadores das acusações de infiltração comunista[137]. Ao longo do processo, acompanhado por forte repressão aos grevistas e lideranças sindicais que opunham resistência ao controle exercido pelo Ministério do Trabalho[138], os trabalhadores não teriam encontrado identidade com o projeto da

---

[134] Idem.
[135] cf., MAFRA, Márcia Yajgunovitch. *A relação entre as classes sociais e a campanha constitucionalista: 1930-1932*. São Paulo, FFLCH/USP, 1984 (mestrado). p. III
[136] Idem. p. 116.
[137] Idem. p. 123-131.
[138] Sobre a resistência do movimento operário ao sindicalismo oficial v. VIANA, Luis Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

Legião Revolucionária, tampouco com a noção de democracia defendida pelos constitucionalistas. Para Márcia Mafra, a eclosão do movimento armado de 1932, com a imposição de medidas ainda mais restritivas à organização política dos trabalhadores, provocou a desarticulação do movimento operário e anulou sua capacidade de interferir no debate durante o período de constitucionalização que se seguiu à guerra civil[139].

Outro livro publicado no mesmo contexto constitui a primeira narrativa detalhada da guerra civil a partir de documentação inédita produzida no centro do poder político – fontes que não estavam disponíveis quando Helio Silva escreveu seu *1932: a guerra paulista*. Trata-se de *1932: a guerra civil brasileira*, do brasilianista Stanley Hilton, publicado pela Nova Fronteira em 1982[140]. O livro de Hilton supria uma lacuna apontada por Joseph Love quando afirmava ser surpreendente que ainda não houvesse estudos analíticos sobre a guerra civil[141]. O autor descreve toda a marcha da guerra, as estratégias de ambos os lados em conflito na articulação com as lideranças oligárquicas estaduais, na batalha diplomática, na contra-informação, na arregimentação dos contingentes e recursos militares. Nesse sentido, a narrativa não difere muito em conteúdo do livro de Helio Silva, mas apresenta algo novo. Do ponto de vista da história das instituições militares brasileiras, 1932 marcaria a necessidade de expurgar a oficialidade radical e unificar o Exército em torno de uma política de desenvolvimento industrial que levasse seriamente em consideração as necessidades da segurança nacional, sobretudo o reaparelhamento das Forças Armadas com a colaboração da indústria nacional[142]. Considerando os diálogos da história política com a memória, o estudo de Hilton também apresentava uma novidade. No prefácio, intitulado *A vitória constitucionalista*, o autor formula a hipótese contra-factual da tomada da Capital Federal pelas forças paulistas[143]. Segundo Hilton, se os "revolucionários" tivessem tomado uma postura ofensiva, talvez o resultado do conflito armado fosse diferente e a história política dos anos 1930 e além não fosse marcada pelas soluções autoritárias do Estado Novo e pela centralidade de Getúlio Vargas[144]. Pode-se dizer, portanto, que o estudo de Hilton compartilha a atenção

[139] cf., MAFRA, Márcia Yajgunovitch. *op.cit.* p. 151.
[140] v. HILTON, Stanley E. *1932: a guerra civil brasileira*. – 2ª ed – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
[141] cf., LOVE, Joseph. *A locomotiva*. *op.cit.* p. 169.
[142] cf., HILTON, Stanley. *op..cit.* p. 330.
[143] cf., HILTON, Stanley. *op.cit.* p. 9-15.
[144] Idem. p. 15-16.

conferida pela historiografia brasileira ao político como instância de produção da sociedade e da memória histórica.

Ao desfiar a trama dos acontecimentos e sua articulação discursiva que colaborava na criação do consenso, estes trabalhos escritos no contexto do cinqüentenário questionavam a memória da Revolução Constitucionalista que foi mais uma vez consagrada no ano de 1982. Anunciava-se, então, uma história que se contrapunha, com as armas da investigação crítica do passado, à memória que pretendia afirmar a lembrança do acontecimento fundador de uma identidade paulista no século XX, uma vez que a Revolução Constitucionalista era apresentada nas comemorações como símbolo da unidade de todos os paulistas, sem distinção de classe, em torno das idéias de democracia e autonomia regional[145].

Um pouco mais tarde, já na década de 1990, a tematização do regionalismo paulista, prefigurado a partir de certas leituras da história nacional, viria a recolocar a Revolução Constitucionalista no centro da investigação. Não se tratava mais de, como nos anos 1980, analisar o acontecimento em si mesmo, mas de decifrar a articulação entre sua memória e a produção de uma identidade regional.

Na verdade, o nascimento desta preocupação também pode ser relacionado às celebrações de 1982. Fixando uma cronologia correta dos estudos sobre o regionalismo paulista, em 1985 aparecia a tese de Kátia Abud acerca da construção da simbologia do bandeirante como modelo de identificação da elite paulista. *O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições* retraçava a invenção da tradição do bandeirismo desde o século XVIII ao século XX, especialmente as décadas de 1920 e 1930[146]. O referencial teórico em que se baseava o trabalho de Kátia Abuda era o livro *A invenção das tradições*, publicado oirginalmente em 1983. Patrick Hutton, ao analisar o interesse da historiografia contemporânea pela memória e imaginação

---

[145] Essa é uma constante nas comemorações desde que elas se iniciaram logo após o final do conflito armado como se verá nos capítulos seguintes. Para uma visão dos contornos que a comemoração ganhou em 1982 consulte-se as edições especiais: Revolução de 32, 50 anos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1982 (suplemento especial); O 9 de Julho: a comemoração dos 50 anos. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 10 de julho de 1982; e 1932: o cinqüentenário de uma revolução polêmica. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 de maio de 1982 (Folhetim). Além disso, há os livros de caráter comemorativo: PEREIRA, Antônio Carlos. *Folha dobrada*; documento e história do povo paulista – 1932. São Paulo, O Estado de São Paulo, 1982; e *Cinquentenário da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, Secretaria de Estado de Educação, 1982. Em diferente tom, distanciando-se, portanto, da narrativa triunfalista, Emilia Viotti da Costa organizou o livro *1932: imagens contraditórias*, uma entre outras iniciativas do Arquivo do Estado para a comemoração, v. COSTA, Emilia Viotti. *1932: imagens contraditórias*. São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo, 1982.

[146] v. ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições*; a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1985. (Doutorado)

comemorativa, inclui o livro de Hobsbawm e Rnger entre as obras que despertaram o interesse dos historiadores para aqueles temas[147]. No Brasil, é certo que a recepção da noção de tradição inventada para designar a recriação do passado em cerimônias públicas com fins políticos teve bastante sucesso – a tradução da obra é de 1984![148]. O sucesso da recepção do trabalho de Hobsbawm pode também ser medido pela tradução relativamente tardia da introdução de *Les Lieux de Mémoire-1.La République* também aparecida na França em 1984: o texto de Nora onde se estabeleceu o conceito de lugares de memória só foi traduzido 9 anos depois, quase coincidindo, portanto, com a publicação do último tomo da obra coletiva[149]. Essa digressão em torno da recepção destas referências para os estudos sobre a memória e as comemorações explica-se: a recepção e difusão da noção de tradição inventada liga-se, creio, ao prestígio que o marxismo gozava entre os historiadores.

Voltando ao argumento de Katia Abud, em que pese a crítica que se pode fazer ao conceito de tradição inventada por oposição a costumes genuínos[150], a autora demonstra a manipulação do símbolo bandeirante em determinadas ocasiões, revelando a eficácia dos usos do passado para construir a coesão e garantir a mobilização política. 1932 teria sido um dos momentos em que a épica bandeirante foi evocada para representar a unidade paulista em torno dos objetivos do movimento armado: a luta pela constitucionalização e autonomia seria apresentada como a atualização do heroísmo bandeirante[151]. Ironicamente, a mesma imagem seria usada pelo regime que suspenderia em definitiva as pretensões de hegemonia dos grupos dominantes paulistas: durante o Estado Novo, a imagem do bandeirante seria manipulada na propaganda da marcha para o oeste que o governo central apregoava como um dos grandes objetivos nacionais[152] - movimento de nacionalização do símbolo que se desenvolvia em publicações como a *Revista do Brasil* e no debate

---

[147] cf., HUTTON, Patrick. *op.cit.* p. 4.
[148] v. HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (org.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
[149] v. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista de Estudos Pós Graduados em História, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993, p. 07-28. E as avalições críticas de Armelle Enders e Ulpiano Bezerra de Meneses, v ENDERS, Armelle. *Les lieux de mémoire* 10 anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 132-137; e MENESES, Ulpiano Bezerra de. A histórica cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.34, 1992, p. 9-24.
[150] Sobre esta questão v. BANN, Stephen. *As invenções da História*; ensaios sobre a representação do passado. São Paulo, Ed. UNESP, 1994; e CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. s.l./ Celta Editora, 1993. Cap. 2. p. 49-86.
[151] cf., ABUD, Katia. *op.cit.* p. 191.
[152] Idem. p. 193 e ss.

intelectual dos anos 1920[153]. No trabalho de Kátia Abud, então, o movimento constitucionalista marcaria um dos momentos em que uma suposta identidade paulista, prefigurada na imagem do bandeirante e do bandeirismo, se criou e instituiu. Para além de marco da história política mais estritamente entendida como história da luta pelo Estado, 1932 passava também a ser marco de uma história dos usos do passado na produção do regionalismo.

No caso do estudo de Katia Abud, a tradição inventada do bandeirismo e sua manipulação serviam igualmente aos propósitos da dominação política da oligarquia paulista. Pode-se, então, situa-la no mesmo espectro de preocupações que orientara os trabalhos de Maria Helena Capelato e Holien Gonçalves Bezerra. No entanto, a tese de Katia Abud colocava em primeiro plano o papel desempenhado pela cultura histórica compartilhada pelos grupos dominantes regionais no protagonismo que procuravam exercer no cenário nacional. As visões da história, particularmente o bandeirismo, fundamentariam a hegemonia. Seria o caso, contudo, de se perguntar sobre os limites efetivos destas imagens do passado como fundamento da dominação. Em um artigo bastante sugestivo de 1993, Maria Isaura Pereira de Queiroz demonstrava que o imaginário do bandeirismo se restringia à cultura de elite[154]. Tal afirmação confirmava outra, de Joseph Love, para quem "poucos paulistas educados tinham qualquer dúvida de que sua psicologia coletiva fora herdada dos bandeirantes", caracterizados na historiografia produzida no período como construtores da nação brasileira, cabendo, portanto, "a seus descendentes modernos aceitar o destino de liderarem o país"[155]. Assim, é possível que o uso da imagem do bandeirante no contexto da mobilização militar de 1932 repercutisse apenas entre o público letrado, uma parcela muito diminuta da população do estado[156].

O livro de Antonio Celso Ferreira, *A epopéia bandeirante*, torna claro quais grupos sociais produziram e eram capazes de interpretar o bandeirismo como elemento histórico característico da identidade paulista. Ao contrário do trabalho de Kátia Abud, Ferreira não estava preocupado em fazer a crítica dos usos políticos do bandeirismo, mas sim com a concepção desta invenção histórica particular e das

---

[153] v. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*; um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo, Ed.UNESP, 1999; e VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela*; nacionalismo e regionalismo paulista. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1987. (mimeo.)

[154] v. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista da USP*, São Paulo, nº 13, mar. / mai. 1993, p. 78-87.

[155] cf. LOVE, Joseph. *A locomotiva*. *op.cit*. p. 107.

[156] Sobre isto ver os dados compilados por Love: LOVE, Joseph. *A locomotiva*. *op.cit*. p. 132 e 217.

instituições culturais onde ela foi criada. Há um diferença teórica entre os dois trabalhos que precisa ser marcada: Antonio Celso Ferreira pensa a epopéia bandeirante a partir da noção de invenção histórica, formulada por Stephen Bann, em certa medida, como resposta a idéia de tradições inventadas[157]. É sobre as práticas culturais de representação do bandeirismo que Antonio Celso Ferreira se debruça. O autor retraça a invenção da epopéia bandeirante na literatura sobre o universo caipira e no romance histórico, assim como na historiografia. A epopéia paulista foi produzida a partir de instituições que reuniam os letrados, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894) e a Academia Paulista de Letras (1909). A historiografia produzida no IHGSP, particularmente, tratava o bandeirismo a partir de um registro épico da história. De acordo com Ferreira, os autores da historiografia paulista procuravam incorporar os procedimentos científicos elaborados quando a história se formava como disciplina. Mas o trabalho de crítica das fontes e o apego à objetividade garantida pelo distanciamento temporal entre o sujeito e o objeto de investigação conferiam apenas uma "aparência moderna a um conteúdo prefigurado miticamente"[158]. Este conteúdo mítico era o bandeirismo considerado como fato fundador da nacionalidade, conforme já havia apontado Kátia Abud. Mas o mito fundador das bandeiras também era visto no presente: a Revolução de 1932 seria narrada como a continuidade daquela experiência histórica no romance histórico e na historiografia sobre o evento[159]. Pode-se dizer mesmo que a invenção da épica bandeirante forneceu categorias de percepção do mundo político que os contemporâneos usaram para agir no presente, como já havia intuído Joseph Love, e para representar a história vivida.

Antonio Celso Ferreira nota ainda a importância das comemorações do centenário da Independência como um momento em que os letrados paulistas se engajaram na reconfiguração da épica bandeirante incorporando a ela o tema da emancipação política nacional. O autor indica aqui um ponto de mudança no regionalismo paulista construído sobre as representações do passado. A Revolução de 1932 seria prefigurada segundo a épica paulista, mas o significado do acontecimento implicaria representar a história de São Paulo em sua relação com o Brasil de outras

---

[157] v. BANN, Stephen. *op.cit.* p. 20.
[158] cf., FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, UNESP, 2002. p. 148.
[159] Idem. p. 344 e ss.

maneiras. Outras imagens, que não a constituição racial da nacionalidade e territorial do Estado nacional, seriam extraídas do "novo encantamento cívico".

Nos anos de 1990, Luis Fernando Cerri escreveu *A ideologia da paulistanidade*[160]. Neste trabalho, o autor tratava da cultura cívica nas escolas paulistas. Um dos aspectos do que chama de "ideologia da paulistanidade" é o uso das imagens dos bandeirantes nos materiais didáticos de estudos sociais e história produzidos em São Paulo: através das imagens perpetua-se no ensino de história a épica bandeirante definida pela historiografia das décadas de 1920 e 1930. Outro elemento da cultura cívica que se desenvolve nas escolas paulistas é o culto à memória da Revolução de 1932. Cerri organiza seu estudo a partir das memórias de alunos e professores de uma escola do interior e da análise das comemorações do cinqüentenário organizadas pela Secretaria de Estado de Educação nas escolas em 1982. No momento em que observa a produção da memória de 1932 nas escolas, Cerri nota a indiferença da maioria dos professores e alunos sobre o evento e sua memória – sua comemoração era mais uma entre tantas datas no calendário cívico escolar. Atribui este esquecimento à ausência dos professores mais velhos que tiveram algum engajamento na Revolução de 1932 ou que experimentaram seus desdobramentos como estudantes. Em outras palavras, a memória do evento desaparecia com os mortos. O esforço empreendido em 1982 pelos orgãos educacionais, Sociedade de Veteranos de 32 – MMDC e IHGSP explica-se por isso.

Na visão de Cerri, estas instituições "conservadoras" pretendiam reavivar a memória da guerra com vistas a justificar valores tradicionais como o sacrifício coletivo pela pátria e a unidade regional. A pedagogia das cerimônias cívicas escolares se resumia a estes princípios. Cerri preocupa-se tanto com a crítica destes desígnios que a análise dos rituais cívicos perde substância: há pouca coisa em seu estudo sobre a conformação das cerimônias e a maneira como a lembrança de 1932 era recriada através delas. Aqui o esforço teórico-prático de crítica das tradições inventadas não deixa entrever como estas representações do passado puderam, em outros tempos, dizer alguma coisa ao presente. Talvez o autor fosse tomado pela indiferença frente a um passado glorioso que precisou ser instituído no calendário

[160] v. CERRI, Luis Fernando. *A ideologia da paulistanidade*. São Paulo, Cone Sul, 1997. Consulte-se também os artigos do autor sobre o tema, v. CERRI, Luís Fernando. Imagens da paulistanidade: as ilustrações e o ensino do regionalismo paulista. *Publicatio Uepg*, Ponta Grossa, Ed. UEPG, v. 6, nº 1, 1998. p. 37-59; e CERRI, Luis Fernando. NON DUCOR, DUCO: A ideologia da paulistanidade e a escola. *Revista Brasileira de História*, vol.18, no.36, 1998. p.115-136.

cívico para que não caísse no esquecimento. Curiosamente, o livro de Cerri foi publicado em 1997, ano em que, pela primeira vez, o 9 de Julho foi efetivamente transformado em feriado – dia livre de trabalho, propício a comemorar dada a suspensão do cotidiano.

As discussões sobre a transformação do 9 de julho em feriado datavam da elaboração da Constituição Estadual de 1989. Naquela ocasião, a sugestão de formalizar o feriado despertou resistências do deputado Ivan Valente, do Partido dos Trabalhadores. É possível que Valente vocalizasse no plenário as objeções a uma versão da histórica oficial "monolítica e monocórdica" que não valorizava os outros lados de 1932, conforme artigo de Vavy Pacheco Borges publicado no ano anterior[161]. As manifestações de Ivan Valente deram ensejo ao debate na imprensa paulistana que, através de seus principais órgãos, defendia a criação da data cívica[162]. Isto só veio a acontecer anos depois, quando o governador Mário Covas sancionou a lei relativa à "data magna do Estado de São Paulo"[163]. Com esse ato, que coincide com o momento em que grupos políticos identificados com São Paulo encontravam-se no centro do poder nacional, as comemorações ganhariam novo impulso. Na verdade, os 60 anos do movimento constitucionalista deram nova força à celebração e reflexão sobre o evento e seus significados[164]. Nos anos seguintes, os jornais tratavam de criticar a apatia da juventude frente aos desafios de seu tempo e o desmazelo com que o *Mausoléu ao Soldado Constitucionalista* era tratado[165], identificando, ao mesmo tempo, a celebração da data cívica com os últimos remanescentes das trincheiras, como na matéria intitulada "Revolucionário de 1932 faz festa para não ser esquecido"[166]. A valorização dos ex-combatentes corresponde à identificação da

[161] cf., BORGES, Vavy Pacehco. O(s) outro(s) lado(s) do 9 de julho. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1988.
[162] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*. São Paulo, Ed.USP, 1997. p. 81.
[163] v. Lei nº 9.497, de 5 de março de 1997 - Institui, como feriado civil, o dia 9 de julho, data magna do Estado de São Paulo.
[164] v. A guerra de 32. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de julho de 1992; Revolução Constitucionalista de 1932. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1992 (Suplemento Especial); AUGUSTO, Sérgio. Faltam clássicos sobre 32. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de julho de 1992; FAUSTO, Boris. Revolução permanece atual. *Folha de São Paulo*, 5 de julho de 1992; SEVCENKO, Nicolau. Na trilha das bandeiras. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 de julho de 1992.
[165] cf., Feriado lembra Revolução de 32. *Diário Popular*, São Paulo, 8 de julho de 1997; MENDONÇA, Antonio Penteado. A importância da Revolução de 1932. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 4 de julho de 1998; e Criador do obelisco tem cem anos de anonimato. *Diário Popular*, São Paulo, 14 de dezembro de 1998.
[166] cf., Revolucionário de 1932 faz festa para não ser esquecido. *Diário Popular*, São Paulo, 8 de julho de 1999; Festa emociona ex-combatentes de 32. *Diário Popular*, São Paulo, 10 de julho de 1999; e Veteranos relatam luta contra a ditadura Vargas. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1998.

memória do evento ao grupo que experimentou os fatos. Este movimento expressa um momento particular da relação com a história no mundo contemporâneo: creditar a verdade do passado aos testemunhos autorizados pela experiência subjetiva dos acontecimentos[167].

Nesse contexto em que a lembrança do evento é medida pela existência de testemunhas, dois livros representam a definitiva mudança na escrita de 1932: *Memória Paulista*, de Vavy Pahceco Borges, e *1932: imagens construindo a história*, de Jeziel de Paula. O livro de Vavy Borges resulta da organização de material inédito escrito e desenhado por um participante das lutas no setor sul – o teatro de operações na divisa com o Paraná durante a guerra civil. Tratava-se de dois conjuntos de desenhos e aquarelas, acompanhadas de anotações a guisa de diário, do comandante da Cavalaria do Rio Prado da Força Pública de São Paulo, Antonio Feijó[168]. Os dois conjuntos encontravam-se no Museu Paulista e Museu da Política Militar. Este material produzido por uma personagem dos eventos de 1932 foi publicado em *fac-simile*, em confomidade com um tempo que demanda igualmente a visualidade do passado como condição para que seja reconhecido[169]. Vavy Borges escreveu a introdução apresentando o material e o autor, e também uma reflexão breve sobre a memória e comemoração de 1932. Nesse relato sucinto do movimento de celebração de 1932, a autora desvela a institucionalização dos grupos responsáveis por perpetuar sua lembrança, os momentos em que a comemoração ganhara maior destaque e os conflitos inerentes à representação do passado.

Depois de um breve relato do movimento constitucionalista, que se aproxima bastante do que foi escrito por Maria Helena Capelato em 1981, descobre-se, então, que a memória do evento não seria monolítica, porque no processo de seu enquadramento as disputas aparecem. No primeiro aniversário da Revolução Constitucionalista surgiu o manifesto da Associação dos Combatentes Arrependidos denunciando o oportunismo dos que permaneceram na retaguarda, sobretudo os políticos que organizaram o levante[170]. Logo após o fim da guerra, ainda em outubro

---

[167] cf., SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discussión. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2005. p. 52.
[168] cf. BORGES, Vavy Pahceco. *op.cit.* p. 13.
[169] Sobre este aspecto v., HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*; arquitetura, monumento e mídia. – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Aeroplano, 2004; e GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, jul-dez. 2007, p. 11-30.
[170] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. *op.cit.* p. 75.

de 1932, organiza-se a Federação dos Voluntários, associação que assumiria o caráter de partido político no contexto da constitucionalização. A mesma entidade torna-se responsável pela organização da lembrança do acontecimento materializada no culto aos mortos desde 1932. Tal culto ganharia, pela ação da Federação dos Voluntários, grande impulso em 1934, quando se organizaram as primeiras cerimônias cívicas, e com a campanha pró-monumento e mausoléu ao soldado constitucionalista[171]. A apropriação política da comemoração revelou-se no terceiro aniversário da nova Constituição, em 1937, quando esta foi apresentada como resultado do 9 de julho. Ao mesmo tempo, lembrar 1932 significava também apagar determinadas referências à Revolução de 1930 no corpo da cidade, como na proposta de Alfredo Ellis Jr., defendida na Assembléia Legislativa, para trocar os nomes das ruas que materializavam a lembrança da "revolução de outubro" em favor de outros que remetessem à "revolução de julho de 1932"[172]. O período do Estado Novo corresponde ao silenciamento da lembrança de 1932, que emerge novamente com toda força por ocasião do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Em 1954, surgiu a Sociedade de Veteranos de 1932 – MMDC, associação que se tornaria responsável pelas comemorações daí por diante. Em 1957, os 25 anos do acontecimento provocaram a publicação de suplementos comemorativos nos principais jornais paulistanos, ao mesmo tempo em que se dava continuidade ao rito de inumação dos mortos no *Monumento- Mausoléu ao Soldado Constitucionalista* parcialmente inaugurado em 1955[173]. O cinqüentenário seria outro momento em que a memória da Revolução Constitucionalista ganhou nova força e outros significados. Em 1989, anuncia-se o questionamento da memória sedimentada de 1932 com as discussões sobre a instituição do feriado. Na década de 1990, sintomaticamente, o "obelisco do Ibirapuera" passa a figurar nas peças publicitárias de empresas e governos[174]. A autora retraça, enfim, o percurso das apropriações da memória de 1932 até a década de 1990, trazendo indicações importantes não sobre o acontecimento em si mesmo, mas para as formas como ele foi, e era, rememorado – ou se quisermos, nas formas como ele continuava a reverberar, acontecendo novamente mas nunca igual ao que fora.

---

[171] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. *op.cit.* p. 76
[172] Idem. Ibidem.
[173] Idem. p. 77.
[174] cf., BORGES, Vavy Pacehco. *Memória Paulista*. *op.cit*. p. 79.

Pode-se dizer que a narrativa breve sobre a constituição da memória pública de 1932 apresentava um programa para a investigação deste processo que, em certa medida, o presente trabalho acaba por seguir. Era como se, na década de 1990, não houvesse nada mais a ser dito sobre o evento substantivamente, restando abertas as possibilidades de questionar sua repercussão no tempo com as camadas de sentido atribuídas a ele em cada circunstância histórica em que foi retirado do esquecimento. Pode-se dizer, portanto que o trabalho sobre as estratégias utilizadas para relembrar 1932 indica uma mudança na percepção do acontecimento como algo além de um dado imediato aos contemporâneos que exigia uma explicação que inserisse o fato em um processo no qual ganharia inteligibilidade. Pensar o acontecimento implicava perscrutar sua reverberação no tempo e conceber a memória como parte do sistema formal, com seus mecanismos de repercussão e redundância, e do sistema de significação característicos do acontecimento contemporâneo[175].

Entre o final da década de 1980 e o decênio seguinte, multiplicam-se reflexões e publicações que tomam a memória social e suas formas como objetos a serem investigados. Nesse contexto, as investigações sobre as celebrações nacionais, o patrimônio, a produção de monumentos e a reflexão teórica sobre a memória social ganham corpo entre nós[176], acompanhando um movimento da historiografia que ultrapassava as fronteiras nacionais. É possível, portanto, surpreender aqui a alteração no *lugar social* que permite à história investigar a memória da década de 1930 sob outro prisma. Assim, o questionamento da memória dos anos 1930 diferiria daquele que apareceu entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980. Numa interpretação recente da historiografia acerca dos anos 1930, Vavy Pacehco Borges

---

[175] cf., NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas.* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988. p. 190. É de se perguntar se a teorização do acontecimento contemporâneo sugerida por Nora não serve, além de outras referências, de modelo para a formulação teórica dos *lugares de memória* e para o programa de investigação que se realizou entre 1984 e 1993.

[176] Ver os dossiês da revista Estudos Históricos dedicados aos temas da memória e das comemorações, respectivamente: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1989; e *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994. Veja-se ainda mais especificamente: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989, p. 172-189; MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos*; *a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1992; GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275; KNAUSS, Paulo. *Imagens Urbanas e Poder Simbólico*; esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Niterói, UFF-PPGH, 1998 (Doutorado); POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silencio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1989, p. 3-15; POLLACK, Michel. Memória e identidade social. v. 5, n.10, 1992, p. 200-212; MENESES, Ulpiano Bezerra de. A história cativa da memória? *op.cti.*; e NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *op.cit*.

indica um deslocamento importante na escrita da história: os estudos da década de 1990 sobre o contexto revolucionário sugeriam a emergência da história como campo de possibilidades em vez de processo que se podia captar retrospectivamente. Assim, no lugar de um sentido que só poderia ser atribuído pelas análises posteriores, procurava-se surpreender a pluralidade dos pontos de vista dos agentes e das interpretações que deixaram sobre seu tempo[177]. Esta alteração na percepção do passado revolucionário corresponde a uma mudança nos referenciais teóricos que orientavam as pesquisas: houve uma passagem "de referências às interpretações da revolução a partir do conceito de ideologia, para um enfoque mais amplo em torno do conceito de representação"[178], mudança que expressa um movimento mais amplo da historiografia na direção de outros domínios, que não o econômico e o social, e na reconfiguração do estatuto do conhecimento histórico[179]. As interpretações sobre a memória histórica de 1930 como esforço ideológico para assegurar a legitimidade do poder não seriam abandonadas, mas abria-se a possibilidade de compreender a multiplicidade de representações que davam inteligibilidade aos eventos em seu próprio tempo. Da perspectiva de uma ideologia unificadora das percepções da realidade histórica, passa-se a pensar o passado como espaço de lutas de representação tão múltiplas quanto eram os atores sociais em conflito[180]. E de uma memória histórica que só poderia ser flexionada no singular, passa-se a pensar memórias tão diversas quanto foram os grupos e sua luta contra o esquecimento.

Um último estudo sobre 1932 evidencia, então, a aproximação do trabalho do historiador à construção de memórias plurais sobre o acontecimento. Em *1932: imagens construindo a história*, dissertação orientada por Edgar de Decca e defendida em 1997, Jeziel de Paula pretendia fazer uma história dos vencidos, contradizendo uma versão "oficial" que teria sido incorporada à historiografia profissional[181]. Um aspecto que deveria, segundo sua visão, ser novamente investigado era a popularidade

---

[177] cf., BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 6ª ed. – São Paulo, Cortez, 2007. p. 181.
[178] Idem. p. 182.
[179] Sobre estes deslocamentos v. CHARTIER, Roger. O mundo como representação; A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia*; a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2002. p. 61-80; p. 81-100; e REVEL, Jacques. História e ciências sociais: os paradigmas dos *Annales.* In: *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989. p. 13-41.
[180] Sobre a idéia de lutas de representação v. CHARTIER, Roger. *A história cultural*; entre práticas e representações. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrnad Brasil; 1990.
[181] cf., PAULA, Jeziel de. *1932 – imagens construindo a história*. Campinas, Ed.UNICAMP; Piracicaba, Ed.UNIMEP, 1998. p. 29-31.

do movimento. Ao contrário de autores como Maria Helena Capelato e Holien Gonçalves Bezerra, por exemplo, Jeziel de Paula enfatiza a popularidade, inclusive a aderência dos trabalhadores urbanos à "causa de São Paulo", sustentando sua argumentação na análise das fotografias dos comícios e manifestações cívicas publicadas na imprensa[182]. Segundo o autor, outras fontes corroboravam o que as imagens evidenciavam, a popularidade do movimento se confirmava na adesão de operários que doavam seus salários para a causa segundo os relatos da imprensa e das memórias publicadas logo após o conflito; ou a transparente colaboração entre as classes nas declarações da FIESP relativas à garantia de pagamento de salários aos trabalhadores engajados[183]. O autor não se pergunta, contudo, sob que condições estruturais essas doações e o engajamento "popular" divulgados pela imprensa da época se deram – desemprego, achatamento salarial e forte repressão ao movimento operário. Este, segundo o autor, não teria a força propalada pela historiografia, uma vez que pesquisas realizadas sobre a memória de moradores dos bairros operários constatavam a ausência das mobilizações operárias dos anos de 1930 no cotidiano relembrado[184]. Sabe-se que as narrativas são tão voláteis quanto o próprio tempo, esse tecido invisível em que se pode, como dizia Machado de Assis, bordar tudo: "Também se pode bordar nada. Nada em cima de invisível é a mais sutil obra deste mundo, e acaso do outro"[185]. Não se quer dizer com isso que elas sejam menos verdadeiras, mas que mudam em função de situações políticas diversas como o demonstrou, em mais de uma ocasião, Alessandro Portelli quando tratou de episódios traumáticos[186]. Não se trata de negar a validade dos argumentos do autor a favor da popularidade do movimento constitucionalista, contestando a versão que se tornara canônica na historiografia acadêmica segundo a qual os trabalhadores não teriam aderido ao movimento. Deve-se contudo ter uma visão problemática da popularidade que, parece-me, escapou ao autor de *1932: imagens construindo a história*, aproximando sua interpretação da versão "triunfalista" de 1932.

---

[182] Idem. p. 112 e ss.
[183] Idem, ibidem, p. 128.
[184] Ibidem. p. 130.
[185] cf., ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p. 63.
[186] v., PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usoso e abusos da história oral*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2001. p. 103-130; PORTELLI, Alessandro. The death of Luigi Trastulli: memoy and the event. In: *The death of Luigi Trastuli, and outher stories*; form and meaning in oral history. Albany, State University of New York, 1991. p. 1-26; PORTELLI, Alessandro. History-telling and time: na example form Kentucky. *The Oral History Review*, v. 20, n. 1-2, apr. 1992, p. 51-66.

Outro trabalho escrito nos anos 1990 estudou a recepção e engajamento dos trabalhadores na mobilização para a guerra e descortinou os limites e motivos deste envolvimento. Segundo Ivete Almeida, a incorporação de filhos de imigrantes ao voluntariado fora expressiva e indicava a adesão a um discurso que enaltecia como características "paulistas" a abertura à modernidade e a capacidade de trabalho. Por isso, talvez, os trabalhadores, imigrantes e seus descendentes sentiram-se parte do movimento. Mas também porque espaços de sociabilidade e símbolos tipicamente populares foram integrados às estratégias de mobilização constitucionalista, servindo como peça de propaganda. Era comum que a imprensa noticiasse as colaborações dos clubes de futebol de várzea para a campanha, ao mesmo tempo em que os jogadores de futebol integrados aos batalhões eram entrevistados com o fim explicito de assegurar a adesão dos grupos subalternos. Para além das condições materiais, como o desemprego, a autora apresenta as razões morais para o engajamento na luta armada: acompanhar amigos, familiares e companheiros de trabalho que partiram para o front era fazer valer os laços de solidariedade que caracterizavam o cotidiano dos bairros populares. Segundo a autora, portanto, é um civismo de outra natureza que impulsionava o apoio dos grupos populares ao movimento constitucionalista, um civismo que pouco tinha relação com as exortações dos oradores calcadas na cultura histórica[187]. Esta parece ser uma explicação mais correta da popularidade do movimento que, guardando distância da memória dos vencedores, também não se aproxima da memória dos vencidos.

Acredito que Jeziel de Paula se aproxima da interpretação veiculada pelos "vencidos" na literatura que produziram e nas cerimônias cívicas que se desenvolveram desde 1934. Ao questionar a memória dos vencedores que teria organizado a percepção posterior acerca de 1932, o autor acaba se aproximando de outra memória igualmente comprometida com os desígnios de poderes em busca de legitimidade. O capítulo seguinte traça um quadro destas narrativas legitimadoras das posições dos constitucionalistas num movimento de criação de *uma* memória do evento que expressasse a unidade da "causa de São Paulo". Um esforço de reconstrução do passado imediato que se distingue da escritura histórica analisada neste primeiro capítulo. Esta última, conquanto mais ou menos marcada pelas injunções da memória, ou das memórias múltiplas que o vivido desperta, permanece

[187] cf. ALMEIDA, Ivete. *O olhar de quem faz*; o paulistismo sob a ótica. do operariado paulista druante a revolução de 1932. São Paulo, FFLCH/USP/Departamento de História, 1999 (Mestrado). p. 138-139.

como conhecimento reflexivo sobre a mudança dos homens no tempo, obrigada, portanto, a colocar em questão sua própria historicidade, a refletir sobre as condições que permitiram sua produção e que levaram a afirmação de verdades provisórias[188].

[188] cf., MENESES, Ulpíano Bezerra de. A história cativa da memória? *op.cit*. p. 22-23.

CAPÍTULO II
A "GUERRA LITERÁRIA" E A PRODUÇÃO DA NARRATIVA CANÔNICA

A guerra literária

Menotti del Picchia, na apreciação que fez do livro de Arnon de Mello, *São Paulo venceu!*, afirmava que a "revolução paulista transformou-se, calados os canhões, numa guerra literária. Gastaram-se mais palavras para descreve-la do que fitas de metralhadora para sustenta-la"[1]. O escritor publicou a crítica ao livro, originalmente, no *Diário da Noite*, de São Paulo, em junho de 1933. E a sua afirmação sobre a batalha literária registra o esforço intelectual empreendido, sobretudo pelos constitucionalistas, para fixar a memória dos eventos políticos e militares que caracterizaram a Revolução de 1932, num movimento que se integra ao debate público despertado pela Revolução de 1930[2].

No caso do movimento constitucionalista, já em 1933 era possível perceber a surpreendente quantidade de títulos publicados sobre a Revolução Constitucionalista. Este movimento se inicia no mesmo mês da deposição do governo revolucionário de São Paulo, em 2 de outubro de 1932[3], e se estende ao longo da década de 1930 até o Estado Novo. Alguns números sobre a produção de livros e folhetos referentes à Revolução de 1932 evidenciam a dimensão desse esforço intelectual. Em números absolutos, entre as décadas de 1930 e 1980, foram publicados 198 títulos que tratavam do movimento constitucionalista[4]. Publicaram-se 114 títulos somente entre 1932 e 1938! A produção editorial sobre a Revolução Constitucionalista concentra-se nos anos de 1932, 1933 e 1934, momento em que começa a refluir para despertar novamente no contexto do IV Centenário da Cidade de São Paulo e da comemoração dos vinte e cinco anos do movimento constitucionalista em 1957. Naquele período inicial, a maior parte das obras foi editada em São Paulo. Os quadros que se seguem

---

[1] cf., MELLO, Arnon de. *São Paulo venceu!* – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Flores e Mano, 1933. p. 267. O artigo de Menotti del Picchia encontrava-se reproduzido, ao final da 4ª edição, junto a outras avaliações publicadas na imprensa desde a 1ª edição do livro, possivelmente de março de 1933.

[2] v. OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed.FGV; Brasília, INL, 1980; e MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix; EdUSP, 1978. v.6. p. 475-577.

[3] cf., HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p. 324.

[4] Este número se refere às obras para as quais foi possível recuperar o ano de publicação.

ajudam a visualizar as variações temporais na edição de obras relativas ao movimento constitucionalista.

Quadro 2: Publicações por décadas (1930-1980)

DÉCADAS	Publicações	%
1930	115	58,08
1940	9	4,54
1950	36	18,18
1960	16	8,08
1970	14	7,07
1980	8	4,04
Total:	198	100

Fonte: CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *Revista de História*, São Paulo, v. 45, n. 91, jul-set 1972, p. 203-260; Biblioteca Nacional; Memorial de 1932 – Centro José Celestino Bourroul.

Quadro 3: Publicações (1932-1940)

ANOS	Publicações	%
1932	30	26,08
1933	51	44,34
1934	16	13,91
1935	8	6,95
1936	5	4,34
1937	3	2,6
1938	1	0,8
1939	0	0
1940	1	0,8
Total:	115	100

Fonte: CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *op.cit*; Biblioteca Nacional; Memorial de 1932 – Centro José Celestino Bourroul.

Quadro 4: Publicações (1951-1960)

ANOS	Publicações	%
1951	1	2,77
1952	0	0
1953	2	5,55
1954	12	33,33
1955	5	13,88
1957	2	2
1958	4	11,11
1959	2	5,55
1960	5	13.88
Total:	36	100

Fonte: CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *op.cit*; Biblioteca Nacional; Memorial de 1932 – Centro José Celestino Bourroul.

Quadro 5: Lugar de Publicação (Anos 1930)

Lugar de Publicação	Publicações	%
São Paulo	65	56,52
Rio de Janeiro	29	25,21
Interior Paulista*	6	5,21
Poa	3	2,6
Curitiba	2	1,73
BH	1	0,86
Sem lugar	9	7,82
Total	115	100

Fonte: CAMARGO, Áureo de Almeida. Roteiro de 1932. *op.cit*; Biblioteca Nacional; Memorial de 1932 – Centro José Celestino Bourroul.

Para que se possa ter uma idéia do significado destas publicações é preciso comparar o volume total de títulos publicados, em São Paulo, entre 1932 e 1933[5], com o número de títulos sobre a Revolução Constitucionalista. Em 1932, a indústria editorial paulista publicou 177 títulos, perfazendo 789.500 exemplares. Entre outubro e dezembro do mesmo ano, apareceram 22 títulos sobre o movimento constitucionalista, ou seja, 12% dos livros publicados em São Paulo. Em 1933, as editoras paulistanas levaram a um público leitor bastante restrito, 210 títulos com 1.192.500 exemplares. Aproximadamente 24 destes títulos versavam sobre a revolução do ano anterior, isto é, cerca de 11% do total da produção editorial, que se

* Inclui 6 cidades do interior do estado: Campinas, Ribeirão Preto, Piracicaba, Guaratingueta, Caconde e Cravinhos.

[5] Sobre a industria do livro em São Paulo v. HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. – 2ª ed. – São Paulo, EDUSP, 2005. p. 314 e ss.

concentrava, então, na publicação de obras didáticas e livros jurídicos[6]. Não só os números são significativos para indicar a força que o apelo imediato à memória de 1932 e seus desdobramentos políticos tinham naquele contexto, iniciativas singulares também concorriam para o mesmo sentido. José Olympio, então proprietário de uma livraria na Rua da Quitanda em São Paulo, lançou seu segundo livro como editor em maio de 1933: *Itararé, Itararé: notas de campanha*, de autoria de um combatente constitucionalista, Honório de Sylos. A revolução e suas conseqüências ainda foram temas de dois outros livros do editor iniciante: *Sala da Capela*, de Vivaldo Coaracy, no final de 1933, e *Diário de um combatente desarmado*, de Sertório de Castro, em março de 1934. Considerando-se os riscos da atividade editorial na década de 1930, José Olympio só se aventuraria a publicar três livros sobre a Revolução de 1932 se o assunto fosse de interesse do público leitor[7].

A iniciativa de José Olympio, aliás, ganha maior dimensão no contexto do movimento editorial paulistano se consideramos a quantidade de publicações referentes ao movimento de 1932 colocadas no mercado pelas maiores editoras de São Paulo e também pelas menores. As pequenas editoras, entre elas a "casa" José Olympio, Elvino Pocai, Cruzeiro do Sul e Piratininga, publicaram cada uma cerca de 3 títulos referentes ao evento político-militar, quantidade de títulos semelhante a uma das maiores editoras de então, a Saraiva, que publicou 4 títulos. A maior editora paulista, a Cia. Editora Nacional e sua sucursal carioca, a Civilização Brasileira, lançaram 8 títulos entre 1932 e 1933. A Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, especializada em prestar serviços de impressão a outras editoras e na publicação da revista jurídica, foi responsável pela edição de 9 títulos sobre a Revolução de 1932 entre 1932 e 1937. Somente um evento significativo faria com que uma empresa como a Revista dos Tribunais se desviasse de seus objetivos consolidados para participar na edição de obras de autores muitas vezes obscuros, desconhecidos do grande público, como Agostinho Ramos[8], prefeito da cidade de Cachoeira e autor de um único livro, *Recordações de Cachoeira*, e José Loureiro Júnior[9], autor de *São*

[6] cf., HALLEWELL, Laurence. *op.cit.* p. 329.
[7] cf., HALLEWELL, Laurence. *op.cit.* p. 436.
[8] cf., MELO, Luis Correia de. *Dicionário de autores paulistas*. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954. p. 508.
[9] cf., MELO, Luis Correia de. *op.cit*. p. 319.

Paulo Vencido?, ao lado de autores consagrados nos meios intelectuais paulistas, como Aureliano Leite[10], Cornélio Pires e Menotti del Picchia[11].

A coincidência dos esforços de grandes e pequenas empresas editoriais e gráficas na promoção de diários, relatos de batalhas, e de discursos pronunciados durante a "epopéia", é atestada, por exemplo, nas propagandas estampadas nas contracapas de alguns dos livros que saíram naquele momento. O livro de Antonio Batista Pereira, *Diário de Capela*, publicado pela Saraiva trazia uma lista com os títulos e preços de "livros sobre a Revolução Paulista editados ou vendidos pela Livraria Acadêmica": *Em continência a lei*, do 1º tenente João Saraiva, provavelmente editado pela Livraria Acadêmica; *A Revolução Paulista vista através de um testemunho do gabinete do governador*, de Menotti del Pichia, e *Não há de ser nada*, de Orígenes Lessa, dois dos livros publicados pela Cia. Editora Nacional; *Irradiações*, do padre João Baptista de Carvalho, pela Saraiva; *A nossa guerra*, de Alfredo Ellis Júnior, e *Itararé, Itareré*, empreendimentos das pequenas Piratininga e José Olympio; além dos discursos registrados de João Neves da Fontoura, *Por São Paulo e pelo Brasil*[12]. Uma propaganda semelhante trazendo outros títulos sobre o evento também se encontrava no livro *Nós e a ditadura*, obra que reunia os "depoimentos" de lideranças militares da revolução como o general Bertoldo Klinger e o coronel Euclides Figueiredo[13]. Nas duas propagandas, além da indicação de autoria e dos títulos, os preços dos livros também eram anunciados, variando entre 5 e 8 mil cruzeiros.

Estes dados sobre a produção editorial relativa à Revolução Constitucionalista são suficientes para demonstrar a vitalidade do empreendimento intelectual desenvolvido entre 1932 e 1934 no sentido de afirmar a versão "paulista" do evento político-militar que havia mobilizado os sentimentos de parte da população de São Paulo. Do lado dos "ditatoriais" - designação pejorativa atribuída pelos constitucionalistas aos "outubristas" que defendiam a prorrogação do regime de exceção a fim de extinguir todas as resistências ao processo revolucionário iniciado

---

[10] cf., MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo, INL-Saraiva, 1969. v. 3. p. 672-73; e ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. *70 Anos da Academia Paulista de Letras: 1909-1979.* São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1979. p. 48.

[11] Sobre a participação de Aureliano Leite na Revolução de 1932 v. SILVA, Helio. *1932 – A guerra paulista* – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p. 103; e HILTON, Stnaley. o*p.cit.* p. 43; 84 e ss.

[12] v., PEREIRA, Antonio Batista. *Diário da Capela.* São Paulo, Saraiva, 1933.

[13] v., FIGUEIREDO, Euclides *et alli*. *Nós e a ditadura*; a jornada revolucionária de 1932. São Paulo /s.ed./ 1933.

em 1930[14] -, o esforço de construção de uma outra versão sobre a Revolução de 1932 não foi tão efetivo. A partir da resenha bibliográfica de Áureo de Almeida Camargo, e é preciso que se diga que este autor foi um dos voluntários do Batalhão 14 de Julho[15], apenas 6 livros defendiam as posições dos assim chamados "ditatoriais" face à "verdadeira aluvião de livros revolucionários" que corriam de "mão em mão" em São Paulo[16]. As posições contrárias aos argumentos dos "revolucionários paulistas" chegaram ao público através dos livros de Mário Casasanta, *As razões de Minas*, que teve duas edições apenas em 1932; de Almáquio Dinis, *São Paulo e sua guerra de secessão*, de Eustáquio Alves, *Misérias da política nos bastidores da revolução*, de Clóvis Gonçalves, *Carne para canhão! O front em 1932*, *e* Cid Correia Lopes, *A reconquista do poder*, todos em 1933; o ensaio do "tenentista" Mário Ferreira de Medeiros, *Alberto Torres e a revolução de São Paulo*, e o texto de Luisa Branco, *Campanha revolucionária*, ambos em 1934. Com exceção do último, os livros que defendiam as posições dos "ditatoriais" foram publicados no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre por editoras importantes como Pongetti, Alba e Ariel do Distrito Federal, e a Editora Globo da capital gaúcha[17]. Os argumentos centrais destas obras reproduziam a versão do evento forjada durante a guerra pelo governo provisõrio: a "revolução paulista" seria um movimento separatista e contra-revolucionário porque fomentado pela plutocracia paulista e pela oligarquia política deposta em 1930. Estes argumentos centrais apareceram nos manifestos de Getúlio Vargas dirigidos à Nação, em julho de 1932, e ao povo paulista quando a derrota dos constitucionalistas já se assinalava no horizonte no mês de setembro[18]. O confronto entre as versões dos "constitucionalistas" e dos "ditatoriais" sobre o evento será

---

[14] Sobre a formação destes conceitos no curso da luta política durante o caso de São Paulo, v. BORGES, Vavy Pacheo. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992. Cap. 1. p. 27-62. Sobre a defesa do prolongamento da ditadura, entendida como regime transitório, mas necessário para criar a ordem republicana nova, consulte-se o texto do Pacto de Poços de Caldas, v. CARONE, Edgar. *A Segunda República*. São Paulo. Difel, 1973. p. 50-52.

[15] v. CAMARGO, Áureo de Almeida. *A epopéia*; o Batalhão 14 de julho, fotografia da guerra no Setor Sul, dos Itararés ao Taquaral. São Paulo, Saraiva, 1935.

[16] cf., RAMOS, Agostinho. *Recordações de 32 em Cachoeira*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1937. p. 11.

[17] Para uma caracterização do papel desempenhado pelas pequenas editoras do Rio de Janeiro e empresas periféricas fora do eixo Rio-São Paulo, v. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979. Cap. II, p. 69-128.

[18] cf., VAGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil – II*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. p. 73-90; Sobre a criação dessa imagem negativa do movimento constitucionalista durante a guerra v. HILTON, Stanley. *op.cit*. Cap. IV e Cap. IX; p. 83-100; p. 193-222; e CAMARGO, Áureo de Almeida. *op. cit*. p. 212; 215; 226; 232; 239; e 241

discutido mais adiante. Por ora é importante notar uma coincidência entre os movimentos de produção das obras que defendiam as posições antagônicas.

É bastante significativo que, no campo dos "outubristas", a quem os "constitucionalistas" chamavam de "ditatoriais", as últimas obras referentes aos eventos de 1932 tenham sido publicadas em 1934. Porque, ao mesmo tempo, do lado dos "constitucionalistas" a data marca o início do decréscimo dessa literatura: cerca de 22 títulos em 1932; 24 em 1933; 12 em 1934; 6 em 1935; 2 em 1936; até chegar a 1 título publicado nos anos de 1937 e 1938. A queda na produção editorial sobre o episódio a partir de 1934 é curiosa. As condições daquele ano talvez fossem ideais para a sua continuidade uma vez que, por um lado, preparava-se a primeira comemoração pública do acontecimento nas ruas da capital e, por outro, aguardava-se a promulgação da Constituição almejada pelos revolucionários. Os dois eventos, a comemoração nas ruas e a Constituição, aconteceram de fato a 9 e 16 de julho e houve mesmo uma esperança de que a data do dia 9 também marcasse a ratificação da nova Carta Magna. Por que, afinal, o movimento arrefece a partir desse ano?

Na perspectiva dos editores é provável que a "guerra literária" empreendida nos dois anos anteriores tivesse resultado em estoques suficientemente grandes que não justificavam novas edições ou reedições. Entre 1932 e 1933, somente em São Paulo, 46 títulos vieram a público tendo por tema a Revolução de 1932. Para dimensionar o número de livros sobre a "epopéia" circulando de mão em mão como dizia um contemporâneo[19], é possível fazer uma estimativa sobre as tiragens dos livros publicados a partir dos dados apresentados por Sérgio Miceli sobre as transformações do mercado editorial na década de 1930. No início da década, as obras com tiragens limitadas a 500 exemplares cobriam 54% do conjunto, enquanto os livros, brochuras e folhetos com tiragens superiores a 5.000 exemplares perfaziam 21% do total[20]. Assim, pode-se supor que o número médio de exemplares de cada edição sobre a Revolução de 1932 não ultrapassasse a marca de 1760[21]. Não é possível dizer até que ponto esta estimativa é correta, mas tomando-a como factível, pode-se inferir que os 46 títulos publicados em São Paulo somavam 80.960 exemplares. É provável que apenas as parcelas mais educadas da população do

[19] cf., RAMOS, Agostinho. *op.cit*. p. 11.
[20] cf., MICELI, Sérgio. *op. cit*. p. 85. Consulte-se também a obra já citada de Laurence Hallewell, v. HALLEWELL, Laurence. *op.cit*. p. 314 e ss.
[21] Fazendo uma média ponderada a partir dos dados de Miceli, chega-se ao número de 1760 exemplares por edição.

Estado, isto é, os que haviam passado pelas principais escolas superiores (a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, a Escola Politécnica, etc.), podiam e desejavam consumir essa literatura. E o número de pessoas com acesso às escolas secundárias e superiores era bastante restrito. Os dados existentes para 1940, cerca de 10 anos depois, indicam que apenas 1 paulista em cada 250 possuía diploma de nível superior, isto é, cerca de 25.752 pessoas para uma população de 6.438.160 habitantes em todo estado[22]. Assim sendo, o público consumidor das obras "revolucionárias" restringia-se aos que tiveram envolvimento direto no conflito. É provável, portanto, que a "aluvião" de obras referentes ao movimento tenha sido represada pelas contingências do mercado editorial delimitado por um público leitor bastante restrito.

Mas esse não é o único processo que explicaria a contenção das palavras que alimentavam a "guerra literária", metáfora bastante apropriada que Menotti del Picchia criou para caracterizar o que hoje podemos chamar de uma luta pelo enquadramento da memória do evento. Pode-se imaginar que as razões e sentimentos jogados na batalha tivessem arrefecido face à nova situação política inaugurada com as eleições de 1933 e consolidada com a proximidade da nova Constituição que seria promulgada. E essa contingência explica o refluxo da produção literária dos dois lados do "front", dos "revolucionários constitucionalistas" e dos defensores das posições da "ditadura".

Nas eleições de maio de 1933, a "chapa única por São Paulo unido" agregava elementos do PD, PRP, da Federação dos Voluntários, da Liga Eleitoral Católica e das "classes conservadoras" com candidatos indicados pela Associação Comercial de São Paulo. A expressão eleitoral alcançada pela coalizão, elegendo 17 dos 22 representantes estaduais na Assembléia Constituinte, forçou a substituição de Valdomiro Lima por Armando de Salles Oliveira, civil e paulista, no cargo de interventor federal. A atuação de Armando de Salles Oliveira, contudo, separa os aliados. Surge um novo partido que congregava o PD, a Ação Nacional do PRP reformista e a Federação dos Voluntários, o Partido Constitucionalista (PC). Ao mesmo tempo em que a nova Constituição era elaborada, Getúlio Vargas articulava sua eleição pelo Congresso Nacional, o que acabou se concretizando com o apoio de

[22] v., LOVE, Joseph. *A locomotiva*; São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 217.

parte dos "paulistas" organizados no PC em 1934 [23]. É possível que, da parte dos "constitucionalistas", a estratégia de composição com o governo provisório arrefecesse os ânimos e as disposições contrárias ao "ditador", diminuindo assim o impulso da "literatura comemorativa"[24]. De qualquer maneira, a visão segundo a qual a revolução foi politicamente vitoriosa se confirmara com as eleições, com a Constituição e com o deslocamento das figuras ligadas ao tenentismo do núcleo do poder central.

Os anos de 1933 e 1934 marcam o declínio do poder dos tenentes no núcleo dirigente do governo central. Com essa nova configuração da cena política, os princípios "autoritários" de reforma do Estado nacional refluíam frente à vitória dos defensores da reforma liberal das instituições políticas nacionais. Os chamados "tenentes" se reorganizariam à direita e à esquerda vinculando-se a Ação Integralista Brasileira e ao Partido Comunista Brasileiro e na frente popular da ANL[25]. Assim, os principais adversários da Revolução Constitucionalista também perdiam fôlego, não porque viam suas reivindicações atendidas, mas por sentirem-se, talvez, derrotados na luta política. Para estes é possível que a vitória militar da "ditadura" em outubro de 1932 houvesse se transformado no que diziam os constitucionalistas ao fim do conflito: fora uma vitória de Pirro[26].

A relação entre a produção literária sobre a Revolução de 1932 com os movimentos da política regional e nacional é evidente, mas essa relação não explica tudo. A produção da memória de 1932 através de diários de campanha, poesias, relatos de batalhas e depoimentos também se explica pelo desenvolvimento e dinâmica do mercado editorial e dos hábitos de leitura do público brasileiro naquela circunstância. De qualquer forma, a relação com os movimentos da política é significativa quando observamos as datas e conteúdos da última publicação relativa ao evento na década de 1930 e a primeira de grande repercussão junto ao público na década de 1940. Em 1938, já na vigência do Estado Novo, a Revista dos Tribunais

---

[23] cf., GOMES, Ângela de Castro. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In:GOMES, Ângela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 300. Ver também a análise do "compromisso constitucional" desenvolvida por Aspásia Camargo, v. CAMARGO, Aspásia. *O golpe silnecioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

[24] cf., SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo* – 8ª ed. – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985. p. 407.

[25] v., BORGES, Vavy Pacheco. *op.cit.*.

[26] Vários dos textos apresentavam essa caracterização da vitória ditatorial em 1932, entre eles o prefácio de João Neves da Fontoura para o livro de Arno de Melo, v. MELO, Arno de. *op.cit*. p. 7-14.

publicou um trabalho jurídico de apenas 16 páginas sobre as responsabilidades do governo estadual frente às despesas e prejuízos causados pela guerra civil[27]. Já em 1947, no contexto da redemocratização de caráter liberal-conservador iniciada em 1945, Paulo Duarte publicou *Palmares pelo avesso*. Naquele livro, o literato paulista defendia a bravura dos voluntários, seus companheiros de campanha, ao mesmo tempo em que criticava os dirigentes do movimento[28]. As mudanças na política regional e nacional possivelmente demarcavam novos quadros de percepção do passado recente, especialmente do lugar que a Revolução de 1932 e suas lideranças deveriam ocupar na memória política de um novo tempo.

Os combatentes e a reconstrução do passado

Até aqui a caracterização da produção literária sobre o movimento de 1932 restringiu-se a evidenciar a vitalidade do empreendimento intelectual e as contingências dessa produção ao longo da década de 1930. A compreensão da batalha de palavras, contudo, completa-se com a definição dos grupos que criavam estas representações do passado recente, como as criavam e quais os principais temas da "literatura comemorativa" sobre 1932. É preciso considerar, portanto, a formação dos homens e mulheres que escreveram sobre 1932, o gosto literário dos autores e do público brasileiro, as formas de escrita empregadas para recriar em palavra os episódios da revolução, a maneira como percebiam o passado e a história, e a conformação de uma narrativa canônica sobre os eventos políticos que desaguaram na Revolução de 1932. Tratava-se, então de estabelecer imediatamente um lugar preciso para o movimento de 1932 na história nacional. Este esforço correspondia ao movimento de instituição dos cânones na escrita do passado: antes de ser um corpo de obras que devem ser lidas, sancionadas pela autoridade de um discurso competente, o cânone da história são os quadros temporais, os assuntos e eventos que merecem a atenção do pesquisador[29]. Os autores da literatura aqui analisada estavam comprometidos com a criação de um acontecimento relevante, muito embora, como se verá adiante, não estivessem a escrever história. Nesse sentido, a análise das obras

[27] v. MOREIRA, Albertino G. *Os atos do governo do Estado de São Paulo, no período da revolução constitucionalista, em face do Direito*. São Paulo, Emp. Gráfica Revista dos Tribunais, 1938.
[28] v. DUARTE, Paulo. *Palmares pelo avesso*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947.
[29] v, LEVINE, Lawrence W. Clio, canons, and culture. *The Journal of American History*, vol. 80, no. 3, Dec. 1993. Disponível em < http://www.jstor.org/stable/2080406>.

escritas, sobretudo dos testemunhos de políticos, militares e voluntários, se inspira na reflexão Maurice Halbwachs acerca da memória social como reconstrução do passado que se estabelece a partir de determinados quadros sociais: a delimitação de um grupo social que recorda, os recursos da linguagem que servem de meio à lembrança, as imagens evocadas no ato de lembrar[30].

É certo que os autores envolvidos na produção da versão "constitucionalista" sobre 1932, e também aqueles que se posicionavam na defesa das razões da "ditadura", não eram historiadores e, portanto, não tinham a intenção de fazer história delimitada por procedimentos instituídos por um lugar de saber[31]. Ao contrário, com se verá adiante, supunham que a avaliação racional do evento viria no futuro, uma vez que seu engajamento no calor da hora limitava a percepção imparcial de acontecimentos cuja lembrança ainda era, e talvez para sempre fosse, tecida de sentimento – os autores são quase unânimes em afirmar que seus escritos eram produzidos pelo influxo das "paixões políticas", mal que também tomava seus adversários. Nesse sentido, portanto, percebiam que a reconstrução dos acontecimentos que produziam não era história. De qualquer maneira, muitos desses autores compartilhavam formações semelhantes e pensavam a história de forma muito parecida: a escritura da Revolução de 1932 emergiu de um meio particular, de um grupo preciso. Este meio comum pode ser definido pelas experiências geracionais, formação escolar, padrões de carreira, gosto literário comum. Sem a pretensão de fazer a prosopografia desse grupo de autores[32], o cotejar das informações biográficas existentes permitiu identificar traços comuns e formular um esboço do conjunto de autores (APÊNDICE B/Quadro 1).

Delimitar o grupo social que produzia a literatura revolucionária constitucionalista implica considerar as marcas de uma geração[33]. A maioria dos autores que produziram seus testemunhos no imediato pós-32 nasceram entre as décadas de 1880 e 1890, ou seja, tinham em média 40 anos quando participaram

---

[30] v. HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel, 1994;

[31] v. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

[32] Sobre a prosopografia v. CHARLE, Cristophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectiva. In: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro, Ed.FGV, ; e ROUSSEAU, Isabelle. La prospografia: um método idóneo para el estudio del Estado?. *Revista Mexicana de Sociologia*, n. 3, p. 237-245,jul.-set., 1990.

[33] Sobre a noção de geração v. SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *Usos e abusos da história oral* – 3ª ed. – Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2000.

direta ou indiretamente da guerra civil e publicaram seus livros[34]. Cresceram sob a República, assistiram às tentativas de afirmar a hegemonia paulista no cenário político nacional. Apoiaram ou recusaram a campanha civilista de 1910. Ficaram em alerta com o movimento operário nas greves de 1906, 1907, 1912 e 1917[35]. Participaram do ambiente fremente durante a I Guerra com a criação da Liga Nacionalista em 1917, uma das expressões mais evidentes do nacionalismo militante naquele momento[36]. Observaram ou compartilharam as esperanças de regeneração do regime republicano lançadas pelos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Assistiram também às cisões da elite política paulista em 1901, 1906 e 1926. Os nascidos em 1880 estavam próximos da maturidade quando da constituição da dissidência do PRP, grupo articulado em torno da direção de *O Estado de São Paulo* que preconizava a reforma eleitoral contra os interesses da "oligarquia" partidária, em 1901, e que acabou constituindo a *Liga Republicana* em 1906[37]. A geração de 1890 assistiu ou participou da cisão do PRP que deu origem ao Partido Democrático, em 1926, enquanto aqueles autores nascidos na primeira década do século XX ainda eram jovens (APÊNDICE B/Quadro 1). É provável que, embora nascidos em momentos diferentes, as experiências históricas vivenciadas influenciassem a ação dos autores durante a Revolução de 1930 e no movimento constitucionalista. A história política republicana balizava as percepções que procuravam objetivar na produção de seus diários, relatos, poesias, contos, anedotas e ensaios sobre a Revolução de 1932.

Esse corte geracional estabelece uma diferença fundamental entre a produção da literatura revolucionária constitucionalistas e a construção de narrativas de outras experiências de guerra. George Mosse, ao estudar a formação do que chamou de mito

---

[34] Este grupo de autores perfaz mais da metade dos envolvidos na criação da literatura sobre 1932. As informações sobre os autores foram compiladas a partir de 3 dicionários bio-bibliográficos e da edição comemorativa dos 70 anos da Academia Paulista de Letras. Foi possível através dessas obras definir o nascimento, formação escolar e acadêmica, inserção na política e nos meios intelectuais de mais de 30% dos 109 autores que publicaram seus livros entre 1932 e 1938, constituindo uma amostra razoável que permite algum nível de generalização. v. MELO, Luis Correia de. *op.cit.*; BRINCHES, Victor. *Dicionário bio-bibliográfico luso-brasileiro*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965; MENEZES, Raimundo de. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo, INL-Saraiva, 1969; e Academia Paulista de Letras. *70 Anos da Academia Paulista de Letras: 1909-1979*. São Paulo, 1979.

[35] Sobre o movimento operário v. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* – 4ª ed. - São Paulo, Difel, 1986. Cap. VII. p. 217-243; sobre a percepção dos "liberais de São Paulo" sobre a questão social v. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*; imprensa paulista (1920-1945). São Paulo, Brasiliense, 1988. p. 95 e ss.

[36] cf. OLIVERIA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense; Brasília, CNPq, 1990. p. 147 e ss.

[37] Sobre a dissidência do PRP v. CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926).* São Paulo, Brasiliense, 1987. Cap. 3. p. 59-130; e LOVE, Joseph. *A locomotiva*; São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Cap. 4. p. 149-213

da experiência de guerra, nota que a literatura que tematizava a guerra antes e depois da I Guerra Mundial era produzida e consumida pelos mais bem educados e bem nascidos homens jovens. Segundo o autor, a juventude nutria um fascínio pela guerra porque a vida no campo de batalha era uma expressão de masculinidade e uma forma de escapar dos constrangimentos sociais impostos pelas gerações mais velhas[38]. O mesmo autor afirma que, no caso da Grande Guerra, o mito da experiência de guerra também se compunha da denúncia dos horrores do conflito e do elogio da camaradagem estabelecida entre grupos sociais diferentes durante a vida nas trincheiras [39].

No caso das narrativas sobre a chamada "guerra civil brasileira", muitas vezes menos virulenta que o conflito europeu, são homens mais maduros, muitas vezes comprometidos com as estruturas políticas e com a defesa de suas posições sociais, que produzem as representações literárias sobre o evento. Para estes autores, a Grande Guerra também compunha, ainda que indiretamente, parte de sua experiência histórica. Joseph Love afirma em seu livro que, durante a I Guerra, os documentários noticiosos sobre o conflito mundial invadiam as telas dos cinemas paulistanos: os acontecimentos do front eram acompanhados semanalmente pelos paulistanos que podiam freqüentar esse divertimento público nas décadas de 1910 e 1920[40]. Um indício de que a Grande Guerra e suas narrativas integravam as experiências que os autores "constitucionalistas" tinham de sua própria guerra pode ser constatada em uma declaração de Menotti del Picchia acerca da produção literária que invadia as livrarias. Segundo o autor modernista, a "revolução paulista" fora "servida" ao público brasileiro "com todos os molhos", "da declamação de grosso calibre, ao romantismo à Remarque[41]" numa referência explícita ao livro *Nada de novo no front*, romance pacifista sobre a I Guerra, publicado em 1929[42], e transposto para o cinema por Lewis Milestone, em 1930, vencendo o Oscar de melhor filme e melhor direção- o filme foi lançado no Brasil em setembro do mesmo ano[43]. Além do filme de

[38] v. MOSSE, George. *Fallen soldiers*; reshaping the memory of the World Wars. Oxford, Oxford University Press, 1990.
[39] cf., MOSSE, George. *op.cit.* p. 65.
[40] cf., LOVE, Joseph. *op. cit.* p. 131; sobre a atração que o cinema exercia entre os paulistanos v. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. Cap. 2. p. 89-151
[41] cf., MELLO, Arnon de. *op.cit.* p. 267
[42] cf., MOSSE, George. *op.cit.* p. 198-99; v. REMARQUE, Erich Maria. *Nada de novo no front*. São Paulo, Abril Cultural, 1974.
[43] cf., *Iternet Movie Database*. Disponivel em: http://www.imdb.com/title/tt00206229/releseinfo.

Milestone, outros títulos acerca da grande guerra entravam em cartaz durante os anos de 1930[44] (ANEXO A/Figura 1). Mas a I Guerra Mundial, e a reverberação de seus horrores, não era o único acontecimento que ultrapassava as fronteiras nacionais a marcar a vivência dessas gerações. A Revolução Russa de 1917, a ascensão do fascismo na Itália depois da Marcha Sobre Roma, em 1922, e do nazismo na Alemanha, em 1933, também integravam a experiência histórica dos autores da literatura revolucionária[45].

É um fato que nem sempre os eventos da chamada "grande política" servem de imagens referenciais para os quadros da memória e tampouco constituem o único amparo para as categorias de percepção do mundo social utilizadas para a ação. Os acontecimentos políticos são percebidos de forma diferencial por grupos sociais distintos. É possível que somente as pessoas mais instruídas e que compartilhavam dos valores sociais emanados do centro do poder percebessem os acontecimentos da política nacional e internacional como parte de sua experiência e como exemplos do que a história podia ensinar[46]. A memória como reconstrução do passado, e fala-se aqui de um passado imediato, é sempre relativa às estruturas e a um tempo da sociedade na qual a lembrança se realiza, a interpretação dos testemunhos constitucionalistas através dessa chave interpretativa não pode prescindir da caracterização dos grupos que produziam as narrativas segundo seu nível de formação escolar. Além da experiência histórica de uma geração, os autores da "guerra literária" também passaram por processos de escolarização que os ligavam ao núcleo de onde emanavam os valores centrais da sociedade. O centro aqui não se confunde com um espaço fisicamente demarcado, mas a pontos de concentração de relações sociais onde os valores e crenças são criados e se difundem. Esses núcleos tampouco se confundem

[44] Veja-se, por exemplo, o anúncio do filme *A Grande Guerra*, exibido nos cinemas paulistanos em 1935. cf., A Grande Guerra. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 de julho de 1935. p. 30.

[45] cf., OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite política e debate intelectual nos anos 30*. *op.cit*. p. 47. É bom lembrar igualmente, a propósito da inscrição da Revolução Russa na experiência histórica da intelectualidade paulista, que Júlio de Mesquita Filho em *A crise nacional* interpretava a organização da classe trabalhadora em São Paulo a partir do exemplo russo cf., CAPELATO, Maria Helena. *op. cit*. p. 104.

[46] O estudo de Ecléa Bosi é revelador das disposições diferenciais de cada grupo social para demarcar as memórias individuais através de grandes acontecimentos. Em sua pesquisa, eventos como as revoluções de 1924, 1930 e 1932 marcavam as experiências dos paulistanos mais instruídos, enquanto a morte de Getúlio Vargas balizava as experiências pessoais dos menos educados e que ocupavam posições sociais subalternas. v. BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*; lembranças de velhos. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

de forma absoluta com os grupos dirigentes e seus aparelhos, como os partidos ou o próprio governo[47].

Em São Paulo, algumas instituições eram pontos onde as relações sociais dominantes se concentram e difundem: as escolas superiores desempenham esse papel de difusão das idéias centrais. A mais importante era a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. O estudo de direito era, desde o século XIX, o padrão de formação da elite política no Brasil[48]. Entre as escolas de direito estabelecidas no século XIX, a de São Paulo era a mais importante, rivalizando apenas com Recife[49]. Do conjunto de autores para os quais encontramos informações biográficas, nada menos que 66 % eram bacharéis em ciências jurídicas e sociais formados entre as últimas décadas do século XIX e os anos de 1930[50]. A maior parte desse grupo concluiu ou iniciou o curso jurídico no Largo de São Francisco entre as décadas de 1890 e 1920. Outros ainda estavam sob as arcadas da Faculdade de Direito quando escreveram os livros sobre a Revolução de 1932. Depois da formação jurídica, encontram-se autores que estudaram e exerciam medicina, engenharia, farmácia ou que passaram por seminários e escolas militares antes das alterações do "mercado de diplomas" na década de 1930 caracterizado por uma expansão relativa das possibilidades de aquisição de um título universitário nas escolas "livres" que apareceram então[51]. O que importa ressaltar é que a formação dos autores estudados é muito semelhante ao padrão dos grupos dirigentes. De acordo com Joseph Love, um indicador da homogeneidade da elite política paulista era o tipo de educação que seus membros recebiam: 63 % das três gerações da elite estudada por Love obtiveram o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco[52].

Esta coincidência, contudo, não significa que todos os autores envolvidos na produção da literatura sobre 1932 fizessem parte da elite paulista se admitirmos que esta era "composta pelos ocupantes dos cargos mais importantes no governo e nos

---

[47] v. SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa, Difel, 1992.

[48] Sobre o padrão de formação da elite política no Império v. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*; a elite política imperial. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980.

[49] Sobre a Faculdade de Direito de São Paulo v. ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*; o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

[50] Holien Bezerra chegou a resultados diversos a partir de uma amostra ainda maior de autores: 21% seriam jornalistas, 21% militares e apenas 17% advogados. Mas parece-me que o autor não considera que a atividade jornalística era exercida em grande parte por bacharéis em direito. cf., BEZERRA, Holien Gonçalves. *As artimanhas da dominação*; São Paulo-1932. São Paulo, FFLCH/Departamento de História/USP, 1981. (Doutorado). p.39.

[51] cf., MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. *op.cit.*. p. 35 e ss.

[52] cf., LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 217.

partidos dominantes, tanto a nível estadual como federal"[53]. Alguns, antes mesmo de 1932, já circulavam em torno do núcleo dominante da elite: são os casos de Alfredo Ellis Jr., deputado estadual (1925-1930 e 1934-1937), e Menotti del Picchia, redator do *Correio Paulistano*, órgão do PRP[54]. Outros ingressariam nos quadros da elite política depois de 1934, como Benedito Montenegro, deputado estadual e vice-presidente da ALESP (1934-1935), Aureliano Leite, deputado federal (1934-1937) e Constituinte (1946), e César Salgado, deputado estadual (1934-1937)[55]. Além da representação parlamentar, alguns autores eram promotores e magistrados ou acabariam ingressando nas carreiras jurídicas. Entre os primeiros, pode-se citar Afonso de Carvalho, Desembargador da Corte de Apelação (1927-1936), e também presidente do Tribunal Eleitoral (1932-1933) e Rui Ribeiro do Couto, promotor público em São Paulo (1924-1925)[56]. Entre os que trilhavam a carreira jurídica e passaram pela política, destaca-se César Salgado, que vinha de uma carreira como promotor público tornando-se procurador geral do Estado, cargo que ocupava ainda em 1955. A partir desses exemplos e dos dados disponíveis sobre a formação dos autores, pode-se afirmar que os criadores da versão constitucionalista do movimento de 1932 gravitavam em torno dos centros onde se produziam os valores centrais da sociedade paulista, entre eles, o núcleo dirigente da elite política.

A maior parte dos autores estava relativamente distante desse centro, mas sua produção pode ser entendida como parte integrante da redistribuição dos papeis dos intelectuais no espaço social desde a década de 1910, processo que se intensifica nas décadas de 1920 e 1930. Segundo Sérgio Miceli, essa redistribuição devia-se a dois processos que se conjugavam. Por um lado, mudanças nas organizações políticas da oligarquia, como a constituição do chamado "grupo do *Estado*", aglutinado em torno de Júlio de Mesquita, a criação da Ação Nacional do PRP e a cisão instituída no PD. Por outro, as transformações nas instâncias de produção cultural: a constituição do *Estado* como empresa jornalística e editorial com a *Revista do Brasil*, o crescimento da atividade editorial de um mudo geral, enfim, com a criação de um grupo de

[53] cf., LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 215.
[54] cf., MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p. 467-468; p. 994-995.
[55] cf., MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p. 392-393; p. 547; e MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p. 672-673; p. 1135
[56] cf., MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p.133; p.169-170; e MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p.316; p. 407-409.

empresários voltados para a produção da cultura[57]. Nessa conjuntura, a passagem pela Faculdade de Direito deixa de ser uma garantia para ingressar nos círculos dirigentes. Exige-se dos intelectuais trabalhos mais especializados nos órgãos partidários, nos jornais e em outras instâncias de produção do consenso[58]. O acirramento da competição entre as próprias frações da oligarquia exigia que os intelectuais a elas vinculados tomassem posições públicas e sustentassem polêmicas na imprensa diária acerca dos temas políticos, mas também sobre o universo da produção cultural em expansão naquele momento. Diante destas novas exigências, a participação diária na imprensa era fundamental e publicar um livro tornava-se igualmente importante como estratégia de consagração social com vistas a garantir posições presentes e futuras nas instituições culturais – o jornal, a escola, a universidade – responsáveis pela produção da hegemonia.

Mais da metade dos criadores da "epopéia paulista de 1932" passaram pelos jornais da capital e do interior. Sertório de Castro, por exemplo, era correspondente de *O Estado de São Paulo* na Capital Federal e desse "posto" percebeu e registrou o ânimo favorável aos "revolucionários paulistas" entre os "cariocas" em *Diário de um combatente desarmado* (1934). O correspondente do *Estado* afirmava que, através das páginas de seu livro, São Paulo saberia que a cidade do Rio de Janeiro e o "povo brasileiro" não o acompanharam na luta "porque os oprimiu sob seu peso opressivo a mão de ferro que, defendendo a ditadura, defendeu a casta que estava no poder"[59]. Orígenes Lessa, autor de dois livros sobre a "epopéia"[60], havia estreado com um livro de contos em 1929. Nesse ano, já era colaborador de *O Combate*, jornal que se caracterizou pela abertura às reivindicações operárias até 1928[61]. Depois de 1932, o jovem escritor tornou-se secretário de *A Cigarra*, sub-secretário da *Folha da Manhã* e redator do *Diário da Noite*, onde viria a dirigir o suplemento literário[62]. Herbert Levy

---

[57] Sobre a reconfiguração do campo intelectual paulista naquele momento v. DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.

[58] cf., MICELI, Sérgio. *op.cit.* p. 8 e ss. Sobre o trabalho intelectual e a produção do consenso como fator primordial da hegemonia de um grupo social v. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

[59] cf., CASTRO, Sertório de. *Diário de um combatente desarmado.* São Paulo, José Olympio, 1934. p. 5.

[60] v. LESSA, Orígenes. *Não há de ser nada.* notas de um repórter entre os "Voluntário de Piratininga". São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933; e LESSA, Orígenes. *Ilha Grande (do jornal de um prisioneiro de guerra).* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933.

[61] cf., DECCA, Edgar de. *O silêncio dos vencidos*; memória, história e revolução. – 6ª ed. – São Paulo. Brasiliense, 2004. p. 94.

[62] cf., MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p.304-305; BRINCHES, Victor. *op.cit.* p. 448-449; MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p.684-685; e MICELI, Sérgio. *op.cit.* p. 96 e ss.

era redator do *Diário Nacional*, órgão do Partido Democrático que apareceu em 1927, e do *Diário da Noite*[63]quando publicou *A Coluna Romão Gomes*[64].

Se considerarmos os principais jornais de São Paulo à época, verifica-se que vários dos autores passaram por mais de um destes grandes órgãos de imprensa. Afonso de Carvalho, Lino Guedes, Honório de Sylos e Menotti del Picchia no *Correio Paulistano*. No *Estado de São Paulo*, colaboravam Vivaldo Coaracy e Clóvis Ribeiro, redator econômico do jornal, além de Armando de Salles Oliveira que se tornou interventor em São Paulo e publicou um livro em que reunia seus discursos políticos, alguns deles dedicados ao tema da Revolução Constitucionalista[65]. Clóvis Ribeiro também atuara em *A Gazeta*, jornal em que escreveram ou escreviam o Monsenhor João Baptista de Carvalho, Armando Brussolo (Stopinski)[66] e Menotti del Picchia. Este também escrevia em *A Tribuna*, diário publicado em Santos, onde também atuaram o comediante Euclides Andrade (Epandro)[67] e o Monsenhor Carvalho. Nas *Folhas*, além de Orígenes Lessa, escreviam também Fernando Penteado Médici, Lino Guedes[68] e Vivaldo Coaracy. José Ben-Hur Ferraz era repórter do *Diário da Noite*, jornal que pertencia aos Diários Associados onde também trabalharam Horácio de Andrade e Clóvis Ribeiro[69]. A repetição desses nomes no texto é uma metáfora da circulação dos autores entre os diferentes órgãos de imprensa e um indício das possibilidades de relações pessoais que certamente se constituíam nestes espaços. Seria possível ampliar a lista incluindo aqueles que colaboravam nos jornais do interior do Estado e da Capital Federal. Porém, o que importa ressaltar com a enumeração um tanto exaustiva dos autores envolvidos na imprensa diária é que esta se tornava um espaço de divulgação da literatura testemunhal que estabelecia uma versão imediata da história vivida.

---

[63] cf. MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p. 305-306.
[64] v. LEVY, Herbert. *A Coluna Romão Gomes.* São Paulo, Saraiva, 1933.
[65] v. OLIVEIRA, Armando de Salles. *Jornada Democrática. (discursos políticos).* Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.
[66] v. CARVALHO, João Baptista de. *Irradiações.* São Paulo, Saraiva, 1933; e BRUSSOLO, Armando. *Tudo pelo Brasil.* São Paulo, Ed. Paulista, 1932.
[67] v. ANDRADE, Euclides (Epandro). *Estilhaços de granada.* São Paulo, Ed. Unitas, 1933.
[68] v. MEDICI, Fernando Peneado. *Trem blindado.* São Paulo, Livraria Acadêmica, 1933; e GUEDES, Lino. *O pequeno bandeirante.* São Paulo, Ed. Cruzeiro do Sul, 1932.
[69] v. FERRAZ, José Bem-Hur. *A guerra no Setor Norte*. /s.l./ s.ed./ 1933; ANDRADE, Horácio de. *Tudo por São Paulo.* São Paulo, Ed. do Autor, 1932; RIBEIRO, Clóvis. *Brazões e bandeiras do Brasil.* São Paulo, Ed. São Paulo, 1933. Nesse livro Ribeiro tratava da criação da bandeira de São Paulo e do brazão de armas do Estado durante o movimento constitucionalista, cf., RIBEIRO, Clóvis. *op.cit.*p. 204 e ss.

Além do jornalismo, alguns autores combinavam suas atividades profissionais decorrentes da formação acadêmica – advocacia, engenharia, medicina, farmácia, entre outras – ao magistério secundário e superior. Vivaldo Coaracy era professor da Escola de Engenharia, enquanto Benedito Montenegro ensinava na Faculdade de Medicina de São Paulo. A maior parte, no entanto, atuava no ensino secundário, como Antonio de Morais Sampaio escritor de *A Revolução em Piracicaba*, professor de geografia na Escola Normal de Piracicaba[70], Cornélio Pires, de *Chorando e rindo*, também professor secundário e Horácio Ramalho que apresentou *A revolução de 1932 e as conseqüências educacionais* como monografia do concurso de livre docente em sociologia no Instituto de Educação de São Paulo em 1936[71]. De todos os autores para os quais foi possível levantar as informações biográficas, no entanto, poucos se dedicavam ao magistério. Mas esta instância de difusão da memória de 1932 acabaria desempenhando um papel importante nas cerimônias cívicas que perpetuariam a lembrança do acontecimento[72].

A formação jurídica de boa parte dos autores e sua participação no jornalismo definem o grupo responsável pela produção e avaliação da "literatura comemorativa". Aliás, a participação no jornalismo unifica as diferentes experiências de formação e demarca o papel dos intelectuais na produção do consenso naquele contexto. Os escritos sobre 1932 que deram substância à guerra literária emergiram desse espaço particular de difusão dos valores sociais dominantes, desse lugar muito próximo do núcleo da classe dirigente. Essa era a posição estrutural do jornalismo escrito por homens predominantemente formados em direito e que podiam também ocupar posições no sistema educacional. O sentido que atribuíram à Revolução de 1932 em seus escritos, e que procurariam difundir a partir das comemorações de 1934, era delimitado por estas condições.

É preciso dizer que, dialogando com a historiografia existente sobre 1932, sobretudo a análise de Holien Gonçalves Bezerra, as imagens da Revolução de 1932

---

[70] cf., MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p. 481-482; e MENEZES, Raimundo. *op. cit.* p. 1008.
[71] cf., CAMARGO, Árueo de Almeida. Roteiro de 32. *op.cit.*. p. 253.
[72] Nas cerimônias de 1934, a presença de escolares organizados pelas escolas publicas e privadas foi marcante no desfile cívico na capital do Estado e nas "romarias cívicas" das cidades do interior, v. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de julho de 1934; e *O Correio Paulistano.* São Paulo, 10 de julho de 1934. Sobre as comemorações da Revolução de 1932 nas escolas paulistas v. CERRI, Luis Fernando. NON DUCOR, DUCO: A ideologia da paulistanidade e a escola. *Revista Brasileira de História,* São Paulo, v. 18, n. 36, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200007&lng=en&nrm=iso>.

criadas por estes autores se faziam sob o influxo da "ideologia dominante" e que os responsáveis por sua criação se confundiam com a "classe média", que desempenhava o papel de linha de frente na defesa das "oligarquias"[73]. Mas é necessário fazer algumas observações acerca dessa hipótese de trabalho. É preciso delimitar de forma mais precisa o grupo de autores responsáveis pela criação da literatura comemorativa, enfatizando seus espaços de formação e atuação profissional que definem sua posição estrutural subordinada na produção do consenso naquela conjuntura - isto foi o que se perseguiu aqui. O perfil de formação fazia com que os autores compartilhassem certa percepção da história que é decisiva para a maneira como conceberam a Revolução de 1932 e seus desdobramentos. Nesse sentido, para além do falseamento da realidade objetiva, isto é, das causas profundas que levaram à cisão das oligarquias no cenário nacional durante aquele episódio, presente na literatura sobre o movimento constitucionalista escrita por este grupo, é necessário enfatizar que o evento era percebido como uma necessidade histórica, como decorrência de um passado que atribuía aos "paulistas", essa entidade que também se desejava instituir como corpo unitário, o protagonismo da história nacional. A literatura que procurava fixar a memória imediata do evento na perspectiva dos constitucionalistas procurava instituir este protagonismo. E para fazê-lo os autores mobilizaram formas literárias e imagens-lembrança do passado regional que permitiam, ao mesmo tempo, a criação da imagem da Revolução de 1932 em sua articulação com tempos mais remotos e a recepção desta representação. Em poucas palavras, a literatura comemorativa de 1932 formulada pelos constitucionalistas na luta contra seus adversários no campo intelectual e político não era apenas um fenômeno ideológico, a tradução de interesses socialmente dominantes, era também, e talvez principalmente, resultado da cultura histórica compartilhada pelos autores.

A escrita histórica e a literatura comemorativa

As demarcações estruturais da posição dos intelectuais são importantes para compreender a literatura comemorativa que Thomas Skidmore considerava "muito *engagê*"[74]. É justamente este engajamento que interessa nessa produção discursiva

[73] cf., BEZERRA, Holien Gonçalves. *op.cit.* p. 39-43.
[74]cf., SKIDMORE, Thomas. *op.cit.* p. 407; CERRI, Luís Fernando. Imagens da paulistanidade: as ilustrações e o ensino do regionalismo paulista. *Publicatio Uepg*, Ponta Grossa, Ed. UEPG, v. 6, nº 1,

materializada em formas literárias diversas. O compromisso político das obras ficará mais claro quando a análise dos textos for apresentada mais adiante, assim como a relação entre as idéias e valores centrais dos grupos sociais dominantes e o discurso sobre a Revolução de 1932 que se materializa na literatura comemorativa. Antes, porém, é importante evidenciar que as formas empregadas na escritura do acontecimento contribuíram para delimitar uma narrativa canônica que viria a enquadrar a memória do acontecimento e sua comemoração. Nesse sentido, é preciso considerar o gosto literário dos autores e de seu público potencial, particularmente o interesse que nutriam pela história.

A ficção, sobretudo o romance, e os manuais de bem viver constituíam os gêneros mais consumidos pelo público leitor brasileiro na década de 1930. Mas os títulos referentes à história ocupavam a sexta posição entre os gêneros mais vendidos[75]. Os escritos sobre a Revolução de 1932 não poderiam ser facilmente classificados nessa categoria. No entanto, a publicação dos diários de campanha, poemas e contos baseados nos eventos através dos quais os autores recriavam o passado imediato é comparável à tradição que aproximava história e literatura. Antonio Celso Ferreira analisa a produção do que chamou de epopéia bandeirante entre as décadas de 1870 e 1940. O *Almanach Litterário de São Paulo*, publicado entre 1876 e 1885, contribuiu para criar o gosto pela história regional que integrava a cultura de elite na província. O interesse pelo passado manifestava-se na publicação de notícias e memórias históricas, contos históricos, documentos, perfis biográficos, lendas regionais e estudos étnico-linguisticos. Havia uma variedade de gêneros em que a história ganhava forma num ambiente onde a pesquisa do passado estava longe de qualquer formalização disciplinar[76].

A criação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1894, e da Academia Paulista de Letras, em 1909, constituem uma mudança na tradição herdada do tempo do almanaque. As duas instituições culturais passavam a abrigar os principais homens de letras e políticos do Estado de São Paulo. Alguns dos autores envolvidos na produção literária sobre 1932 eram membros do instituto ou da academia quando escreveram seus livros sobre o evento. É o caso de Alfredo Ellis Jr.,

---

1998. p. 37-59; e QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista da USP*, São Paulo, nº 13, mar. / mai. 1993, p. 78-87.

[75] cf., MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). op.cit.* p. 80.

[76] cf., FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, UNESP, 2002. p. 45 e ss.

sócio do instituto histórico e membro da APL desde os anos de 1920. Outros escritores da "epopéia de 1932" tornaram-se membros das instituições letradas depois da publicação de seus livros. São os casos, por exemplo, de Orígenes Lessa e Aureliano Leite. O último foi eleito para a academia, em 1943, e ocuparia a presidência do IHGSP em 1969[77]. O que importa frisar é que, para além das trajetórias particulares, o IHGSP e a APL tornam-se lugares de socialização da elite regional onde uma nova interpretação do passado nacional seria forjada, especialmente no instituto. Antes do IHGSP, a história tinha um espaço importante na formação dos letrados paulistas, mas não havia um lugar de saber dedicado à investigação histórica. O conhecimento histórico era cultivado e adquirido nos cursos primário e secundário. Nestas duas instâncias de reprodução do saber, história sagrada e história profana conviviam[78]. Na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, o curso de História Universal também marcava a formação dos quadros dirigentes de São Paulo. No tempo do *Almanach Literário*, o conhecimento histórico atraía a atenção de um grupo heterogêneo formado por advogados, médicos, militares, engenheiros. O IHGSP passa a reunir esse grupo heterogêneo de amadores e faz convergir os interesses dispersos da tradição anterior em investigações mais sistemáticas sobre o passado regional.

A produção reunida na revista do instituto publicada a partir de 1895, indica que os interesses recaíam sobre os perfis biográficos de próceres do passado paulista, sobretudo do período colonial, seguidos dos personagens paulistas da Independência e do período regencial, coincidindo, portanto, com as formas características da história produzida no âmbito do IHGB[79]. Além de biografias e genealogias, a formação das cidades e das populações paulistas constituíam temas significativos do esforço intelectual que se ligava às necessidades de delimitação do território paulista. Nesse impulso, destacam-se os estudos sobre o bandeirismo paulista. Esse tema

---

[77] A lista completa dos autores arrolados nesta pesquisa envolvidos na produção literária sobre 1932 que pertenciam, ou viriam a pertencer, ao IHGSP e/ou à APL compunha-se dos seguintes autores: Monsenhor João Batista de Carvalho (APL), Alfredo Ellis Jr. (APL/IHGSP), Aureliano Leite (APL/IHGSP), Menotti del Picchia (APL), Afonso de Carvalho (IHGSP), Orígenes Lessa (IHGSP), Armando de Arruda Pereira (Arthur Morgan, pseudônimo) (IHGSP), Honório de Sylos (IHGSP), Leven Vampre (IHGSP), José Maria Whitaker (IHGSP, APL)

[78] v. BITTENCOURT, Circe Maria. Os confrontos de uma disciplina escolar: BITTENCOURT, Circe Maria. *Pátria, civilização e trabalho*; o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939). São Paulo, Loyola, 1990.

[79] v. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27; ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro"; a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U>.

correspondia a quase 10% dos artigos da revista publicados até 1940. Foi a partir desse ângulo que os membros do instituto passaram a interpretar a história brasileira, configurando uma interpretação do passado nacional que colocava São Paulo e seus habitantes no centro do processo de formação do Estado e da Nação[80]. Esta nova imagem da formação da nacionalidade ganhou força nas décadas de 1910 e 1920. Alguns exemplos significativos desse movimento são os livros de Alcantara Machado, *Vida e morte do bandeirante*, e o início da publicação da obra monumental de Afonso d`Escragnolle Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*[81]. A invenção histórica do bandeirismo não se expressava apenas na escrita da história e não abarcava apenas as iniciativas do IHGSP. A proposta do *Monumento às Bandeiras* de Victor Brecheret foi lançada em julho de 1920[82], mas o monumento só seria concluído em 1953. Afonso d`Escragnolle Taunay, sócio do instituto incumbido de dirigir o Museu Paulista em 1917, criou a seção de história que materializava a intenção de traçar a continuidade entre o bandeirismo e o presente, passando por momentos cruciais da vida brasileira que aconteceram em São Paulo, como a proclamação da Independência em 1822[83]. O museu inaugurado na década de 1890 foi reaberto ao público em 7 de setembro de 1922. Ao tempo em que boa parte dos autores aqui tratados começa a intervir politicamente e escrever, uma nova publicação periódica também se dedicaria a difundir as investigações sobre o passado bandeirante: a *Revista do Brasil*. Em sua primeira fase, segundo Tânia de Luca, nas páginas da revista sobressaía "um discurso, alicerçado na história e na geografia, que atribuía a São Paulo o mérito da manutenção e conquista do território"[84]. Estas iniciativas, em seu conjunto, difundiriam a imagem criada pela cultura letrada no âmbito do IHGSP.

Os limites da invenção histórica e do gosto pelo passado, contrapartes necessárias da aceleração do tempo que os habitantes da capital sentiam de forma

---

[80] cf.,FERREIRA, Antonio Celso. *op.cit.*p. 130 e ss.
[81] v., ABUD, Kátia. *O Sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições;* a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1985. (Doutorado).
[82] cf., BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro*; antecedentes da Semana de Arte Moderna. São Paulo, Saraiva, 1958. p. 104.
[83] cf., ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1996. (Doutorado) p. 246. Veja-se também: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Museu Paulista: espaço celebrativo e memória da Independência. in: BRESCIANI, Stella e NAXARA, Márica (orgs.) *Memória e (re)sentimento*; indagações sobre uma questão sensível. Campinas, Ed.UNICAMP, 2004. p. 197-221.
[84] cf., DE LUCA, Tânia. *op.cit.*p. 126.

particular[85], ultrapassavam as fronteiras da escrita historiadora desenvolvida no IHGSP. O romanceiro paulista também era um meio de representar o ser regional a partir da recriação literária da vida no campo e de episódios históricos significativos. Antonio Celso Ferreira distingue duas linhas principais da literatura regionalista de São Paulo entre o início do século e a década de 1930. Havia uma "literatura caboclista" que buscava na vida do interior a inspiração para compor poesia e prosa de ficção que dariam substância à imagem do caipira e do caboclo como repositórios da identidade regional. Esta busca do ser regional na vida agrária ligava-se a uma visão particular do passado preocupada em resgatar as origens da nacionalidade[86]. Havia também a copiosa produção de romances históricos centrada na representação literária de personagens e eventos exemplares. O principal autor dessa segunda tendência foi o poeta e romancista Paulo Setúbal que escreveu *A marquesa de Santos* (1925), *A bandeira de Fernão Dias* (1928), *Nos bastidores da história: episódios históricos* (1928), *Os irmãos Leme* (1933), entre outros romances e crônicas históricas[87]. Alguns dos autores da "epopéia de 1932" integravam as duas tendências da literatura ficcional apontadas por Antonio Celso Ferreira. Cornélio Pires, autor de *Chorando e rindo*, e Aureliano Leite, que escreveu *Martírio e glória de São Paulo*, eram representantes do caboclismo das décadas de 1910 e 1920[88]. Alfredo Ellis Jr., de *A nossa guerra*, escrevera *Jaraguá:romance histórico da penetração bandeirante*, e Aureliano Leite, no contexto do Estado Novo viria a escrever *Amador Bueno, o aclamado* (1938).

O conteúdo histórico dos romances acompanhava a tendência geral da historiografia paulista no sentido de afirmar o bandeirismo como evento fundador da Nação. Porém, o que interessa nesse momento é evidenciar a correspondência entre as formas de representação do passado empregadas nessa tradição literária paulista e os gêneros utilizados pelos autores da "epopéia constitucionalista" na recriação do evento do qual haviam participado. Assim como na literatura regionalista estabelecida desde o início do século XX, o movimento constitucionalista foi recriado quase imediatamente através da poesia e da prosa de ficção.

---

[85] v. SEVCENKO, Nicolau. *op.cit.*. Cap. 2 e 3; p. 89-152; p. 153-222.
[86] cf.,FERREIRA, Antonio Celso. *op.cit.* p. 215 e ss.
[87] Idem. p. 242 e 243.
[88] v., CAMPOS, André Luiz Vieira de. *A República do Pica-pau Amarelo*; uma leitura de Monteiro Lobato. São Paulo, Martins Fontes, 1986. p. 21-35.

Entre 1932 e 1936, 12 livros e livretos de poesia foram publicados sobre o evento. Um deles foi escrito por um poeta consagrado nos meios intelectuais paulistanos: Martins Fontes, autor de *Paulistânia* (1934)[89]. Os demais foram escritos por autores pouco conhecidos ou que exerciam o jornalismo, como Lino Guedes, autor de *O pequeno bandeirante*[90]. Boa parte desses poemas homenageava o heroísmo dos voluntários paulistas, como em *A senha* poema publicado por Edgar Braga, médico alagoano radicado em São Paulo.O poema foi publicado no contexto da campanha pela construção do monumento aos soldado constitucionalista, pois, conforme indicado na folha de rosto, Mary Buarque teria declamado os versos em 9 de julho de 1935. Nos versos, uma sentinela vela o descanso de seu batalhão na noite fria. No meio do escuro, o soldado constitucionalista relembra a cidade natal, os pais velhos já, e revê:

> A paz fecunda e loira dos campos
> a terra roxa que o sol redoira
> de luz inquieta: a fazenda senhorial
> e, a perder de vista, o viride cafezal
>
> Então, de repente, uma cólera sagrada
> transforma esse menino num herói de balada
> cólera que transborda e o sangue nobilita
> por amor à tradição e à lei que periclita[91]

Depois, segurando o fuzil com a mão crispada, o herói jura defender São Paulo até a morte. E finalmente vê, na antemanhã o inimigo aproximar-se e gritar-lhe: “renda-se paulista!”. Grita que não passarão e avança com a baioneta calada. E um tiro ecoa:

> Cambaleante, mas de pé
> O voluntário de São Paulo ainda avança...
> - Renda-se sentinela!
> - Entregue-se paulista!...
> - Não!
> E, num derradeiro arranco, esta criança
> investe, luta, impreca, desbarata, até
> que os outros recuam, extáticos à imprevista
> bravura
> Até que, do peito, o sangue lhe escorre.
> Até que, de pé, como uma árvore, balança a copa verde e
> altiva

[89] Sobre a trajetória de Martins Fontes v. MENEZES, Raimundo. *op.cit.* p. 522-523; e MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p. 233-234.
[90] v. GUEDES, Lino. *O pequeno bandeirante*. São Paulo, Ed. Cruzeiro do Sul, 1932.
[91] cf., BRAGA, Edgar. *A senha.* São Paulo, Impressora Comercial, 1935. p. 2.

> E estremece...
>
> E morre.[92]

A reprodução destes versos exemplifica uma das possibilidades de tratamento formal do tema do sacrifício em defesa da lei que caracteriza toda a produção da literatura comemorativa de 1932. E também são um indício do culto aos mortos que aos poucos se estabelecia como elemento decisivo da memória da Revolução Constitucionalista de 1932 construída pelos ex-combatentes. O sacrifício e o culto aos mortos consubstanciavam-se em outras formas literárias, como nos curtos perfis biográficos dos mais de 680 soldados constitucionalistas mortos em combate publicados em *Cruzes Paulistas*, livro organizado por Benedito Montenegro, Alberto Aguiar Weissohn, A. Guanabara de Arruda Miranda, Horácio de Andrade e Osvaldo Bretas Soares[93]. A obra teve uma tiragem de 2.600 exemplares e foi realizada pela Campanha Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 32. Seus autores afirmavam na apresentação que nela figuravam "os nomes dos que, pelo ideal de servir São Paulo e, lógica e principalmente, o Brasil, tombaram nos vários setores da guerra de 32"[94]. Ainda afirmando os princípios que norteavam as homenagens, os autores diziam:

> Este livro é um panteão. De cabeça descoberta, como fazemos ao penetrar em templo sagrado, iremos lavrando, página por página, uma obra de gratidão e reverência... Cada linha contem um orgulho para quantos lutaram ao lado dos que se foram, um exemplo para as crianças de hoje, uma lição e um incentivo, sempre fecundos, para as gerações de amanhã[95].

As biografias hierarquizavam os personagens. Antes dos soldados dispostos nas páginas em ordem alfabética sem qualquer distinção de patente, havia os perfis biográficos das "duas grandes figuras da Revolução": Pedro de Toledo e o Cel. Marcondes Salgado. Depois do governador revolucionário e do chefe da Força Pública morto durante a demonstração de um novo armamento, seguiam-se as notas biográficas dos "heróis de 23 de maio": os "estudantes" Mário Martins de Almeida,

---

[92] Idem. p. 6.
[93] cf.,MONTENEGRO, Benedito. *Cruzes paulistas*; os que tombaram em 1932, pela glória de servir São Paulo. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1936. p. 1
[94] Idem. p. 12.
[95] Idem.

Euclides Bueno Miragaia, Drausio Marcondes de Souza e Antonio Américo Camargo Andrade e do comerciário Orlando de Oliveira Alvarenga[96]. Só então é que as vidas exemplares dos soldados eram descritas convertendo-os em "numes tutelares". Os dados biográficos não eram uniformes, mas continham, de um modo geral, as datas de nascimento e morte, o desempenho durante a campanha, as relações familiares e, eventualmente, notícias sobre o sepultamento ou traslado dos corpos do campo de batalha para os cemitérios. È preciso destacar que as pequenas narrativas concentravam-se, não sobre a vida de cada soldado, mas sobre seu instante grandioso: a participação no movimento constitucionalista. A lista incluía desde comerciantes, industriais, estudantes, operários, lavradores e fazendeiros, até "vagabundos" como Amendoim, voluntário de Presidente Prudente conhecido apenas por seu apelido[97]. A reunião de personagens tão díspares revelava outro tema significativo da narrativa canônica que então se constituía: a comunhão de grupos sociais distintos no sacrifício pela causa paulista. E além da comunhão entre as classes, a unidade do interior e capital, do homem do campo e do morador das cidades. Não por acaso, o maior perfil que havia no livro era o de Paulo Virgínio, "caboclo" do município de Cunha torturado e morto pelas tropas "ditatoriais" em julho de 1932[98]. Se havia uma hierarquia no corpo da obra, destinando os perfis mais longos aos grandes nomes, mas não só a eles, e os mais curtos, quase epitáfios, à maior parte dos soldados, é necessário notar a novidade de *Cruzes Paulistas*. A escrita biográfica, desde o século XIX, era reservada aos grandes homens, mas naquelas páginas o homem comum elevava-se à dignidade dos grandes, incluindo-os em um livro que pretendia ser um "panteão" da epopéia constitucionalista – uma indicação não apenas do desejo de coesão social, mas também de uma alteração significativa na ordem política e social naquele momento.

A poesia, forma literária há muito associada à produção da memória, e a biografia dos mortos, verdadeiros epitáfios para os soldados caídos, não eram os únicos gêneros em que a experiência de guerra seria recriada. A revolução foi refeita em crônicas, contos e até mesmo em anedotas. Dois livros aparecidos em 1933 exemplificam esse processo de recomposição literária da experiência histórica:

[96] cf., MONTENEGRO, Benedito. *op. cit*. p. 15-29.
[97] cf., MONTENEGRO, Benedito. *op. cit*. p. 67.
[98] Idem. p. 382-386.

Estilhaços de granada: a revolução anedótica, de Euclides Andrade, e *O despertar de São Paulo: episódios históricos*, de Menotti del Picchia.

O livro de Andrade, comediante estabelecido na imprensa periódica e autor de contos regionais, queria apenas "provocar o riso" para que o leitor pudesse também esquecer "a crise, a política e todas as demais coisas ruins que infernizam o viver da gente brasileira"[99]. O autor colhera as anedotas nas trincheiras, nas linhas de retaguarda, nos quarteis, "nos cafés, bares e confeitarias, onde se reuniam os 'estrategistas' de emergência, os valorosos rivais de Joffre, Foch e Hindemburg"[100]. Euclides Andrade, embora apelasse ao esquecimento das "coisas ruins" dizia que seus "estilhaços de granada" se assemelhavam ao ato de colecionar que tomara conta da gente de São Paulo a guardar obuses, granadas e "outros troféus belicosos"[101].

Alguns temas importantes da "epopéia de julho" apareciam na coleção de anedotas. A participação dos estrangeiros na campanha militar: em *Colarinho blindado*, a história de um alemão que apresenta ao comandante geral uma invenção sua, um "golede plindata" (colete blindado), ao que o sargento replica perguntando se ele também fabricava colarinhos de aço, numa referência irônica à extração social da maior parte dos voluntários[102]; ou a anedota ouvida em um botequim do Braz, onde italianos, alguns deles veteranos da Grande Guerra discutiam o desenrolar do conflito e um deles afirma, encerrando a discussão: "Ilos pode atumá San Paolo, ma quero vé si son capaiz de tumá a tar cidade da Cunstituinte"[103]. Além da prosódia característica dos imigrantes, aspecto das mudanças do falar paulistano tão bem representadas na imprensa pelas personagens de Juó Bananere, o autor também registrava as mudanças na linguagem provocadas pela experiência de guerra em *A gíria das trincheiras*, história em que narra a engraçada consulta de uma senhora com um médico que servira no front[104]. O anedotário e as mudanças culturais provadas pela guerra teriam chamado atenção de Mário de Andrade, que foi coletando tudo quanto achava escrito ou ouvia nas ruas durante o conflito para compor *A Guerra Paulista*, estudo que

[99] cf., ANDRADE, Euclides. *op. cit.* p. 17.
[100] Idem. p. 18.
[101] Ibidem.
[102] cf., ANDRADE, Euclides. *op. cit.* p. 43.

[104] Idem. p. 53.

nunca foi publicado pelo autor modernista[105]. A participação de brasileiros de outros estados ao lado dos constitucionalistas aparece em *Um nortista*, conto em que um bacharel em visita de inspeção ao front elogia as qualidades heróicas dos militares paulistas da Força Pública até ser interrompido pelo comandante do destacamento afirmando que era pernambucano.

O temas do heroísmo e do sacrifício também surgem nas anedotas. Heróis às avessas eram os voluntários do "Batalhão dos 4 efes", ou seja, os que não iam para a luta e afirmavam com seu gesto: fico fardado fazendo fita. Heróis de mesma estirpe formavam outro batalhão de grande efetivo, o "Batalhão Pedro I". De acordo com Andrade, estes voluntários eram chamados assim porque, como o primeiro Imperador, afirmavam na hora do embarque: "Como é para o bem do povo e felicidade geral da nação, digo que fico!"[106]. Herói à sua maneira era o português Cabo Madruga que defendia a Constituição sem saber do que se tratava no botequim de seu bairro proletário, acabando por alistar-se e morrer pela causa[107]. Em *O sacrifício* um voluntário, na hora da partida, recebe um beijo de uma moça feiíssima e afirma: "Tudo por São Paulo! E o trem partiu, levando o mártir..."[108].

A defesa da legalidade aparece em uma das anedotas mais engraçadas do livro de Andrade. Nela, como em outras partes do livro citadas aqui, as experiências da linguagem utilizadas pelos modernistas para reproduzir a fala popular aparecem no discurso do Cabo Velho aos voluntários de Piratininga[109]. O velho militar da Força Pública, caboclo interiorano, irritava-se quando os "rapazes do Triangulo" chamavam-no de revolucionário ou revoltoso. Dizia o Cabo Velho a um jovem revolucionário:

> - Si o sinhô é revoltoso, eu, graças a Deus, não sô não! Sô pula orde, pulo sussêgo púbrico, pula disciprina... A Cunstituição não é o rejume legá? É? Apois entãoce u qui é qui eu tô defendendo de armas na mão? Não é a lei? Revortoso, uma ova![110]

---

[105] v., COSTA, Ângela Maria Gonçalves da. *Guerra de São Paulo*; edição de uma pesquisa inédita de Mário de Andrade. São Paulo, FFCLCH/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas/USP, 2002. (Mestrado). Sobre as experiências linguagem representadas pelo Juó Bananere, v. MARTINS, Wilson. *op.cit.* p. 336-337.
[106] cf., ANDRADE, Euclides. *op. cit.*p. 57.
[107] Idem. p. 115.
[108] Idem. p. 163.
[109] Um exemplo das experimentações encontra-se nas *Novelas paulistanas* de Antonio de Alcantara Machado, especialmente nos contos que tematizavam a vida dos italianos na cidade de São Paulo reunidos em *Brás, Bexiga e Barra Funda*, v. MACHADO, Antonio de Alcantara. *Novelas paulistanas*. – 2ª ed. - Rio de Janeiro, José Olympio, 1971.
[110] cf., ANDRADE, Euclides. *op. cit.* p. 82.

O interesse pela fala popular dos caipiras vincula o anedotário recolhido por Euclides Andrade ao caboclismo. Ele mesmo era autor de *Caipiras e caipiradas* livro de "contos regionais paulistas"[111] e é provável que conhecesse o livro de Amadeu Amaral, *O dialeto caipira* (1920), estudo minucioso da fala e vocabulário dos homens do interior do estado, ou a obra de Valdomiro Silveira[112]. As relações entre a formulação da "epopéia paulista de 1932" e a tradição estabelecida do romance histórico aparecem no livro de Menotti del Picchia. O subtítulo de *O despertar de São Paulo* já era uma indicação nesse sentido: "episódios históricos do séc. XVI e do séc. XX na terra bandeirante". O livro composto por "fragmentos romanceados" da "aurora de sacrifícios e de glória" sugeria a continuidade entre o tempo da fundação de Piratininga e a Revolução de 1932. Na primeira parte, intitulada "10 de Julho. A jornada épica dos paulistas", Menotti del Picchia recria a "aurora de sacrifícios e de glória" narrando os episódios de julho de 1562, quando os primeiros colonizadores e seus aliados Tupiniquins rechaçaram a tentativa de invasão de Piratininga pelos Tamoios aliados aos franceses. Um corte no tempo abre a segunda parte, "10 de julho de 1932. A madrugada epopéica dos paulistas". O autor afirma que o destino determinara que, três séculos depois, "se puzesse de novo à prova a bravura paulista". E pergunta-se: "Teria se abastardado a estirpe de Anhanguera e de Raposo?"[113].

Deste ponto em diante, o autor narra as transformações da cidade que passara de "frágil rebanho de taperas acotovelando-se" à "urbe imensa" onde as chaminés soltando fumaça convertiam-se em "bandeiras ondulantes, desfraldadas em honra da energia paulista", os viadutos amarravam a cidade "com suas articulações de aço" e "nervos de fios elétricos, cruzados, emaranhados, punham ritmo febricitante da veiculação moderna nas ruas de asfalto e de granito"[114]. A cidade mudara. "Onde se levantavam as tabas de Caiubi e de João Ramalho, o reduto dos arranha-ceus rimava, entre as paralelas das ruas, o bizarro poema de cimento armado das grandes

[111] cf., MELO, Luis Correia de. *op. cit.* p. 54; e MENEZES, Raimundo de. *op. cit.* p. 92
[112] cf.,FERREIRA, Antonio Celso. *op.cit.* p. 230-231; e SILVEIRA, Célia Regina da. O caipira: fonte da identidade paulista em Valdomiro Silveira. In: FERREIRA, Antonio Celso e MAHL, Marcelo Lapuente. (orgs.) *Letras e identidades*; São Paulo no século XX, Capital e Interior. São Paulo, Annablume, 2008. p. 53 e ss.
[113] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *O despertar de São Paulo*; episódios históricos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933. p. 197.
[114] Idem. p. 198.

metrópoles modernas”[115]. Teria mudado o espírito de seus habitantes? Teriam transformado-se no “cartaginês mercante”? O “mascate matara nele o soldado”?

Menotti del Picchia responde afirmando que as jornadas de maio haviam despertado de uma letargia de três séculos “o povo que substituíra suas armas de guerra pelos instrumentos de trabalho”. Frente à humilhação sofrida, as glórias do passado faziam “desfilar ante seus olhos, os seus heróis, seus mártires, seus grandes feitos”. Segundo o autor: “9 de julho foi a metempsicose da raça. Saíram dos seus jazigos, as almas de Raposo, Borba Gato, Anahanguera. Reencarnaram no moço delirante que sobraçou o fuzil e se improvisou soldado”[116]. Adverte o leitor que os textos eram “romantizações de episódios reais” que tentavam recompor “o estado de espírito bandeirante em 32”. Estado de espírito da “raça de gigantes” que unificava os tempos: “10 de julho de 1562. 10 de julho de 1932. Duas epopéias realizadas por um mesmo povo. Dois episódios de um mesmo ciclo imortal”[117].

Nos quatro contos da segunda parte, os temas da coesão e do sacrifício aparecem novamente. Assim como o voluntário real de Presidente Prudente, o “vagabundo Amendoim de *Cruzes Paulistas,* ou o morador de um cortiço que doa umas poucas jóias recusando-se a dar o nome, porque este nada representava e nada valia, em *Ouro para a vitória* de Euclides Andrade, é um engraxate que conta a féria da semana e doa toda ela na rádio Record em *Não tenho nome*. Neste conto de Menotti, o engraxate lustra os sapatos de um burguês, de um padre e de um soldado, cujas botinas enlameadas “denunciavam a canseira das marchas ásperas das barrancas do Túnel, lá na Mantiqueira batida pelos obuzes”[118]. O menino conta as moedas e vai fazer sua doação “para o soldado paulista”. Deixa o dinheiro e sai sem dizer o nome. O coletor vai atrás dele e o alcança na rua, aproxima-se e segura seu ombro. Explica-lhe que é necessário dar o nome para o registro. O engraxate pergunta se realmente é necessário. O coletor afirma enfático que sim, é. Então o menino diz: “Então, ponha: um moleque paulista!”[119].

O tema da unidade dos grupos sociais em torno da causa paulista fica ainda mais evidente no primeiro conto, *Vae!*. Neste texto, um casal bem nascido, recém-casado, deve decidir entre viver o amor e cumprir o dever cívico. Na cozinha, a

[115] Ibidem. p. 198-199.
[116] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *O despertar de São Paulo. op. cit.* p. 201-202.
[117] Idem. p. 203.
[118] Ibidem. p. 219.
[119] Idem. p. 228.

empregada doméstica Joaquina acompanha as notícias do rádio e canta uma música de exaltação aos voluntários. A patroa, Geny, aproxima-se. A cumplicidade se cria e a empregada afirma orgulhosa que seu marido, José, era um homem porque partira para a guerra. Geny pensa em Carlos, avalia seu próprio egoísmo face ao sacrifício dos mais pobres. Carlos, no escritório, autoriza um de seus subalternos a partir para o front, um datilógrafo de nome João. O patrão diz: "Cumpra o seu dever!". Pensa em seu próprio dever ao proferir a frase, principalmente quando o "velho guarda-livros" também pede autorização para partir com dois de seus cinco filhos. Carlos finalmente chega em casa e decide: parte também. O dever cívico e o exemplo dos subalternos vencem o egoísmo do jovem casal[120].

A narrativa mais comovente de toda a segunda parte chama-se *O berço*. Nela, um casal na casa dos cinqüenta anos, João do Prado Soares e Leocádia Borba de Almeida Soares, nome que lembrava sua "boa estirpe", encontra-se unido no esforço de guerra e na memória de Joãozinho, o filho morto aos 7 anos de idade. Um berço de ferro era a única lembrança que lhes restava da criança. Haviam doado tudo: as alianças na Campanha do Ouro e canos, uma cama da criada, panelas, todos os metais que puderam recolher para atender as solicitações que chegavam pelo rádio e que um médico convertido em motorista coletava de casa em casa. Mas relutavam em entregar o berço: a memória de Joãozinho pesava. Relembram e imaginam que ele poderia estar no front se fosse vivo. Noites de angústia tiram o sono do velho casal a cada vez que novas solicitações de metal ecoavam. Numa dessas noites, o "capitão João Soares" sonha que está numa trincheira defendendo-se apenas com um canivete enquanto seu filho pede balas. Acorda sobressaltado. A angústia de ambos vai aumentando. O trabalho de cozer fardas para os voluntários não afasta o desespero de d. Leocádia. Um última noite de insônia. Pela manhã, a mulher propõe que doem o berço. O marido responde:

> - Eu queria propor isso a você... Mas não tinha coragem...
> E ela, estoicamente:
> - Eu pensei muito, João. Afinal, não é só o Joãzinho meu filho. Para uma mãe paulista, são filhos todos os que estão lá![121]

[120] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *op.cit* p. 205-211.
[121] Idem. p. 239.

Em *O berço* as histórias de vida de uma família, suas memórias, se integram a epopéia feita por heróis anônimos, alguns sem nome até. Há dois aspectos interessantes nas narrativas reunidas por Menotti del Picchia. Por um lado, a continuidade entre o tempo da fundação e das bandeiras e o presente vivido como história. Os recursos literários empregados para recriar o "espírito bandeirante", romanceando episódios reais que o autor não fala de onde tirou, afastam a preocupação de documentar as narrativas. Neste sentido, os textos de Menotti del Picchia se integram à tradição do romance histórico do ciclo bandeirante. A veracidade dos episódios históricos recriados pelo autor consagrado não residia na objetividade dos procedimentos metodológicos que distinguiam a história da literatura, particularmente o romance histórico. O romance histórico e a análise cientificamente controlada do passado supõem a existência de uma realidade passada, mas somente a historiografia exige as referências a uma realidade extratextual[122]. A veracidade da história convertida em ficção aqui se confundia com a autoridade do próprio narrador que acompanhara de perto os episódios da guerra na qualidade de chefe de gabinete do governador Pedro de Toledo durante o período revolucionário. Assim, o último conto reunido na segunda parte é bastante significativo dessa forma de autorização do discurso sobre o passado imediato. Trata-se de *Inda sei manejar um fuzil!*. Nesse texto, Menotti descreve o clima dos últimos dias da revolução constitucionalista no palácio dos Campos Elíseos. Critica de forma velada as disputas entre os políticos em meio as notícias das derrotas sucessivas nas frentes norte e sul. Reinventa a atitude de Pedro de Toledo quando da notícia da "paz em separado" assinada entre o comando da Força Pública e o Estado-Maior de Góes Monteiro a 2 de outubro de 1932. Segundo a escritura romanceada do episódio, Pedro de Toledo teria dito:

> - Pois bem. Inda me resta uma coisa. Estas velhas mãos sabem manejar um fuzil. Partirei para Campinas. Irei para uma trincheira. E como não me resta mais nada, mostrarei, ao menos, como morre um paulista.[123]

[122] v. POMIAN, Krzystof. *Sobre la historia*. Madrid, Cátedra, 2007. p. 29
[123] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *op.cit.* p. 247.

Quem desmentiria este acontecimento particular? Quem desmentiria todos os fatos recriados pelo autor? Era na qualidade de testemunha que Menotti del Picchia falava. Seu papel de protagonista colocava-o numa posição privilegiada para dizer a verdade mesmo que o fizesse à margem dos constrangimentos impostos por uma disciplina. E a verdade que se procurava afirmar nestas narrativas era, na ótica dos paulistas envolvidos no conflito, clara: São Paulo unido resistira heroicamente às forças da "ditadura". Os temas do sacrifício heróico, da unidade regional e da luta pela democracia apareceriam também nos diários de campanha, nas reportagens e nos relatos de batalha escritos por voluntários e militares que lutaram nas fileiras constitucionalistas.

A história vivida e a narrativa canônica.

Os diários de campanha, relatórios da mobilização civil, descrições de batalhas e reportagens dos correspondentes de guerra diferem das outras formas narrativas empregadas para recriar os eventos de 1932 na perspectiva dos constitucionalistas. A diferença fundamental é que havia em alguns destes textos a preocupação de documentar os escritos. E mais importante que esse aspecto era a condição de testemunhas da história que seus autores reivindicavam. É possível distinguir duas linhas principais na literatura comemorativa sobre 1932. Por um lado, havia a recriação ficcional de eventos e do clima geral da mobilização na "terra bandeirante" que pode ser relacionada à tradição vigorosa do regionalismo paulista consubstanciada no caboclismo e no gosto por romances históricos que tematizavam o passado regional. Por outro, há uma literatura testemunhal que se aproxima das narrativas pessoais de ex-combatentes da Grande Guerra.

George Mosse estudou estas narrativas e percebeu, conforme já se notou neste capítulo, a criação do mito da experiência de guerra que se caracterizava pelo culto aos valores masculinos, escapismo dos constrangimentos socialmente impostos pelar gerações mais velhas, descrição dos horrores do conflito e elogio da camaradagem entre diferentes estratos sociais na vida das trincheiras. Alguns destes elementos também podem ser observados na literatura comemorativa acerca de 1932, tanto na sua vertente ficcional quanto nos testemunhos. A anedota do Cabo Velho, por exemplo, não deixa de ser um elogio da camaradagem entre um velho combatente

representante das populações caipiras de São Paulo e os jovens estudantes da capital do Estado que se tornaram voluntários da "Lei". Por outro lado, o escapismo da juventude européia não se observa na literatura sobre 1932. Ao contrário, a maioria dos relatos afirma o compromisso de seus autores com as tradições paulistas. O culto aos valores masculinos da coragem, força e abnegação heróica encontra-se também nas duas vertentes das narrativas comemorativas. A análise dos testemunhos evidenciará estes aspectos. Mas essa literatura testemunhal, por sua vez, tem uma característica única: os autores reivindicam mais claramente a condição de protagonistas da história.

Seu engajamento pessoal nos eventos de 1932 assemelha-se também ao fenômeno notado por Philipe Ariès em *O engajamento do homem moderno na história*[124]. Neste texto escrito em 1948, portanto, sob o impacto dos desdobramentos da II Guerra – a devastação do continente europeu, a descoberta dos campos de extermínio, os julgamentos de Nuremberg – Ariès debruça-se sobre alguns dos textos estudados posteriormente por Mosse, como o livro de Ernst von Solomon, *Os condenados*, e outros relatos pessoais de militantes de esquerda e direita, de trânsfugas que participaram dos principais movimentos coletivos do entreguerras ou de homens e mulheres que passaram pela experiência concentracionária. Ariès distinguia estes relatos em primeira pessoa das memórias. Segundo o historiador, as memórias escritas pelos "homens de antigamente" eram observações diretas da vida privada ou da vida pública. A questão é que o homem moderno, o homem do século XX, não tinha uma vida pública distinta da sua vida privada: as duas dimensões misturavam-se de forma completa[125]. Essa combinação dá o tom dos sentimentos do homem moderno acerca da história. Estes homens escrevem testemunhos. De acordo com Ariès:

> o testemunho é, ao mesmo tempo, uma existência pessoal ligada intimamente às grandes correntes da história e um momento da história apreendido em sua relação com uma existência particular. O engajamento do homem na história é tal que não há mais autonomia, nem idéia de autonomia, mas o sentimento nítido de uma coincidência ou de uma recusa entre seu destino pessoal e o devir de seu tempo[126].

[124] v. ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.
[125] Idem. p. 74.
[126] Ibidem. p. 87.

Seu tempo: trata-se do engajamento em um momento da história preciso que os autores de testemunhos sentem a necessidade de comunicar aos outros. O testemunho não é, portanto, "o relato indiferente de um observador que enumera ou de um cientista que desmonta", mas sim "um esforço apaixonado para transmitir aos outros que contribuem para a história a sua própria emoção da história"[127]. É um sentimento semelhante que tomava conta, entre outros, do texto de Vivaldo Coaracy sobre sua experiência como prisioneiro de guerra. Coaracy revelava as condições de produção de seu relato: foi escrito na vivência do exílio em Portugal, do desterro que colocara-o "à margem dos acontecimentos e da vida", sentindo-se como que suspenso no tempo. Dizia ele que, nestas condições, narrou os fatos como "preciso rigor e meticulosa exatidão". Observava, porém, que: "Nenhum homem [...] que escreva com sinceridade sobre acontecimentos em que tomou parte, poderá abster-se, ao narra-los de registrar as reações que esses acontecimentos provocaram sobre a sua sensibilidade e o seu espírito"[128]. Menotti del Picchia, por sua vez, compusera sua narrativa "através do ângulo paulista". Além disso, não se tratava de uma "narrativa meramente impressionista" dos eventos, mas de um "testemunho pessoal de muitas cenas e de meu contato quase diário com os personagens mais em foco"[129]. Menotti del Picchia também advertia o leitor de que não se tratava de história: seu registro seria julgado pela pesquisa futura, mas acreditava que a verdade de seu relato residia no "espírito de conjunto" que não poderia ser modificado pela alteração de alguns detalhes. E concluía dizendo: "Integrado na alma coletiva de S.Paulo, é um pouco dessa alma que pretendi fixar nestas páginas que revertem na mais humilde homenagem do meu espírito à grandeza já lendária do meu Estado"[130].

Talvez seja possível apreender os escritos constitucionalistas a partir da noção de testemunho, mas é preciso reconhecer as limitações dessa maneira de sentir a experiência histórica nos textos de voluntários, militares e homens públicos paulistas e de outros estados brasileiros. Certamente eles sentiam os eventos que levaram à Revolução de 1932 como um momento particular de sua própria história de vida integrando-se à história nacional. É possível pensar igualmente que os registros

[127] ARIÈS, Philippe. *O tempo da história.op.cit*. p. 87
[128] cf., COARACY, Vivaldo. A sala da Capela. São Paulo, José Olympio, 1933. p. 6.
[129] Cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *A revolução paulista vista através de um testemunho do gabinete do governador*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932. p. 5.
[130] Idem. p. 6.

imediatos dos acontecimentos da guerra civil marcaram suas existências de forma muito incisiva. Porém, a percepção que tinham da história faria com que seus relatos produzidos no calor dos acontecimentos, sem qualquer distanciamento no tempo, integrassem a epopéia bandeirante.

O interesse pela história manifesta-se nos testemunhos produzidos pelos protagonistas e observadores do movimento constitucionalistas. Dos mais desconhecidos e obscuros literatos interioranos aos jornalistas e escritores consagrados da cidade de São Paulo, a cultura histórica ganha corpo nas referências constantes ao passado nacional e de outras nações. O texto de dois autores exemplifica esse tipo de apropriação do passado.

Orígenes Lessa, que era um estreante em literatura, ao narrar a retirada de Vila Queimada e os comentários que ela suscitara entre seus companheiros, dizia: "Eta vida apertada! Só agora é que eu compreendo a Retirada da Laguna... Aquele pessoal era bamba"[131], referindo-se ao episódio da Guerra do Paraguai narrado por Alfredo d'Escragnolle Taunay – obra que teve 3 edições pela Cia. Melhoramentos de São Paulo na década de 1920[132]. É provável que Lessa, então com 29 anos, tenha lido uma das edições ou se lembrasse da narrativa do acontecimento por um professor do ensino secundário. Além deste passado relativamente distante, o autor também recobrava o passado recente ao retomar a memória das atrocidades da Grande Guerra (194-1918) no momento em que descreve o "batismo de fogo" dos "Voluntários de Piratininga". Segundo o "repórter" integrado ao batalhão, havia suspeitas de que as tropas "ditatoriais" usariam "balas dum-dum", um tipo de munição extremamente letal que "bastou para a fama de bárbaros dada aos alemães durante a Grande Guerra"[133].

Arnon de Melo, repórter dos Diários Associados enviado para acompanhar a guerra ao lado das tropas "ditatoriais" no Vale do Paraíba, afirmava que o movimento constitucionalista era um "exemplo de bravura cívica" e de "amor à liberdade, já tão brilhantemente afirmados em 42"[134], referindo-se à "Revolução Liberal de 1842" em São Paulo. O mesmo autor notava sempre a relação que Góis Monteiro estabelecia entre a "guerra fratricida" e outros eventos do passado. Em um de seus almoços com o

[131] cf., LESSA, Orígenes. *Não há de ser nada.* op.cit. p. 105-106.
[132] v., TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *A Retirada da Laguna*. Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1868. Esta obra teve 3 edições pela Cia. Melhoramentos de São Paulo na década de 1920: 1925, 1927 e 1928.
[133] cf., LESSA, Orígenes. op.cit. p. 64.
[134] cf., MELO, Arnon de. *São Paulo venceu!*. *op.cit*. p. 16.

Estado-Maior de Góis Monteiro, o jornalista anotou o momento em que o general rechaçava as acusações de bonapartismo dirigidas a ele. Góis Monteiro afirmava pela pena do repórter: "se me fosse dado imitar alguma figura histórica, era Hoche que eu escolheria"[135], referindo-se aqui a Lazare Hoche, general da Revolução Francesa responsável pela pacificação do oeste durante a Guerra da Vendéia (1793-1796)[136].

Mas de todas as referências históricas que delimitavam as percepções sobre o acontecimento, uma se impunha de forma predominante: o bandeirismo paulista. A apropriação da imagem do bandeirante durante a mobilização revolucionária nos cartazes, manifestos e discursos radiofônicos é um fato conhecido. Kátia Abud afirma que na Revolução de 1932 a imagem do bandeirante, instituída pela historiografia paulista na década de 1920, foi utilizada com o objetivo de assegurar a unidade regional em um momento de crise[137]. Nos textos analisados, contudo, não se trata de evidenciar as manipulações ideológicas de uma tradição inventada, mas de mostrar como a invenção histórica da epopéia bandeirante delimitava as percepções sobre a história que os autores sentiam vivenciar[138]. Foi no registro de uma história épica que os autores constitucionalistas procuravam assegurar a lembrança dos acontecimentos da revolução que seus livros tentavam estabelecer para a posteridade, integrando o episódio que testemunharam ao conjunto mais amplo da história paulista caracterizada pelo bandeirismo. Não é por acaso, portanto, que inúmeros depoimentos pessoais sobre 1932 traziam em seus títulos a palavra epopéia[139].

Insistir no caráter épico da "arrancada do 9 de Julho", relacionava o passado recente ao tempo mítico do bandeirismo. Esta associação manifesta-se em vários dos textos. As referências à "gente bandeirante", "bandeirantes de 32" ou "povo bandeirante" aparecem nos textos de Menotti del Picchia, Agostinho Ramos, João

---

[135] MELO, Arnon de. *São Paulo venceu!*. *op.cit*. p. 42.

[136] Sobre a Guerra da Vendéia e sua memória v. MARTIN, Jean Clément. La Vendée, region mémoire; bleus et blancs. In: NORA, Pierre (dir.) *Les Lieux de Mémoire*; I - La Republique. Paris, Gallimard, 1997. p. 519-534.

[137] cf., ABUD, Kátia Maria.op.cit. p.

[138] Stephen Bann faz a crítica do conceito de tradições inventadas forjado por Hobsbawm e Ranger em *A invenção das tradições*. Segundo Bann, no limite, todas as tradições são inventadas, não sendo possível separar tradições genuínas das que são inventadas com propósitos políticos. Por outro lado, o reforço da idéia de manipulação do passado pelo presente retira a força das invenções históricas sobre as representações socialmente constituídas sobre a realidade social, cf., BANN, Stephen. *As invenções da História*; ensaios sobre a representação do passado. São Paulo, Ed. UNESP, 1994. p. 20.

[139] v. BRAGA, Eugênio (Agagê). *A libertação de São Paulo;* (a epopéia de 22 de maio de 1932). São Paulo / s.ed./ 1932; CAMARGO, Áureo de Almeida. *A epopéia*; o Batalhão 14 de julho, fotografia da guerra no Setor Sul, dos Itararés ao Taquaral. São Paulo, Saraiva, 1935; e PIMENTA, Matos. *A epopéia paulista*. Rio de Janeiro, Ariel, 1933.

Saraiva e outros[140]. Os vínculos entre o passado distante e o presente vivido como história se construíam, como já se viu, na narrativa ficcional de Menotti del Picchia. Nos testemunhos, essa continuidade dos tempos aparecia, por exemplo, no prefácio do engenheiro Aarão Jefferson Ferraz para a obra do prefeito de Cachoeira, Agostinho Ramos, *Recordações de 32 em Cachoeira*, atestando o quanto este vínculo era difuso entre os autores e seu público leitor. O autor do prefácio afirmava que o escritor do livro preparado desde 1934 era:

> testemunha feliz desse galopar destemeroso dos bandeirantes de 32 para as regiões imarcescíveis da glória, o coração do autor pulsa em frêmitos de entusiasmo pela repetição, em nossos dias, dos feitos dos nossos antepassados, quando rasgando o tratado de Tordesilhas empurraram as nossas fronteiras para o sopé dos Andes[141].

Mas esta filiação explícita ao bandeirismo não define, por si mesma, a integração dos acontecimentos de 1932 no registro épico típico de um das concepções de história que alimentava os autores. É a mística do sacrifício individual e coletivo em nome da liberdade que insere estes testemunhos no regime épico. Este se caracteriza por um sentido de historicidade em que o passado é o repositório de ações exemplares que, se não se repetem, devem ser inspiradoras da ação[142].

Há uma preocupação constante dos autores em descrever mortes heróicas particulares, como as do sargento Cyro e de João Batista Reis, Voluntário de Piratininga morto em um ataque à baioneta, registradas por Orígenes Lessa como um impacto entre seus companheiros que comentavam as virtudes inigualáveis do voluntário e do sargento[143]. Mais eloqüente, contudo, é o relato da perda do "bravo capitão Manuel de Freitas Novaes" por Arnon de Melo. O militar do Exército integrado às forças constitucionalistas partira para uma missão perigosa que o tenente designado para realiza-la havia recusado: possibilitar a passagem de um trem blindado virando uma agulha da linha férrea próxima das linhas inimigas. Segundo o relato

---

[140] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *A revolução paulista vista através de um testemunho do gabinete do governador. op.cit.* p. 5; RAMOS, Agostinho. *Recordações de 32 em Cachoeira. op.cit.* p. 7; SARAIVA, João (tem.). *Em continência à lei*; episódios da Revolução Constitucionalista. São Paulo, Ed. Do Autor, 1933. p. 80.

[141] cf., RAMOS, Agostinho. *op.cit.*. p. 7.

[142] Sobre o regime heróico de historicidade v. HARTOG, François. *Régimes d'historicité*; présentisme et expériences du temps. Paris, Edition du Seuil, 2003. Cap. 1 e 2; p. 33-52; p. 53-76.

[143] cf., LESSA, Orígenes. *Não há de ser nada.* op. cit. p. 85.

colhido por Melo na narrativa de "um preto que servia na Estação da Estrada de Ferro", Novaes foi atraiçoado por uma patrulha "ditatorial" que pretendia prendê-lo. Resistiu à voz de prisão e o sargento da patrulha atirou três vezes. Quando o "ditatorial" dava o terceiro tiro, o capitão teria dito: "Não atire mais que eu já estou morto". Então, uma patrulha paulista consegue alcançar a cena da traição e resgata o capitão. Este chega, quase morto, à estação ferroviária:

> É o preto que o recebe. E ao olhar para ele, sustentando-lhe a cabeça, grita espantado:
> - Chi! O home tá grelando os óio!
> - Cale a boca, preto – diz, já agonizando, o capitão Novaes. Morro, mas morro satisfeito porque morro por S. Paulo.[144]

Nesse relato eivado do racismo característico daquele momento, o repórter dos Diários Associados registra que a morte fora sentida em Cruzeiro, onde residida sua família. E também foi sentida "nos meios governistas". Os antigos companheiros do exército ressaltavam "suas qualidades de bravura e caráter".

Estes são alguns exemplos do tratamento que os autores dispensavam aos sacrifícios individuais durante a guerra. A memória dos que tombaram em combate também aparecem nas dedicatórias de alguns dos livros publicados nessa época, como no texto do tenente João Saraiva, do Estado-Maior do General Bertoldo Klinger, sobre os aviadores José Ângelo Gomes Ribeiro e Mário Machado Bittencourt, "sacrificados em holocausto à causa constitucionalista"[145]. No livro do capitão Alves Bastos, *Palmo a palmo*, o prefácio do coronel Basílio Taborda descrevia o sacrifício coletivo no campo de batalha do setor sul como a luta entre 15 mil homens bem armados e preparados e um "púgilo de estóicos" compostos por 5 mil voluntários. Segundo Taborda, contra esse pequeno grupo "lançou-se a orquestração tempestuosa de silvos, trons (sic) e de estrondos, em acompanhamento ao aguaceiro de balas e à saraivada de estilhaços com que a ditadura pretendia apagar do coração paulista a chama sagrada do ideal"[146].

Mas o tema do sacrifício não se manifestava apenas no registro das mortes heróicas em campanha ou da tenacidade e resistência das forças constitucionalistas

---

[144] cf., MELO, Arnon de. op. cit.p. 158-160.
[145] cf., SARAIVA, João (tem.). op.cit. p. 5.
[146] cf., BASTOS, Alves (cap.). *Palmo a palmo*; a luta no setor sul. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, 1932.

frente a um inimigo mais poderoso[147]. A mobilização civil para a guerra também objetivava o sacrifício de todo o "povo bandeirante" pela constitucionalização e democracia efetiva. O tema do sacrifício, portanto, associava-se ao da unidade regional. O melhor exemplo da eficácia da mobilização civil encontra-se no livro de Benjamim de Oliveira Filho, *MMDC*[148]. O autor queria demonstrar com seu livro que a Revolução Constitucionalista não foi um movimento impatriótico e separatista, acusação recorrente dos "ditatoriais" durante o conflito[149] e que se consolidaria com o livro de Almaquio Dinis, *São Paulo e sua guerra de secessão*[150]. Na introdução ao seu relatório da mobilização civil organizada pelo MMDC, Oliveira afirmava que a revolução estava acima das ambições partidárias e que uma rebelião separatista não teria suscitado a:

> unanimidade do movimento paulista, em que se congraçavam, numa união sagrada, os ricos e os pobres, os industriais e os operários, as classes conservadoras e produtoras, as profissões liberais, a intelectualidade do Estado, a burguesia e o clero, a magistratura, o povo e a mocidade ardente de São Paulo[151].

Com a finalidade de demonstrar essa unidade, o autor ressaltava a ação da Associação Comercial de São Paulo, da Liga das Senhoras Católicas, das colônias estrangeiras, da FIESP, da Legião Negra e de uma infinidade de grupos e associações civis que se engajaram no movimento[152]. A unidade da "retaguarda" e a vitalidade da mobilização civil aparecem em muitos testemunhos[153]. A coesão social é uma nota constante nos testemunhos de Menotti del Picchia e Aureliano Leite[154]. Em um

---

[147] Outras descrições da morte em campanha e da desigualdade das forças em combate podem ser colhidos nas obras de Gabriel Menna Barreto e Áureo de Almeida Camargo, v. BARRETO, Cap. Gabriel Menna. *Memórias de duas campanhas (1930-1932)*. Rio de Janeiro, Alba, 1933; CAMARGO, Áureo de Almeida. *A epopéia*; o Batalhão 14 de julho, fotografia da guerra no Setor Sul, dos Itararés ao Taquaral. São Paulo, Saraiva, 1935.

[148] v. OLIVEIRA Flo., Benjamin de. *MMDC*. Rio de Janeiro, Ed. Schmidt, 1932

[149] cf., SILVA, Hélio. *1932: a guerra paulista.* – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.

[150] cf., DINIS, Almaquio. *São Paulo e sua guerra de secessão.* Rio de Janeiro, Ed. Schmidt, 1932. p.21.

[151] cf., OLIVEIRA Flo., Benjamin de. *op.cit.* p. 9.

[152] v. OLIVEIRA Flo., Benjamin de. op.cit. p. 29, 57, 67, 153 e 184.

[153] v. MORGAN, Arthur. *Os engenheiros de São Paulo em 32*. São Paulo /s.ed/ 1934; GÓIS, Eurico. *Heroínas paulsitas.* São Paulo, Ed. Elvino Pocai, 1932; e outro, já dos anos de 1950, OLIVEIRA, Clóvis de. *A indústria e o movimento constitucionalista de 32*. São Paulo, Saraiva, 1956.

[154] cf., PICCHIA, Paulo Menotti. *A revolução paulista vista através de um testemunho do gabinete do governador. op. cit.* p. 34 e 35; e LEITE, Aureliano. *Martírio e glória de São Paulo.* São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1934. p. 62.

depoimento que não esconde os preconceitos raciais vigentes nos anos de 1930[155], um episódio do testemunho de Orígenes Lessa evidencia a forma como a camaradagem nas trincheiras se convertia em símbolo da coesão social almejada. Duas patrulhas encontram-se no campo de batalha. Uma delas, comandada por um "crioulo alto", captura os "estudantes" que pertenciam ao batalhão do escritor. O comandante da tropa nota uma bandeirinha afixada no capacete de um dos voluntários onde se lia "Tudo por São Paulo!". E diz:

> - O que é isso menino? Tu é paulista?
> - Sou.
> - Então, sua besta, tu tá sarvo. Tudo nóis semo... [156]

O tema da unidade regional não se constituía apenas na exaltação das relações de solidariedade entre classes sociais e outros grupos sociais, como os negros de São Paulo organizados em associações civis diversas desde o final do século XIX, ganhando força no imediato pós-30 com a criação da Frente Negra[157]. A comunhão dos partidos na chamada "união sagrada dos paulistas" encontra-se registrada nos testemunhos dos indivíduos mais próximos do mundo do governo. São os casos de Aureliano Leite e Menotti del Picchia. Aureliano Leite descrevia, na primeira parte de seu livro, a criação da Frente Única Paulista. Sua posição como assinante do manifesto de rompimento do PD com o governo provisório autorizava-o a descrever o acontecimento que ganhou forma no manifesto dirigido aos correligionários dos dois partidos (PD e PRP) por Francisco Morato e Altino Arantes[158]. Menotti, por sua vez, registrava o clima de congraçamento de todo o Estado e dos partidos a partir de uma visão particular da realidade política[159]. O autor modernista, confessando o viés autoritário de suas posições, dizia que a "ditadura" adequava-se ao Brasil, pois cada estado era "feudo de oligarquias". Exceto São Paulo, onde existiam partidos

---

[155] v., SHWARCS, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*; cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.
[156] Cf., LESSA, Orígenes. *op.cit.* p. 87-88.
[157] v., MOURA, Clóvis. Organizações negras. In: SINGER, Paul. *São Paulo*; o povo em movimento. – 2ª ed. – Petrópolis, Vozes, 1981. p. 143-175.
[158] cf., LEITE, Aureliano. *op.cit.* p. 21.
[159] Sobre a inserção política e cultural de Menotti del Picchia v. VELOSO, Mônica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela*; nacionalismo e regionalismo paulista. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1987. (Relatório).

organizados e representação das minorias[160]. Estas condições prévias do espaço nacional justificavam a ditadura instaurada em 1930, e explicavam a unidade de propósito dos partidos organizados em São Paulo na defesa da Constituição e da autonomia estadual.

A interpretação de Menotti del Picchia, ou sua maneira de sentir a história vivenciada, estava marcada pela crise do liberalismo político. Ele mesmo concordava em seu testemunho que a constitucionalização imediata era um "sonho generoso de um povo culto", que se encontrava no estágio mais avançado da civilização industrial, percebido como uma agressão pelos que "modorravam satisfeitos" em outras regiões atrasadas do Brasil. Estes não podiam compreender a causa paulista porque eram, em virtude de causas mesológicas, incapazes de "se servirem da inutilidade retórica que era a sua fulgurante e adiantadíssima Constituição"[161]. Na visão de Menotti del Picchia, o liberalismo não se adequava ao Brasil como um todo e quando atribuía o epíteto de "sonho generoso" ao desejo de constitucionalização fazia eco às críticas que aqueles princípios políticos vinham recebendo desde os anos de 1920, como no texto de Oliveira Viana intitulado *O idealismo da Constituição*, publicado em *Á margem da história da República*, livro de grande repercussão organizado por Vicente Licínio Cardoso em 1924[162]. Se Menotti era um descrente face ao impulso liberal de reforma das instituições políticas, isto não o impediu de sentir-se empolgado com a luta de São Paulo para recobrar sua autonomia. Nem, tampouco, de criticar o viés centralizador do Governo Provisósio. No seu raciocínio, se a Constituição era inadequada ao Brasil como um todo, a centralização, impondo uma lei única a realidades sociais distintas, não garantiria a unidade dos interesses, mas sim o seccionismo[163]. De qualquer forma, a visão desse autor sobre as causas profundas da Revolução de 1932 é uma nota dissonante nos testemunhos dos protagonistas, a exceção talvez de outro perrepista, Alfredo Ellis Jr, para quem o regime das interventorias afetara São Paulo, mas era benéfico nos estados do "norte"[164]. Importa ressaltar, entretanto, que Menotti del Picchia solidarizava-se com todos os paulistas na luta pela autonomia.

---

[160] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *A revolução paulista... op.cit.* p. 18.
[161] Idem.p 21.
[162] v., CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Brasília, Ed.UNB, 1981. 2v.
[163] cf., PICCHIA, Paulo Menotti del. *A revolução paulista... op.cit.* p. 23.
[164] cf., ELLIS Jr., Alfredo. *A nossa guerra*. São Paulo, Ed. Piratininga, 1933. p. 142.

A defesa da Constituição e da autonomia estadual constituem outro tema significativo da narrativa canônica que se pode divisar nos escritos constitucionalistas. Os autores ressaltavam este aspecto quando procuravam caracterizar o movimento político e a luta armada como uma "enérgica expressão de brasilidade". Segundo os textos, a causa da Constituição não era exclusiva dos paulistas. Daí ser comum encontrar nos testemunhos referências à participação de "não-paulistas" no movimento e à recepção favorável aos constitucionalistas em outros estados e no Distrito Federal[165]. A ênfase que davam a este aspecto do movimento constitucionalista prendia-se, conforme já se notou, à sua formação comum nas escolas superiores de São Paulo, especialmente na Faculdade de Direito, e no jornalismo - esfera de produção da cultura onde se produziam as bases da "democracia ilustrada". Os valores liberais defendidos por este princípio de organização da vida pública eram os valores que os voluntários, militares e políticos constitucionalistas sentiam defender e que procuravam exaltar em seus relatos.

É nesse sentido que, ao descreverem as razões políticas que levaram ao levante militar, os autores dos testemunhos revolucionários procuravam definir um mesmo inimigo: a "ditadura" e os "tenentes". Assim é que, por exemplo, os autores de *Nós e a ditadura* caracterizavam a luta de São Paulo como combate aos "perigos do militarismo subalterno orientado pela oligarquia dos tenentismo"[166]. Outro exemplo significativo é o relato de Aureliano Leite para os eventos de 23 de maio de 1932. Aureliano Leite narra a resistência pública civil à chegada de Oswaldo Aranha à capital, enviado para negociar a composição do secretariado paulista. Segundo Leite, "na cidade, Triângulo e vizinhanças, multidões empunharam as bandeiras de S. Paulo e do Brasil e vagueavam, com gritos e urras cívicos". Essa mesma multidão, dirigida pelos oradores, arrancava as placas de praças e ruas com os nomes dos revolucionários de 1930. A multidão empastelou os jornais *A Razão* e *Correio da Tarde*, orgãos que defendiam as posições da ditadura e dos tenentes, e preparava-se para atacar a sede do Partido Popular Paulista, agremiação organizada por Miguel Costa a partir da Legião Revolucionária, quando foi atacada a tiros na Praça da República. Nesse lugar tombaram "os quatro moços: Martins – Miragaia – Drausio –

[165] v., CARNEIRO, Nelson de Souza. *XXII de Agosto*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1933; e CASTRO, Sertório de. *Diário de um combatente desarmado*. São Paulo, José Olympio, 1934. Livros em que se contava, respectivamente, a simpatia dos estudantes baianos e da população carioca pelos constitucionalistas; e MELLO, Arnon de. op. cit. p. 213.
[166] cf., FIGUEIREDO, Euclides *et alli*. *Nós e a ditadura. op. cit.* p. 8.

Camargo", os primeiros mártires da causa da constituição[167]. O 23 de maio aparece em quase todos os relatos como evento fundador da Revolução Constitucionalista e os estudantes como os principais personagens da mobilização política e militar que viria a impor, na ótica paulista, a derrota da "ditadura".

São Paulo venceu! Derrotado militarmente, mas politicamente vitorioso. Tal era a sensação que parecia tomar conta de grande parte dos autores. Os sacrifícios individuais e coletivos teriam valido a pena. O texto mais significativo dessa tendência era o de Arnon de Melo. O autor rechaçava as qualificações negativas atribuídas, no calor da hora e posteriormente, ao movimento. Segundo Arnon de Mello, "separatismo, comunismo, guerra de plutocratas, contra-revolução", tudo era dito para incompatibilizar o movimento e "para ocultar a sua bandeira de reivindicações nacionais". Ao contrário, São Paulo teria vencido porque teve ao seu lado "toda a nação contra uma ditadura moralmente falida e sustentada apenas pela força". E continua afirmando que São Paulo "venceu porque assegurou a implantação da lei nas incertezas do momento" e porque "deu novos rumos ao Brasil"[168]. Finalmente, depois de dizer que a "ditadura" cedeu ao não adiar as eleições e não dar mais "braço forte aos extremistas", isto é, aos "tenentes", conclui:

> Hoje, pode-se dizer que a Revolução de 32 salvou a de 30, já desmoralizada, já sem crédito algum na opinião, a debater-se 'num deserto de homens e idéias' e a emaranhar-se, dia a dia, em novos 'ensaios e decepções'"[169].

Apresentava-se, aqui, a continuidade entre as revoluções de 1930 e 1932 e o que unia os dois eventos, justificando-os frente à política da Primeira República, eram os princípios liberais, especialmente a instituição de eleições "livres" e a garantia do federalismo. Essa era uma interpretação da Revolução de 1930 e seus desdobramentos operada por parte das elites estaduais que se envolveram nela. Mas a continuidade entre os dois eventos não era unânime entre os defensores da causa da constituição. Alfredo Ellis jr., por exemplo, entendia a Revolução de 1930 como a interrupção do caminho liberal trilhado desde 1891 e reforçado com a hegemonia paulista no

[167] cf. LEITE, Arueliano. op. cit. p. 50-56.
[168] cf., MELLO, Arnon de. op.cit. p. 16 e 17.
[169] Idem. p. 18.

governo central[170]. Nesse sentido, 1932 correspondia a uma volta a um desenvolvimento virtuoso. De qualquer maneira, sendo volta ao sentido liberal da política republicana ou mais um impulso para sua aceleração, 1932 permanecia como expressão do liberalismo. Outras interpretações da história da República e da Revolução de 1930 já se anunciavam e representavam uma corrente de opinião que os liberais qualificavam como "autoritária", identificada com os "tenentes", grupo contra os quais os liberais de São Paulo se defrontaram entre 1930 e 1932. De fato, ao representarem a luta de São Paulo como a defesa do liberalismo político e a Revolução de 1932 como a revelação desse ideal, os autores defendiam um princípio de organização do Estado nacional que estava em jogo nos anos de 1930. Outras possibilidades estavam em discussão: a centralização sob um governo forte, idéia que emergiu da crítica ao idealismo dos princípios liberais da Primeira República[171]. E ainda que o grupo que se identificava com o esta posição saísse politicamente derrotado da Revolução de 1932, os liberais paulistas e de outros estados sabiam que a definição do jogo se daria em 1933 com a Constituinte.

Nesse sentido, afirmar a pujança do movimento constitucionalista confundia-se com a esperança jogada na política. Por isso era preciso estabelecer o movimento revolucionário de 1932 como parte de uma história mais longa do liberalismo, como revelação de um sentido da história brasileira iniciado com a Constituição liberal de 1891, reafirmado nos levantes 'tenentistas' dos anos de 1920, vitorioso em 1930 e consagrado em 1932. Foi o compromisso com essa possibilidade histórica que o conjunto das obras publicadas pelos constitucionalistas acabava por ratificar. Esse sentido da narrativa canônica apontava para o futuro, para a constituição do Brasil moderno imaginado desde a década de 1920. Assim, os testemunhos revelavam o engajamento de seus autores em um tempo particular no qual as posições individuais e os movimentos coletivos não podiam ser dissociados.

A expressão desse engajamento ganhou forma na interseção entre duas maneiras distintas de sentir a temporalidade. A narrativa canônica criada pelos constitucionalistas se situava entre dois regimes de historicidade: o regime heróico e o

[170] v., ELLIS Jr., Alfredo.*op.cit.*
[171] Sobre o pensamento autoritário na Primeira República v. LAMOURNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (ed.). *O Brasil Republicano, III, v. 1, História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Difel, 1977.

regime moderno, entre a história mestra da vida e o futurismo[172]. De um lado, apelava-se à história épica como maneira de narrar os acontecimentos e descrever personagens exemplares. Seu sacrifício e a unidade de propósitos que os reunia deveriam ser lembrados, pois eram encarnações de virtudes cívicas quase atemporais. Em certa medida, a retórica do "martírio de São Paulo" em nome do Brasil remetia a um passado mítico situado no tempo do bandeirismo, quando os paulistas desenharam as fronteiras nacionais e o povo genuinamente brasileiro. Esta visão do tempo da colônia convertia-se em símbolo do compromisso de São Paulo com o Brasil. A força dessa imagem era tão evidente e difusa que os autores representaram seu comprometimento com a "epopéia de 32" a partir do conteúdo daquela representação do passado e de sua forma. Por outro, estes mesmos homens sentiam-se parte de um movimento de ruptura com o passado e se viam como construtores do Brasil futuro. As ações heróicas que narraram não eram, e não poderiam ser, a repetição dos exemplos do passado, mas sim mais alguns indícios do movimento de construção da nacionalidade. Além disso, e mais importante, as narrativas estabeleciam os feitos que indicavam um sentido da história nacional: a evolução dos princípios liberais na ordenação das relações sociais e políticas. A Revolução de 1932 seria, pois, um passo na marcha para o futuro desejado. Sua lembrança impunha-se imediatamente como um dever cívico uma vez que o horizonte apresentava-se nublado por outras possibilidades políticas que significariam um desvio no desenvolvimento político nacional.

A narrativa canônica e o culto cívico dos mortos.

Trata-se, agora, de perguntar como esta narrativa da Revolução de 1932, que se torna canônica para os constitucionalistas evidentemente, se articula às celebrações do 9 de Julho, que desde o início se institui em torno do culto aos mortos. Antes de mais, ao menos para o período que medeia entre o final do movimento e o início do Estado Novo, a produção da literatura comemorativa e a criação do culto cívico dos mortos acontecem simultaneamente. Neste sentido, portanto, a separação entre este capítulo e os seguintes, especialmente o próximo, é arbitrária – uma evidência do rumor na fabricação da história no que toca à escrita como momento em que se

[172] Sobre o regime moderno de historicidade, o futurismo. v. HARTOG, François. *op.cit*. Introdução; p. 11-31; e Cap. 4; p. 113-162.

confere ordem àquilo que na pesquisa se apresenta imbricado[173]. De todo modo, à imagem do sacrifício estabelecida na escritura do passado imediato, corresponde a visualização dos revolucionários mortos no culto cívico que se ia instituindo desde 1932, e que foi ganhando formalizações sucessivas e diversas entre 1934 e 1957. É possível mesmo, conforme se indicou aqui, que o culto aos mortos antecedesse os primeiros poemas, romances e testemunhos que resultariam na formalização de uma narrativa canônica sobre o acontecimento, instituindo no universo dos leitores presentes e futuros um lugar para o evento político no conjunto da história nacional. Mas a medida em que os livros eram publicados, ganhando muitas vezes referências nos jornais de grande circulação por ocasião das comemorações do 9 de Julho, ia-se formando um corpo de obras que deveriam ser lidas para recordar o evento e conhecê-lo. Por isso a literatura constitucionalista serviria de parâmetro para a compreensão e estruturação dos rituais cívicos em seu processo de crescente formalização a partir de 1934. Para finalizar essa observação acerca da simultaneidade inicial entre a formulação da narrativa canônica e a instituição do culto aos mortos de 1932, em poucas palavras, pode-se dizer que as duas dimensões de representação do passado se alimentavam. É preciso ainda ver em detalhe esta relação.

Um primeiro aspecto relevante é a coincidência entre os produtores e consumidores da reconstrução constitucionalista da Revolução de 1932 e os grupos que se engajaram na criação e transformações dos rituais cívicos que o evento ensejava no correr da década de 1930 até a década de 1950. A caracterização dos autores e de seu público potencial pode ser estendida ao menos a uma parte significativa daqueles que promoveram e se viram conquistados pelo culto aos soldados constitucionalistas mortos. Este novo culto era formulado e teria como protagonistas os ex-voluntários do *front* e da retaguarda– principalmente os representantes dos grupos sociais mais intelectualizados. O que não quer dizer que os rituais cívicos não atingissem outras frações da sociedade regional. Nesse sentido, a retórica do sacrifício pela "causa da lei" expandia-se enquanto a mensagem política nela implícita se associava aos sentimentos mais difusos despertados pelo luto – relação quase atávica com a morte que na modernidade se converte definitivamente em rito da memória[174]. O culto aos revolucionários mortos que se estabelece tão

[173] v, CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da história.op.cit.* p. 65-119.
[174] v. ARIÈS, Philippe. *Essais sur l´histoire de la mort em Occident*; du Moyen Âge a nos jours. Paris, Seuil /s.d./. p. 46-60.

imediatamente quanto a produção literária correspondente tornava visível, como já se afirmou, o sacrifício coletivo. Os corpos em passagem pelos caminhos do estado, atravessando cidades, encontrando repouso definitivo nos cemitérios da capital ou do interior catalizavam possivelmente os sentimentos cívicos daqueles que os viam. Esta vida política dos mortos teria uma eficácia bem maior do que a literatura escrita pelos ex-combatentes.

O culto aos mortos da revolução de 1932 pode ser entendido como uma ritualização da história. Inicialmente, de um passado que se confundia com o presente; depois, já na década de 1950, de um passado mais distante que a própria recorrência das comemorações contribuiria para transformar em passado. Nesse segundo momento, as referências à literatura constitucionalista dos anos de 1930 tornam-se mais recorrentes, como se elas conferissem autoridade à ritualização do passado. Importa indicar que o culto aos mortos de 1932 é uma festa móvel da história em que os significados que se deseja atribuir ao evento são traduzidos em gestos que dão forma a uma performance que presentifica o passado, tornando-o reconhecido em cada circunstância[175]. A performance que se criaria e desenvolveria a partir de 1934, como se verá nos próximos capítulos, guardaria relações com o que se chamou aqui de narrativa canônica, cujos principais temas eram o sacrifício, a unidade regional, a autonomia estadual, a defesa da democracia. Não se quer dizer aqui que a performance apenas traduziria em gestos essas idéias, como se o rito apenas refletisse a narrativa estabelecida. Ao contrário, parte-se do pressuposto de que a ritualização da Revolução de 1932 ensejada pelo culto aos mortos institui igualmente estas idéias, sacraliza determinadas relações, contribuindo para sua eficácia, e contribui também para mudar as idéias e as relações sociais. Rito da história inserido na história, o culto aos mortos de 1932 irá, no percurso entre 1932 e 1957, transformar-se, mantendo algumas constantes.

O sacrifício cantado em verso e prosa na literatura muito evidentemente ganha corpo nos mortos que são trasladados dos campos de batalha para os cemitérios, que são cultuados nos campos santos ou mausoléus, que são exumados nos cemitérios para ganharem lugar mais nobre no *Mausoléu ao Soldado Constitucionalista*. A unidade regional traduzia-se na articulação dos ritos da capital e do interior do estado

[175] v. CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal,sécs. XIX – XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.

– na coincidência de suas formas, na sincronia que unificava o espaço, na eventual subordinação do interior à capital em certas situações rituais. Mas a unidade também se traduzia como coesão: a propalada participação de todos os grupos sociais e de diferentes partidos no culto aos mortos atualizava, a cada momento, a unidade de propósito que teria caracterizado o movimento constitucionalista. Autonomia e democracia seriam, a cada circunstância, mais faladas, quando o rito se transformava em notícia, do que propriamente representadas nas performances públicas. Mas estas duas idéias centrais da narrativa canônica não deixaram de ganhar forma e visibilidade em gestos durante as celebrações quando nos desfiles e romarias cívicas o povo em nova marcha levantava a bandeira do estado ou vestia as cores de São Paulo. A própria homenagem aos mortos anônimos, a indivíduos pouco ou nada célebres, seria revestida de um sentido democrático preciso, pois encenava a deferência de todo o corpo político regional aos indivíduos que haviam se sacrificado pela causa da constitucionalização.

Todas estas anotações acerca da imbricação entre o conteúdo da narrativa canônica e o culto aos voluntários mortos não traduzem a diversidade de referências culturais e símbolos acionados na criação e execução dos rituais cívicos – do catolicismo ao culto ao soldado-cidadão formulado no entreguerras europeu, dos símbolos religiosos aos referentes históricos mais diversos. Muito menos são capazes de indicar a variedade de significados que o culto cívico dos mortos viria a criar em cada circunstância; muito embora seja certo que a variabilidade obedeceria a limites impostos pela associação entre o culto aos mortos e as idéias de sacrifício, unidade regional, autonomia e democracia. Os capítulos que se seguem tem por fim, precisamente, investigar estas variações, indicando como os ritos fúnebres que concentravam a lembrança de 1932 foram ganhando formas e significados diversos. E mais, como o culto aos mortos dava ensejo ao uso político da memória de 1932.

CAPÍTULO III
O CULTO AOS "MÁRTIRES": DO CAMPO DE HONRA AO CAMPO SANTO

São Paulo nos anos 1930: mudanças sociais e política de massa

A historiografia identifica a emergência da política de massa ao contexto e desenvolvimento da Revolução de 1930. Muitos autores, aliás, vão mais adiante nesta identificação e associam as novas formas da política ao regime autoritário do Estado Novo, quando a legitimação do poder deveria passar por outros caminhos diversos do da representação[1]. Antes de se procurar compreender o sentido político do culto aos mortos que se estabeleceu logo depois da guerra civil, seria necessário questionar sob que condições sociais e políticas estas manifestações cívicas puderam se desenvolver em São Paulo. A idéia é que o culto aos mortos relaciona-se à emergência da política de massa no espaço regional.

As alterações no perfil da elite política estadual indicam a força destas mudanças. Joseph Love define a terceira geração da elite como a que englobava os nascidos no período republicano. Dentro deste grupo, os homens abaixo de 40 anos correspondiam a 59%, ao contrário das gerações precedentes onde as proporções dos mais jovens nos quadros superiores da direção política correspondiam a 25% para a primeira geração e 13% para a segunda. A terceira geração é também aquela em que o índice de laços familiares internos é menor: 33% contra 55% e 57% da segunda e da primeira respectivamente. Ao mesmo tempo, o perfil profissional deste terceiro grupo geracional é diverso: 39% são professores, principalmente das escolas superiores; enquanto nas gerações anteriores predominavam magistrados, banqueiros e engenheiros[2]. Cabe perguntar o quanto estas alterações estruturais no perfil da elite paulista deviam à conjuntura e, mais do que ela, aos eventos dos anos de 1930, especialmente a Revolução de 1932? Em que medida, portanto, o envolvimento no movimento constitucionalista e na celebração de seus mortos teria contribuído para o

[1] v. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo, Brsiliense, 1986; CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*; propaganda política no varguismo e no peronismo. – 2ª ed. – São Paulo, Ed. UNESP, 2009; CAMARGO, Aspásia. Carisma e personalidade política: Vargas, da conciliação ao maquiavelismo. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileira da Era Vargas*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ-Ed.FGV, 1999. p. 13-34.

[2] cf. LOVE, Joseph. *A locomotiva*; São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 225-226.

sucesso dos mais jovens e de outras categorias sociais no interior da elite paulista na década de 1930? Finalmente, cabe ainda questionar a relação destes eventos e estruturas políticas com transformações que tornavam a sociedade regional mais diversa, confundindo as hierarquias sociais estabelecidas e redefinindo os parâmetros de atuação e representação política.

Algumas mudanças no quadro populacional podem dar a dimensão das transformações na sociedade regional naquela época. O Estado de São Paulo experimentou, entre as décadas de 1920 e 1940, um crescimento populacional intenso, garantido, em parte, pelos fluxos migratórios internos: 432.900 pessoas a mais num espaço de vinte anos[3]. Na década de 1930, este movimento em direção a São Paulo é estimulado pela adoção da lei que preconizava o emprego de dois terços de trabalhadores nacionais em todas as atividades econômicas. Este fluxo cresceria continuamente ao longo dos anos, atraindo inicialmente trabalhadores do "norte" e de Minas para as lavouras do interior. Junto com o crescimento proporcionado pelas migrações, o crescimento vegetativo da população paulista também é constante e o estado atinge a marca de 7.200.000 habitantes em 1940, dos quais 1.326.261 viviam na capital. No que tange o crescimento demográfico, os anos de 1930 correspondem à acentuação de processos de mais de trinta anos[4]. As alterações no perfil da população paulista se expressam igualmente na distribuição espacial. Entre 1920 e 1940, cresce a participação da capital e das regiões agrícolas mais novas do oeste – Araraquarense, Alta Paulista e Alta Sorocabana. A participação destas aumenta significativamente, nesse espaço de tempo, passando de 23% para 35% da população total; enquanto nas zonas mais antigas a proporção diminui de 56% para 38%[5]. Estas mudanças acontecem em detrimento das antigas zonas cafeeiras, especialmente do Vale do Paraíba, território onde progresso nômade deixara cidades mortas, como dizia Monteiro Lobato pouco mais de vinte anos antes[6]. Ao mesmo tempo em que a capital ganhava contornos metropolitanos[7], dezenove municípios do interior caminhavam

---

[3] Sobre os dados populacionais neste período, v. PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. in: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*; economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997. p. 327.

[4] cf., PATARRA, Neide L. *op.cit.* p. 314. Ver também: CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Difel, 1976. Introdução. p. 5 a 7.

[5] cf., LOVE, Joseph. *op.cit*. p. 51.

[6] v. LOBATO, José Bento Monteiro. *Cidades mortas*. – 12ª ed. – São Paulo, Brasiliense, 1965 [1906, 1ª ed.]

[7] cf., MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo: de comunidade a metrópole*. São Paulo, Difel, 1970. p. 380.

para agregar entre 50 e 100 mil habitantes (quase 1/5 do total de municípios brasileiros com o mesmo contingente populacional em 1940). Estes números indicavam, por um lado, o crescimento da industrialização concentrada na capital, embora a indústria ainda estivesse longe de ser a principal atividade econômica do estado; por outro, representam a recuperação progressiva da lavoura paulista estimulada pelos novos mecanismos de proteção ao café e diversificação da agricultura sustentados pelo governo central, que vinha atendendo aos clamores das "classes conservadoras" do Estado desde 1930.

Os números não expressam, por si mesmos, as mudanças qualitativas que também ocorriam – confiar simplesmente na sua frieza matemática implicaria obliterar a vida que eles não podem expressar. Para remediar a aridez estatística, conquanto reveladora ela seja, é possível valer-se da literatura. É pena que nos faltem crônicas da vida cotidiana no interior tão abundantes quanto as que existem para a cidade de São Paulo e que indicam, por exemplo, o caráter cosmopolita que a capital assumia. Às vésperas de 1930, o poeta Guilherme de Almeida publicou uma série de reportagens nas quais admirava a diversidade das colônias estrangeiras na cidade que poderia ser apelidada de *Cosmópolis*[8]. É provável que este aspecto da cidade, por certo valorizado pela intelectualidade paulistana em detrimento de outros, caracterizasse o cotidiano mesmo depois das restrições à imigração e do processo gradativo de integração dos filhos de imigrantes na sociedade regional e no seio da própria elite política, embora tal incorporação fosse muito lenta[9]. Um dos caminhos que se abririam, a partir de 1934, para que os descendentes de estrangeiros encontrassem melhores posições sociais seria o ingresso nas novas escolas superiores destinadas a formar professores para o ensino secundário em expansão. Fernando Limongi indica que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras recrutaria boa parte de seus estudantes entre as mulheres e filhos de estrangeiros[10]. Mas isto também acontecia nas escolas de prestígio como a Faculdade de Direito. Há um conto de Alcantara Machado que expressa bem o sentido dessa incorporação que vinha se processando desde a década de 1920. Em *Nacionalidade*, o filho do barbeiro Tranquillo Zampinetti torna-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e seu

[8] v. ALMEIDA, Guilherme de. *Cosmópolis, São Paulo/29, 8 reportagens*. São Paulo, Nacional, 1962.
[9] cf., LOVE, Joseph. *op.cit*. 216-217.
[10] De acordo com Fernando Limongi, a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP contava com grande número de descendentes de imigrantes entre seus alunos. cf., LIMONGI, Fernando. LIMONGI, Fernando. Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo. in: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1.p. 166.

primeiro serviço profissional foi requerer a cidadania brasileira para o pai[11]. Como contraste desta incorporação e ascensão social mais ou menos feliz, outro texto literário nos trás uma visão fraturada das transformações por que passava a região naquele momento. Trata-se do romance *Marco Zero*, de Oswald de Andrade.

A primeira parte daquilo que o escritor modernista pretendia ser um romance mural da sociedade paulista, tinha como referentes históricos a crise da lavoura, as inquietações despertadas pela Revolução de Outubro e a Revolução Constitucionalista de 1932. Não por acaso, esta primeira parte tinha por subtítulo *A revolução melancólica*, numa referência ao movimento de julho que era interpretado pelo autor como um impulso agônico das classes dominantes paulistas para retomar o poder[12]. Oswald de Andrade expressa na obra sua inclinação pelo romance social e seu compromisso com a militância comunista. O primeiro volume foi escrito a partir de 1933 e seria publicado dez anos depois. Tratava-se de um romance histórico imediato[13]. Neste primeiro volume, cada personagem representa um dos grupos sociais em conflito: Jango da Formosa e seu pai, o Major Klag Formoso, os filhos da aristocracia rural decadente; Miguelona Senofin, os posseiros em luta contra os latifundiários; Eufrásia Beato, a professor primária, filha de de sitiantes remediados, tenta civilizar os caboclinhos e nacionalizar os filhos dos japoneses; Salim Abara e Nicolau Abramonte, os imigrantes ascendentes, enriquecidos com o comércio do interior e com a lavoura; o farmacêutico Lírio de Piratininga, os descendentes de negros que puderam ascender socialmente graças à educação possibilitada pelos laços com as famílias dominantes; Leonardo Mesa, o operariado urbano engajado na luta política contra capitalistas como o Conde Alberto de Melo, aparentado dos Formoso[14]. As trajetórias destes e outros personagens se cruzam e a narrativa do romance tece, com argúcia que antecipa o que as ciências sociais e a história só

[11] cf., MACHADO, Antonio de Alcantara. *Novelas paulistanas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1971. p 48-49. Sobre a literatura de Alcantara Machado e a história v. GUSMÃO, Emery Marques. Antônio de Alcantara Machado: ficção e história. in: FERREIRA, Antonio Celso e MAHL, Marcelo Lapuente. *op.cit.*p. 75-102.

[12] Veja-se o capítulo intitulado *Os latifundiários em armas*, v. ANDRADE, Oswald. *Marco Zero*. I – a revolução melancólica. São Paulo, Globo, 1991. p. 154-203.

[13] v. FERREIRA, Antonio Celso. *Um eldorado errante*; São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade. São Paulo, Ed. UNESP, 1996; e ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Posse ou propriedade, eis a questão. In: ANDRADE, Oswald. op. cit. p. 7-11.

[14] v., ANDRADE, Oswald. *op.cit*. Cap. I; p. 19-48; Cap. II; p. 49-82.

veriam depois[15], as tramas contraditórias da sociedade paulista naquele momento. Contradições que o autor percebia como indícios de uma mudança mais profunda a crescer em seu ventre. Pelos olhos da personagem Leonardo Mesa, Oswald de Andrade previa:

> Já com a revolução do ano anterior, 32, anêmico revide do fazendeiro instalado secularmente no planalto – o paulista mudara. Tinha saído de casa. O caminho era o entrosamento anunciado no ritmo que a história humana impunha. O Brasil... As proximidades econômicas do latifúndio, as proximidades étnicas do negro, do índio e do europeu medieval, tudo isso iria no roldão de um dia novo. De um dia industrial.[16]

Certamente a aurora da sociedade industrial e do capitalismo a transformar a terra e os homens de São Paulo era uma invenção literária marcada pelas afinidades ideológicas do escritor, mas encontrava-se amparada na experiência vivida naqueles tempos. Como representação da realidade histórica, o romance de Oswald de Andrade apresentava uma visão diversa das representações sobre a sociedade paulista que circulavam na imprensa. Nestas, as contradições também apareciam, mas eram neutralizadas por um discurso que, ao mesmo tempo, combatia as ações mais radicais dos grupos subalternos, especialmente dos operários, atribuindo-lhes a pecha de serem motivadas por agitadores comunistas, e apoiava o direito de organização dos trabalhadores. O apoio era, contudo, condicionado a idéia de colaboração entre "classes laboriosas" e as "classes conservadoras" tendo em vista objetivos superiores como a prosperidade da Nação[17]. A imprensa da época também se dividia entre os que apoiavam a industrialização em curso e os que a recusavam, sustentado posições agraristas identificadas com os "lavradores", fração dos grupos dominantes no universo rural que se encontrava estruturalmente subordinada aos grandes "plantadores", que se confundiam com os grupos envolvidos no comércio internacional do café e no sistema financeiro[18]. Estas oposições internas aos grupos

---

[15] Segundo Antonio Candido esta é uma característica do romance regional das décadas de 1930 e 1940, cf., CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In. *A educação pela noite e outros ensaios*. – 2ª ed. – São Paulo, Ática, 1989. p. 159-161.
[16] cf. ANDRADE, Oswald. *op.cit.* p. 260.
[17] v. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. *op.cit*. p. 108-120.
[18] v. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. *op.cit.* p. 43-61. Para uma caracterização das posições de dois jornais importantes v. MOTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo*; 1921-1981. São Paulo, IMPRES, 1981; e CAPELATO, Maria Helena. *O bravo matutino*; imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo, Alfa-Omega, 1980.

dominantes tornaram-se mais acirradas com a crise econômica dos anos de 1930, suscitando posicionamentos divergentes acerca da política implantada pelo governo central para resolver os problemas da "lavoura paulista". Entretanto, agraristas e defensores da industrialização concordavam - e também promoviam através de seus representantes na grande imprensa - com a imagem idílica da paz e potencial prosperidade no campo, uma vez que existiam possibilidades de acesso à propriedade para todos os indivíduos laboriosos, valendo-se da imagem dos imigrantes que se tornavam proprietários no curso de uma geração.

Na verdade, os dados colhidos por Love indicam o contrário: a concentração fundiária em São Paulo era significativa e apenas 1 em cada 8 imigrantes tornava-se proprietário[19]. Referindo-se a fontes literárias como os livros de Hernâni Donato, *Chão Bruto*, e Menotti del Picchia, *Dente de Ouro*, o mesmo autor confirma a luta que envolve lavradores pobres, grileiros, grandes proprietários e agentes do governo estadual em torno da posse da terra[20]. Anos depois, os estudos de comunidade, como o de Emílio Willens, *Cunha: tradição e transição de uma cultura rural do Brasil* (1947), ou de Antonio Candido na região de Bofete, *Parceiros do Rio Bonito* (1954), iriam descrever etnograficamente os resultados das transformações do universo rural paulista que vinham ocorrendo desde a década de 1930[21]. Não seria por acaso, portanto, que os livros que faziam do caipira paulista o repositório da identidade brasileira encontrassem tanta receptividade nos meios intelectuais paulistas na década de 1930[22]. Havia neste interesse pela cultura caipira um tom nostálgico, uma vez que as condições para que ela continuasse a se reproduzir aos poucos desapareciam.

Neste espaço convulso, cujas transformações a literatura sintetizava com nuances que escapam aos números, os padrões de representação e atuação política também se modificam. Já se indicou a alteração na composição social da elite política naquele tempo, e Joseph Love ressalta a permeabilidade da elite em tempos de crise ou renovação, destacando os anos de 1932 e 1934, quando tiveram acesso aos quadros

---

[19] cf., LOVE, Joseph. *op.cit*. p. 35; p. 116.
[20] Idem. p. 110-111.
[21] v. WILLEMS, Emílio. *Cunha: tradição e transição de uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, 1947; e CANDIDO, Antonio. *Parceiros do Rio Bonito:* estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. Rio de Janeiro, José Olympio, 1964, que teve origem na tese de doutorado orientada por Fernando Azevedo e defendida em 1954. Para uma visão contemporânea aos estudos de comunidade, v. WAGLEY, Charles. Estudos de comunidade no Brasil sob perspectiva nacional. *Sociologia*, São Paulo, v. 16, n. 2, mai. 1954. p. 3-22.
[22] v. SILVEIRA, Célia Regina da. O caipira: fonte da identidade paulista em Valdomiro Silveira. In: FERREIRA, Antonio Celso e MAHL, Marcelo Lapuente. (orgs.) *Letras e identidades*; São Paulo no século XX, Capital e Interior. São Paulo, Annablume, 2008..

dirigentes 20 e 21 pessoas, respectivamente, ultrapassando em muito a média de 5,4 pessoas para todo o período estudado pelo autor, de 1889 a 1937[23]. A base dos políticos da terceira geração também muda. A capital preserva um lugar de destaque, com 68% dos quadros atuando principalmente naquele espaço. Mas as zonas pioneiras do oeste paulista serviam agora de base política para 14% dos dirigentes, contra 3% na segunda geração e 1% na primeira. Esta nova distribuição espacial é confirmada pelo crescimento do número de votantes nas regiões pioneiras: as regiões da Baixa Paulista, Araraquarense, Alta Paulista e Alta Sorocabana representariam juntas 36% dos votos em 1936, contra 19% da capital; enquanto a participação no Vale do Paraíba, Central e Mogiana decrescera, ainda que contassem juntas com 41% dos votos do Estado[24]. Estas transformações promovem e ao mesmo tempo resultam da extensão das redes de relações políticas por todo o Estado.

Em todo este tempo, segundo a análise de Love, a capital garante sua centralidade, pois ela fornece os quadros que iriam atuar na burocracia e, através dela, na política do interior. Era a partir da cidade de São Paulo que a teia da política se traçava e para ela também convergiam as forças organizadas nos municípios, sobretudo depois do movimento de centralização interna ao estado que datava dos anos de 1920. Nos anos de 1930, o magnetismo do centro político ganharia força[25], mas a política no interior também cresce em importância. Um exemplo significativo aconteceu no período anterior ao movimento constitucionalista quando, além do controle sobre a interventoria, "democráticos" e "outubristas" disputavam a nomeação de prefeitos nas pequenas cidades. Uma das questões que preocupavam os "liberais constitucionalistas" de todos os matizes era a constituição de núcleos da Legião Revolucionária pelo interior[26]. No mesmo contexto, as caravanas da Legião Revolucionária pelas pequenas cidades seria respondida com movimentos semelhantes pela Frente Única Paulista. Configura-se, então, a disputa por teias clientelistas através das quais, apesar do discurso modernizador do voto livre, a política ainda se fazia[27]. Com base nos dados apresentados por Love e nestes indícios singulares da movimentação dos grupos políticos, pode-se dizer que ocorria no

[23] cf., LOVE, Joseph. *op.cit*. p. 223.
[24] Idem. p. 191.
[25] cf., MORSE, Richard M. *op.cit*. p. 375.
[26] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992. p. 76 e 84.
[27] Sobre a perenidade das práticas clientelistas na política paulista em contradição com o discurso "democrático" do voto livre, v. PRADO, Maria Lígia Coelho. *op.cit*. p. 26-29.

período uma ampliação do campo político congregando arenas de disputa espacialmente móveis e socialmente diversificadas.

Como se viu, as transformações do espaço social paulista colocavam indivíduos, grupos e classes em movimento – que, aliás, era diferencialmente ritmado por locomotivas, caminhões, automóveis, telefones, telégrafo, rádio e carros de boi[28]. Havia um crescimento da população e sua dispersão por áreas antes pouco ocupadas, que se articulavam através da rede de transporte e comunicação com o centro do poder político e as áreas de ocupação mais antigas. Conferindo outras qualidades às mudanças estruturais, os grupos sociais subalternos ganhavam importância e ao mesmo tempo as elites se tornavam mais permeáveis aos grupos intermediários da sociedade regional, categorias que também cresciam em função do próprio aumento das agências estatais e de novas atividades econômicas. De fato, o "paulista mudara" em sua fisionomia, mas também internamente – para traduzir a idéia das transformações em curso seria melhor flexionar o verbo em outra pessoa e outro tempo: os paulistas mudavam.

No que se refere à política, tratava-se de mutações na forma de concebê-la e pratica-la. Por certo as formas arraigadas do clientelismo persistiam, assim como o prestígio dos chefes políticos. No entanto, outras estratégias de articulação das fidelidades partidárias se intensificavam. O caso das caravanas pelo interior é um exemplo concreto - que indica, aliás, a importância da viagem como técnica dos poderes interessados na afirmação de sua proeminência sobre um espaço[29]. Além destas "peregrinações cívicas", e junto com elas, ocorriam no interior e na capital a demonstração dos grupos de apoio na praça pública, ruas, clubes e, depois de 1932, em igrejas e cemitérios. Nesse tempo a arregimentação de multidões se intensifica: o número de correligionários reunidos na recepção aos visitantes ilustres em estações ferroviárias e depois seguindo em desfile pelas ruas de pequenas cidades ou na capital correspondia a uma demonstração de força[30]. A par dos banquetes, rito político

---

[28] v. LOVE, Joseph. *op.cit*. Cap. 1; p. 17-62; Cap. 2; p. 63-106; e Cap. 3; p. 107-148; TOTA, Antonio Pedro. *A locomotiva no ar*; rádio e modernidade em São Paulo (1924-1934). São Paulo, Secretaria de Estado, 1990; SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*; São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

[29] Sobre esta questão v. REVEL, Jacques. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX. in: *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1990. p. 103-158.

[30] Os estudos de antropologia política no Brasil contemporâneo indicam a importância da reunião numerosa de correligionários durante as campanhas políticas municipais, v. PALMEIRA, Moacir e HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. *Anuário Antropológico*, v. 94, 1994, p. 31-94.

bastante usual durante a Primeira República, a política das ruas tornava-se um imperativo, pois, além de alguns privilegiados, era preciso dirigir-se a um público mais amplo, comumente tratado como a "multidão" ou "as massas". A rua torna-se arena política, sua ocupação pelos grupos em disputa era um gesto que ultrapassava as estratégias, porque ela era o espaço do homem comum. O discurso consensual entre os partidos em disputa contra a política dos gabinetes, contra os "manobradores da política profissional", traduzia-se em atos. Os rituais políticos envolvendo a multidão objetivavam, então, as novas relações que se pretendiam instituir entre representantes e representados. O poder da delegação deveria resultar de atos em que a impostura legítima, forma pela qual um representante encarna o grupo, se fazia em público, acentuando a afinidade entre oradores e ouvintes, candidatos e votantes potenciais, eleitos e eleitores, lideres e massas - forma em tudo diferente da clausura dos salões e do comedimento dos banquetes restritos a grupos seletos[31]. Ao mesmo tempo, estas demonstrações públicas acentuam a persuasão em detrimento da coerção, uma vez que as massas se movem, no sentido de mover-se e de sentir, muito mais pela força da imaginação do que pela pura força física[32]. Como expressão e forma deste contexto, duas práticas se intensificavam: o comício, ou os *meetings*, e os desfiles.

No período compreendido entre 1930 e 1932, os grupos em conflito na cena política paulista disputavam os espaços da capital realizando comícios, *meetings*, desfiles ou marchas. Estas formas de mobilização davam seguimento às práticas que se instauraram durante a campanha da Aliança Liberal, quando a fala do candidato da oposição às multidões tornara-se uma constante[33]. Em São Paulo, a recepção aos "revolucionários", a 29 de outubro de 1930, reuniu uma "multidão delirante" que conduziria os chefes pela cidade em festa. A Legião Revolucionária de São Paulo, cujo manifesto foi lançado de avião sobre a capital no dia 12 de novembro, foi pródiga na organização de marchas revolucionárias e "comícios cívicos" que procuravam reunir todos os grupos sociais, mas principalmente os "populares", daí as marchas e comícios terem seus pontos de encontro mais freqüentes no Brás, Lapa,

---

[31] Sobre a representação política v. BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. In: *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, p. 186-206.

[32] cf., CASSIRER, Ernst. *El mito del Estado*. Mexico, DC, Fondo de Cultura Económica, 1997. p. 342.

[33] Sobre este aspecto da campanha eleitoral, v. CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâeno (1922-1938)*. - 2ª ed. – São Paulo, Difel, 1975. (Corpo e Alma do Brasil, 12); e CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A Revolução de 30*; seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, Ed.UNB, 1982. p. 9-46.

Ipiranga e outras vizinhanças operárias. Nestas ocasiões, os oradores procuravam falar "em linguagem simples, ao alcance de todas as inteligências". Nos anos que se seguem a 1930, era comum que a legião se apresentasse nas ruas no dia 5 de julho, relembrando os levantes de 1922 e 1924. Construíam, assim, a linha de continuidade entres estes movimentos iniciais contrários às "oligarquias" e sua derrocada em outubro de 1930[34]. Vavy Pacheco Borges entende que não havia precedentes na história político-partidária brasileira para estas ações da Legião Revolucionária, depois convertida em Partido Popular Paulista, identificando-as com a emergência da política de massas[35]. É verdade, contudo, que a mobilização das massas seria repetida pelos demais grupos em disputa nas arenas de São Paulo, e também se reproduzia em outras cidades brasileiras onde os "camisas pardas" de outras legiões organizadas regionalmente também marchavam pelas ruas[36].

À medida que as demonstrações de força por meio das marchas e comícios aumentavam, também cresciam as divergências entre "legionários" e "democráticos" acerca dos rumos da "revolução de outubro" e do governo de São Paulo. No ano de 1931, que marca as dissensões entre os "democráticos" e o interventor João Alberto, culminando na demissão deste, crescem os ataques à Legião Revolucionária, identificada aos "extremismos" fascista e comunista. Já em 1932, é a vez dos "liberais-constitucionalistas" ocuparem as ruas em comícios e demonstrações semelhantes que sinalizam publicamente, para além das páginas dos jornais, o rompimento do Partido Democrático com o Governo Provisório e a "união sagrada dos paulistas" em sua Frente Única. Em 25 de janeiro, durante a celebração da fundação da Capital, um comício reuniu uma multidão de simpatizantes da "autonomia e constitucionalização". É possível que a exaltação dos ânimos durante os discursos tenha estimulado alguns participantes a atacar o Centro Gaúcho e, a pretexto de verem a bandeira de São Paulo mal hasteada, terem, num gesto cheio de simbolismo, retirado a bandeira gaúcha, que provavelmente ficou em frangalhos nas mãos dos manifestantes. No dia 24 de fevereiro, coincidindo com a data histórica da promulgação da primeira Constituição Republicana em 1891, novo comício constitucionalista foi organizado pela Liga de Defesa Paulista na Praça da Sé. Esta

[34] Sobre a mobilização da Legião Revolucionária v. BORGES, Vavy Pacheco. *op.cit* p. 72-82.
[35] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *op.cit*. p. 196-199.
[36] Era o caso da Legião de Outubro organizada em Minas Gerais. v. FORJAZ, Maria Cecilia Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988; e LEITE, Aureliano. *Martírio e glória de São Paulo*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1934.

mobilização particularmente pode ser interpretada como resposta à declarações de "outubristas" em outras arenas, como as manifestações do Clube 3 de Outubro contrárias às reivindicações da Frente Única Paulista a favor da imediata constitucionalização, acusando-as de "regionalistas" e "reacionárias". Nos dias seguintes ao comício de 24 de fevereiro, a Frente Única partia em caravana pelo interior, onde comícios e desfiles eram organizados para recebe-la e para que a voz de seus oradores animasse todos os paulistas[37].

Havia em todas estas mobilizações dos "outubristas" e "constitucionalistas" o farto uso de símbolos, especialmente a bandeira nacional e a bandeira paulista. Nas marchas da Legião Revolucionária e do Partido Popular Paulista, a ordem rigorosa e as "camisas pardas" igualavam a massa que deveria parecer um só corpo; nos comícios constitucionalistas os trajes civis sinalizavam a individualidade dos participantes a ouvir os discursos inflamados de Ibrahim Nobre. A escolha das datas em que as manifestações ocorriam indicavam leituras diversas da história nacional. Os "outubristas" da Legião, além de traçarem a continuidade entre os levantes dos anos 1920 e a "revolução de outubro" através da celebração do 5 de julho, comemoravam igualmente as datas do início, 3 de outubro, e da vitória da revolução a 24 de outubro, o que correspondia a uma atualização do impulso revolucionário feito pelo "povo". Os "constitucionalistas" escolhiam o 25 de janeiro e o 24 de fevereiro par seus comícios como afirmação simbólica do papel de São Paulo na construção do Brasil, idéia fortemente amparada na épica bandeirante, e dos princípios liberais da República que sentiam haver criado. Percebe-se aqui a força da cultura histórica a orientar estas práticas políticas renovadas, convertendo certos eventos fundadores em símbolos políticos efetivos. O caráter pedagógico das manifestações públicas tornava-se evidente.

Embora a cultura histórica partilhada pelas frações mais educadas da sociedade fornecesse determinados símbolos para a mobilização das massas, referentes tomados de outras práticas culturais também serviam aos mesmos propósitos. Nesse sentido, foi sintomática a carnavalização das figuras identificadas com a "ditadura" promovida pelos estudantes de direito simpáticos à "causa de São Paulo", pouco depois do golpe frustrado da Força Pública e elementos do PRP contra o interventor Manuel Rabelo. No desfile dos calouros em 30 abril de 1932 organizou-

[37] Para a narrativa breve destas e outras manifestações v. BORGES, Vavy Pacheco. *op.cit*. p. 32-62; HILTON, Stanley. *1932*; a guerra civil brasileira. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p. 27-40.

se um préstito composto por carros alegóricos nos quais se encontravam representados: Getúlio Vargas sob uma carroça velha, cercado de chuchus, o vegetal que combina com todos os pratos e temperos e que passava a simbolizar a vacilação do chefe do governo frente aos diversos grupos revolucionários; Góis Monteiro fantasiado de estudante japonês, completamente espiritualizado e alheio ao que se passa em volta; Oswaldo Aranha convertido em uma aranha presa a uma vaca tuberculosa, junto da qual um versinho sugeria a comparação entre o líder revolucionário e Mussolini; além de Miguel Costa e todos os "outubristas" de destaque na cena regional e nacional[38]. Este desfile singular materializava nas ruas o tom satírico usado nas charges que criticavam o governo provisório. A representação carnavalesca depreciativa das personagens nessa pantomima continuaria no período da Revolução Constitucionalista quando várias marchinhas de carnaval seriam parodiadas para ridicularizar as lideranças do Governo Provisório.

Ainda em abril, as manifestações assumiriam tons violentos quando estudantes da faculdade de direito empastelaram o jornal *O Homem do povo*, dirigido por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, que defendia posições comunistas. Em meio às manifestações cívicas pacíficas e atos violentos da multidão constitucionalistas, dezenove greves operária na capital e cinco no interior assustaram as "classes conservadoras". Os movimentos paredistas exigiam a aplicação das leis sociais, suspensão das demissões e reajustes salariais[39]. Nessas ocasiões, as ruas transformam-se em palco para rituais da contestação da ordem social, num movimento que inseria os grupos subalternos no campo político convulsionado por posições, valores e objetivos antagônicos. Os movimentos grevistas eram identificados pelos liberais com a *desordem*, provocada pelo Governo Provisório e sua permissividade com as doutrinas "extremistas"; suas próprias manifestações, entretanto, apesar da violência de que se revestiam algumas vezes, eram vistas como atos em defesa da *ordem*. Tal percepção viria a justificar os episódios de 22 e 23 de maio, que ficou conhecido como "dia da cólera dos justos"[40], expressão com fundos religiosos marcantes. Dias antes, o governo provisório editara o decreto estabelecendo as eleições para maio de 1933, constituindo em seguida uma comissão para redigir um anteprojeto constitucional. No mesmo mês, também atende as reivindicações por um interventor

[38] v., LEITE, Aureliano. *op.cit*. p. 48-49.
[39] Sobre as greves e as reações que despertavam nas "classes conservadoras" v., CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932. op.cit.* p. 65-73.
[40] cf., DONATO, Hernani. *A Revolução de 32*. São Paulo, Círculo do Livro, 1982. p. 60.

civil e paulista. Depois da nomeação do embaixador Pedro de Toledo, a visita de Oswaldo Aranha para montar um novo secretariado em acordo com a Frente Única suscita a reunião da multidão no centro da cidade para pressionar a nomeação dos novos secretários. Nessa ocasião, a massa arranca as placas de ruas nomeadas a partir dos eventos e personagens da "revolução de outubro"[41]. Nomeado o secretariado ao gosto da Frente Única, que se apresenta intransigente frente às ponderações do representante do governo central, o "povo" parte em direção à sede do Partido Popular Paulista. No caminho, empastela os jornais que defendiam o governo federal, *A Razão* e *O Correio da Tarde*, gesto que pode ser tomado como resposta ao empastealmento do *Diário Carioca*, jornal que defendia as posições constitucionalistas na Capital Federal, no mês de fevereiro. Na praça da República, o conflito entre o "povo" e membros da Legião Revolucionária/Partido Popular Paulista resulta na morte imediata de quatro jovens, Mário Martins de Almeida, Euclydes Bueno Miragaia, Drausio Marcondes de Sousa e Antônio Amércio de Camargo Andrade, de cujas iniciais se faria a sigla MMDC. Caíra ferido gravemente um quinto, Orlando Alvarenga, que morreria algum tempo depois, mas não foi incluído no panteão paulista tão imediatamente quanto os demais[42].

Desse momento em diante, as manifestações de rua prosseguem e já lembram os quatro "mártires". Ao mesmo tempo, as conspirações para o movimento armado também começavam nos bastidores, envolvendo a Liga de Defesa Paulista, membros da Frente Única, da Associação Comercial e da grande imprensa, como Julio de Mesquita[43]. Junto com esta organização na capital e no interior, ocorriam demonstrações públicas do MMDC, no Canindé, e, depois, as paradas no Pacaembú. O início do levante é marcado para 20 de julho, mas foi precipitado e acaba acontecendo na noite do dia 9. Com o fato consumado, o povo volta às ruas no dia 10 para aclamar Pedro de Toledo como seu governador legítimo, evento que suscitava a lembrança da aclamação de Amador Bueno no século XVII[44]. Mais uma vez a épica bandeirante era associada ao presente. E também se traduziria na constituição dos

[41] Não é surpreendete, portanto, que, ao contrário da maioria das capitais brasileiras e outras cidade, São Paulo não tenha uma artéria central com o nome de Getúlio Vargas.
[42] Recentemente, o governador Geraldo Alckmin sancionou lei que sugeria a inclusão de Alvarenga na sigla MMDC, despertando forte reação dos grupos envolvidos na promoção da memória de 1932, cf., Alckmin muda história de revolução. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 16 de janeiro de 2004; e Alckmin desiste de mudar sigla da Revolução Constitucionalista. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 22 de janeiro de 2004.
[43] cf., LEITE, Aureliano. *op.cit*. p. 59-63.
[44] cf., LEITE, Aureliano. *op.cit*. p. 93.

batalhões patrióticos que se iam organizando, muitos deles assumindo os nomes de personagens da "epopéia das bandeiras": Borba Gato, Anhanguera, Paes Leme, Raposo Tavares. Outros se inspiravam na história republicana: Floriano Peixoto, 24 de Fevereiro, 15 de Novembro, 14 de Julho. A onomástica dos batalhões também sugeria o pertencimento a espaços políticos demarcados: Rio Grande do Norte, Bahia, Maranhão, Araçatuba, Pirassununga, entre outros. Alguns mais, marcavam o pertencimento a um grupo preciso: Universitário, Legião Negra, Operário-Pró-Constituição, Arquidiocesano, etc. Antes da partida, desfilavam pelas ruas até as estações ferroviárias, sendo saudados ao longo do caminho. Nessa confusão de referências que se cruzavam pelas cidades afirmava-se ao mesmo tempo o pertencimento a uma história, a um lugar, a um grupo social – gestos que em seu conjunto simbolizavam a pretensa unanimidade do movimento. Em meio ao conflito, a coesão era ratificada.

Desta narrativa pode-se depreender o desenvolvimento dos ritos políticos antes e durante a Revolução de 1932. As alterações no quadro político regional, que também expressavam as mudanças que ocorriam no Brasil, indicavam a emergência da política de massas, marcada pela mobilização e movimento dos grupos em conflito que configuravam, em cada circunstância, extensões diversas do campo político e de suas arenas, conectando capital e interior, São Paulo e Brasil, centro e periferia[45]. Nestes espaços relacionais, as interações antagônicas aconteciam através de performances públicas que objetivavam os princípios políticos relativos a cada grupo. Pode-se entender estes rituais políticos como parte da teatralidade que caracteriza todo poder. A performance torna manifesta a sacralidade de determinadas relações que se quer manter ou instituir, como a autoridade e certa ordem hierárquica, a unidade política regional ou nacional, determinada forma de organização do Estado. Outros ritos podem também representar a contestação dos conteúdos sagrados das relações instituídas, denunciando a desigualdade nas relações hierárquicas ou a injustiça de uma situação política[46]. Percebe-se estes sentidos contraditórios nos movimentos paredistas, nas marchas da Legião Revolucionária, nos comícios constitucionalistas ou no desfile dos voluntários. Há uma constante que atravessa as

[45] v. SHILLS, Edward. *Centro e periferia*.

[46] v. BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília, Ed.UNB, 1992. E há ainda os estudos de Clifford Geertz sobre a teatralização e simbolismo do poder, v. GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Lisboa, Difel, 1991; GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. – 2ª ed. – Petrópolis, Vozes. 1997.

demonstrações dos grupos antagônicos: trata-se da eleição de uma nova personagem política, a massa, a multidão, tratada como corpo único ou conjunto individualizado. Além disso, havia a força da cultura histórica a marcar as manifestações que acabavam por converter eventos e personagens em símbolos políticos. Pela ação dos "constitucionalistas" o próprio 23 de maio e seus "mártires" são investidos deste sentido. Ao fim da revolução, sobrariam o 9 de julho e os mortos a serem recordados. Daí por diante, os ritos políticos que davam vida e visibilidade às massas e o culto aos mortos seriam reunidos, ensejando o uso político de um passado imediato.

Do front ao 2 de Novembro: traslado dos mortos e visitação aos cemitérios

Em 2 de novembro de 1932, a guerra terminara havia um mês quando a cidade de São Paulo e as cidades do interior se preparavam para celebrar o Dia de Finados. O Estado, ocupado militarmente por tropas regulares do Exército e corpos auxiliares, encontrava-se repleto de "forasteiros" que despertavam a ira calada de muitos durante os meses subseqüentes ao armistício. Volantes circulavam incitando os habitantes de São Paulo a boicotar os produtos vindos de outros estados, a não pagar impostos federais ou acusando os políticos da retaguarda de, após a derrota, entrar em conluio com os vendedores[47]. E ainda mais, alguns sugeriam a continuidade da luta e o separatismo:

> Demos a imensidão geográfica ao Brasil através das nossas bandeiras!
> Quisemos dar-lhe lei e liberdade pelas armas!
> O mesquinho Brasileiro, habituado à escravidão, voltou-se com todas as forças a querer esmagar aquele que se rebelou contra o cativeiro.
> Forjemos, então, um SÃO PAULO de amanhã, livre deste Brasil indolente gigante "deitado em berço esplendido" dormindo cheio de opilação e bárbaro como nasceu.
> Forjemos, PAULISTAS, a REPÚBLICA DE PIRATININGA!
> Fortifiquemos a semente gerada a 9 DE JULHO.
> Viva São Paulo livre![48]

Ainda que estas palavras expressassem posições separatistas minoritárias dentro do movimento[49], elas dimensionam o ressentimento que tomava conta de parte

[47] cf., Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Aúreo de Almeida Camargo. AP TXT AAC 062-1, 342, Doc. 281, 282 e 285; e Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Aúreo de Almeida Camargo. AP TXT AAC 062-1, 342, Doc. 278.
[48] cf., Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Aúreo de Almeida Camargo. AP TXT AAC 062-1, 342, Doc. 280.

da população paulista. Ressentimento que se manifestava sobretudo na hostilidade para com as tropas que ocupavam a capital, como pouco mais tarde, já em janeiro de 1933, Mário de Andrade diria em carta endereçada a Paulo Duarte, que se encontrava exilado:

> Pois é, Paulo, não tem semana em que tudo não fique de prontidão, Valdomiro [Lima] pede socorro, você vai passar numa rua, "não pode" fala uma carabina tendo por detrás um gaúcho, um cabeça chata. Quando não tem o pior de tudo neste mundo, o vomitório araxento, a imundice punga, um mineiro!!! Arre que esta palavra não devia pousar na minha pena triste![50]

Impressiona que expressões ofensivas aos "nortistas", como se dizia à época, pousassem na pena do turista aprendiz que não comungava, como boa parte dos contemporâneos, das teorias raciais que hierarquizavam as populações das diferentes partes do Brasil, atribuindo a São Paulo e seus habitantes um lugar de destaque dado o caráter eugênico da população paulista[51]. Não obstante esta predisposição contrária aos nortistas, na mesma época, era intenso e desejado o fluxo de migrantes do norte para São Paulo, desde que fossem para se ocupar do trabalho na lavoura paulista[52]. O regionalismo de Mário explicava-se pelo clima opressivo da ocupação, sua oposição aos "gaúchos", "cabeças chatas" e "mineiros" estava carregada do sentimento de humilhação que teria tomado São Paulo pela segunda vez em dois anos. Mas a humilhação combinava-se, desde a derrota, com o orgulho[53].

Como se viu, nos testemunhos produzidos em defesa da causa de São Paulo a vitória do Governo Provisório era vista também com certo desdém, pois os autores sabiam que as eleições viriam, com ela a Constituição e, por conseguinte, a vitória do "ideal paulista" defendido nas ruas e trincheiras em 1932. O jornal *O Estado de São*

---

[49] cf. CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 54-56.

[50] cf., *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo, Hucitec, 1985. p. 146. *apud*. COSTA, Ângela Maria Gonçalves da. *Guerra de São Paulo*; edição de uma pesquisa inédita de Mário de Andrade. São Paulo, FFCLCH/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas/USP, 2002. (Mestrado). p. XLIV.

[51] v., MAHL, Marcelo Lapuente. O paulista e o outro: a construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940). In: FERREIRA, Antonio Celso e MAHL, Marcelo Lapuente (org.). *Letras e identidades*; São Paulo no século XX, Capital e Interior. São Paulo, Annablume, 2008. p. 27-47; e SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*; cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Cia. das Letras, 1993.

[52] cf., Partida de retirantes do Norte para São Paulo. *O Estado de São Paulo*, 4 de novembro de 1933. p. 1.

[53] v., BORGES, Vavy Pacheco. São Paulo, anos 1930: um estado humilhado? In: MARSON, Isabel e NAXARA, Márcia (org.). *Sobre a humilhação*; sentimentos, gestos, palavras. Uberlândia, EdUFU, 2005. p. 205-220.

Paulo tornava manifesta esta certeza quando, logo depois do armistício, afirmava que São Paulo não poderia desanimar, posto que o esforço realizado na campanha militar seria recompensado: "A luta não acabou, vai transformar-se. É um Brasil novo e forte o que surgiu em São Paulo"[54]. A luta transformada seria o alistamento de eleitores. É preciso aqui lembrar que, em março de 1932, uma nova lei eleitoral fora assinada pelo chefe do Governo Provisório. O período anterior a julho de 1932 é de intensa negociação e de demonstrações do Governo Provisório no sentido de convocar as eleições para o ano seguinte: em 14 de maio, assinou-se o decreto marcando a data da eleição para maio de 1933[55]. Além disso, o governo atendera as demandas por um interventor civil e paulista. A intransigência dos grupos envolvidos no campo político regional – "legionários de outubro" e "constitucionalistas" – manteve as tensões acirradas. Nenhum gesto do governo provisório impediu que o movimento armado irrompesse a 9 de julho. Contudo, depois do armistício de 3 de outubro, confiar nas intenções do Governo Provisório era o que restava. E, como dizia o editorial de *O Estado de São Paulo*, continuar a luta de outras formas. No entanto, a indicação de um novo interventor militar, general Valdomiro Lima, a censura à imprensa e a proibição de manifestações públicas eram lidas pelos grupos políticos que se envolveram na revolução de julho como impedimentos à mobilização eleitoral. Nesse clima nada ameno, os grupos políticos se articulavam para o alistamento que viria logo. A Federação dos Voluntários organiza-se logo após o final da luta com fins políticos explícitos ao congregar os ex-combatentes numa agremiação independente dos partidos existentes[56]. Ao mesmo tempo, a federação também se envolve na promoção imediata da memória dos mortos em combate.

A celebração do sacrifício dos voluntários, aliás, transformou-se em importante meio para mobilizar associações, grêmios estudantis e partidos políticos. Entre fins de outubro e o dia 2 de Novembro de 1932, estendendo-se pela semana seguinte, aconteceram inúmeras homenagens aos mortos em combate. A consagração dos mortos realiza-se de muitas maneiras: sessões cívicas, missas solenes e na visita aos cemitérios. A imprensa paulistana noticiava estas homenagens na capital e no interior, organizadas, por exemplo, pelas seguintes associações e instituições:

[54] cf., *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 de outubro de 1932. p. 3 (Notas e Informações).
[55] cf., HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982. p 39.
[56] cf., GOMES, Angela de Castro; LOBO, Lúcia Lahmeyer; e COELHO, Rodrigo Bellingrodt Marques. Revolução e restauração: a experiência paulista no período da constitucionalização. In: GOMES, Angela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 269

congregação do Ginásio do Estado; sindicato dos químicos; Centro Acadêmico Horácio Lane, da Escola de Engenharia do Mackenzie, e Centro Acadêmico XI de Agosto, da faculdade de direito; Liga de Defesa Paulista e Liga Paulista Pró-Constituição; estudantes da Faculdade de Medicina; auxiliares da Companhia Souza Cruz[57]. Em todas estas notícias, os nomes dos mortos eram lembrados textualmente, como a indicar a deferência pelos indivíduos que haviam se sacrificado em nome da "causa paulista". A individualização do morto em combate é, aliás, um dos aspectos novos do culto que se estabeleceu durante e logo após a I Guerra com a criação dos cemitérios nacionais próximos dos antigos campos de batalha[58]. Voltaremos a essa comparação com o culto ao soldado cidadão em outro momento, mas vale indicar aqui mais uma coincidência na consagração dos combatentes. A composição social dos grupos que se encarregam de lembrar os caídos é semelhante. George Mosse assinala que a memória da guerra, para além de uma atribuição que o Estado assume, é cultivada por grupos intelectualizados[59]. A acreditar nas notícias dos jornais paulistanos, o que certamente incorre no silenciamento de outras vozes, que não foram ouvidas ou não puderam manifestar-se[60], é parte da elite intelectual que se engaja na lembrança dos "extintos" na primeira hora em meio à tradição há muito arraigada do Dia de Finados.

Não era tão claro, nesse primeiro impulso da lembrança imediata da guerra, se havia algo programado para fazer do Dia de Finados um momento de luto aos que

---

[57] cf., Homenagem a memória de quatro voluntários no 30º dia do seu falecimento. *Folha da Manhã*, São Paulo, 27 de outubro de 1932; Homenagem a dois bravos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1932. p. 1; Centro Acadêmico Horácio Lane. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1932. p. 1; Ginásio do Estado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1932. p. 1; Em Guaratinguetá. Sessão cívica. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1932. p. 1; À memória dos voluntários mortos em combate. *Folha da Manhã*, São Paulo, 4 de novembro de 1932. p.6; Exéquias pelos estudantes paulistas mortos em combate. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 de novembro de 1932. p. 4; Centro Acadêmico XI de Agosto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 de novembro de 1932. p. 4; Por intenção dos mortos do 6º BCR. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 4 de novembro de 1932. p. 4; Homenagem a memória de J.P. de Andrade Juniro. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de novembro de 1932. p. 2; À memória dos estudantes paulistas mortos em combate. *Folha da Manhã*, São Paulo, 6 de novembro de 1932.

[58] v. MOSSE, George L. *Fallen soldiers*; reshaping the memory of the Wold Wars. New York, Oxford University Press, 1990; e LAQUEUR, Thomas W. Memory and naming in the Great War. In: GILLIS, John R. (ed.) *Commemorations*; the politics of national identity. Pinceton, Princeton Uniersity Press, 1994.

[59] cf., MOSSE, George. *op. cit.* p. 65.

[60] Consultou-se a imprensa de esquerda deste período e não foi possível localizar referências ao culto dos voluntários mortos semelhantes às que se encontram na grande imprensa paulista, mas sim críticas ferozes à guerra e seus sacrificados. v. A sinistra aventura. *A Plebe*, São Paulo, 19 de novembro de 1932. p. 4; Lei das Compensações. Os últimos acontecimentos. *A Plebe*, São Paulo, 26 de novembro de 1932. p. 1; A maior mendicância da história. *A Plebe*, São Paulo, 3 de dezembro de 1932. p. 1; Eco da Revolução. Voz da mulher paulista. *A Pelbe*, São Paulo, 3 de dezembro de 1932. p. 2.

tombaram “no campo de honra”. É provável que tenha sido espontânea a lembrança dos voluntários mortos. No entanto, pouco antes do dia 2, a imprensa noticiava o traslado dos corpos de voluntários do Batalhão 14 de Julho de Capão Bonito para a capital. Os voluntários haviam tombado em combate em setembro, foram enterrados em Capão Bonito e chegaram à estação da Sorocabana no dia 30. Dali, um cortejo formado por numerosas pessoas caminhou para a necrópole da Consolação e um deles foi sepultado neste “cemitério aristocrático”. O cortejo seguiu, então, para o cemitério do Araçá onde foi enterrado um segundo. Um terceiro permaneceu na Capela do Cemitério São Paulo, de onde sairia para nova viagem até Amparo para ser sepultado em jazigo familiar. À beira dos túmulos, além da benção católica, as “orações” cívicas lembravam a bravura dos “extintos” pela palavra de estudantes da Faculdade de Direito e colegas do batalhão, como Fernando Penteado Medici[61]. Ainda no dia 30, partira do Rio de Janeiro o corpo de um outro “soldado paulista”. Deixando o hospital do Exército, o féretro seguiu, acompanhado de inúmeras pessoas, para a estação D.Pedro II. Na plataforma da estação, o presidente do Centro Paulista proferiu um discurso de despedida[62]. Nessas ocasiões e no 2 de Novembro que se aproximava, ao luto redivivo na visita dos cemitérios somava-se o pesar cívico pelos voluntários mortos. Dizia *O Estado de São Paulo* anunciando a visita aos cemitérios:

> Amanhã, como nos anos anteriores, o nosso público irá aos cemitérios na visita anual que faz aos seus queridos mortos. Este ano, certamente, o Dia de Finados revestir-se-á de especial importância, dado o número de pessoas tombadas gloriosamente no campo de batalha, em defesa da causa constitucionalista[63].

Dizia ainda que, além da “tradicional romaria ao Cemitério da Consolação”, haveria missa especial em intenção dos “soldados paulistas que tombaram na luta”. A visita aos túmulos dos soldados mortos, a deposição de flores doadas pelas floriculturas e a missa em “intenção dos bravos constitucionalistas” foram iniciativas das associações católicas e da Assistência às Viúvas e Mutilados[64]. Curiosamente, no

[61] cf., Trasladação de corpos dos voluntários paulistas. *O Estado de São Paulo*, 1 de novembro de 1932. p. 1.
[62] cf., Os despojos do voluntário paulista Benedito Sérgio. *O Estado de São Paulo*, 1 de novembro de 1932. p. 2.
[63] cf., Dia de finados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1932. p. 3.
[64] cf., Comemoração do Dia de Finados. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 de novembro de 1932. p. 5.

mesmo dia propício à lembrança, a União dos Antigos Combatentes Franceses mandava rezar missa na Igreja de Santa Efigênia e promovia a visita ao monumento erguido no Araçá em homenagem aos combatentes da I Guerra[65]. No dia seguinte ao 2 de novembro, os jornais confirmavam a presença de grande número de pessoas nos cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo. Em todos eles, as flores teriam coberto os túmulos dos voluntários mortos e já enterrados na capital[66]. Esse clima de luto e ardor cívico que o Dia de Finados despertava favorecia a congregação dos ex-combatentes. Assim, não foi por acaso que, poucos dias depois de lembrar os companheiros mortos nas necrópoles paulistanas, os voluntários fossem conclamados para uma reunião com o objetivo de constituir o conselho organizador da Federação dos Voluntários[67]. É preciso destacar mais uma vez o sentido de coesão que o luto desperta para que se possa compreender sua integração à cultura cívica que então se forjava. A passagem traumática da guerra civil e as críticas a seus objetivos políticos não impediam que *A Plebe* manifestasse simpatia pelos mortos:

> Ah! com que infinita simpatia nós lamentamos as vítimas de tão nefando ecídio, as vítimas de sua própria ingenuidade e boa fé, as vítimas imoladas a interesses de terceiros, os nefandos carrascos desse povo ingênuo, crédulo e dedicado!... E que imenso desprezo votamos a esses verdugos políticos, a essa caterva de negocistas de toda a casta que subordinaram os interesses da região e da nação aos seus próprios interesses, os quais criam conflitos tremendos para serem resolvidos à custa do sangue dos ingênuos e dos puros de coração, e que às vozes dos falsos pastores se arremessam em choque tremendo procurando morte e matando reciprocamente![68]

É significativo o uso de metáforas religiosas para tratar dos mortos - "vítimas imoladas", "ingênuos", "puros de coração" – e dos responsáveis pela guerra – "falsos pastores". De fato, para *A Pelbe*, voz por certo minoritária, mas que indica a polifonia das percepções sobre a guerra civil e o culto que se estabelecia, os mortos aos quais confessa simpatia não se revestem do mesmo sentido atribuído nas orações cívicas que se professaram nos cemitérios no dia 2. Nestas, os combatentes caídos convertiam-se em símbolos de heroísmo, do sacrifício de São Paulo pelo Brasil, da liberdade. Para o jornal anarquista, os que morreram em combate são vítimas de um

[65] cf., Comemoração do Dia de Finados. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 de novembro de 1932. p. 5.
[66] v. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 de novembro de 1932; *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1932.
[67] cf., Federação dos Voluntários. *O Estado de São Paulo*, 5 de novembro de 1932. p. 2; Convocação dos componentes do 9º BCR. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 de novembro de 1932. p. 5
[68] cf., A sinistra aventura. *A Plebe*, São Paulo, 19 de novembro de 1932. p. 4.

crime. Se, por um lado, a posição do pequeno jornal expressava a coesão em torno do luto, também indicava que a memória do movimento constitucionalista calcada na celebração da morte dos "soldados paulistas" também despertaria conflitos. Os esforços para apresentar a unidade regional quando da guerra civil agora deveriam converter-se na luta perene para assegurar uma lembrança unitária do movimento constitucionalista, lembrança que seria, mais uma vez em 1933, reavivada na visita aos cemitérios antes de ganhar os demais espaços públicos da capital e das cidades do interior em 1934.

O primeiro aniversário do movimento constitucionalista não foi um momento de grandes celebrações apesar do clima relativamente favorável. A eleição de maio havia resultado na vitória da Chapa Única por São Paulo Unido, formada por indicações do PD, PRP, Federação dos Voluntários, Liga Eleitoral Católica e Associação Comercial[69]. A chapa elege 17 dos 22 representantes estaduais na Assembléia Constituinte a ser instituída. Os esforços de articulação, a partir da interventoria de Valdomiro Lima, de uma Frente Única Revolucionária, congregando o Partido da Lavoura e o Partido Socialista, para apoiar o Governo Provisório haviam fracassado. A vitória da Chapa Única recolocava São Paulo no centro da política nacional mais uma vez e impunha a negociação com as forças que apoiavam o Governo Provisório[70]. Parte da negociação implicava a nomeação de um interventor identificado com São Paulo – afirmava-se mais uma vez o que já fora pedido antes, isto é, um interventor civil e paulista. Ao longo desse processo de substituição, as forças presentes no interior do Governo Provisório manobravam no sentido de apoiar uma ou outra corrente em São Paulo. Juarez Távora, por exemplo, favorecia a indicação de um nome ligado à Federação dos Voluntários. Oswaldo Aranha, por outro lado, sugeria a recomposição com as oligarquias. Duas listas foram enviadas ao chefe do Governo Provisório, a demonstrar a falta de unanimidade entre as forças políticas paulistas apesar da retórica de unidade que se fez durante a campanha eleitoral e depois da vitória. Uma lista, apresentada pela Federação dos Voluntários, indicava Francisco Machado de Campos (vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo), Valdomiro Silveira (presidente da Central da Federação em Santos) e Cantídio de Moura Campos (diretor da Faculdade de Direito). As demais forças que

[69] cf., GOMES, Angela de Castro. *op.cit.* p. 274.
[70] v. GOMES, Angela de Castro. *op.cit.* p. 259-285; LOVE, Joseph. *A locomotiva*; São Paulo na federação brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 170-172; e CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

compunham a Chapa Única indicaram Antonio Cintra Godinho (presidente da Associação Comercial de São Paulo) e Rodrigo Octávio de Menezes. Havia, contudo, um nome comum às duas listas: Armando de Sales Oliveira, que acabou sendo nomeado apenas em agosto[71]. O primeiro aniversário da Revolução Constitucionalista aconteceu, portanto, ainda sob intervenção militar, pois entre 9 de junho e 16 de agosto o governo de São Paulo esteve sob a direção de Daltro Filho, comandante da 2ª Região Militar.

De qualquer forma, o 9 de julho foi lembrado em São Paulo, no interior e também no Rio de Janeiro com missas solenes e "romarias cívicas" aos cemitérios. Os organizadores das homenagens são, do ponto de vista da composição social, praticamente os mesmos responsáveis pela celebração do Dia de Finados de 1932. Os centros acadêmicos da Faculdade de Direito, da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica promoveram uma sessão conjunta em homenagem aos mortos[72]. A Federação dos Voluntários mandou rezar missa campal no Cemitério São Paulo em intenção dos voluntários caídos em combate, iniciativa que também congregou os membros da Associação dos Capacetes de Aço[73]. Depois da missa, os presentes dirigiram-se aos túmulos dos "heróis, neles depositando braçadas de flores"[74]. As "romarias cívicas", as orações frente aos túmulos e a deposição de coroas de flores aconteciam simultaneamente nas cidades do interior paulista, enquanto na capital da República outras solenidades aconteciam. O Centro Paulista, o Partido Liberal Independente, o Partido 9 de Julho e os exilados mandaram rezar missas na Igreja de São Francisco de Paula, no dia 9, e na Candelária, no dia 10, contando ambas com vasta assistência[75].

Ao mesmo tempo em que o dia 9 de julho convertia-se em ocasião para celebrar os mortos e, através deles, os valores defendidos por São Paulo, a data também servia a objetivos mais prosaicos, à organização política e para manifestações de dissenso. Uma propaganda afirmava: "O capacete de aço protege a

---

[71] Sobre a vitória da Chapa Única e substituição de Valdomiro Lima v. GOMES, Angela de Castro. *op.cit*. p. 290-298.

[72] cf., Comemorações. Sessão solene no Centro XI de Agosto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1933. p. 2

[73] cf., Missa por intenção dos mortos paulistas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1933. p. 2; Missa em intenção dos mortos no movimento de 1932. *Folha da* Manhã, São Paulo, 9 de julho de 1933. p. 5.

[74] cf., Em memória dos que tombaram na Revolução de 1932. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de julho de 1933. p. 14.

[75] cf., Missa pela alma dos mortos da revolução. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1933. p. 1; Em intenção aos mortos na revolução. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de julho de 1933. p. 1.

cabeça do guerreiro. Xarope Glória resguarda os seus pulmões. Tosse, rouquidão e bronquite"[76]. No dia 7, surgira uma nova organização de combatentes, não vinculada à Federação dos Voluntários, que iria congregar-se em uma missa campal no cemitério da Consolação no dia 9[77]. No próprio dia 9, aparecia o manifesto da "Associação dos Combatentes Arrependidos" que denunciava os "oportunistas da guerra" dizendo: "Nós somos aqueles que hoje estão convictos do embuste e da mistificação a que foram atirados pelos manobradores da política profissional, promovedores de revoluções com o intuito da reconquista do poder perdido"[78]. Por certo, os combatentes não estavam arrependidos da luta em si mesma, mas dos resultados que observavam naquele momento e que não condiziam com os princípios pelos quais haviam partido para a batalha. O fato é que esta posição indicava a fratura na percepção que se podia ter da "revolução" e de seus desdobramentos políticos: a unidade no luto não se traduzia, então, em unidade na luta que vinha sendo travada, ao mesmo tempo, no terreno político e na instituição da memória de 1932. Seriam necessárias doses de "Xarope Glória" para aplacar a rouquidão das vozes dissonantes a apresentar seu descontentamento com as negociações que se travavam com o Governo Provisório para restaurar a autonomia de São Paulo.

Antes de prosseguir com o relato da instituição progressiva do culto aos mortos que enfeixa a memória de 1932, é preciso salientar alguns aspectos da relação entre este processo e seus usos políticos naquelas circunstâncias. A par da literatura que vinha sendo produzida desde o final do conflito e que almejava estabelecer uma leitura da Revolução de 1932 como "sacrifício" pela autonomia regional, instituição da democracia e objetivação da unidade regional, desenvolviam-se formas de ritualização do passado imediato que procuravam afirmar os mesmo sentidos para o movimento armado. O culto aos voluntários mortos no "campo de honra" - fórmula bastante usada nos discursos proferidos à beira dos túmulos e que remetia aos ritos comemorativos da I Guerra[79] - ampliava as possibilidades de entendimento e aceitação daquela interpretação do acontecimento. Havia, portanto, uma intenção

[76] cf., *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1933. p. 20.
[77] cf., Associação dos Ex-Combatentes de S.Paulo. *O Estado de São Paulo*, 8 de julho de 1933. p. 2.
[78] cf., CAPELATO, Maria Helena. *op.cit*. p. 82. Ver também o volante que circulava pelas ruas assinado pela mesma Associação dos combatentes arrependidos, v. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Aúreo de Almeida Camargo. AP TXT AAC 062-1, 342, Doc. 278.
[79] Antoine Prost, estudando os monumentos aos soldados franceses mortos na I Guerra Mundial, nota que nas cerimônias cívicas em torno dos monumentos cada morto era nomeado, seguindo a cada nome as fórmulas "morto pela França" ou "morto no campo de honra". cf., PROST, Antoine. Les monuments aux morts. In: NORA, Pierre. (dir.). *Les lieux de mémoire*; . Paris, Gallimard, 1997. v. 1. p.212.

deliberada de fazer da celebração dos mortos um discurso político, o que não implica reduzir os sentidos do luto a este fim, digamos, utilitário. Destacar a finalidade política das romarias cívicas, missas solenes nos cemitérios e igrejas, traslado dos despojos de voluntários das cercanias do *front* para os cemitérios, não transforma estes gestos em atos insinceros. Ao contrário, a dor e contrição sinceras em todas as homenagens prestadas eram os elementos que faziam delas armas poderosas para arregimentar os sentimentos cívicos. O pesar que a imagem dos túmulos recentes e dos despojos a serem inumados despertava não passara ainda, pois era muito viva na lembrança dos presentes – familiares, amigos, companheiros da trincheira, correligionários políticos – a vida jovem que se esvaíra. O luto e a lembrança dos mortos como culto intersubjetivo e familiar, expressões da progressiva individualização da morte[80], era transformado em um movimento coletivo. Através do culto cívico dos soldados falecidos em combate, a passagem de cada indivíduo ganhava um sentido que ultrapassava o sem-sentido do morrer: seu desaparecimento deste mundo passava a representar o sacrifício de toda a coletividade paulista em nome de valores como autonomia, democracia e unidade regional. A despeito da crítica que se possa fazer aos fundamentos ideológicos e à parcialidade dessa visão[81], havia verdade na afirmação destes valores centrais que passavam a sustentar o orgulho regional e serviriam de princípios à atuação política que se esperava dos representantes de São Paulo na Assembléia Constituinte, como comprovam os discursos e declarações proferidas antes e depois das eleições de 1933[82].

A ligação entre o culto aos mortos e os movimentos da política não supõe a subordinação entre ambos. Ao contrário, os dois movimentos se combinam e se alimentam. Se se insiste, aqui, em colocar ambos em compasso é porque, por um lado, assim se apresentam nas fontes. Por outro, a historiografia nota que a lembrança

---

[80] Sobre a indidualização da morte e as novas atitudes que se desenvolveram desde o século XIII, democratizando-se nos séculos XVIII e XIX, v. ARIÈS, Philippe. *Essais sur l´histoire de la mort em Occident*; du Moyen Âge a nos jours. Paris, Seuil /s.d./. p. 46-60; e CATROGA, Fernando. *O céu da memória*; cemitério romântico e culto cívico dos mortos. Coimbra, Livraria Minerva Editora, 1990. Introdução. p. 9-37.

[81] v., BEZERRA, Holien Gonçalves. *Artimanhas da dominação*; São Paulo – 1932. São Paulo, FFLCH/Departamento de História/USP, 1981. (Doutorado); CAPELATO, Maria Helena. *op. cit.* 50-73; FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968. p. 227-255.

[82] v. SILVEIRA, Valdomiro. Aos paulistas de nascimento e de coração. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 de maio de 1933. p. 6; MACHADO, Alcantara. Comparar e julgar. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 de maio de 1933. p. 6; O dever dos operários é sufragar a Chapa Única. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 de maio de 1933. p. 6; Falando a um jornal carioca os sr. Alcantara Machado reafirmou a coesão da Chapa Única. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1933. p. 1; Está no Rio o presidente da Ação Nacional do PRP. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1933. p. 1.

imediata de 1932 foi fator importante na arregimentação de eleitores que resultou na vitória da Chapa Única[83], mas pouco se disse como o passado recente era rememorado. Na verdade, nos anos que se seguiram a 1932, a memória dos "moços imolados" pesa sobre os vivos. Não por acaso, portanto, a recém organizada Federação dos Voluntários teve o maior número de nomes aprovados na Chapa Única, em 1933[84], e que também teriam, ao integrar-se ao Partido Constitucionalista, peso considerável nas eleições estaduais de 1934.

Como disse, o culto aos soldados mortos e os movimentos da política coincidiram mais uma vez em novembro de 1933. Possivelmente aproveitando o clima da celebração religiosa a misturar-se com a comemoração cívica, no dia 29, a direção da Federação dos Voluntários esteve em Jaú para dar posse ao comitê municipal[85]. No dia 5, a mesma organização esteve em Campinas, onde deu posse ao comitê local depois de uma manhã dedicada a missa em intenção dos mortos e visita ao cemitério da Saudade[86]. De Campinas a comitiva partiria para Salto, dando ensejo a nova concentração de voluntários[87]. Em São Carlos e Jundiaí, entre os dias 4 e 5, a Liga Confederacionista, organizada por Menotti de Picchia e Alfredo Ellis Jr, duas figuras importantes nas cenas política e intelectual do Estado, fundou comitês locais e assistiu às manifestações de uma centena de "camisas brancas" do Grêmio Universitário Confederacionista[88]. No dia primeiro, representantes do Batalhão 14 de Julho chegaram em Itapetininga onde foram recebidos pela comissão local da Federação dos Voluntários. A "caravana" tinha por fim a visita aos lugares onde haviam combatido: Bury, Cerrado, Rio das Almas, Capão Bonito, Guapiara e Fundão. E, finalmente, menos de uma semana depois do Dia de Finados, a bancada paulista eleita em maio partiu para o Rio de Janeiro onde seria instalada a Assembléia Nacional Constituinte no dia 10[89].

---

[83] v. GOMES, Angela de Castro. *op.cit*. p. 279.
[84] Idem. p. 275.
[85] cf., A visita dos diretores da Federação dos Voluntários de São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 10.
[86] cf., Federação dos Voluntários – Grande concentração de voluntários em Campinas. *Folha da* Manhã, São Paulo, 4 de novembro de 1933. p. 5; Federação dos Voluntários de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de novembro de 1933. p. 2;
[87] cf., Realizou-se domingo, em Campinas, grande concentração de voluntários. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 de novembro de 1933. p. 16.
[88] cf., Liga Confederacionista. *O Estado de São Paulo*, 7 de novembro de 1933. p. 6.
[89] v. Por São Paulo unido. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de novembro de 1933. p. 3; São Paulo na Constituinte. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de novembro de 1933. p. 6;

As celebrações do Dia de Finados foram precedidas, ao longo do ano, pelo traslado dos despojos de voluntários das proximidades dos campos de batalha para os cemitérios das cidades onde haviam nascido, onde residiam suas famílias, onde haviam estudado e se fixaram. No dia 30 de julho, por exemplo, teria ocorrido o traslado dos restos mortais dos combatentes do setor sul, isto é, nas proximidades da divisa como Paraná, para a capital segundo informe da Federação dos Voluntários[90]. No livro *Cruzes Paulistas*, publicado em 1936, muitas vezes as biografias dos soldados mortos eram acompanhadas de informações sobre sua exumação, traslado pelo território do Estado e inumação na terra natal[91]. Além do trânsito e enterramento dos despojos, as missas em homenagem ao aniversário de morte também congregavam representantes dos batalhões ao longo do ano[92]. A valer a contagem apresentada em *Cruzes Paulistas*, estimando em mais de 600 o número de combatentes mortos[93], pode-se supor que muitas homenagens dessa natureza ocorreram ao longo de 1933, mesmo considerando que a hiper-religiosidade não constituía traço característico da cultura regional paulista[94]. Por todas estas iniciativas e ritos, a lembrança do "sacrifício de São Paulo pelo Brasil" era reatualizada através do luto. No Dia de Finados, os sentimentos pessoais da perda e o ardor cívico atingiram seu ponto culminante na capital e no interior.

As notícias das celebrações em Campinas e Santos confirmavam a consagração dos que "tombaram pela glória de São Paulo". Em Campinas, os dias anteriores ao 2 de Novembro, a população contribuía para a aquisição de uma cruz de flores artificiais que seria depositada junto ao mausoléu que vinha sendo erguido no cemitério da Saudade. A campanha pela construção do monumento funerário era em parte financiada pela venda dos "Álbuns de Lembranças dos 16 Voluntários Campineiros mortos na Revolução por São Paulo", por um festival organizado para angariar fundos e por uma subscrição pública[95]. *O Estado de São Paulo* recompunha a

---

[90] cf., Federação dos Voluntários. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1933. p. 5.
[91] v. MONTENEGRO, Benedito. *Cruzes Paulistas*; os que tombaram pela glória de São Paulo. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1936.
[92] cf., Associação dos Ex-Combatentes de São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 21 de julho de 1933. p. 4; e Em homenagem a memória de Fernão Salles e de outros combatentes do Batalhão Fernão Dias Paes Leme. *Folha da Manhã*, São Paulo, 22 de julho de 1933. p. 14.
[93] cf., MONTENEGRO, Benedito. *op.cit.*. p. 511-516.
[94] cf., LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 136.
[95] cf., Homenagem. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1933. p. 5; Mausoléu dos Voluntários. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2 de novembro de 1933. p. 5; Festival Pró-Mausoléu. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de novembro de 1933. p. 7; Subscrições pró-mausoléu. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de novembro de 1933. p. 7.

imagem das celebrações grandiosas do dia 2 afirmando: “quase todos os túmulos estavam cobertos de flores, destacando-se entre eles os dos soldados campineiros mortos por ocasião do movimento constitucionalista”. A carneira onde se encontravam os corpos havia pouco trasladados para a cidade foi coberta de flores colhidas em todos os jardins municipais. Segundo o jornal, não houve um único visitante que não depusesse uma pequena flor sobre o túmulo dos voluntários. Entre tantas flores, a coroa de louros doada pela comissão pró-mausoléu e comitê local da Federação de Voluntários se destacava[96]. O movimento na cidade de Santos também fora volumoso, ganhando destaque a romaria cívica ao cemitério do Paquetá. Às 10 horas da manhã, chegou de trem o corpo de João Pinho, “bravo soldado santista, que tão alto soube elevar seu amor patriótico, morrendo abnegadamente em holocausto à causa constitucionalista”. O esquife era aguardado, desde as primeiras horas da manhã, na estação por ex-combatentes santistas e representantes da Federação dos Voluntários de São Paulo, por famílias e admiradores, por componentes do 7o BCR, 8o BCR e batalhão do Tiro Naval de Santos. Da estação, o caixão foi conduzido à Igreja de Santo Antonio do Vallongo, onde permaneceu por algum tempo. Dali seguiu para a Catedral, onde o Monsenhor João Batista de Carvalho, que tivera ativa participação nas campanhas radiofônicas ao tempo da revolução[97], realizou o ofício religioso. Depois da missa de corpo presente, o esquife foi transferido para o cemitério onde foi inumado em campa cedida pelo prefeito municipal. À beira da sepultura, oradores relembraram os dias de 1932 e as qualidades do primeiro combatente santista morto no setor norte a 10 de agosto de 1932. Ao fim das “orações”, palavra freqüentemente usada para designar os discursos naquele momento, a multidão presente ergueu “vivas a São Paulo”[98].

Manifestações semelhantes ocorreram na capital do Estado antes e durante o Dia de Finados. No dia 30, inaugurou-se no cemitério do Araçá o túmulo de um voluntário do Batalhão Rio Grande do Norte, com a realização de uma missa e grande concentração de ex-combatentes[99]. No dia consagrado aos mortos, a imprensa notava a grande freqüência aos cemitérios da cidade: Consolação, São Paulo, Araçá e Quarta

---

[96] cf., Finados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 4.

[97] v. CARVALHO, João Batista de. *Irradiações*. Santos, Ed. Saraiva, 1933; e CARVALHO, João Batista de. *O clero solidário com o povo de 32*. São Paulo /s.ed./ 1957.

[98] cf., Finados - O sepultamento de um bravo voluntário santista - A cerimônia realizada na necrópole do Paquetá. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 9; A chegada do corpo de um voluntário. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 4.

[99] cf., Comemorações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1º de novembro de 1933. p. 6.

Parada[100]. No dia 3, um cronista da *Folha da Manhã* captou os sentidos diversos dos gestos dos vivos nos cemitérios paulistanos. Antes de registrar suas impressões, afirmava que havia sido grande a visitação: uma "grande multidão desfilou ante os túmulos" e os "elétricos e ônibus rodaram, repletos, em direção das necrópoles", além de "muita gente que caminhava a pé". Segundo o cronista, todos levavam flores e as tumbas "desapareciam no meio dos cravos, rosas e lírios, num esplendor de alegria". Em seguida falava das atitudes diversas frente aos mortos e sua representação individualizada em cada sepultura. Havia os que dobravam os joelhos, lágrimas nos olhos, prece nos lábios e saudade nos corações. Mas havia também os que, bem vestidos, passeavam pelas alamedas dos cemitérios comentando o "gosto e a riqueza dos túmulos". As atitudes contrastantes, contudo, punham certa harmonia no ambiente[101]. Em seguida, continuava seu texto afirmando que, como esperado, foi grande a afluência de "povo ao cemitério São Paulo" onde se encontravam os túmulos dos soldados constitucionalistas. Ali, segundo o cronista:

> As tumbas dos heróicos soldados paulistas ficaram atapetadas de flores. Era obrigação dos que chegavam à necrópole passar pelos túmulos dos que se bateram em 9 de julho, evocando, ao menos por um instante, a memória desses bravos moços de S.Paulo
>
> A visitação pública foi maior que nos outros anos.
>
> Era natural que assim o fosse. São Paulo, felizmente, tem boa memória.
>
> A terra ainda está revolta. As mães ainda não enxugaram suas lágrimas. Mal vão sossegando os corações feridos....[102]

A evocação da memória dos "bravos moços de S.Paulo" integrava-se à tradição piedosa da população em sua peregrinação anual "pelas necrópoles paulistanas". Tradição provavelmente revitalizada com a organização da romaria entre a Igreja da Consolação e o cemitério de mesmo nome que se repetia havia 18 anos. Tradição acrescida de outra que então se inventava: o culto aos combatentes mortos em 1932 que se localizava em alguns dos campos santos da capital, principalmente no "cemitério aristocrático da Consolação" e no cemitério São Paulo. O ardor cívico e o

[100] v. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 3 de novembro de 1933; *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1933.
[101] cf., As homenagens do povo paulista aos seus mortos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 12.
[102] Idem.

sentimento piedoso que tomavam a emoção do cronista não o impediam, entretanto, de notar os contrastes entre as necópoles da cidade. Ele percorreu os ricos e bem ornamentados túmulos da Consolação e do cemitério São Paulo. Passou pelo Araçá, um pouco mais modesto em seu conjunto, mas onde grande multidão acorria de todas as direções entre "túmulos antigos, modestas sepulturas e grandiosos mausoléus". Até chegar na Quarta Parada:

> Eram 9 horas da manhã. Diferente das demais necrópoles, a da Quarta Parada é o cemitério dos pobres. Cemitério onde repousam os restos mortais dos trabalhadores humildes - dos homens e mulheres que passaram pelo mundo sob o império fatal das fadigas diárias e das obrigações que para eles jamais acabaram na terra. É por isso que o cemitério da Quarta Parada é o mais triste.
>
> Localizado dentro de um bairro caracteristicamente operário, rodeado de fábricas, sempre ao lado das chaminés fumegantes, o cemitério da 4a Parada, apesar do seu todo simples, das suas sepulturas modestas, ainda assim possui mausoléus artísticos. Em meio dos mármores esculpidos, dos símbolos amigos, que ali também aparecem, as campas rasas são as mais expressivas e mais acéticas com as suas cruzes singelas e toscas[103].

Na Quarta Parada, pelo que se pode notar percorrendo as páginas da imprensa diária naquele ano e nos seguintes, não houve missas solenes, orações cívicas ou inauguração de túmulos de voluntários paulistas. O que se explica, por certo, pela composição social do voluntariado. Segundo Joseph Love, por exemplo, a mobilização para a guerra teria conquistado os membros da *jeunesse doré* e da classe média que compuseram os batalhões patrióticos[104]. Era de se esperar, portanto, que a homenagem silenciosa, consubstanciada na deposição de flores sobre os túmulos dos que "se bateram em 9 de julho", se localizasse em espaços precisos que demarcavam, para além da vida, o pertencimento dos homenageados aos estratos mais elevados e, conseqüentemente, mais educados da sociedade. A homogeneidade de propósitos e a comunhão social que supostamente envolvera todos os paulistas sem distinção de classe, constantemente repetida na imprensa quando o movimento constitucionalista era lembrado, não se traduzia em todas as necrópoles paulistanas onde cada grupo social cuidava da recordação de seus mortos.

---

[103] cf., As homenagens do povo paulista aos seus mortos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 12.
[104] cf., LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 170.

Frente a esta experiência singular das contradições sociais inscritas nos terrenos consagrados à morte[105], seria difícil crer que todos compreendessem igualmente as conclamações que atribuíam um sentido político explícito ao dia de Finados. Um artigo de fundo da *Folha da Manhã*, publicado no dia 2, exemplifica esta intenção que perpassava toda a imprensa paulista. O texto relacionava a comemoração dos mortos à obra de refundação republicana que se encontrava pela frente. Os comentários sobre o traslado dos restos mortais do romancista espanhol Blazco Ibañez serviam de pretexto para comparações elucidativas. Exilado na França, lá morrera e só retornou à Espanha com a instauração da república. Segundo o artigo, em seu ataúde se lia a divisa: "Os mortos mandam". O artigo tecia uma digressão saborosa sobre o sentido do dístico e sua aplicação à situação brasileira. Segundo a *Folha*, os mortos mandam porque os antepassados legaram tradições que deveriam ser respeitadas. Lembrar os mortos, portanto, significava recordar estas tradições estabelecidas, mais especificamente as tradições políticas herdadas. No caso brasileiro, às vésperas da instalação da Constituinte, tratava-se de lembrar que:

> A ação dos nossos antepassados forneceu-nos, além do territorial, tão vasto e tão belo, o mais precioso dos patrimônios. Em matéria política apresenta o Brasil tradições incomparáveis. Temos uma consciência civil que sempre brilhantemente se afirmou, o culto da ordem e da lei e um indomável amor da liberdade. E tão altas afirmações cívicas já dominam os trechos mais significativos da nossa história, mesmo no período colonial. Como uma decorrência necessária desse esplendido passado é que a Nação, através de todos os perigos e dificuldades, vem batalhando pela ordem contra a anarquia e desejando com veemência um sadio e bem orientado retorno aos quadros legais. Para servir a esse ideal foi que São Paulo, no movimento constitucionalista, sacrificou tantas vidas jovens e ardentes! E também do exemplo e da suprema abnegação desses mortos precisamos ser dignos!
>
> Está prestes a reunir-se a Assembléia Constituinte. Vai ser realizado o ideal da restauração da ordem jurídica no Brasil. E, ao restabelece-la, não percamos de vista que temos, além de considerar as realidades presentes, de ser coerentes e lógicos com o passado. Atendamos, na futura Constituição à velha tradição liberal do país. Compreendamos que, pelas circunstancias da sua formação, não é ele campo de experiências perigosas, nem de extremismo de qualquer natureza. Saibamos fazer obra de conservação republicana e de sustentação das conquistas da civilização brasileira! [106]

Nesse pequeno trecho repete-se um dos temas caros ao regionalismo paulista, isto é, a conquista do território como patrimônio herdado do período colonial. Além

[105] Sobre as diferenças sociais a persistirem no morrer e no culto aos mortos v. CATROGA, Fernando. O campo santo da desigualdade. In: *O céu da memória*. *op.cit.* p. 75-103.
[106] cf., A comemoração de hoje. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 de novembro de 1933. p.

disso, o "culto da ordem e da lei" e o amor à liberdade seriam constantes sem tempo, duas "afirmações cívicas" que imprimiam sua marca desde os tempos coloniais. O que a nós parece um anacronismo, ao articulista se apresentava como um sentido da história nacional que se repetira em 1932. A essa "tradição liberal" inerte, porque inalterada no tempo, constituindo o substrato da "civilização brasileira", deveriam render-se os constituintes. O artigo apresentava, pois, o que Maria Helena Capelato notava como a tendência conservadora das elites liberais no processo de constitucionalização que se expressava na conciliação entre as necessidades do presente e o passado e suas tradições[107]. Cabe perguntar a quem se destinava essa mensagem que associava o passado longínquo da nacionalidade aos fatos mais recentes, atualizados pela lembrança dos mortos, e que deveria orientar o futuro? Quais seriam os requisitos necessários para que este discurso fosse compreendido e tomado como um programa de ação? Obviamente o artigo tinha por destinatários imediatos os deputados constituintes que partiriam de São Paulo para o Rio de Janeiro em menos de uma semana, onde, segundo um observador político, navegariam em mar bravio, encrespado pela existência das demais bancadas formadas sob o jugo dos interventores[108]. Mas um público mais amplo deveria ser capaz de compreender o que a *Folha* afirmava categoricamente como um desígnio histórico: a "opinião pública", circunscrita a um número pequeno de leitores e eleitores que partilhavam determinada cultura histórica e o "credo" liberal[109]. A exigüidade deste público é mais bem representada se considerarmos os números das eleições de 1933: 299.074 eleitores inscritos; 261.706 votantes numa população de mais de 5 milhões[110]. A "opinião pública", palavra que facilmente se confundia com outra, "o povo", traduzia, então, uma rede mais ou mesmo extensa por todo o estado de indivíduos, sobretudo homens, que compartilhavam uma educação semelhante, que se articulavam em torno dos partidos dominantes, mas também das novas agremiações que então surgiam, que percebiam a proeminência de São Paulo no cenário brasileiro como uma necessidade

[107] cf., CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*; imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 180-181.
[108] cf., A na paulista. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de novembro de 1933. p. 6.
[109] Sobre a cultura histórica da elite paulista v. FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, Ed.UNESP, 2002. Sobre o liberalismo em São Paulo, v. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. *op.cit*. p. 11-25; LOVE, Joseph. *op.cit*. p. 215-248; CONTIER, Arnaldo. *Imprensa e ideologia em São Paulo. 1822-1842*. Petrópolis, Vozes; Campinas, UNICAMP, 1979; ADRONO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*
[110] Para os dados sobre a eleição de 1933 v. GOMES, Angela de Castro. *op.cit.* p. 285.; e LOVE, Joseph. *op.cit.* p. 212.

histórica - e que percebiam os eventos de 1932 e suas conseqüências positivas como uma vitória de São Paulo. Em meio a esse público não é provável que se contassem muitos dos que transitavam entre as sebes tristes do cemitério da Quarta Parada.

Entretanto, outro observador das manifestações do dia 2 notava que "a mesma multidão de povo" que vinha do Araçá e da Quarta Parada "dirigia seus passos para a necrópole de S.Paulo". Na mesma direção também caminhava a "multidão das elites elegantes, que tem seus mortos no cemitério aristocrático da Consolação". O autor explicava esta confluência: na quadra 2 do cemitério São Paulo repousavam os "corpos dos heróis que pertencem a todos os paulistas, que morreram por S.Paulo e pelo Brasil, irmanados na grande causa comum, sem diferenças de credo político ou de posição social". O cemitério mais novo da cidade, tornava-se, segundo essa crônica, o centro ritual onde a memória de 1932 deveria concentrar-se. Por essa razão, o mesmo texto apoiava a iniciativa, promovida pela Confederação dos Capacetes de Aço, de se erguer naquele cemitério um mausoléu ao soldado constitucionalista. Segundo o autor do artigo, as campas simples onde jaziam os combatentes não eram condizentes com a "grandiosidade da epopéia realizada". E continuava a dizer que o mausoléu:

> Não será um monumento guerreiro, evocador de um drama cuja lembrança queremos apagar. Mas a obra piedosa da saudade, a perpetuação de nossa recordação admirativa, misto de religiosidade e exaltação cívica
>
> Nossos mortos que jazem em sepultura dispersas, em nossas necrópoles ou nas vizinhanças dos campos de batalha de onde vão sendo transportados aos poucos merecem esta homenagem. Não devemos sequer retarda-la. O espetáculo de ontem, quando muitos viajantes indagaram, sem obter resposta, onde era o mausoléu dos soldados constitucionalistas, não poderá se reproduzir. E para que assim seja, concorramos todos na medida do possível para que a idéia lançada pela Confederação dos Capacetes de Aço se transforme em uma realização vitoriosa.[111]

Apresentava-se, pois, no texto do artigo a contradição entre lembrança e esquecimento que caracteriza a construção da memória social, pois seria necessário "apagar" o drama uma vez que as lembranças aflitivas têm o poder de paralisar a recordação ativa. Era preciso, portanto, reprimir o sofrimento para poder "recordar" a "grandiosidade da epopéia". Ao mesmo tempo, o autor também destacava outro aspecto inerente à construção da memória, isto é, o reforço da coesão social que o

[111] cf., Mausoléu do Soldado Constitucionalista. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de novembro de 1933. p. 6

sentimento de um passado compartilhado promove[112]. Este sentido de comunhão, esta seria a palavra exata para descrever o que o autor tinha em mente, acontecera espontaneamente na visita ao cemitério S.Paulo, sem programação prévia, como que obedecendo a um impulso compartilhado por todos os grupos sociais. A construção do mausoléu proposto pela Confederação dos Capacetes de Aço viria a conferir ao movimento espontâneo e sincero de "todos os paulistas" uma direção precisa, ao contrário de outras propostas que eram rechaçadas porque identificadas às pretensões de "explorar, sob móveis subalternos, as cinzas de nossos heróis"[113]. A defesa da iniciativa apresenta um programa a ser seguido para melhor lembrar "os heróis que pertencem a todos os paulistas". A mobilização para trasladar os corpos das imediações dos campos de batalha em cemitérios diversos precisava ser coordenada, ganhar um centro que se confundia com o espaço da capital e, dentro dela, com um cemitério em especial. A centralidade política da capital, nesse caso, seria reforçada por sua transformação em espaço de celebração do evento que teria garantido a São Paulo e ao Brasil a correção do curso da história, interrompido entre 1930 e 1932, no sentido da "tradição liberal".

Este quadro do culto aos mortos entre 1932 e 1933 revela alguns traços importantes que marcariam a celebração da Revolução Constitucionalista. Um primeiro elemento constitutivo do culto que então se estabelecia diz respeito à composição social dos promotores das cerimônias fúnebres – traslado dos corpos, novo enterramento, missas em intenção dos mortos. Eram os grupos mais intelectualizados da população paulista que organizavam estes rituais. À sua natureza religiosa, há muito arraigada nas práticas culturais, procuraram imprimir um conteúdo cívico novo. Havia na cultura cívica brasileira o culto aos mortos ilustres – escritores, políticos, militares –, como nas cerimônias de traslado e enterramento que aconteceram ainda na Primeira República: Machado de Assis em 1908; Afonso Pena e Euclides da Cunha, em 1909; Joaquim Nabuco, em 1910; Barão do Rio Branco em 1912; Pinheiro Machado em 1915; Osvaldo Cruz em 1917; D. Pedro II e Rodrigues

[112] Sobre estes aspectos da memória v. HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel, 1994; SEIXAS, Jacy Alves de. Halbwachs e a memória-reconstrução do passado: memória coletiva e história. *Revista História*, São Paulo, 20, 2001, p. 93-108; POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

[113] cf., Respeito aos mortos. *Folha da* Manhã, São Paulo, 4 de novembro de 1933. p. 6. Neste artigo, criticava-se duramente outra iniciativa, aparentemente apoiada pelo Centro IX de Julho, para se erguer um monumento em praça pública.

Alves em 1921; e Rui Barbosa em 1923[114]. A novidade do culto que se estabeleceu em São Paulo estava na celebração do morto sem a aura conferida pela grande vida, valorização dos grandes personagens que constituía um traço da cultura histórica das elites brasileiras e paulistas desde o século XIX[115].

Nesse ponto, o culto que vinha se estabelecendo partilhava traços comuns a outras experiências históricas, especialmente a I Guerra Mundial e o culto ao soldado-cidadão. Este é outro aspecto precisa ser destacado, pois insere as comemorações de 1932 através de seus mortos em um universo mais amplo de formas rituais destinadas a instituir a memória. Como o caso em questão demonstra, este universo ultrapassa as fronteiras temporais e nacionais, escapando a uma tríade ritual brasileira, formada pelo carnaval, procissão e a parada militar que corresponderiam a ritos de inversão, comunhão e reforço da hierarquia[116]. A inspiração vem de outros espaços nacionais, nomeadamente da França e da Inglaterra, e possivelmente pode ser retraçada até os anos 1920: quando das comemorações do armistício em novembro de 1920, a imprensa paulistana conferiu grande destaque ao traslado e inumação do soldado desconhecido no Arco do Triunfo e na Abadia de Westiminster[117]. E era comum a celebração de uma missa na Igreja de Santa Efigênia promovida pela União dos Antigos Combatentes Franceses em homenagem aos seus companheiros mortos[118]. Mas a inspiração nos rituais cívicos dedicados ao soldado-cidadão se desenvolveria com a sistematização das celebrações do 9 de julho a partir de 1934. Entre 1932 e 1933, a apropriação da prática religiosa do Dia de Finados, tradição que se ligava às transformações da morte na longa duração, é que serviu à lembrança de um sacrifício

---

[114] v. GONÇALVES, José Felipe. Os funerais de Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U.

[115] Sobre produção dos perfis biográficos nas páginas das revistas do IHGB e do IHGSP, bem como a publicação de livros dedicados à vida de personagens ilustres v., ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro"; a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000; e FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*. *op.cit*. p. 126 e ss.

[116] v. MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*; para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

[117] v. Homenagem aos solodados mortos na guerra. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 5 de novmebro de 1920. p. 1; As homenagens da França aos *poilus*. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de novembro de 1920. p. 1; A remoção do soldado desconhecido para a Catedral de Westminster. *O Estado de São Paulo*, 12 de novembro de 1920. p. 1.; Desfile do povo ante o Arco do Triunfo. *O Estado de São Paulo*, 12 de novembro de 1920. p. 1; A inumação de um soldado desconhecido sob o Arco do Triunfo. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de novembro de 1920. p. 5; A remoção para Westmister do cadáver de um soldado inglês desconhecido. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 12 de novembro de 1920. p. 5.

[118] cf., Dia de Finados. *O Estado de São Paulo*, São paulo, 1 de novembro de 1932. p. 3.

coletivo expresso nas perdes de vidas singulares. Daí o imbricar dos rituais religiosos e cívicos nos espaços dos cemitérios da capital e do interior.

Notava-se, desde o princípio, a confluência entre os sentimentos pessoais e individualizados do luto e o ardor cívico em torno do movimento constitucionalista. Este, apresentado na literatura e na imprensa diária como sacrifício da coletividade paulista na defesa da democracia, autonomia e das tradições liberais, materializava-se nos corpos dos voluntários trasladados do front para os cemitérios, do momento de sua morte individual no campo de honra para o dia de todos os mortos nos campos santos. Como se viu, nos primeiros traslados, cortejos e inumação dos voluntários eram comuns as referências a seus nomes e feitos, ressaltando-se, sempre, a coincidência entre um destino individual e um movimento coletivo. Era também significativo o vínculo entre estas celebrações e a organização política dos grupos sociais que se envolviam na luta partidária institucionalizada para assegurar a autonomia de São Paulo e uma Constituição fiel aos princípios liberais, sobretudo o federalismo. Mas o sentido político do culto aos voluntários de São Paulo não se esgotava nestes posicionamentos mais pragmáticos. Havia na celebração de cada morto anônimo uma intenção mais profunda: afirmar a preponderância do indivíduo na sociedade. Na ordem democrática que se pretendia construir com a nova Constituição, este princípio deveria sobrepor-se às "experiências perigosas", como a organização corporativa que ganhava substância na representação classista na Constituinte, ou "extremismos de qualquer natureza", como o velho perigo comunista ou o integralismo, organizado desde outubro de 1932. A obra de "conservação republicana" que os liberais defendiam deveria também preservar, contudo, certo princípio de hierarquia que supunha a subordinação das massas às elites[119]. Este aspecto singular do pensamento político liberal viria a tornar-se manifesto nas celebrações do 9 de julho de 1934.

Dos cemitérios ao 9 de Julho: romarias cívicas e desfiles.

O ano de 1934 abria-se, para os paulistas que compartilharam o esforço da guerra civil e a criação de sua memória, sob o signo da esperança. O que não

[119] Sobe as prevenções contínuas quanto ao comunismo, a oposição às proposições corporativistas e ao integralismo que se organizara em outubro de 1932. v. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo. op.cit.* Cap. III. p. 139-208.

impediria, obviamente, o dissenso. As mudanças na cena política indicavam o congraçamento de três grupos distintos: o Partido Democrático, a Federação dos Voluntários e a Ação Nacional do PRP, ou a ala moça do velho partido republicano. Estas três forças, que de certo congregavam espectros diversos da sociedade paulista, reuniram-se em um novo partido que faria da bandeira do constitucionalismo sua legenda. Em fins de 1933, a dissolução do PD apontava para a criação do novo partido. Em fevereiro de 1934, surgia o manifesto do Partido Constitucionalista. A criação da nova agremiação, isola o velho PRP, que passa à oposição ferrenha ao interventor e seu grupo político. A rearticulação, promovida a partir da interventoria, seria identificada à época como a reunião das forças democráticas de São Paulo. Como indicam os dados apontados na seção anterior, a emergência das "forças democráticas" pode ser tomada como marco de alterações significativas na composição da elite política estadual[120]. A expectativa da nova Constituição, cuja feitura era acompanhada diariamente, angariava os sentimentos esperançosos e simbolizava, na perspectiva de parte dos paulistas, a vitória moral da revolução de julho. A promulgação da nova carta também era aguardada porque depois dela viriam novas eleições: a escolha do legislativo estadual, a confirmação dos congressistas paulistas e a indicação de um governador. Foi nesse clima que as comemorações de 9 de julho aconteceram pela primeira vez em todo o Estado.

Antes do 9 de julho, a data de 23 de maio foi celebrada no interior e na capital. O interventor federal apoiava a iniciativa, atendendo ao pedido para decretar ponto facultativo ns repartições públicas estaduais, assim como os prefeitos que seguiram o gesto, fazendo com que muitos pudessem dedicar o dia à memória dos "mártires". As rádios da capital e do interior também participariam da celebração com programas especiais sobre a revolução: hinos, marchas militares, exortações cívicas e o minuto de silêncio radiofônico da Rádio Reccord encheriam o ar, alargando o público potencial das comemorações. Os organizadores incitavam a população a vestir as cores de São Paulo, a adornar as janelas de suas casas com a bandeira das "treze listras". Na cidade de São Paulo, concorreram para a comemoração as seguintes associações de ex-combatentes: Associação dos Capacetes de Aço; Federação dos Voluntários que se mantinha como grupo cívico apesar da incorporação de seus

[120] v. PRADO, Maria Ligia Coelho. *A democracia ilustrada*; o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1924. Cap. II, Parte B. p. 97-140; LOVE, Joseph. *op.cit*. Cap. 4. p. 149-214; e GOMES, Angela de Castro. *op.cit*. p. 329-332.

quadros no Partido Constitucionalista; os batalhões de voluntários; e o MMDC. Além destes, as organizações de mulheres, como a Liga das Senhoras Católicas e diversas associações cívicas femininas; os centros acadêmicos das escolas superiores de direito, engenharia e medicina; a Liga Confederacionista; e as "classes liberais e conservadoras". O grupo que assumira a liderança da organização foi o Clube Atlético Bandeirante. O Partido Constitucionalista e o Partido Republicano Paulista enviariam representantes às solenidades. No interior a organização parece ter ficado a cargo das seções locais da Federação dos Voluntários e do Clube Bandeirante, como nas cidades de Franca, Sorocaba, Ribeirão Preto, Rio Preto e Santos[121].

As solenidades tiveram início na manhã do dia 23, quando se realizou uma missa na basílica de São Bento. Durante a tarde, uma romaria cívica percorreu os cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo. Neste cemitério, junto aos túmulos de Mário Martins de Almeida e Drausio Marcondes de Souza falaram Miguel Coutinho e César Salgado, personagem que teria importante participação nas comemorações seguintes e no enquadramento da memória do evento. No Araçá, junto aos túmulos de Antonio de Camargo Andrade e Orlando Alvarenga, falaram outros oradores e um "estudante ginasiano". Durante a noite, a sessão solene promovida pelo Clube Atlético Banderiante no Teatro Municipal "inteiramente tomado pela multidão" provocou emoção desde o primeiro momento, quando a abertura do pano de boca apresentou ao público a sigla MMDC composta por rosas vermelhas sobre o fundo verde de galhos de cedro. Em seguida, Pedro de Toledo abriu a sessão dando a palavra ao presidente do Clube Atlético Bandeirante para que lesse o telegrama enviado pelo líder da bancada paulista, o professor Alcantara Machado. Após a mensagem telegráfica enviada do Rio de Janeiro, o público pode ouvir o orador oficial do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito, João Paulo Arruda; Alayde Pinheiro Borba, falando "em nome da mulher paulista"; o acadêmico Fernando Penteado Medici falado pelos voluntários; Benedito Montenegro pelo Partido Constitucionalista; Percival de Oliveira, delegado do PRP; e Pedro de Toledo, encerrando a noite solene com uma fala que, é preciso dizer, tinha sua beleza no entrelaçamento da memória pessoal de um homem idoso e da memória coletiva. Ao final das orações, Pedro de Toledo deu por encerrada a sessão: apagaram-se as luzes

[121] v. 23 de Maio. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 23 de maio de 1934. p. 5; As solenidades ontem realizadas em comemoração de 23 de maio. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 24 de maio de 1934. p. 5

da platéia e desceu sobre a boca da cena, em meio a uma chuva de flores, uma gigantesca bandeira estadual, saudada por Guilherme de Almeida com seu poema "Bandeira Paulista".

Os discursos transbordaram os limites do recinto do teatro - espaço restrito aos convidados das associações envolvidas na organização e onde os personagens ilustres ocupavam as primeira fileiras -, permitindo que o povo os ouvisse pelos alto-falantes instalados na praça Ramos de Azevedo ou no recesso de suas casas, pois a Rádio Cultura (PRE 4) irradiou as orações solenes. O que certamente ouviram os espectadores presentes à sessão cívica e teria ouvido o povo de São Paulo se todos estivessem localizados na estação PRE 4? *O Estado de São Paulo* reproduziu as falas de Benedito Montenegro e Pedro de Toledo, silenciando para seus leitores as palavras do orador do PRP – um indício das lutas que se travavam e se travariam em torno da memória de 1932 como se verá mais adiante. A oração de Benedito Montenegro compunha-se de palavras tomadas do universo religioso. Dizia o fundador da Federação dos Voluntários e representante do PC que no 23 de maio sua "alma" estava "incendiada de santo fervor" quando se acercava do "altar de S.Paulo para receber, numa hóstia sublime, a inspiração da terra de Piratiniga, a beleza de sua fé, a magnitude dos seus ideais". Seguia o seu discurso afirmando:

> Nesta comunhão espiritual em que se celebram os mistérios divinos de nosso culto a este torrão bendito, opera-se uma como que transubstanciação, e São Paulo, vivificado pelo sangue dos seus heróis, ressurge aqui, uno e indivisível [...] na marcha ascensional de seus destinos.[122]

O discurso seguia entremeando os tempos de uma história épica. As bandeiras cumpriram a "missão predestinada" de alargar o espaço onde se plantaram os cafezais, levando o comércio a se espalhar, erguendo cidades que abrigavam "fábricas febricitantes, de onde se ergue para o céu, com as volutas de fumaça, o canto do trabalho". O "gênio bandeirante" teria, então, criado "pela magia do seu poder realizador" uma alta civilização. Daí se passava ao drama aberto com as esperanças do "ciclo revolucionário", que de "era de renovação" logo passaria a tempo de desilusão. Como resposta à desilusão, o 23 de maio representaria, na oração de

[122] cf., As solenidades ontem realizadas em comemoração de 23 de maio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de maio de 1934. p. 5.

Benedito Montenegro, a arrancada unívoca dos paulistas em direção a liberdade. Caberia a todos, daí por diante, louvar os "mártires" daquele dia que ficava sendo o marco "da redenção de nossa terra".

Não apenas por tratar-se da celebração dos mortos, o discurso de Benedito Montenegro entremeava os universos religioso e cívico. Era próprio das culturas cívicas, que se estabelecem no Ocidente desde o século XVIII acentuando-se no XIX, a conformação de uma religião civil. Correspondendo ao declínio da fé cristã que conferia unidade aos povos, nas novas culturas nacionais uma religião laicizada emergia cumprindo a necessidade de conferir um conteúdo transcendente à história nacional e de assegurar a coesão social[123]. Parece-me que as comemorações em São Paulo revestiam-se de sentido semelhante.

Ainda assim, ao passo que a oração do líder da Federação dos Voluntários era eivada de conteúdo cívico-religioso, o discurso de Pedro de Toledo trilhava um caminho diverso, enfatizando o sentido histórico e propriamente humano dos eventos de 1932. Dizia inicialmente que aquele dia da "saudade" rememorava um "momento da nossa vida social e política que nunca mais se repetirá". Dizia o ex-governador que as sensações nunca se repetem: "são sempre outras, por mais semelhantes que possam parecer." O 23 de maio seria, então, "uma dessas datas históricas" a "comemorar com verdadeiro culto", pois assinalava a "hora excepcional que o povo paulista se levantou como um só homem para proclamar o seu governo e apoiá-lo com todas as suas forças materiais e morais". As palavras seguiam ecoando a ligação entre o 23 de maio e a revolução de 9 de julho, "epopéia magnífica" que terminou com a "vitória moral, nas armas" e a "vitória moral nas urnas"; e repercutiam os laços entre a promulgação da Constituição e o sacrifício de "vidas preciosas". O sentido da comemoração estaria na reverência a estes mortos que "foram e continuando sendo nossos guias" aos quais todos deveriam curvar-se "respeitosos e contritos, levantando súplicas ao Criador para que nunca mais sejamos oprimidos pela violência ou pela força". A referência à epopéia bandeirante não poderia faltar e na fala do velho embaixador ela surgia como um exemplo ao qual se somava outro: a revolução como o sinal "do que pode um povo livre quando se resolve a proclamar e a defender os seus direitos sagrados".

Nos dois discursos a história imediata integrava-se aos tempos remotos do início da nacionalidade. No primeiro, afirmava-se a transcendência que seria capaz de

[123] v. CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*; religião civil e comemoracionismo._Fortaleza, NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005. Cap. I. p. 9 a 20.

reunir os tempos, reavivando os sentimentos de outrora. No segundo, cada tempo constituiu seu exemplo num devir sem repetições. Os apelos políticos de Benedito Montenegro ficavam evidentes na transformação do Partido Constitucionalista em ente organizado sob a égide da lembrança dos mortos para realizar os "anseios de renovação" que a luta armada fizera brotar – infelizmente não foi possível recompor a oração do representante do PRP. Na fala de Pedro de Toledo, o proselitismo não tem lugar na vida de um homem que apenas recordava o momento em que fora aclamado acima dos partidos. Dizia: "os partidos dividem e eu amo as massas, sem distinção de cores políticas"(grifos nossos). Sentindo sua missão esgotada, pedia que não lhe obrigassem a escolher em meio às disputas, porque havia ocasiões em que as "opiniões individuais devem calar: em que o homem nada é diante da majestade de um momento que se escoou no tempo". Afirmava-se, então, na fala autorizada pela experiência, um sentido preciso para o 23 de maio e todas as comemorações relativas ao movimento constitucionalista: elas deveriam suprimir o dissenso em nome da lembrança da unidade.

No entanto, a própria ritualização da unidade repetia as divisões. Estas eram sutilmente reafirmadas, por exemplo, quando a imprensa destacava a ação dos oficiantes das cerimônias: as associações dos grupos dominantes paulistas é que tomavam para si a promoção da memória de 1932. Nesse sentido, pode-se dizer que a consagração dos mortos que produziam era um meio de asseverar simbolicamente sua proeminência no espaço social. A própria demarcação dos lugares no interior do teatro e a oposição entre os que podiam estar dentro dele e aqueles que ficaram fora sinalizava a separação – afinal não se tratava de uma sociedade igualitária. Infelizmente nos é impossível medir a percepção que tiveram das solenidades aqueles que ouviram as palavras proferidas através dos alto-falantes ou das rádios, até porque ainda estava longe o tempo da popularização dos aparelhos valvulados. Também nos faltam registros da qualidade da participação popular nas cerimônias religiosas na basílica de São Bento e na romaria cívica aos túmulos dos "mártires". Nos resta imaginar, contudo, os sentimentos contraditórios dos que só puderam ouvir ou assistir como coadjuvantes, pois apesar da promoção circunstancial da unidade tudo separava a "multidão de povo" e a "multidão das elites". Em 1934, os esforços de redução das diferenças em uma unidade fundada na história partilhada de 1932 seriam retomados com maior força e, possivelmente, maior eficácia por ocasião das celebrações do 9 de julho.

A instituição do 9 de julho como a "maior data" da história de São Paulo, como muitos artigos se referiam, resultaria da sua comemoração anual a partir daquele ano. Perto do 9 de julho, naquele momentos iniciais e até hoje, o 23 de maio se presta a homenagens mais comedidas. A escolha do dia 9 de julho certamente se deveu à necessidade de afirmar a lembrança da primeira ação protagonizada pelos revolucionários constitucionalista, posto que o dia dos primeiros "mártires" resultara da ação dos "inimigos" de São Paulo. À falta de um dia que assinalasse a vitória, pois o movimento fora militarmente derrotado, que se tomasse seu primeiro impulso; mas isso não explica a escolha. Curiosamente, poucos anos antes, os "outubristas" também escolheram o começo, 3 de outubro, para nomear sua organização política e promover seus desfiles. A coincidência na escolha dos começos talvez se prenda à própria idéia compartilhada de revolução como movimento que começa e não acaba em um momento preciso, mas que aponta na verdade para um futuro[124]. Já se viu que, em parte dos testemunhos que então se produziam, 1932 era visto como o complemento necessário de 1930, mais até: a revolução constitucionalista corrigira o rumo da revolução de outubro reintegrando-a ao sentido liberal da história brasileira – tal interpretação se propagava na imprensa, onde também se apresentava 1932 como resposta ao crime de 1930[125]. De qualquer forma, o 9 de julho era tomado como o sinal de um tempo novo, porém inacabado. A instituição do 9 de julho como data cívica apresenta, pois, mais um característica da cultura cívica contemporânea. Como diz Fernando Catroga, a concentração da lembrança em um dia a ser comemorado repetidamente é comum aos cultos religiosos mais antigos e às religiões civis contemporâneas. Para os cultos antigos a repetição do rito fazia ressurgir os primeiros tempos, reinscrevendo o humano no sagrado, no atemporal. Já os ritos cívicos modernos convocam as "primícias, mas para as fazer (re)viver como irreversíveis pontos de partida da viagem temporal sem regresso, que a humanidade estaria à percorrer até a realização plena do sentido perfectível da história". Nestes cultos novos que caracterizam a vida cívica, a "mimetização cíclica do arquétipo não é

[124] Sobre o conceito moderno de revolução v. ARENDT, Hannah. O significado de revolução. In: *Da Revolução*. São Paulo, Ática; Brasília, Ed.UNB, 1990; e KOSELLECK, Reinhart. Critérios históricos do conceito moderno de revolução. In: *Futuro Passado*; contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, Contraponto-Ed. PUC, 2006. p. 61-78.

[125] Para as duas versões circulando na imprensa, em 1934, ver as posições de *O Estado de São Paulo* e *O Correio Paulistano*, v. Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 3; Viva São Paulo; 9 de julho de 32 = 9 de julho de 34. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 1

nostálgica repetição, mas raiz historicista de uma esperança prospectiva" sendo cada comemoração uma "espécie de teatralização da utopia"[126]. Pode-se dizer que, em 1934, o 9 de julho começava seu percurso como teatralização da utopia sonhada em 1932.

Inúmeros artigos da imprensa construíam o significado da data. A cada vez que os órgãos de imprensa noticiavam os preparativos, quase sempre as mesmas palavras grandiosas iniciavam os textos: epopéia de 32, sacrifício, martírio, a maior data da História Pátria, entre outras idéias-força que traduziam o protagonismo dos "paulistas" na história. Obviamente a ligação entre a "epopéia de 32" e as bandeiras era recontada nos textos e em imagens, como no desenho estampado na primeira página de um suplemento especial onde se via: ao fundo, um bandeirante; a meio plano, uma mulher; e no primeiro plano, um soldado constitucionalista (Anexo 1/Figura 1). Dois artigos, publicados na *Folha da Manhã* do dia 8, são os mais expressivos do esforço de construção dos sentidos do 9 de julho. Um artigo de fundo, intitulado, *O dia de São Paulo*, tecia a ligação entre o 23 de maio, o 9 de julho, a vitória da Chapa Única e o tempo da comemoração que coincidia com a finalização do texto constitucional que viria assegurar a autonomia regional. Por tudo isso, o "dia de São Paulo" serviria como momento de unidade, pois segundo o texto:

> 9 de julho se plantará como um farol, que iluminará a história de São Paulo, marcando a rota segura em que marcharemos para a confraternização de um povo que luta pelas suas bandeiras partidárias, mas está sempre pronto para lutar pela sua bandeira paulista, no fogo jamais extinto da união sagrada.[127]

Um outro artigo, publicado na mesma página, sem tanto destaque quanto o primeiro, trazia um posicionamento interessante sobre o significado que o 9 de julho ganharia além dos limites de São Paulo. O autor de *Os futuros 9 de julho* procurava explicar porquê, naquele ano, a data seria comemorada apenas em São Paulo. Enquanto a censura à imprensa fora suspensa pela interventoria paulista, nos demais ela ainda perdurava. Em todo o Brasil, ainda mandava Getúlio Vargas, e em cada estado os mesmos que "armaram contra nós em 32". Seria, portanto, impossível a estes governantes consentir "que o povo de seus respectivos Estados – diríamos

[126] Cf. CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito. op.cit.* p. 90.
[127] cf., O dia de São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 5.

melhor, dos seus feudos – cubra de flores a memória dos jovens bandeirantes trucidados no campo de honra" (grifos nossos). Segundo o texto, permitir a celebração da data naqueles espaços equivaleria a lembrar o dia em que a "ditadura" quase naufragara. Dizia, ainda, que esta situação não deveria causar desânimo:

> Tudo isso, porém, não deve ter para nós a menor importância. Os homens passam. São Paulo fica. E num dia que não há de estar tão longe como se afigura a nossa alma sôfrega, o 9 de Julho será comemorado no Brasil inteiro, como a efeméride maior do calendário cívico. Haverá no Brasil, num futuro próximo, gerações que se orgulhem de nós. Muito coração há de palpitar, no continente cabralino, à evocação dos nossos feitos. E a data de Nove de Julho ofuscará todas as outras. E os Castro Alves do futuro cantarão em versos [condoreiros] a nova epopéia dos bandeirantes. E hão de recita-los em todas as escolas as crianças de todo o Brasil.
>
> Não é literatura. É a previsão da realidade.[128]

O sucesso deste vaticínio dependeria do curso que a política nacional viria a tomar depois, mas também da capacidade de fixar a data, de transforma-la em novo encantamento cívico capaz de amalgamar paulistas e brasileiros. Tal esforço inicial teria encontrado eco fora de São Paulo: na capital da República e demais estados alguns jornais também enalteceram a data[129]. Este esforço, contudo, não impediria que o 9 de julho, como outras datas do calendário cívico, fosse coberto pelo esquecimento na passagem do tempo que faria desaparecer os artífices da memória do evento, na marcha errática do tempo que se materializaria nas transformações da sociedade a alterar a cultura histórica que permitia e valorizava o comemorar da mesma forma que se fazia em 1934. Se, hoje, chegamos ou não a este ponto, é questionável. Uma coisa, porém, é certa: os sentidos da data mudaram no tempo e guardam uma semelhança difusa[130] com os significados a ela atribuídos naquele momento inicial quando a comemoração, ultrapassando o recesso dos cemitérios no 2 de novembro, ganharia as ruas à 9 de julho.

A organização das comemorações reuniu, sob uma comissão executiva cujo presidente de honra era Pedro de Toledo, aquelas mesmas instituições, associações,

---

[128] cf., Os futuros 9 de julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 5.

[129] cf., O espírito do 9 de julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de julho de 1934. p. 1; e Um editorial d' O País, de 9 de julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de julho de 1934. p. 1; e Em Minas Gerais. *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1934. p. 5.

[130] Dois exemplos sintomáticos da construção de outros sentidos são sugeridos nas comemorações de 1982 e 2006, v. Nos 50 anos da Revolução, Figueiredo fala em conciliação dos espíritos. *Diário Popular*, São Paulo, 10 de julho de 1982; e Ideais de 32 são lembrados contra o mal do PCC. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 2006.

grêmios estudantis, batalhões patrióticos e associações de ex-combatentes que se reuniram para promover o 23 de maio. Os mesmos grupos, vale lembrar, também estiveram envolvidos no culto cívico dos mortos em combate que tomou os cemitérios da Consolação, Araçá e São Paulo no Dia de Finados de 1932 e 1933. À comissão central se articulavam comissões locais nas cidades do interior do estado; ao desfile nas ruas da capital corresponderiam as romarias cívicas nas cidades do interior, numa indicação do esforço que se fazia para sincronizar o tempo da lembrança, unificando simbolicamente o espaço paulista. Um apelo publicado no *Correio Paulistano* representava bem esta intenção. Depois de afirmar que a "epopéia de 1932" teria sido em grande parte obra das "mãos paulistíssimas" dos homens do jornal e do PRP, reivindicando portanto o monopólio sobre a data, incitava a "mulher paulista" a colher lírios, cravos e rosas nos campos e jardins de todo o estado; conclamava as cidades do interior, do litoral aos sertões, a enviarem à capital seus ex-combatentes e mutilados, que traziam "nas carnes os estigmas das suas dedicações". E finalmente terminava o texto que sugeria a relação entre o culto aos mortos e a unidade regional:

> Somos um povo que, vivendo ativamente o presente, construindo ativamente o futuro, não podemos deixar de ativamente cultuar o nosso passado. Depois, é preciso notar, a campanha de 32 não foi deste ou daquele ponto do nosso território: foi de todo ele, dos rincões mais humildes às ruas do triângulo, das praias de Santos ás lindes de Minas. Assim, que o rememorem todos: e, à imagem do grande desfile da capital, que se levantem e caminhem, através de todos os burgos, os desfiles do 9 de julho. Só assim, com essa unanimidade maravilhosa, os vivos poderão glorificar a maravilhosa legião dos mortos de 32.[131]

Este era apenas um exemplo bastante eloqüente das proclamações que tomavam a imprensa escrita, e provavelmente as rádios, dias antes do 9 de julho. Os preparativos para as comemorações da Revolução Constitucionalista eram constantemente noticiados. Os batalhões convocavam os ex-combatentes que deveriam comparecer à sede do Clube Atlético Bandeirante ou da Associação Comercial em datas e horas precisas para reuniões de organização. Exortava-se a população da capital a comparecer às cerimônias com as cores de São Paulo, flâmulas, bandeiras e flores. Apelava-se aos comerciantes e industriais que liberassem os trabalhadores para a cerimônia e para que enfeitassem seus estabelecimentos com as cores estaduais, pois os governos estaduais e municipais já teriam decretado ponto

[131] cf., Comemorações do 9 de Julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 3 de julho de 1934. p. 1.

facultativo. Os preparativos incluíam passagens gratuitas cedidas pelas companhias de estradas de ferro para que representantes "do interior" escolhidos por comissões locais pudessem comparecer às cerimônias "na capital". A comissão executiva recomendava que os ex-combatentes participassem do desfile cívico em trajes civis, portando apenas braçadeiras como signos distintivos de cada grupamento[132].

A ordem rigorosa do programa preconizava lugares precisos para cada seguimento convocado a participar do desfile cívico. Em primeiro lugar, o esquadrão de motociclistas, seguidos da banda que executaria marchas militares ao longo do desfile. Depois, os combatentes organizados em cinco grupos que correspondiam aos setores do campo de batalha durante a guerra civil: NORTE, LESTE (MINAS), SUL, SUL DE MATO GROSSO e LITORAL. Atrás dos "batalhões", seguiria a "retaguarda" formada por colegiais, escoteiros, guardas-civis, atletas dos clubes paulistanos, a Cruz Vermelha, as associações femininas, o MMDC e os batalhões infantis. Ao longo de todo o percurso, seriam dispostas filas de colegiais nas duas margens das ruas e avenidas, uniformizados e agitando pequenas bandeiras paulistas. O tempo da celebração também obedeceria à precisão militar. Às 5 horas da manhã, o toque de alvorada no Largo de São Francisco, seguido de salva de 21 tiros. Às 6 horas, as bandeiras de São Paulo e do Brasil seriam hasteadas. Entre 12 horas e 14 horas e 45 minutos, a concentração dos batalhões organizados em cinco setores nas ruas adjacentes à avenida Paulista. Junto aos batalhões, a "retaguarda" também formaria em lugares especificados pela comissão executiva. Às 15 horas, começaria o desfile cívico que percorreria as ruas Minas Gerais, desembocaria na Avenida Paulista em frente ao Monumento a Olavo Bilac, erguido por iniciativa da Liga de Defesa Nacional e inaugurado em 7 de setembro 1922. Deste ponto cheio de significado, seguiria a avenida passando em frente ao parque do Trianon, onde se encontraria o cenotáfio, "monumento simbólico" em homenagem aos mais de 600 mortos da "revolução", ao lado do qual estariam Pedro de Toledo, governador do Estado durante a "epopéia", e os mutilados de guerra. Depois de passar pelo Trianon, o "povo em marcha" desceria a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio em direção ao Largo de São Francisco, onde a formação de ex-combatentes e "retaguarda" se dispersaria.

Estas informações repetiam-se a cada edição dos jornais entre os dias 3 e 8 de julho. A medida que o dia 9 se aproximava, a imprensa noticiava também o

[132] v. 9 de Julho. *Correio Paulistano*, São Paulo, 3 de julho de 1934. p. 12; As comemorações de 9 de Julho. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1 de julho de 1934. p. 5;

entusiasmo crescente que tomava conta da cidade. A retórica que envolvia as notícias sobre a comemoração na capital e no interior sugeria o clima de mobilização militar: "toque de reunir", "apresentar armas" e "mais belo dos dias" eram as palavras que abriam as manchetes de *O Correio Paulistano* referentes às solenidades entre os dias 4 e 7 de julho[133]. Pelo que se pode depreender dos textos, participar das cerimônias cívicas do 9 de julho era um imperativo cívico. A repetição constante da programação nos jornais da capital colocava a cidade em compasso: dispunha o espaço e o tempo para a evocação dos acontecimentos de 1932.

O relato da imprensa diária naqueles dias resignificava os espaços da cidade, transformando-a em cenário para o teatro da memória ancorada no passado recente. É provável que os atores da encenação - os ex-combatentes em seus batalhões, "a retaguarda" formada por colegiais, escoteiros e pela "mulher paulista" e as autoridades junto ao "monumento simbólico" no Trianon - ainda tivessem bem viva a lembrança dos acontecimentos e fossem, portanto, capazes de compreender o sentido das demarcações que o relato da imprensa operava sobre a cidade e seus lugares. Não era preciso, talvez, recordar que o Largo de São Francisco foi o lugar "onde teve início o movimento revolucionário"[134]. A idéia de que a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco fora "o berço civil da revolução" era um lugar comum nas memórias dos participantes do movimento constitucionalista que começaram a ser publicadas imediatamente após o fim do conflito armado. Aureliano Leite, em um texto representativo desse esforço intelectual acerca do passado recente, descrevia o clima da "dileta Faculdade de Direito" repleta de voluntários tomados por "entusiasmo frenético" a transformar as arcadas em praça de guerra:

> As demais dependências do primeiro andar foram respeitadas. Naquela veneração por suas paredes lendárias, livros, quadros, retratos e arquivos, ninguém invadiu nenhuma peça. Mas, no rés do chão, aconteceu o contrário. As velhas salas de aula foram ocupadas para depósitos de armas e munições, alojamento e assistência médica.[135]

Nas memórias escritas pelos "constitucionalistas" e na demarcação do espaço operada pelo relato jornalístico, o velho edifício, repositório de tantas lembranças e da

---

[133] cf., Toque de reunir. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 4 de julho de 1934. p. 1.; Apresentar armas. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de julho de 1934. p. 1; O mais belo dos dias. *Correio Paulistano*, São Paulo, 7 de julho de 1934. p. 1.
[134] cf., 9 de Julho. *O Correio Paulistano.* São Paulo, 3 de julho de 1934. p. 12.
[135] cf. LEITE, Aureliano. *op.cit.* p. 89.

tradição liberal de São Paulo, ganhava mais uma camada de significado, convertendo-se em símbolo da Revolução Constitucionalista. As cerimônias do dia 9 contribuiriam para este investimento de sentido uma vez que o toque de alvorada soaria no Largo de São Francisco às 5 da manhã e para lá afluiriam os ex-combatentes em marcha pelo Centro da capital quase doze horas depois. De fato, após o toque de alvorada defronte ao velho edifício, os presentes juraram sua fidelidade à bandeira paulista com as palavras lidas em um cartão distribuído pelo Clube Atlético Bandeirante: "Pelo meu Deus, pela cinza dos meus avós, pelo bem de minha mãe, pela minha honra de paulista, juro defender com a própria vida a autonomia e a dignidade de S.Paulo, trabalhar para sua grandeza, ama-lo e servi-lo na paz e na guerra"[136]. Abria-se assim o momento de engajamento dos "paulistas" na lembrança da "epopéia de 1932".

No dia 9, sob forte chuva, a marcha partiu da rua Minas Gerais, nas proximidades dos cemitérios da Consolação e do Araçá, onde estavam enterrados muitos dos revolucionários mortos. Entre eles, três dos "estudantes" mortos a 23 de maio de 1932. A imprensa relembrava o 23 de maio, reafirmando os nomes de Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Drausio Marcondes de Souza e Antonio Américo Camargo Andrade, sua morte na Praça da República em meio aos confrontos entre manifestantes contrários à "ditadura" e membros do Partido Popular Paulista. Recordava também o nascimento do MMDC, que se transmutava em símbolo da unidade uma vez que a organização teria congregado todos os partidos (PD e PRP) e "classes sociais"[137]. A escolha do lugar da concentração para o desfile não era, portanto, gratuita, mas obedecia a fins práticos e simbólicos. Próxima dos cemitérios, a rua Minas Gerais serviria de ponto de encontro para ex-combatentes e familiares que fossem reverenciar os mortos na manhã do dia 9, como também o faria o interventor federal e todo o seu secretariado em homenagem programada para o cemitério São Paulo. Neste mesmo campo santo, a Força Pública, a Associação dos Ex-Combatentes e a Liga das Senhoras Católicas mandaram celebrar missas pela manhã; a liga também mandara benzer a sepultura que havia erguido onde se encontravam os combatentes dos batalhões Paes Leme, Fernão Salles e da Coluna

[136] cf., Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Aúreo de Almeida Camargo. AP TXT AAC 062-1, 342, Doc. 272; e 9 de julho. As comemorações da grande data paulista. *O Correio Paulistano*, 10 de julho de 1934. p. 1.
[137] LEITE, Aureliano.

Romão Gomes[138]. A rua Minas Gerais também reenviava a lembrança para uma das principais frentes de batalha durante a guerra de dois anos antes: o setor leste, isto é, a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais.

A ordem dos batalhões em desfile, definida pelos "setores" do campo de batalha a que pertenceram cada um, remetia a importância de cada "setor" durante a guerra. À frente da marcha seguiam os voluntários que serviram no setor Norte, seguidos dos setores Leste (Minas), Sul, Sul de Mato Grosso e Litoral. Os setores norte e leste correspondiam ao Vale do Paraíba e à divisa Minas-São Paulo respectivamente, onde se deram os combates mais encarniçados da guerra civil. O setor sul correspondia aos limites de São Paulo com o Paraná, principal teatro de operações das tropas federais[139]. Estes três setores foram as principais frentes de batalha durante o movimento armado, a ordem do desfile hierarquizava as regiões de todo o Estado onde se deram os combates. O número de participantes da marcha teria sido de "20 mil paulistas"[140], trajando suas roupas cotidianas a sinalizar o caráter civil do movimento.

Pode-se dizer que a marcha dos ex-combatentes pelas ruas de São Paulo enunciava, em um discurso feito de passos, a história recente. Segundo Michel de Certeau, existe uma retórica da caminhada em que a arte de moldar percursos corresponde aos atos de fala. Os relatos sobre os percursos têm como principal função criar um espaço autorizado, legitimamente reconhecido[141]. O percurso dos ex-combatentes em sua marcha criava um princípio ordenador do espaço da cidade que articulava os tempos da história recente. Partia-se, nas proximidades dos cemitérios, de um presente carregado da memória dos mortos para chegar ao Largo de São Francisco, ao "berço civil da revolução", lugar que remetia ao passado ainda vivo nas lembranças dos primeiros dias do movimento constitucionalista. Mas a ordem dos "paulistas" no desfile, como um procedimento metonímico, também articulava toda a história da revolução inscrita na hierarquia dos "setores" do teatro de operações: era

---

[138] As imponentes comemorações do 9 de julho na capital. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 6;

[139] v. HILTON, Stanley. *op.cit*. p. 101-166; SILVA, Helio. *op.cit.* p. 127-218.

[140] 20 mil paulistas , na tarde de ontem, desfilaram pelo coração da cidade, reafirmando em 1934 o espírito de 1932! *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 6.; *O Estado de São Paulo* calculava o número em 13 mil, cf. O majestoso desfile dos voluntários constitucionalistas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 5.

[141] cf., CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* – I; artes de fazer. Petrópolis, Vozes, 1994. p. 179 e 209.

como se todo o espaço regional marcado pela experiência da guerra afluísse para a capital.

Neste sentido, é possível afirmar que a marcha dos ex-combatentes pronunciava um princípio ordenador do espaço regional que articulava a periferia ao centro, o "interior" à "capital". A capital, mais que centro político de um espaço geográfico, é o núcleo onde os valores sociais dominantes se concentram[142]. Antes de ser um lugar fisicamente demarcado, a capital é uma idéia central no sistema, é o ponto de concentração da autoridade no espaço social. Não é por acaso, portanto, que a Faculdade de Direito fosse tomada como lugar exemplar nos rituais do 9 de julho. Espaço de formação das elites políticas desde o século XIX, a escola de direito era um repositório das idéias centrais que articulavam a atuação dos políticos paulistas na cena nacional. Pode-se dizer que as intenções pedagógicas do desfile cívico organizado em 1934 combinavam a reverência ao passado consubstanciada no culto aos mortos à aceitação dos princípios de autoridade que deveriam articular o jogo político no presente. Naquela circunstância histórica marcada pelos debates em torno dos temas da centralização ou descentralização, isto é, entre a organização de um Estado sob controle forte do governo central e a manutenção dos princípios federativos, a instituição social da unidade regional era uma exigência para que se asseverasse a autonomia. Além disso, durante a Constituinte, às propostas de organização coorporativa do Estado a bancada paulista e seus aliados teriam conseguido contrapor os princípios de representação política tipicamente liberais. Não foi por acaso, portanto, que os homens e mulheres que tomaram parte nos desfiles e romarias cívicas apresentaram-se em trajes civis, que os individualizava, dentro da ordenação rigorosa da formação dos batalhões em marcha.

Ainda assim, mesmo com os esforços de manutenção da plataforma da Chapa Única no sentido de garantir uma atuação unificada da bancada paulista na Constituinte, o campo político paulista encontrava-se cindido[143]. De fato, em meio às notícias sobre a comemoração do dia 9, travava-se um debate intenso acerca da atuação do governo de Armando de Salles Oliveira e da bancada paulista. O *Correio*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista que voltara a circular naquele mês, acusava a aproximação do interventor federal com as intenções "escusas" do chefe do Governo Provisório. O PRP dizia através de seu aparelho que Armando de Salles

[142] cf., SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa, Difel, 1996. p. 55.
[143] cf. GOMES, Angela de Castro. *Regionalismo e centralização política*.... p. 299.

Oliveira orientaria a bancada paulista a votar em Getúlio Vargas, além disso sugeria que a visita do "delegado da ditadura" à Jaú, acompanhado de farta comitiva, custara caro aos cofres públicos[144]. A página do Partido Constitucionalista publicada em *O Estado de São Paulo* e na *Folha da Manhã* rebatia as críticas acusando os perrepistas de incitar o separatismo e de conspirar contra o governo estadual[145]. Essa querela em torno da política no presente, aos poucos se transfigurou na forma como cada órgão de imprensa representante dos grupos políticos em disputa se apropriou da comemoração e de seu sentido cívico. As acusações mútuas de que os partidos tentavam monopolizar o civismo paulista consubstanciado nas comemorações do dia 9 ganharam as páginas dos jornais nos dias anteriores ao 9 de julho[146].

Estas disputas em torno da política e da memória de 1932 não impediam, no entanto, que a narração das comemorações nos dois jornais coincidisse. Neste sentido, apesar da luta que se configurava sobre o protagonismo dos partidos no desenvolvimento dos acontecimentos de 1932, pode-se dizer que a imprensa colaborava para a eficácia das cerimônias do 9 de julho como um rito da unidade. De fato, no dia 9 de julho, estabelece-se uma trégua entre as facções concorrentes na política estadual[147], revelando outra característica comum ao processo ritual: a criação de um campo de forças dirigidas à execução da performance promove a suspensão temporária dos conflitos em nome de valores superiores[148]. No caso presente, a celebração da unidade regional fundada nos limites da democracia que deveria garantir a tolerância entre os grupos em disputa – que seria retomada tão logo findaram os ecos do que Menotti del Picchia chamara de "música das multidões em

---

[144] v., São Paulo e o sr. Getúlio Vargas. *O Correio Paulistano.* São Paulo, 1 de julho de 1934. p. 1; Palavras! Palavras! Palavras! *O Correio* Paulistano, 3 de julho de 1934. p. 1; Separatistas. *O Correio paulistano*, São Paulo, 4 de julho de 1934. p. 5; Conspiradores. *O Correio paulistano*, São Paulo, 4 de julho de 1934. p. 5; PD em 30-PC em 34. *O Correio paulistano*, São Paulo, de julho de 1934. p. 5; Pró-Getúlio. *O Correio Paulistano.* São Paulo, 6 de julho de 1934. p. 5.

[145] v., A atitude da bancada paulista ante as próximas eleições presidenciais. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de julho de 1934. p. 2; Uma linda demonstração de civismo provoca-lhes cóleras, mas com intrigas de empregos deliciam-se. O *Estado de São Paulo*. São Paulo, 3 de julho de 1934. p. 12; O que o PRP estranha, combate e condena é uma bela manifestação de progresso político. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 4 de julho de 1934. p. 8; e O orgão do PRP acusa; contestado, insiste; desafiado à prova, silencia; depois, repeta a calúnia. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 12.

[146] v, Comemorações do 9 de julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 3 de julho de 1934; e. O civismo dos paulistas não é para qualquer. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de julho de 1934. p. 3. 9 de julho é uma data de S.Paulo Não é uma data do PRP. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de julho de 1934. p.8; 9 de julho é uma data de S.Paulo Não é uma data do PRP. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 de julho de 1934. p. 12.

[147] cf., Em homenagem a data de 9 de Julho, o Partido Constitucionalista impôs-se, durante o dia de ontem, completa "trégua partidária". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 10.

[148] cf. TURNER, Victor. Mukanda: the politics of a non political ritual. In: SWARTZ, Marc J. *Local-level politics.op.cit*. p. 148.

marcha"[149]. A afirmação simbólica da unidade fica evidente quando os órgãos de imprensa narram de maneira quase idêntica todos os passos do desfile, na forma como atribuem sentidos aos espaços da capital percorridos, na marginalidade que constroem sobre as comemorações "no interior", relegadas a breves notas sobre a adesão das associações de classe e personalidades interioranas às comemorações "na capital". Um momento do desfile cívico em particular também evidencia esta tentação de apresentar São Paulo como um corpo unido em torno da memória. Quando os ex-combatentes passaram em frente ao parque do Trianon, prestaram continência a Pedro de Toledo, aos mutilados e aos mortos representados no cenotáfio especialmente construído para a ocasião. Os jornais reverenciaram a autoridade de Pedro de Toledo, relembrando sua ação como governador, caracterizada por um posicionamento acima das disputas[150].

Além dos mortos anônimos, o ex-governador foi a única personalidade homenageada com a deferência especial dos ex-combatentes. Pedro de Toledo, septuagenário de família ilustre, recém egresso do exílio em Portugal, governador aclamado durante a jornada constitucionalista, ex-embaixador brasileiro na Europa, formado em direito em São Paulo e Recife, deslocado da cena pública e do debate político que se desenrolava, ninguém representava melhor o princípio de autoridade que todas as forças políticas liberais preconizavam como forma necessária à ordem democrática elitista que desejavam construir. Porque se havia disputas sobre a direção do governo de São Paulo e do Brasil, não havia dúvidas sobre qual grupo social deveria dirigir o Estado. A continência dirigida ao personagem durante o ritual simbolizava a reverência a um princípio ordenador da ordem política. Na consagração de Pedro de Toledo como personagem histórico, pode-se entrever a forma como um grupo social constrói sua objetivação como representante de uma

---

[149] cf. PICCHIA, Paulo Menotti. 9 de julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 1 (2ª seçao). As disputas recomeçaram em *O Correio Paulistano* e na coluna do PC publicada no *Estado de São Paulo*, v. O préstito cívico do interventor; pompas, clarins, protocolo – e a grande indiferença do povo paulista. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 12 de julho de 1934. p. 1; Ditatoriais. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 14 de julho de 1934. p. 5; Enquanto o PC rende culto à data de S.Paulo, o PRP tenta explorar a nossa guerra para a sua politicagem. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de julho de 1934. p. 8.

[150] Cf., 9 de julho: as comemorações da Grande Data Paulista. *O Correio* Paulistano, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 1, 4 e 12; As grandes comemorações do 9 de julho na capital paulista. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 4; O majestoso desfile dos voluntários constitucionalistas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 5; A Assembléia Nacional suspendeu ontem os seus trabalhos em homenagem a data da revolução paulista. *Folha da* Manhã, São Paulo, 10 de julho de 1934; p. 1; São Paulo glorificou ontem a maior data da sua história. *Folha da* Manhã, São Paulo, 10 de julho de 1934; p. 8 e 9.

coletividade, isto é, através de um ato que configura a impostura legítima que caracteriza toda delegação de poder[151].

Depois da passagem pelo Trianon, a marcha seguiu ainda alguns metros pela Avenida Paulista, desceu a Avenida Brigadeiro Luis Antonio e chegou ao Largo de São Francisco. Este caminho era como se os homens e mulheres que participavam do desfile refluíssem ao passado, ao ponto exato onde a revolução começou. Já não se ouvia o som do toque de alvorada, perdido então, quase doze horas depois, no espaço infinito. Mas era possível ver as bandeiras de São Paulo e do Brasil hasteadas em frente à Faculdade de Direito às 6 horas da manhã. Podia-se igualmente perceber a solidez do edifício e, talvez, venerar sua paredes "lendárias" carregadas de mais um significado: dali partiram os primeiros revolucionários de 1932 e ali sempre se formaram os indivíduos capazes de fazer a história, como Pedro de Toledo e os jovens mortos. Pode-se dizer que os participantes do desfile, representantes de todos os "setores" da frente de combate, vindos "do interior" e de toda a "capital", elementos de todas as "classes" como afirmavam os jornais[152], encontravam-se no centro de onde emanavam os valores que deveriam formar os paulistas.

E, no entanto, muitos seguiram dali, como outros o fizeram pela manhã, para os cemitérios da capital para homenagens menos solenes aos seus mortos. Neste momento, o luto e o silêncio se sobrepunham aos sentimentos cívicos evocados durante toda a semana e intensamente vividos naquele dia 9 de julho. Estes sentimentos mais pessoais e difusos, porém, não cancelavam o civismo paulista objetivado na ritualização da história de 1932, porque a memória pública é feita da confluência de interesses e sentimentos populares sobre a experiência do passado com propósitos e anseios emanados de um grupo político organizado sobre a história e a política no presente[153].

As flores tomaram o lugar das bandeiras e flâmulas nos cemitérios paulistanos desde a manhã, assim como nas cidades interioranas[154], e é provável que não fosse

---

[151] v. BOURDIEU, Pierre. A delegação e o fetichismo político. *op.cit* p. 186-206.

[152] v. 9 de Julho: as comemorações da grande data paulista. *O Correio Paulistano.* São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 4-6; e As grandes comemorações do 9 de julho na capital paulista. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 4; O majestoso desfile dos voluntários constitucionalistas. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 5; São Paulo glorificou ontem a maior data da sua história. *Folha da* Manhã, São Paulo, 10 de julho de 1934; p. 8 e 9.

[153] cf., BODNAR, John. Rethinking America. p. 18-19.

[154] v. 9 de Julho: as comemorações da grande data paulista. *O Correio Paulistano.* São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 4-6; e As grandes comemorações do 9 de julho na capital paulista. *O Estado de São*

mera adesão popular aos apelos da "comissão executiva", mas uma incorporação pela mesma comissão de um gesto comum desde o Dia de Finados de 1932. A espontaneidade deste novo percurso ao final do desfile se revela no fato do público disperso dirigir-se às necrópoles paulistanas sem qualquer coordenação previamente formalizada pelos organizadores das cerimônias. No "interior", também aconteceram "romarias cívicas" aos cemitérios de cada localidade[155]. Naquele 9 de julho, sentir-se paulista implicava em posicionar-se entre orgulho cívico e o sentimento de luto. Na capital, cada um destes sentimentos tinha um lugar e gestos precisos. O "civismo paulista" expressava-se na chegada solene dos batalhões em marcha ao Largo de São Francisco e misturava-se ao luto na continência defronte o cenotáfio. O luto, como manifestação pessoal da perda relacionada aos movimentos da história recente, revelava-se na visita silenciosa aos cemitérios, onde as famílias e amigos dos mortos não faziam mais do que depositar flores sob seus túmulos – e talvez lembrar da vida sacrificada em nome de São Paulo e do Brasil.

Das ruas aos cemitérios: percursos do 9 de Julho.

Entre 1932 e 1934, o culto aos mortos se transforma e ganha os contornos de uma cerimônia cívica inspirada no que se praticava na Europa do pós-guerra. Inicialmente, como se viu, a associação entre a memória de 1932 e o culto aos mortos se evidencia na incorporação do culto cívico dos combatentes ao tradicional Dia de Finados. Os espaços privilegiados para as cerimônias cívicas eram, obviamente, os campos santos da capital e do interior para onde se trasladavam, pouco a pouco, os restos mortais exumados nos cemitérios próximos dos campos de batalha. Entre as homenagens do 2 de novembro e o 9 de julho, o dia 23 de maio é transformado em momento de celebração que também se concentrava na recordação dos mortos. Nesse caso, a celebração de 1932 assentava sobre a rememoração de quatro jovens que ficariam imortalizados na sigla MMDC - símbolo do martírio e da unificação dos esforços para a luta armada que se desencadeou a 9 de julho. As cerimônias do dia 23 de maio em 1934, e também nos anos seguintes, seriam mais circunspetas: missa

---

Paulo. São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 4.; São Paulo glorificou ontem a maior data da sua história. *Folha da* Manhã, São Paulo, 10 de julho de 1934; p. 8 e 9.

[155] cf. As comemorações da grande data paulista. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de julho de 1934. p. 1; 9 de julho. As comemorações no interior do Estado. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 12 de julho de 1934. p.12;

solene, visita aos túmulos dos jovens que se encontravam enterrados em São Paulo e a sessão cívica no Teatro Municipal. No 9 de julho, desde seu começo, formas comemorativas diversas e todo o espaço regional são cuidadosamente articulados, além do tempo que também se procura sincronizar.

Todo o repertório de ritos da memória experimentado entre 1932 e 1934 foi acionado naquele dia preciso: missas solenes, romarias cívicas, enterramentos de voluntários, bênçãos dos túmulos e deposição de flores sobre as campas e sessões cívicas, às quais se acrescenta a parada de colegiais e voluntários que, ao menos na capital, teve como centro o cenotáfio representando todos os mortos. Na cidade de São Paulo, à diferença do que ocorreu no interior, o dia começara com a alvorada e juramento à bandeira paulista em frente à Faculdade de Direito, espaço que marcaria o início e o fim dos desfiles. O esforço de unificação do espaço regional em torno da memória dos mártires é devedor da sincronia que se imprimiu às celebrações. Assim, enquanto na capital ocorriam o toque de alvorada, as missas solenes nos cemitérios e as homenagens individualizadas a beira dos túmulos dos voluntários pela manhã, nas cidades do interior aconteciam as missas solenes nas igrejas locais e as romarias cívicas aos cemitérios. À tarde, foi a hora do desfile na capital que também se reproduziu em algumas cidades no mesmo momento, como Santos, Campinas, Sorocaba, Botucatu, Mococa e Guaratinguetá ou, ao final do dia, já caída a noite, como em Ibitinga e Dourados[156]. De qualquer forma, e esta impressão certamente é marcada pela reconstrução narrativa das comemorações operada pela imprensa paulistana, a cidade de São Paulo convertia-se em centro ritual no 9 de julho.

A unificação do espaço regional pelo esforço de sincronização dos tempos de cada localidade em função do centro era um dos sentidos políticos dos rituais do 9 de julho nos seus começos, mas o rito também possuía e produzia outros significados que seriam reafirmados nos anos seguintes. Como se viu na descrição densa dos desfiles do 9 de julho de 1934, a comemoração também tornava visíveis princípios caros da ordem política que se desejava implementar. Tanto na capital, como no interior, celebrava-se também o poder depositado nas autoridades pelo povo segundo os

[156] v. São Paulo glorificou ontem a maior data da sua história. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 8 e 9; O majestoso desfile dos soldados constitucionalistas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 5.; 9 de julho. As comemorações da grande data paulista. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 12 de julho de 1934. p. 12. As comemorações da grande data paulista. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de julho de 1934. p. 12.

princípios liberais[157]. As performances do 9 de julho estabeleciam a qualidade deste contrato ao acentuar a participação dos cidadãos nos desfiles e romarias cívicas. Pode-se dizer que nos passos da multidão em marcha soava a soberania; enquanto a continência às autoridades equivalia à delegação do poder a uma elite capacitada a exercer a direção. Sob que condições, contudo, a delegação do poder era aceitável? Um editorial do *Estado de São Paulo* nos ajuda a compreender o sentido que se atribuía ao desfile dos voluntários. A apreciação da parada se inicia chamando atenção para o ardor cívico da "multidão" que não cedeu à chuva inclemente, reavivando naquela hora a "chama do ideal que ateou o incêndio de 1932" para homenagear seu mortos. Ecoando outros tantos discursos proferidos antes e durante o dia 9[158], o autor seguia afirmando que o desfile sinalizava a unidade de São Paulo em torno de sua autonomia e do sentimento de brasilidade que irmanava a "fração do povo brasileiro que habita o território paulista", povo que estaria preparado para as "maiores conquistas democráticas". E dizia que, para que o Brasil crescesse, seria necessário que se alastrasse por ele "esse fogo cívico que lavra em São Paulo". Por tudo isso, a manifestação do dia 9 equivalia a uma proclamação dirigida a todo o Brasil e para os "próprios políticos paulistas" de que:

> O povo de S.Paulo não sofrerá mais governos que desdenhem a sua opinião e menosprezem os seus reclamos. Todos os despotismos, sejam de fora ou sejam de dentro [...] S.Paulo não os tolerará mais. Fraudes, violências, tudo que deprima e enxovalhe uma coletividade, ele não suportará mais. Sabendo o que quer e certo de que o pode querer. S.Paulo não se sujeitará mais a ser escravo submisso dos homens e dos partidos que se proponham a domina-lo. A sua vontade, queira ou não queiram os políticos, é que há de prevalecer. Ai de quem lhe vedar o acesso às urnas ou depois que ele exprimir nas urnas a sua vontade, se atreva a adultera-la. De 1930 para cá, abriu-se, realmente uma nova era na política de S.Paulo. Pobres dos que não o compreenderem e, na sua cegueira incurável, tentarem reviver os métodos e os processos de outrora! Um povo forte e com a consciência plena da sua dignidade não se submete às misérias da politicagem e às torpezas da tirania. E só um povo forte faz o que S.Paulo fez nestes últimos dois anos...[159]

A citação é bastante reveladora dos significados que a data cívica e os rituais assumiam na perspectiva da fração vitoriosa da elite paulista naquele momento.

---

[157] v. BOBBIO, Norberto. O modelo jusnaturalista. in: BOBBIO, Norberto e BOVERO, Michelangelo. *Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna*. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 13-100.

[158] Ver, por exemplo, as palavras de Tyrso Martins, que fora chefe de polícia durante a revolução, v. MARTINS, Tyrso. Uma obra do mais lidimo espírito de nacionalismo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1934. p. 1.

[159] cf.,Notas e informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1934. p. 3.

Construía a continuidade entre 1930 e 1932 ao mesmo passo em que a conciliação com os grupos que dominavam o governo central era cuidadosamente tecida. Internamente ao campo político paulista, sinalizava aos adversários que seu tempo acabara duas vezes, em 1930 e 1932, sendo-lhes impossível retomar as mesmas práticas ou tentar monopolizar o civismo paulista. E, finalmente, ratificava o valor da vontade geral que a retórica dos passos traçara sobre a região contra todos os opositores passados e futuros do liberalismo e da democracia representativa[160].

Entre 1935 e 1937, os rituais do 9 de julho continuam a simbolizar estes princípios. Em 1935, sintomaticamente, a Constituição Estadual foi promulgada no dia 9. Ao mesmo tempo as comemorações do dia 9 se ampliam e à medida que a data se firmava como momento cívico, as referências à celebração dos "mártires" no Dia de Finados vão desaparecendo[161]. Assim, o culto aos mortos se concentra no 9 de julho e ganha espaços que ultrapassam os muros dos cemitérios. Já se apontava, desde 1933, para a construção de um mausoléu no cemitério São Paulo e para um monumento em praça pública. A concepção do cenotáfio nas primeiras celebrações públicas do 9 de julho foi o início da campanha para a construção de um monumento na capital, indicando a intenção de inscrever no espaço da cidade um lugar dedicado à memória dos mortos que passavam a simbolizar o movimento constitucionalista. No interior e na capital, praças e ruas ganhavam os nomes de 9 de Julho, MMDC, Pedro de Toledo, Júlio Marcondes Salgado e, nas pequenas cidades, dos "mártires" locais[162]. Iniciativas estas que seriam formalizadas em proposta de Alfredo Ellis Jr. para apagar todas as referências à Revolução de 1930 a serem obrigatoriamente substituídas por menções a acontecimentos e personagens da Revolução Constitucionalista[163]. Entre 1935 e 1937, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e Araraquara já haviam avançado bastante na promoção de mausoléus e monumentos aos mortos, alguns já inaugurados

---

[160] Sobre a força destas idéias, em São Paulo, neste contexto, v. CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. op.cit. p. 139-208.

[161] Percorri as edições de *O Estado de São Paulo*, *O Correio Paulistano* e da *Folha da Manhã* de 1935 em diante, adentrando o período do Estado Novo onde se impunha a censura à imprensa, e verifiquei a diminuição da freqüência de comentários de visita aos túmulos dos combatentes no dia 2 de novembro, ao passo que no 9 de Julho as homenagens fúnebres se mantinham.

[162] v. Civismo, brilho e grandiosidade caracterizaram as comemorações do dia 9 de julho na capital e no interior. *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1935. p.4. Em meio a intensa vibração cívica S.Paulo comemorou o 9 de julho, a maior data das festas bandeirantes. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1935. p. 8; Notícias do interior. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1935. p. 9. Suntuosidade, brilho e vibração caracterizaram as comemorações do 4º aniversário da Revolução Constitucionalista. *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1936, p. 10;

[163] cf., Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. *Anais da Assembléia Constituinte de 1935*. São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, 1935. p. 548 e ss.

em cemitérios e praças públicas, outros ainda na pedra fundamental, assim como iniciativas mais modernas como a fonte luminosa "9 de Julho" em Santos[164]. Enquanto isso, na cidade de São Paulo já se destacavam os mausoléus do Coronel Julio Marcondes Salgado e dos soldados constitucionalistas, localizado no cemitério São Paulo. Ao mesmo tempo, a partir de 1935, torna-se mais intensa a campanha pelo monumento-mausoléu concebido por Galileu Emendabille e Mário Pucci, uma iniciativa dos voluntários que angariava recursos por todo o estado através de recolhimento de fundos nas escolas através da campanha do "Tostão Escolar", doações individuais, festivais e até percentagens sobre a venda dos cigarros MMDC[165]. As chamadas da campanha nos jornais e nas rádios realizavam-se principalmente em torno do Dia de Finados e do 9 de julho, momento mais propício às inaugurações e lançamento das pedras fundamentais. Todo esse movimento pela construção do monumento-mausoléu acaba resultando na definição do espaço da cidade que ele deveria ocupar: a Praça Santos Dumont foi escolhida na Câmara Municipal em agosto de 1937[166]. Assiste-se, portanto, a uma progressão do complexo ritual, quando a própria data cívica e suas cerimônias são usadas para promover outras iniciativas que procuravam assegurar a lembrança de 1932.

A ampliação do complexo cerimonial do 9 de julho ganhou novo vulto em 1936 e 1937. Nos dois anos, o traslado dos restos mortais de 42 e 96 voluntários das áreas próximas aos campos de batalha para o cemitério S.Paulo proporcionou uma integração da região sem precedentes nos anos anteriores. De 1932 a 1935, as viagens dos corpos pelo espaço estadual eram pontuais e não coincidiam necessariamente num mesmo lugar e tempo. A coordenação dos traslados ficava a cargo dos batalhões,

---

[164] v. Campinas e seus queridos mortos de 32. *Correio Paulistano,* São paulo, 10 de julho de 1935. p. 2; e As grandes comemorações do 9 de julho no interior do Estado; O mausoléu dos voluntários campineiros. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de julho de 1935. p. 5; De Araraquara. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 de novembro de 1935. p. 14; Homenagem de S.Carlos aos voluntários constitucionalistas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 24 de maio de 1936. p. 7; Realiza-se, hoje, em Santos a solenidade de inauguração da fonte luminosa "9 de Julho", contruída na Praia do Gonzaga. *O Estado de São Paulo,* São paulo, 9 de julho de 1936. p. 6; As comemorações da data de nove de julho no interior do Estado. *O Estado de São Paulo*, 12 de julho de 1936. p. 7; O monumento ao soldado de 32 em Ribeirão Preto. *O Estado de São Paulo*, 13 de julho de 1937. p. 4; As comemorações de 9 de julho em Ribeirão Preto – Inauguração de um monumento da epopéia de 32, na Praça 15. *Folha da Manhã,* São Paulo, 13 de julho de 1937. p. 15.

[165] cf. Pela Glória do Soldado Paulista. *O Estado de São Paulo*, 5 de novembro de 1935. p. 7; Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Paulista de 32. *Folha da* Manhã, São Paulo, 4 de outubro de 1935. p. 10; Campanha Pró-Monumento e Mausoléu; Foi instituído o Tostão Escolar em todos os grupos do Estado. *Folha da Manhã*, São Paulo, 7 de novembro de 1935. p. 6; Em prol da perpetuação dos acontecimentos de 32. *Folha da Manhã,* São Paulo, 10 de novembro de 1935. p. 32.

[166] Cf., Lei n. 3624, de 4 de agosto de 1937. Aprova a localização do monumento-mausoléu ao Soldado Paulista de 1932 na Praça Santos Dumont.

familiares e associações de ex-combatentes. Em 1936 e 1937, o Centro Paulista instalado no Rio de Janeiro, em consórcio com as associações de ex-combatentes, governos estadual e municipal e outras grêmios cívicos, assumia a coordenação dos traslados que se realizaram num tempo preciso, entre 8 e 9 de julho, partindo de diversos pontos do Estado, mas sobretudo do antigo Setor Norte (Vale do Paraíba), e convergindo para o cemitério S.Paulo. Nas duas ocasiões, a manhã do dia 9 foi dedicada à recepção dos corpos na Estação do Norte, cortejo cívico até o cemitério São Paulo, onde mais uma vez a Liga das Senhoras Católicas mandou rezar missa de corpo presente, sepultamento e orações cívicas junto aos túmulos que invariavelmente lembravam o sacrifício coletivo, os mártires individualizados e as qualidades excepcionais destes homens comuns convertendo-os em heróis[167]. Grande "multidão" tomou parte da romaria cívica junto com as autoridades e representantes dos voluntários e demais grupos engajados na guerra de 1932. O dia que havia começado com o hastear das bandeiras no Largo de São Francisco, de onde se podia ouvir a salva de 23 e 9 tiros lembrando o 23 de maio e o 9 de julho, continuava, depois do cortejo e inumação, na parte da tarde com o desfile que percorreu a Avenida São João onde se encontrava o cenotáfio. Em 1936, o desfile contou com uma bandeira paulista de 200 metros de comprimento, carregada ao longo do trajeto por representantes das associações civis envolvidas no esforço de guerra. Em 1936 e 1937, o ar se coloria com as cores de São Paulo nas bandeirinhas agitadas pela assistência, assim como nos corpos das mulheres paulistas que se vestiam de preto, vermelho e branco, ou nos edifícios e casas comerciais onde o pavilhão das "treze listras" pendiam das janelas ou cobriam as vitrines. Enquanto isso, nas cidades do interior, mais uma vez as romarias cívicas se repetiam em compasso com o que ocorria na capital[168].

Por estas formas rituais asseverava-se simbolicamente a unidade, a autonomia, a democracia liberal e a proeminência de São Paulo no cenário nacional. Naqueles anos, a integração de todas as partes e grupos sociais do Estado de São Paulo tinha por substrato preocupações políticas importantes. Por um lado, a região mesmo se

[167] Sobre a heroificação v. CASSIRER, Ernst. Las lecciones de Carlyle sobre el culto del héroe. In: *El Mito del Estado*. *op.cit.* p. 222-263.

[168] Suntuosidade, brilho e vibração caracterizaram as comemorações do 4º aniversário da Revolução Constitucionalista. *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1936, p. 10 e 11; As comemorações do 9 de julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1936. p. 12; O quinto aniversário da inesquecível jornada de nove de julho foi comemorado nesta capital com inúmeras solenidades. *O estado de São Paulo*, 10 de julho de 1937. p. 12; Como foi comemorada da data de 9 de Julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1937. p. 3; Foi festivamente comemorada em S.Paulo da data gloriosa de 9 de Julho. *Folha da Manhã*, 10 de julho de 1937. p. 28.

transformava com a intensificação dos fluxos migratórios que alimentavam sua economia[169]. Movimento que, no mesmo contexto, integra a narrativa de um conto de João Guimarães Rosa, *Duelo*, quando a personagem Turíbio Todo acompanha "baianos são-pauleiros" além dos limites de Minas, chega às lavouras de São Paulo, lá fica e depois volta com "outra concepção do universo"[170]. Os limites geográficos de São Paulo, fronteira fluida por onde outras gentes circulavam, constituía uma preocupação na resolução da questão de limites com Minas Gerais e na proposta de fusão dos estados de São Paulo e Mato Grosso, apresentada no Clube Piratininga, fundado em 1934 com o propósito explícito de lembrar 1932[171].

Por outro lado, as inquietações do campo político borravam as expectativas e tornaram possível a criação de instrumentos repressivos, como a Lei de Segurança Nacional que seria decretada em março de 1935 e justificada pela imprensa liberal paulista como meio necessário para conter a agitação comunista[172]. Por agitação comunista, naquela altura, entendia-se a organização da ANL, frente popular liderada por uma fração dos comunistas. A repressão a esta organização se precipita curiosamente a 5 de julho, quando em um comício Luis Carlos Prestes ataca o governo - não é demasiado lembrar que a data do comício há algum tempo concentrava a memória dos levantes tenentistas dos anos 1920. Em novembro, finalmente, o levante militar em Natal e Recife, que ficaria conhecido como Intentona Comunista, justifica o reforço das medidas repressivas que se prolongam ao longo de 1936[173]. A historiografia concorda que todo essa escalada da concentração do poder de intervenção do Executivo nas organizações políticas foi apoiada pelos grupos liberais de diversos estados, que acabariam, em novembro de 1937, provando do

---

[169] cf., Imigrantes nordestinos para a lavoura. *Folha da Manhã*, São Paulo, 2 de novembro de 1935. p. 7; Êxodo de Minas para São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 3 de outubro de 1935. p. 6. Para uma visão de conjunto dos processos migratórios, v. PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. in: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano. op.cit.*

[170] v. ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. – 14 ed. - Rio de Janeiro, José Olympio, 1968. p.141-172. O livro foi apresentado a um concurso, em 1938, e certamente resultava da transmutação da experiência de Guimarães Rosa como médico da Força Pública pelos "gerais".

[171] v., Os limites entre São Paulo e Minas. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 25 de maio de 1935. p. 5; Notas e Informações. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 11 de julho de 1936. p. 3; A fusão dos Estados de Mato Grosso e São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de novembro de 1935. p. 16. Veja-se também o debate na Assembléia Constituinte do Estado, envolvendo representantes do PC e PRP, v. Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. *Anais da Assembléia Constituinte de 1935*. *op.cti*. p. 329-331; 464-484.

[172] cf., CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos... op.cit.* p. 206-208.

[173] v. PINHEIRO, Paulo Sérgio. *As estratégias da ilusão*; e DULLES, John F. W. *O comunismo no Brasil, 1935-1945*; repressão em meio ao cataclismo mundial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

remédio amargo que ajudaram a ministrar[174]. Nada disso impediria que as eleições programadas para janeiro de 1938 proporcionassem, no caso de São Paulo, as esperanças de uma candidatura paulista. De fato, em meados de 1937, duas candidaturas surgiram. Armando de Salles Oliveira lança-se como candidato da União Democrática Brasileira, congregando o PC, facções oposicionistas da Bahia e Pernambuco, os governistas do Rio Grande do Sul, sob o comando de Flores da Cunha; e a "simpatia esparsa de liberais e comunistas". O nome de José Américo de Almeida era apoiado pelos situacionistas de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia, pelos oposicionistas de São Paulo, o PRP, e do Rio Grande do Sul, concentrados no Partido Liberal e Partido Republicano Rio-Grandense[175]. Uma terceira candidatura também apareceria, a de Plínio Salgado e sua AIB, mas sem a expressividade que as duas primeiras alcançariam.

As duas candidaturas, como era de se esperar, movimentam o campo político paulista. Nas imediações do tempo da celebração do 9 de julho, as posições antagônicas aparecem nos principais jornais[176]. Os posicionamentos defendidos pelo candidato da UDB trazem elementos que se combinam com os sentidos afirmados para o 9 de Julho. Sales de Oliveira era, segundo Skidmore, um entusiasta das técnicas de propaganda, então desenvolvidas na Itália e Alemanha, como meio para fortalecer as tradições democráticas nacionais[177]. Daí a realização dos comícios de campanha, como o que foi realizado no campo do América, no Rio de Janeiro, no dia 16 de julho. No dia em que se comemorava os dois anos da Constituição de 1934, o rito político teria reunido 50 mil pessoas segundo *O Estado de São Paulo*. Nesta ocasião, seu discurso afirmava os princípios democráticos e enaltecia a sorte do Brasil frente ao que ocorria na Europa, onde os regimes autoritários haviam deslocado a democracia representativa em nome de outra forma de legitimação dos poderes instituídos na criação, a par da pura repressão, de uma relação imediata entre o chefe, um partido e um povo. Oliveira identificava explicitamente a quais regimes se referia:

---

[174] v. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. – 7ª ed. - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; CARONE, Edgar. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Difel, 1975; CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. *op.cit.*; e CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso*. *op.cit.*

[175] cf., CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. *op.cit*. p. 254.

[176] v. Uma intensa palestra com o futuro Presidente da República. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de julho de 1937. p.1; São Paulo Pró-José Américo. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de julho de 1937. p.1; Próceres políticos chegados ontem da Capital Federal. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1937. p. 10. O sr. Armando Salles falou ontem ao eleitorado nacional representado no maio comício já realizado no Brasil. *O Estado de São Paulo*, 17 de julho de 1937. p. 1.

[177] cf., SKIDMORE, Thomas. *op.cit.* p. 45.

o comunismo na Rússia, o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Contrapunha estes regimes aos "velhos países democráticos" que se mostravam "impenetráveis ao contágio das doutrinas" que pretendiam abolir as "liberdades públicas".

Obviamente, a negação destes regimes era compreensível localmente uma vez que havia ocorrido o levante comunista de novembro de 1935 e que os "camisas verdes" desfilavam pelas ruas das cidades, saudavam-se publicamente com o "anauê", lançavam seu "chefe" como candidato, enfim, afirmavam através de suas performances públicas os princípios de ordem e autoridade nos quais acreditavam. Frente a estas ameaças que sugeriam o fechamento iminente do regime político instaurado em 1934, o político paulista assegurava que não era necessário recorrer à "ditadura" para defender a "idéia nacional", bastando reafirmar os princípios democráticos caros à tradição nacional brasileira. De acordo com Salles Oliveira, não seria necessário abandonar o "velho solar nacional", e era necessário preservar em seu "lugar de honra", mesmo em "molduras modestas", os antepassados, "esses gigantes obscuros que carregaram nos braços a nação e lhe tornaram possível o milagre da integridade física e moral". A democracia como fundamento da nacionalidade exigia apenas a ação pedagógica:

> Com a idéia nacional se sustentam os regimes autoritários. Com a idéia nacional também nos apresentamos nós, dentro da forma democrática, para servir o Brasil! Essa fórmula, pela ação da caserna e da escola, poderá fazer da grandeza da pátria uma idéia fixa – a mística irresistível que desde o berço envolva, domine e arrebate o indivíduo.[178]

É possível que estas palavras fossem inspiradas por sua própria ação à frente do governo de São Paulo, quando se criou a USP, expandiu-se o ensino secundário e onde a pedagogia cívica das cerimônias do 9 de julho – desfiles, traslados, enterramentos, numa palavra, o culto aos mortos – movimentava os indivíduos a venerarem os antepassados como fundamento para o futuro. E é sintomático que o discurso terminasse com uma exortação bastante singular: "Soldados da democracia, saudemos os companheiros que hão de vir, e saudemos o Brasil que se anuncia, uma nação que enfim se decide a rasgar o caminho de sua grandeza"[179].

---

[178] cf. O sr. Armando Salles falou ontem ao eleitorado nacional representado no maio comício já realizado no Brasil. *op.cit.* p. 1.
[179] Idem.

Ironicamente, os soldados de fato acabariam, nos meses seguintes, por fortalecer as posições de comando nos estados que aderiram à candidatura da UDB, por federalizar a brigada militar do Rio Grande do Sul provocando a fuga de Flores da Cunha, principal aliado de Armando Sales de Oliveira, para o Uruguai, e finalmente, por cercar o Congresso Nacional um dia depois do discurso de Sales Oliveira que os incitava a garantir as eleições de janeiro. O 10 de novembro seria posteriormente comemorado como o nascimento do Estado Novo, regime cuja primeira manifestação pública rigidamente organizada concentrava-se na afirmação da unidade nacional em detrimento da autonomia regional. Em 27 de novembro, na praia do Russel, o ritual de queima das bandeiras simbolizava o desejo de por fim aos regionalismos. Todas as bandeiras estaduais baixaram dos mastros no exato momento em que eram hasteadas em seu lugar o pavilhão nacional. Jovens estudantes carregavam para uma pira o símbolo de cada região. O "pavilhão das treze listras", cantado por Guilherme de Almeida no poema *Credo*[180], ardeu no fogo nacional e virou cinza.

Durante o Estado Novo, conforme se pode depreender dos jornais sob censura, o 9 de julho continuaria a ser comemorado. Não mais nas ruas, mas de volta ao recesso das igrejas, sede de associações cívicas como o Clube Piratininga e nos cemitérios. Não mais com o farto uso das "cores de São Paulo" e de sua bandeira, substituída nas solenidades pela bandeira nacional apenas. O traslado dos mortos para a capital, que vinha sendo realizado de forma sistemática desde 1936, seria suspenso. Mas pelo fato mesmo do 9 de julho ter sido instituído como um culto aos mortos, dificilmente seria possível suspender por completo as romarias cívicas. Pelo que se pode depreender das reportagens dos jornais paulistanos entre, 1938 e 1945, a visitação aos cemitérios, com a missa "réquiem" e a deposição de flores sobre os túmulos persistem na capital e no interior. Não acontecia, contudo, um cortejo grandioso até os cemitérios, no máximo um pequeno cortejo das autoridades civis e religiosas pelas ruas. Cessavam, igualmente, as proposições para se construir monumentos e mausoléus ao mesmo tempo em que arrefecia a campanha de aquisição de fundos para o monumento na capital.

[180] Creio em S.Paulo, todo poderoso / criador para mim de um céu na terra / e um Ideal Paulista, um só, glorioso, / nosso senhor na paz como na guerra / o qual foi concebido nas bandeiras / nasceu na virgem alma das trincheiras, / padeceu sob o jugo dos invasores /crucificado, morto e sepultado / desceu ao vil inferno dos traidores / mas para, um dia, ressurgir dos mortos, subir ao nosso céu e estar sentado / ao lado do Apóstolo-Soldado / julgando a todos nós vivos ou mortos // Creio no pavilhão das Treze Listras / na santa união de todos os Paulistas / na comunhão da Terra adolescente / na remissão da nossa pobre gente, / numa ressurreição do nosso bem, / na vida eterna de S.Paulo – Amem!

Obviamente esta impressão do que ocorreu entre 1938 e 1945 é devedora dos próprios jornais consultados, e das condições em que eram produzidos naquele período. O fato dos periódicos colaborarem na criação da memória do evento levava-os, antes do Estado Novo, a estampar o noticiário das comemorações em suas primeiras páginas, a publicarem suplementos especiais, a reproduzirem poesias e trechos de diários de ex-combatentes, documentos em fac-símile, fotografias da guerra, os cartazes da campanha de mobilização e grandiosas imagens que traduziam graficamente as idéias de unidade, os vínculos com o passado bandeirante e a participação da "mulher paulista". A centralidade das comemorações e de signos visuais que estimulavam a lembrança do evento aos poucos desapareciam na imprensa: das capas e contracapas, em 1938 e 1939, ao recesso de pequenas notas acerca das missas promovidas por associações cívicas entre 1941 e 1945[181], mas é provável que a censura e a própria escassez de papel durante a II Guerra impusesse estes limites.

A par dessa recessão da lembrança do evento, os significados do 9 de julho seriam alterados. Artigos e reportagens de 1938 e 1939 reivindicam, quase unânimes, em textos na verdade muito parecidos, a necessidade de deixar o julgamento da Revolução de 1932 para a história, preservando o 9 de julho como data a ser lembrada não mais como sacrifício de São Paulo pelo Brasil em sua luta por autonomia e pelo ideal da constitucionalização, mas sim como os "brasileiros de São Paulo" foram capazes de atos de heroísmo e abnegação[182]. De fato, no discurso da imprensa procurava-se atenuar o regionalismo, estratégia que se traduzia na ênfase sobre a palavra "brasileiros" em detrimento de "paulistas", "bandeirantes", "soldados paulistas", etc. Em 1938, por exemplo, o interventor recrutado nos meios perrepistas, compareceu ao cemitério São Paulo para as homenagens e discursou para os presentes. Depois de exaltar o sacrifício que simbolizava a "energia" da "raça",

---

[181] v. Como S.Paulo recordou a epopéia de 9 de julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1938. p. 24; Voluntário Paulista. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1938. p. 1; A mulher paulista foi, em 32, o modelo de virtudes morais e cívicas que honram a raça brasileira, consolidando assim a nossa confiança no futuro da pátria. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1939; S.Paulo e as comemorações do Nove de Julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de julho de 1939. p. 1; Reverenciando a Memória dos Constitucionalistas Mortos na Revolução de Julho de 32 Foram Realizadas no dia de Ontem Diversas Cerimônias. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1941. p. 5; Missa no cemitério São Paulo por intenção dos mortos de 1932. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1943. p. 5; Missa por intenção dos mortos de 32. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1944. p. 5; Várias comemorações assinalaram a passagem do 12º aniversário da revolução de 1932. *Folha da Manhã*, São Paulo 11 de julho de 1944. p. 9;

[182] cf. Como S.Paulo recordou a epopéia de 9 de julho. *op.cit.* p. 24; 9 de julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1938. p. 2.

terminava por dizer que sem "paixões subalternas" todos deveriam trabalhar "pela prosperidade de um Brasil cada vez maior e senhor dos seus destinos", fechando o discurso diante dos túmulos dizendo: "Glória, pois, a esses valorosos soldados do Brasil"(grifos nossos). No mesmo dia, como uma homenagem do Departamento Nacional de Propaganda à data, a Hora do Brasil foi irradiada de São Paulo[183]. Mais uma vez o interventor Ademar de Barros falou e em seu discurso afirmava que o 9 de julho fazia recordar o impulso de todo o Estado por um ideal, mas no lugar de asseverar que aquele movimento simbolizava a luta por autonomia e democracia, dizia que ele representava as "virtudes que constituem o patrimônio de nossa raça: vontade, energia e disciplina". Desejando aproximar-se dos brasileiros do Norte, do Centro e do Sul através das "ondas aéreas" dizia que a data deveria servir de exemplo para todos os brasileiros e de advertência a outros povos que houvessem duvidado das "nossas tradições de coragem e patriotismo". Por fim, terminava sua elocução com uma exortação singular:

> Brasileiros!
> Falo-vos como homem de governo e como homem do povo. Sob as inspirações patrióticas do Estado novo, aqui vicejando sob um ambiente de sadio entusiasmo cívico, São Paulo vos afirma, pela minha voz, o desejo de colaborar convosco, sem egoísmos ou privilégios, para o crescente esplendor da pátria brasileira, obediente aos ditames da razão e da ordem.[184]

Curiosamente, o vaticínio de um articulista proferido quatro anos antes se realizava naquele dia: o 9 de Julho transformado em efeméride nacional. Mas, pelas condições singulares daquele momento político, o dia fora destituído dos conteúdos anteriores que haviam convertido a data e o culto aos mortos em símbolos da luta pela Constitucionalização, autonomia e democracia. Estes valores seriam suprimidos pelas idéias de disciplina, trabalho e ordem. Ao mesmo tempo, encaminhava-se a substituição da ênfase na proeminência política do Estado de São Paulo por sua liderança econômica no espaço nacional.

---

[183] Irradiada de S.Paulo a "Hora do Brasil". *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1938. p. 1.
[184] cf. Brilhante oração do Dr. Ademar de Barros. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1938. p. 1.

CAPÍTULO IV
O CULTO AOS "MÁRTIRES": DO CAMPO SANTO AO MAUSOLÉU

São Paulo, anos 1950: política de massa e culto aos mortos

Entre as décadas de 1930 e 1950, as alterações no campo político definiriam formas diversas de perceber a revolução de 1932 e seu legado, consubstanciado no culto ao mortos que seria, como se verá adiante, retomado com força crescente a partir de 1946. Estas mudanças se produziram em parte pela rearticulação partidária no período da redemocratização subseqüente a 1945. Mas elas não se esgotam nas alterações da política institucional. A transformação do campo político, entendido como espaço de interação simbólica desenhado pelo antagonismo entre os agentes que o integram, também se liga a mudanças estruturais que deram ensejo à reconfiguração do nacionalismo e dos regionalismos na década de 1950, ao aumento da capacidade de intervenção dos grupos subalternos na cena política e à emergência da cultura de massa. Estas mudanças influiriam de forma decisiva nos usos políticos do 9 de julho e na maneira pela qual o evento seria comemorado em um contexto no qual à política dos "notáveis" se impunham definitivamente os desígnios da política de massas.

Na verdade, esta passagem da participação política restrita às "seções da classe dominantes e dos estratos altos da sociedade" para a crescente organização partidária "fundada em interesses sócio-econômicos" caracterizaria as tensões do liberalismo brasileiro desde a década de 1930 segundo Maria do Carmo Campello de Souza[1]. Enquanto na conjuntura dos anos de 1930, especialmente entre 1934 e 1937, persistiam as tensões entre centralização e autonomia regional e a continuidade da política dos estados, a partir de 1945, mas sobretudo nos anos de 1950, as tensões se transmutam. Efetiva-se, por um lado, a nacionalização dos partidos. Mesmo assim, estas instâncias da luta pelo poder político continuam a configurar-se regionalmente de maneira bastante heteróclita, levando a composições e alianças entre grupos e partidos que supostamente se encontravam em posições antagônicas. Por outro, o conflito entre autonomia e centralização cede terreno à discussão sobre o papel do Estado na vida econômica, desde seu papel indutor na industrialização até à sua capacidade de regulação das relações trabalhistas e da ação política dos grupos

[1] cf., SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1945-1964)*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1983. p. 65.

subalternos, especialmente dos trabalhadores urbanos, mas não só deles. A década de 1950 é o momento de emergência das Ligas Camponesas e do processo de sindicalização dos trabalhadores rurais, duas respostas possíveis a uma constante estrutural na sociedade brasileira: o latifúndio. Outra reação a estas condições, dando continuidade a fluxos estabelecidos desde a década de 1930, se tornava mais intensa: a migração. Este movimento quase subterrâneo contribuiria para o crescimento das cidades e para o rebaixamento dos custos da mão-de-obra nas indústrias, que em seu desenvolvimento fariam de São Paulo, a cidade e o estado, o motor e o relógio da economia nacional.

Um texto aparecido em *Anhembi*, revista criada por Paulo Duarte em 1950, não escondia o ufanismo que tomava parte da elite intelectual quando se tratava da centralidade de São Paulo no espaço nacional. Mas à legitimação fundada na história, sobrepunha-se a dos números e proporções – um deslizamento na construção das hierarquias espaciais que apontava para mudanças significativas. Apresentando aos leitores os dados do censo de 1950, Oscar Egydio de Araújo indicava que a população brasileira havia crescido, em 10 anos, 27%, alcançando a marca de 52.645.749 habitantes, mantendo a posição de país mais populoso da América Latina. Por essa razão, segundo o artigo, os brasileiros deveriam sentir-se satisfeitos e: "Igual satisfação deve alcançar a nós paulistas, ao verificarmos os resultados correspondentes ao, inegavelmente, Estado líder do Brasil"[2]. No quadro brasileiro, São Paulo ocupava a primeira posição, com 9.242.610 habitantes, 17,56% da população total contra 14,89% de Minas Gerais. Prosseguindo a comparação entre São Paulo e outros estados, o autor elegia o crescimento da capital como sinal de confiança no progresso. Entre 1940 e 1950, enquanto o Rio de Janeiro crescera 37%, a capital paulista aumentara em 68%. A capital federal possuía 2.413.152 moradores e São Paulo quase atingia o ponto de ultrapassagem, com 2.227.512. Numa passagem que vale a pena ser reproduzida, o autor finalizava o artigo localizando no presente a crença em um futuro promissor:

> Hoje, sendo nosso Estado o mais populoso do Brasil e a nossa Capital a de ritmo de crescimento mais intenso, podemos lembrar, saudosos, da pacata vila de Piratininga, da modesta cidadezinha de 30 mil habitantes do século passado, da décima cidade em população ao findar-se o regime monárquico brasileiro, mas também podemos ufanar-nos desta frase bem característica e bem marcante: isto é São Paulo. Um São

[2] cf., ARAÚJO, Oscar Egydio de. São Paulo no censo de 1950. *Anhembi*, São Paulo, v.6, n. 16, mar. 1952, p. 57.

> Paulo que cresceu demais e muito depressa, mas para nosso bem e nosso entusiasmo, crescerá ainda mais e muito[3].

O autor não estava sozinho em seu entusiasmo, pois eram freqüentes as referências ao crescimento da cidade, mais uma vez convertida em símbolo da pujança de todo o estado. Talvez o entusiasmo obliterasse a capacidade de prever as conseqüências desse crescimento exponencial, até porque escapavam, ou eram silenciadas, a razão e a imagem em negativo desta mudança. A par do crescimento vegetativo, a migração desempenhava um papel importante nas alterações do espaço social paulista. Entre 1940 e 1950, o Estado de São Paulo recebeu, vindos de Minas Gerais e demais estados do "norte", um contingente de mais de 362.300 migrantes; no decênio seguinte a cifra saltaria para 712.700[4]. Se na década de 1930 os pontos de atração desse fluxo migratório espalhavam-se pelas zonas agrícolas pioneiras, da década de 1950 em diante as cidades, sobretudo a capital, tornam-se centros de atração que rivalizam com o campo. A própria hinterlândia paulista também passaria a fornecer os contingentes que fariam da capital "a cidade que mais cresce no mundo"[5].

Como já foi notado, esse movimento em direção às cidades decorria da estrutura inalterada na distribuição da terra – tema que se tornaria central no debate político a partir daquele momento. Das propostas variadas de reforma agrária à extensão das leis trabalhistas ao campo - emanadas dos partidos, discutidas pela Igreja, formuladas sobretudo pelo Executivo -, nada foi concretamente levado a cabo. Segundo a análise de Aspásia Camargo, entre fins da década de 1940 e a década seguinte, a impossibilidade de uma solução – qualquer solução – ligava-se à própria rearticulação das oligarquias na redemocratização, quando se torna claro que a manutenção do poder político de que gozavam dependia da continuidade dos laços clientelísticos proporcionados pela perpetuação das condições dos trabalhadores

---

[3] Idem. p. 63.
[4] v. PATARRA, Neide L. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. in: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano*; economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
[5] cf., São Paulo. A cidade que mais cresce no mundo. *Paulistânia*, São Paulo, n. 40, mai-jun. 1951, p. 3.

rurais[6]. Ainda no âmbito das elites políticas, os ocupantes dos cargos executivos pareciam, conforme as circunstâncias, mais sensíveis à questão, numa tentativa de acentuar sua aproximação com as massas. A estas, sem dúvida, todas as iniciativas frustradas corresponderiam a impulsos para a mobilização – incluindo a utópica aliança operário-camponesa, preconizada pelo PCB, que ganharia, a partir das gráficas do partido em São Paulo, um voz no jornal *Terra Livre*. O novo jornal denunciava em suas edições quinzenais a expulsão de posseiros no Pontal do Paranapanema e a distribuição desigual da terra, exaltava a organização da II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, a qualidade dos candidatos capazes de representar o trabalhador rural e a confraternização entre trabalhadores do campo e da cidade no 1º de Maio[7].

A aliança operário-camponesa não parecia uma possibilidade efetiva, mas importaria realmente, talvez como um grande medo, o efeito simbólico da mobilização crescente – e inusitada – dos trabalhadores rurais conjugada aos movimentos organizados ou não da massa urbana, empregada nas fábricas e no setor de serviços ou ainda subempregada em toda sorte de atividades que a urbanização acelerada suscitava. É um fato reconhecido que São Paulo, especialmente sua capital, concentrava parte significativa das indústrias, sendo responsável, desde 1939, por mais de 43% da produção industrial nacional[8]. Entre 1940 e 1950, a força de trabalho empregada na indústria salta de 254.771 para 1.509.713 em termos nacionais, boa parte dela empregada na velha metrópole do café. Em 1940, havia em São Paulo um contingente de 272.865 trabalhadores empregados em 14.225 empresas. Vinte anos depois, esse número alcançava a marca de 962.112 trabalhadores. A meio do caminho, em 1950, é possível estimar que as 24.519 empresas empregassem mais de 400 mil trabalhadores[9]. Numa população de pouco mais de 2.200.000 habitantes os "marmiteiros", como seriam pejorativamente alcunhados os trabalhadores de todos os

---

[6] cf., CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de poder e reforma de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*; O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo, Difel, 1981. T.3; v. 3. p. 127.

[7] v. Eumene manda despejar mais de duzentas famílias em Santo Anastácio. *Terra Livre*, São Paulo, n. 44, jun-jul. 1954, p. 4; A quem pertencem as terras no Brasil. *Terra Livre*, n. 45, jul. 1954, p. 5; Os camponeses do Brasil já têm em quem votar. *Terra Livre*, São Paulo, n.46, ago. 1954, p. 1; Manifesto de convocação da II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas. *Terra Livre*, São Paulo, n. 44, jun-jul. 1954, p. 5; e Trabalhadores da cidade e do campo deram-se as mãos no Primeiro de Maio. *Terra Livre*, São Paulo, n.57, dez. 1956, p. 2

[8] cf., LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p.81-83

[9] cf., MOISÉS, José Álvaro. *Greve de massa e crise política*; estudo da greve dos 300 mil em São Paulo (1953-54). São Paulo, Livraria Editora Polis, 1978. p. 53.

tipos, não representavam apenas uma transformação numérica, pois viriam de fato a interferir politicamente através de mobilizações espontâneas, despertadas, por exemplo, pela majoração das tarifas de transporte público, como no quebra-quebra dos bondes em 1947; das greves motivadas pela depreciação dos salários em função da alta do custo de vida entre 1951 e 1953; e, finalmente, do voto – que raramente agradaria as elites esclarecidas do Estado[10]. Os trabalhadores tornavam-se, então, uma presença inquietante e por isso eram reconhecidos como atores.

Em termos da política institucional, o período identificado com a redemocratização resultante do fim do Estado Novo se caracteriza pelo crescimento da importância do voto urbano, tendência que se apresentava desde a década de 1920 e se acentua com a urbanização e industrialização que ganharam impulso na década de 1940. Na perspectiva das elites políticas, capturar e dar direção à participação dos trabalhadores das cidades tornara-se uma necessidade evidente. Não por acaso, dos três partidos nacionais surgidos no bojo da crise política de 1945, um deles, o PTB, resultava essencialmente da congregação dos ocupantes de posições importantes nos quadros do sindicalismo oficial. Desde o início, a sigla seria identificada ao getulismo – e talvez por isso não tenha tido no Estado de São Paulo a força que viria a ter no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. As demais forças presentes no cenário anterior a 1945 aglutinam-se nacionalmente na UDN, francamente contrária ao trabalhismo e tudo que podia ser identificado a Getúlio Vargas, e no PSD, partido organizado a partir das interventorias que aglutinava as forças tradicionais dos estados. Os dois últimos partidos, o longo dos anos que seguem a 1954, disputariam o eleitorado de classe média, dificilmente penetrando na massa de eleitores das camadas populares. Estes seriam disputados, conforme cada circunstância regional, pelo PTB e PCB. Os comunistas, mesmo depois de colocados na ilegalidade, em 1947, uma demonstração da dificuldade dos liberais em lidar com a democracia representativa, ainda continuariam a participar indiretamente nas disputas eleitorais, oferecendo apoio a candidatos aos diferentes níveis do executivo ou integrando-se às legendas existentes no campo dos partidos trabalhistas. Esse era o caso em São Paulo, onde outros partidos trabalhistas integrariam o campo político dos anos de 1950[11].

---

[10] v., As eleições de outubro. *Anhembi*, São Paulo, v.1, n.1, dez. 1950, p. 125-139.

[11] Sobre a reconfiguração da política entre o fim do Estado Novo e a década de 1960, v. SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro, Campus, 1988; SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *op.cit.*; D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954*: democracia, partidos e crise política. – 2ª ed. – São Paulo, Ática, 1992; e

Atribui-se a fraqueza do PTB naquele estado à competição dos comunistas e de outros partidos trabalhistas, mas também às disputas internas na legenda estimuladas pela direção nacional, que via o fortalecimento da seção regional como uma ameaça potencial à hegemonia gaúcha no partido[12]. Fortemente dependente, segundo Maria Celina d'Araújo, da figura de Vargas, o PTB ainda encontraria em São Paulo um outro adversário com quem manteria uma relação ambivalente: Ademar de Barros e o seu Partido Social Progressista. Na posição de interventor do Estado de São Paulo, Ademar de Barros foi capaz de, por uma lado, estender uma rede clientelista pelo interior e, por outro, capturar uma parcela significativa do voto urbano da capital, sobretudo dos moradores dos bairros periféricos, e de seu entorno. Não foi um acaso, portanto, que as eleições municipais e estaduais de 1947, em São Paulo, constituíram um momento decisivo do jogo político nacional. Naquela circunstância, media-se o peso político do ex-interverntor e o papel que poderia desempenhar nas eleições de 1950[13]. Pode-se dizer que o comportamento do eleitorado paulista colocava São Paulo novamente no centro da política nacional – por motivos bem diferentes daqueles sonhados entre 1934 e 1938. Foi num quadro político bastante diverso, portanto, que o 9 de Julho seria comemorado na década de 1950.

Com o fim do Estado Novo era de se esperar que as cerimônias do 9 de julho voltassem a acontecer com a mesma força que iam ganhando a partir de 1936. Como lembrava um dos jornais a 9 de julho de 1946, "durante o consulado estadonovista", as comemorações foram quase proibidas porque "se via nelas uma espécie de regionalismo, que o caudilhismo ditatorial julgava necessário debelar"[14]. No entanto, a onda comemorativa só viria a ganhar impulso no contexto do quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954. Entre 1946 e 1953, as comemorações continuam praticamente restritas aos cemitérios. Sua organização nesse período congregava o Clube Piratininga, a Federação dos Voluntários, os batalhões, a Associação dos Ex-Combatentes de São Paulo, a Liga das Senhoras Católicas, Centro Acadêmico XI de

---

CAMARGO, Aspásia. La federación sometida. Nacionalismo desarrollista e inestabilidad democrática. In: CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos*; México, Brasil, Argentina. México, D.F, Fondo de Cultura Económica/El Colegio de Mexico,1993.

[12] Sobre o PTB v. BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o trabalhismo*; partido e sindicato em São Paulo (1945-1964). São Paulo, Brasiliense, 1989; e

[13] cf., D'ARAÚJO, Maria Celina. *op.cit.* p. 53.

[14] cf., S. Paulo reverencia a memória de seus mortos. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 9 de julho de 1946. p. 5

Agosto e os governos do Estado e dos municípios. É de se notar também a multiplicação de iniciativas que não pareciam ser previamente coordenadas a partir de um centro. Os batalhões, por exemplo, realizavam suas próprias missas em igrejas diversas, comumente na mesma hora em que o Clube Piratininga, Federação dos Voluntários e a Liga das Senhoras Católicas mandavam celebrar as missas campais no cemitério São Paulo pela manhã. No entanto, aquele campo santo permanece como centro para o qual a lembrança dos mortos convergia: após as missas nas igrejas e visitas a túmulos de ex-combatentes em cemitérios espalhados pela capital, os remanescentes dos batalhões de voluntários acabavam seguindo para o mausoléu, depositando coroas de flores sobre os túmulos[15]. Nas cidades do interior, os cemitérios também continuam como centro dos rituais cívicos e religiosos organizados por associações locais de ex-combatentes e pelos poderes municipais.

As missas solenes, no espaço das igrejas ou nos cemitérios, e as romarias cívicas pelos túmulos permanecem como as principais formas comemorativas acionadas para lembrar os "mártires". Algumas associações cívicas, como o Clube Piratiniga e a Associação dos Ex-Combatentes de São Paulo, também promoviam sessões solenes em suas sedes ou no Teatro Municipal. Esta maneira de promover a memória também era acionada por associações profissionais e grêmios estudantis, como o Instituto de Engenharia, o Centro Acadêmico Horácio Lane da Escola de Engenharia do Mackenzie e o Centro Acadêmico XI de Agosto dos estudantes de direito. A Faculdade de Direito, aliás, permanece como um centro propício à celebração desde que fora inaugurada a herma em homenagem aos acadêmicos mortos na revolução. Nestas situações, a memória institucional se confundia, portanto, com a memória da Revolução de 1932 partilhada por diferentes segmentos e grupos organizados da sociedade paulista. É digno de nota, nestes sentido, o destaque maior que *O Estado de São Paulo* conferia às comemorações em comparação com outros periódicos da capital – destaque que ainda dura hoje em dia, diferentemente de outros

[15] v. Transcorre hoje o 14º aniversário da Revolução Constitucionalista. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1946. p. 4; S. Paulo reverencia a memória de seus mortos. *O Correio Paulistano*. *op.cit.* p. 5; Solenidades comemorativas do movimento constitucionalista de 32. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1946. p. 4; e São Paulo reverencia a memória dos heróis de 32. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1946. p. 5 e 12; Numerosas solenidades assinalarão hoje a passagem do 20º aniversário da revolução constitucionalista. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1952. p. 4; O vigésimo aniversário da Revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1952. p. 9. Assinalada ontem com significativas solenidades o 20º aniversário da Revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1952. p. 4 e 5; São Paulo comemora hoje o 21º aniversário da revolução. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1953. p. 8;

jornais em que a data é lembrada como adendo às informações acerca do trânsito nas imediações do Ibirapuera e nos acessos às rodovias que ligam a capital ao litoral e ao interior do estado.

A interseção da memória institucional com a memória do movimento constitucionalista aconteceria, na mesma época, com a inauguração do "Museu de Relíquias do Movimento Constitucionalista no Instituto de Educação Caetano de Campos". Em 1947, o Clube Piratininga promoveu a inauguração deste espaço dedicado à memória do acontecimento na mais prestigiosa escola normal do Estado. Armas, capacetes, um tipo de boné militar, os bibicos, bandeiras, cartazes, entre outros objetos foram reunidos naquele espaço dedicado à formação de professores da escola básica para reavivar a lembrança do movimento constitucionalista[16].

O uso do termo "relíquias" é significativo do conteúdo sagrado que se atribuía ao evento, mas também remete à própria história do ato de colecionar no Ocidente cristão. De acordo com Pomian, as primeiras coleções de que se tem notícia na cristandade eram compostas por relíquias de santos e mártires. Os santuários reuniam pedaços dos corpos, vestes e demais objetos que pertenceram a uma personagem sagrada. Acreditava-se que o contato com estes objetos sacros proporcionava milagres. Na verdade, porém, tê-los sob as vistas religava os fiéis com o universo transcendente: a visibilidade dos objetos restabelecia a comunhão com o invisível, o sagrado. A laicização das sociedades ocidentais viria a redefinir o poder evocativo dos objetos, a relação entre o visível e o invisível. Além das relíquias, outros objetos reunidos nos museus nascentes cumpririam o papel de fazer a ligação entre aqueles que os viam e um outro invisível, o passado das sociedades nacionais - não menos sagrado, aliás, que o além mundo do cristianismo. Assim, no mundo contemporâneo os objetos materializam determinada memória. No entanto, o poder evocativo dos objetos só é possível quando estes são investidos de um significado próprio. Eles precisam ser destituídos de sua utilidade original para que se transformem em ícones da lembrança[17].

No caso particular das "relíquias" constitucionalistas, a própria reunião de objetos com funções tão díspares já é o início da produção de um sentido determinado. Obviamente, àquela altura ninguém usaria os velhos uniformes, os

[16] cf. O Clube Piratininga comemorou o aniversário do movimento de 32. Inauguração de museu ni Instituto Caetano de Campos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1947. p. 7.
[17] v. POMIAN, Krzystof. Colecções. In: ROMANO, Rugiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*; Memória-História. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984. v.1. p. 56-86.

capacetes de aço, as velhas bandeiras – todos já se encontravam fora da circulação, caíram em desuso. Seu uso, aliás, estava associado a um momento particular que havia passado. Sua reunião e classificação como matéria da memória permitiria reavivar a variedade das formas de engajamento em um movimento coletivo – da mobilização civil à guerra, do engajamento nas funções de apoio na retaguarda à vida no *front*. Dois anos depois da inauguração do "museu de relíquias" do Caetano de Campos, o próprio Clube Piratininga realizou uma exposição em sua sede[18], um movimento que resultou na doação destes objetos para o Museu Paulista. Em 1950, o principal museu histórico de São Paulo inaugurou a "Seção do Movimento Constitucionalista de 1932". Em sua revista, o Clube Piratininga informava que havia doado as "relíquias" que possuía para a instituição. E, com a intenção de fazer coincidir as memórias individuais com a memória coletiva, convidava os que possuíssem objetos semelhantes a fazerem o mesmo através do Clube ou diretamente ao Museu Paulista, enriquecendo, assim, a coleção que então se constituía. No mesmo artigo, o museu era conceituado como "pedra angular da História do Brasil", lugar onde se encontravam objetos e documentos referentes à história nacional desde o tempo da Colônia, particularmente do bandeirismo, passando pela Independência e alcançando a proclamação da República. Segundo os editores de *Paulistânia*, não poderia faltar neste espaço consagrado à história nacional, que aliás se confundia com a história de São Paulo, uma seção dedicada ao "memorável acontecimento"[19]. Nesse sentido, pode-se dizer que a constituição da seção dedicada a 1932 tornava visível mais um momento da participação de São Paulo na construção da nacionalidade. A Revolução de 1932 era, então, consagrada num espaço dedicado a apresentar uma narrativa da nação que tinha São Paulo como centro e os "paulistas" como principais personagens[20].

Além da musealização dos objetos que remetiam ao "martírio de São Paulo", é preciso notar que, entre 1946 e 1953, apareciam outros ritos da unidade social em torno da lembrança. Em 1947, por exemplo, quando o 9 de Julho se confunde com a promulgação da nova Constituição estadual, como já havia acontecido em 1935, aconteceu uma "marcha luminosa" pelas ruas da capital. Programada para o dia 9, não

[18] cf., 9 de Julho. *Paulistânia*, São Paulo, Clube Piratininga, n.30, jul.-set. 1949. p. 6
[19] cf., O Museu Paulista inaugura a Seção do Movimento Constitucionalista de 32. *Paulistânia*, São Paulo, Clube Piratininga, n. 33, mar.-abr. 1950. p. 3.
[20] Sobre o Museu Paulista v., ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: memória e história*. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1996. (Doutorado).

pode ser realizada em função do mau tempo e aconteceu finalmente no domingo, dia 13 de julho. Nesse dia, a Força Pública e os voluntários organizaram a "marche aux flambeaux" saindo das imediações do parque D.Pedro II, onde estava instalado o Palácio 9 de Julho, sede da Assembléia Legislativa, seguiu pelas ruas adjacentes até a avenida Rangel Pestana, atingindo a praça da Sé, onde se construía a nova catedral, passando pela rua Benjamin Constant, Largo de São Francisco, rua Líbero Badaró e avenida São João até a avenida Ipiranga. Do palanque erguido no Largo do Paissandú, a meio caminho do final da marcha, o presidente da Assembléia Legislativa saudou os participantes e umas poucas palavras foram ditas para lembrar o evento e seu significado.

Outra novidade que se incorporaria aos ritos do 9 de Julho seria a chamada simbólica dos voluntários mortos nas cerimônias realizadas no cemitério São Paulo. Desde 1946, um ex-combatente pronunciava os nomes dos que "tombaram" e se encontravam inumados nas proximidades do mausoléu[21]. Depois da chamada simbólica seguia-se o minuto de silêncio e a execução do Hino Nacional. Além da marcha luminosa e de novas palavras propiciatórias incorporadas ao culto aos mortos, tornam-se comuns inaugurações de obras públicas no dia 9 de julho pelo governo do Estado e dos municípios[22]. Ao mesmo tempo em que as obras inauguradas apontavam para o futuro, especialmente as grandes obras viárias fartamente celebradas e que tornavam evidente a centralidade econômica de São Paulo no Brasil[23], o monumento-mausoléu previsto desde 1934 ganharia um lugar propício: o parque do Ibirapuera. Este espaço viria a articular passado, presente e futuro na metrópole em crescimento. Era o lugar de onde partiram algumas das bandeiras, que tinham o pico do Jaraguá a servir de bússola no avanço para o Oeste; espaço urbanístico previsto nos planos de remodelação da cidade pensados nos anos de 1940; índice do futuro com as construções modernistas dos pavilhões do IV Centenário[24].

---

[21] cf., Solenidades comemorativas do movimento constitucionalista de 32. *Folha da Manhã*. *op.cit*. p. 4

[22] cf., Assinalada por diversas solenidades a data da Revolução Constitucionalista. Cerimônias realizadas nesta capital – Melhoramentos inaugurados em Santos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de julho de 1950. p. 2; Comemorações promovidas pela prefeitura. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1952. p. 5; Assinalado ontem com significativas solenidades o 20º aniversário da Revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1952. p. 4-5; Duas importantes obras rodoviárias foram inauguradas pelo governador do Estado. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1953;

[23] v. NETTO, Américo. O plano de viação paulista. *Paulistania*, São Paulo, Clube Piratininga, n. 13, out-dez. 1943. p. 11-16.

[24] v. MARINZ, Paulo César Garccez. O parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. *Anais do Museu Paulista*, v. 6/7, 1998-1991, p. 9-36.

Em 1949, a localização do monumento foi finalmente estabelecida pelos poderes municipais e no mesmo ano já se prescreviam os preparativos para as obras iniciais[25]. O engajamento dos poderes municipais na execução do monumento era, por certo, uma resposta à mobilização favorável a iniciativa. Em 1948, a revista *Paulistânia*, publicação do Clube Piratininga, dizia que "na vertigem da corrida para frente, a que se entregam os filhos de Piratininga" seria imprescindível abrir um "hiato", um "intervalo no tempo", para que todos, em silêncio propício à recordação, voltassem ao "Passado, para nele reencontrar as linhas mestras desta caminhada sem fim". O passado que *Paulistânia* incitava a recordar era a Revolução de 1932 e a lembrança equivaleria ao resgate de uma dívida: "O monumento aos mortos de 32 precisa ser erguido"[26]. Nas páginas seguintes, as imagens do projeto de Galileu Emendabile e das maquetes do monumento ilustravam o texto que informava sobre o andamento da iniciativa. Naquela brecha de um tempo frenético, a campanha contava com 3 milhões de cruzeiros doados por subscrição popular e mais 3 milhões devidos a crédito originado da iniciativa do deputado João Batista de Carvalho[27] – é bom lembrar, o mesmo padre que oficiava as celebrações aos mortos, em Santos, entre 1934 e 1937.

A construção do monumento ganharia maior impulso com os preparativos para a comemoração do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Assim, em 1952, um artigo sobre os monumentos e o quarto centenário lamentava o estado de abandono das esculturas públicas grandiosas existentes em São Paulo, especialmente o *Monumento à Independência* e o *Monumento a Ramos de Azevedo*, de autoria de Galileu Emendabile, que, infelizmente, seria desmontado em razão dos melhoramentos urbanísticos na Avenida Tiradentes. Segundo o autor, outras obras grandiosas eram construídas por ocasião do aniversáiro da "capital bandeirante": o Monumento às Bandeiras e o Monumento a Duque de Caxias, ambos de Brecheret; e o "obelisco ao Soldado Constitucionalista". As obras do "obelisco" ficariam prontas em 1954, mas o autor lamentava que as verbas necessárias para sua realização e das

[25] cf., Decreto n. 1078, de 6 de julho de 1949. Dispõe sobre a localização do "Monumento aos Mortos de 1932" no Parque do Ibirapuera; e Lei n. 3758, de 20 de maio de 1949. Dispõe sobre a execução das obras que servirão de alicerce ao "Monumento aos Mortos de 32".
[26] cf., O monumento ao soldado de 32. *Paulistânia*, São Paulo, Clube Piratininga, n. 22, mar.-abr. 1948. p. 3.
[27] cf., A capa deste número. O monumento ao soldado de 32. *Paulistânia*, São Paulo, Clube Piratininga, n. 22, mar.-abr. 1948. p. 4 e 5.

demais iniciativas eram muito exíguas para que fossem entregues a tempo[28]. Talvez por causo disso, ainda em 1952, o governador Lucas Nogueira Garcez escolheu o dia 9 de julho para sancionar a lei que criava um crédito de 600 milhões de cruzeiros para as obras destinadas à celebração dos quatrocentos anos da capital. Na mesma ocasião, sancionou uma segunda lei doando 3 milhões para as obras do Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista[29].

No 9 de julho do ano seguinte, a comissão diretora da "Fundação Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Paulista", presidida por Benedito Montenegro e outros nomes ligados à iniciativa desde o1934, faria uma visita de inspeção às obras. Já se via o obelisco erguido, cercado de andaimes destinado à aplicação do revestimento e dos grupos escultóricos em cada face. A comissão concluíra que seria possível proceder a inauguração em 1954. O monumento, no entanto, não comportaria mais os mortos, dado que seria impossível localizar os corpos depois de tanto tempo; todos os mortos seriam substituídos pela estátua do Herói Jacente, que seria instalada sob a ogiva central nas comemorações de julho de 1954 – o que não aconteceria por conta do atraso nas obras. De qualquer forma, o monumento concebido nos começos da celebração do 9 de Julho como centro do culto aos mortos ia sendo construído, mas parecia perder esta função de eixo em torno do qual a memória de 1932, consubstanciada no traslado e enterramento dos voluntários, deveria se articular. Como se verá adiante, esta situação seria revertida, mas por ora é preciso assinalar as alterações nos significados atribuídos ao 9 de Julho como símbolo da Revolução Constitucionalista.

Em todo o período de 1946 a 1953, o 9 de Julho permanece central na articulação da memória de 1932 ao presente da política. Ao passo que as cerimônias cívicas permanecem tão tímidas quanto no Estado Novo, restringindo-se praticamente aos cemitérios, a associação da data aos movimentos da política era uma constante. É significativo, portanto, que o grande desfile realizado em todo este tempo, assim como a primeira iniciativa que transformava os objetos em matéria de memória do evento, tenha ocorrido em 1947. Ao mesmo tempo, o 9 de julho incorporava outros aspectos da cultura política em transformação. Assim, assiste-se nos dias posteriores, 10 e 11, as convenções dos industriais do interior e o congresso das municipalidades

[28] cf., NUNES, Máximo Ribeiro. Os monumentos e o IV Centenário da Cidade. *Paulistânia*, São Paulo, Clube Piratininga, no. 44, mar.-mai., 1952. p. 22-23

[29] cf., Oficialmente lançado o empréstimo público de 600 milhões de cruzeiros para as obras do IV Centenário. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1952.

paulistas[30]. No que tange diretamente à memória de 1932, a data se sobrepõe definitivamente ao 23 de Maio, e passa a ser recorrentemente associada à democracia mais do que à autonomia regional. Assim, por exemplo, Vladimir Toledo Pizza escreve um artigo em *O Correio Paulistano* sugerindo a ligação entre 1932 e o engajamento dos brasileiros na luta pela democracia durante a II Guerra, o que acabaria resultando na queda do Estado Novo ao final de 1945[31]. Ainda mais eloqüente que este exemplo era parte do texto de *Paulistânia* que defendia a construção do monumento-mausoléu publicado em 1948. Os editores da revista sintetizavam os eventos de 1932 do início da guerra civil ao seu final para darem aos leitores a dimensão da dívida contraída aos mortos. Em determinado momento teciam a ligação entre a Revolução de 1932 e a II Guerra através de uma analogia entre as personagens militares que teriam sido decisivas na organização da luta dos paulistas e dos aliados, dizendo:

> O último tiro foi disparado a 28 de setembro. São Paulo colhera, da sua luta, a derrota. Mas o mundo continuaria, anos depois, a peleja interrompida a 28 de setembro. Em lugar de [Bertoldo] Klinger, Montgomery. Substituindo Palimércio [Resende], Eisenhower.
>
> A democracia venceu, afinal![32]

Estes são apenas dois exemplos significativos da continuidade entre a Revolução Constitucionalista e a II Guerra, ambas encaradas como a mesma luta por liberdade e democracia. Continuidade que, aliás, também se expressaria na participação dos ex-combatentes da FEB nas celebrações do 9 de Julho daí por diante. A todo o tempo, além destas relações, o 9 de julho se apresenta como momento propício para sinalizar aos adversários que São Paulo, esta unidade política quase transcendente, estava sempre vigilante contra as tentativas de interromper ou mudar os processos constitucionais. Assim, o editorial da *Folha da Manhã*, publicado em 1952, afirmava: “Somos ainda a sentinela vigilante, sempre alerta, que forja no trabalho o aço de sua vontade e acentua os seus pendores democráticos”. E seguia

[30] cf., Concentração de prefeitos em Ribeirão Preto. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1952. p. 7; III Convenção das Indústrias do Interior. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1952. p. 1; Instala-se, hoje, o IV Congresso de Municípios Paulistas. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de julho de 1953. p. 2.
[31] cf., PIZZA, Vladimir Toledo. 9 de Julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1946. p. 4.
[32] cf., O monumento ao soldado de 32. *Paulistânia. op.cit.*. p. 3.

reivindicando a lembrança dos que "tombaram nas trincheiras do Túnel, de Buri, de Cunha" que constituíam o "penhor paulista, selado com sangue", sacrifício feito em nome da "liberdade" e da "lei" a indicar a fidelidade "à vocação democrática" que animara São Paulo antes e durante a Revolução Constitucionalista[33].

Esta fidelidade à "vocação democrática" justificava a prevenção que cercava a figura de Getúlio Vargas durante seu mandato eletivo conquistado em 1950. É bastante significativo desta prevenção o debate sobre a sessão solene comemorativa do 9 de Julho na Assembléia Legislativa em 1952. A proposta fora apresentada pela liderança da UDN na casa, o deputado Paulo Lima. No entanto, foi substituída por uma moção comemorativa. Os propositores da sessão solene, e também a imprensa, atribuíam a negativa a uma manobra dos partidos dominantes para não ferir os brios do presidente que visitaria São Paulo dois dias depois[34]. A negativa da Assembléia levava o deputado Paulo Lima a concordar com um amigo que lhe dissera, dias antes, que da Revolução de 32 só restava o famigerado Artigo 30 – dispositivo constitucional que garantia a pensão para os ex-combatentes e suas famílias. Dizia a liderança udenista que, ao trocar a sessão solene por uma "moção absolutamente inexpressiva", a Assembléia Legislativa dava a impressão de que "o movimento constitucionalista é acontecimento superado, cuja comemoração se tornou inoportuna e impertinente"[35]. Outro representante do mesmo partido, o padre Benedito Calazans, solidarizava-se com seu correligionário, enquanto a liderança do PSD, Lincoln Feliciano, defendia a comemoração da data que se convertera em símbolo da implantação do regime democrático. Luciano Nogueira Filho, liderança do PSP, por sua vez afirmava o valor da data como maior manifestação de "brasilidade paulista". Diante das falas dos deputados udenistas, Rui Almeida, líder do PTB, lembrava a grandeza do evento, sobretudo por seu caráter popular. E acusava o uso político que se desejava fazer dele: "O 9 de Julho é uma data que se tornou sacrossanta para os paulistas pela tradição que passou a ter; e, por isso, não pode ser profanada a serviço de interesses, seja eles quais forem, ou se situem onde querem situa-los"[36]. Conquanto todos os grupos concordassem com o valor da data cívica, acentuando um ou outro

[33] cf., A irresistível vocação democrática de São Paulo. *Folha da Manhã,* São Paulo, 9 de julho de 1952. p. 6.
[34] cf., A Assembléia e o 9 de Julho. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 10 de julho de 1952. p. 3;
[35] cf., "São Paulo não perdeu a revolução de 32. Se a perdeu pelas armas, ganhou-a pela idéia." *Folha da Manhã,* São Paulo, 9 de julho de 1952. p. 3; e A Assembléia e o 9 de Julho. *op.cit.* p. 3.
[36] cf., "São Paulo não perdeu a revolução de 32. Se a perdeu pelas armas, ganhou-a pela idéia." *op.cit*. p. 3; e A Assembléia e o 9 de Julho. *op.cit.* p. 3

aspecto do evento que ela lembrava em conformidade com suas posições políticas, a sessão solene não foi realizada. A reação mais contumaz contra os que defenderam apenas a moção viria, obviamente, no editorial de *O Estado de São Paulo* intitulado "Os melindres do ex-ditador", no qual se acusava o incomodo que deveria causar ao presidente eleito as comemorações do 9 de Julho. O mesmo editorial e outro artigo criticavam duramente o grupo político que defendeu a moção comemorativa em vez da sessão solene que sempre se realizava: para o *Estado* esta postura seria um índice de subserviência inadmissível[37].

No ano seguinte, a crise política se agrava. Como se sabe a crise tinha por substrato as discussões em torno do desenvolvimento econômico e a atuação cada vez mais expressiva dos grupos subalternos na consecução de direitos e melhoria das condições de vida degradadas pela inflação. O caminho que o desenvolvimento deveria tomar dividia as opiniões, constituindo grupos favoráveis à participação estrangeira e limitada do Estado na economia e outros grupos que defendiam uma participação mais arrojada do Estado e limitações ao capital multinacional, duas expressões distintas do nacionalismo econômico que caracterizava a década de 1950[38]. De fato, a discussão sobre os caminhos do desenvolvimento toma os jornais – quando se acompanha a imprensa desde a década de 1930, impressiona o crescimento significativo das matérias e cadernos dedicados a economia nos anos 1950. Ao mesmo tempo, também cresciam as apreensões acerca da movimentação política dos trabalhadores.

Entre 1951 e 1952, ocorreram 264 greves em todo o país, boa parte delas reivindicando aumento de salários ou pagamento de atrasados (50,7%)[39]. Ao mesmo tempo, a pressão se exercia também no combate à carestia com as conhecidas *Passeatas da Panela Vazia* que, entre final de 1952 e meados de 1953, levaram cerca de 500 mil pessoas às ruas em São Paulo e Rio de Janeiro[40]. No ano de 1953, São Paulo assistiria a organização de um greve de massa sem precedentes. Entre março e abril daquele ano, o movimento iniciado com os trabalhadores da indústria têxtil

---

[37] cf., Os melindres do ex-ditador. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1952. p. 3; e A Assembléia e o 9 de Julho. *op.cit*. p. 3.

[38] Sobre esta questão v. D'ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954*: democracia, partidos e crise política. – 2ª ed. – São Paulo, Ática, 1992; CARVALHO, José Murilo de. Vargas e os militares: aprendiz de feiticeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro, EdUERJ; Ed.FGV, 1999. p. 55-82; e ABREU, Alzira Alves de. *O nacionalismo de Vargas ontem e hoje*. In: D'ARAÚJO, Maria Celina (org.) *op.cit.* p. 119-136.

[39] cf., MOISÉS, José Álvaro. *op.cit*. p. 78.

[40] Idem. p. 142.

alcançaria, pouco a pouco, outras categorias, irradiando-se da capital para as cidades circunvizinhas, como Osasco, Cotia e Santos, e também despertando a paralisação dos marítimos no Rio de Janeiro[41]. A parede teria reunido em seu ponto mais alto, 300 mil trabalhadores, mobilizados a margem das estruturas do sindicalismo oficialmente reconhecido. Ao longo do movimento, as manifestações de rua organizadas pela Comissão de Combate a Carestia de Vida, ligada aos militantes comunistas, teriam reunido milhares de trabalhadores e suscitado a repressão policial em uma demonstração pública na praça da Sé e na passeata da Móoca, quando a população do bairro operário aderiu aos manifestantes para enfrentar as tropas da Força Pública. Além das demonstrações massivas pelas ruas da cidade, o evento também provocou o surgimento de novas formas de organização e coordenação dos movimentos grevistas, como o Comitê Intersinidcal de Greve que resultaria, mais tarde, no Pacto de Unidade Intersindical. São Paulo transformava-se, então, em arena principal da crise poucos meses antes da comemoração do 9 de julho[42].

Em junho, uma reforma ministerial colocou o Ministério do Trabalho sob a liderança de João Goulart, cuja primeira medida foi a proposta de elevação em 100% do salário mínimo. A grande imprensa de São Paulo, como a de todo o país, na verdade, combateria fortemente a medida, o novo ministro e a aproximação do chefe de governo das massas. Todos estes movimentos eram vistos como tentativas de se estabelecer bases para a continuidade de Vargas, como se o espectro de 1937 rondasse o Brasil. Nesse contexto, se explicam os artigos e editoriais publicados no 9 de julho de 1953 acerca do sentido da data cívica paulista. Benedito Costa Neto, em artigo intitulado "9 de Julho", defendia na *Folha* a idéia de que no período Dutra não houve grandes solenidades na data cívica porque não havia ameaça alguma contra as instituições. Segundo o articulista, no ano de 1952, a "índole ditatorial de alguns movimentos subterrâneos vagamente se denunciava" e, por isso, "Piratininga resolveu, então, exaltar a sua data máxima rezando, cobrindo de flores o túmulo de seus heróis, e dando aos seus herdeiros desta geração, o brado de sentido". Na verdade, pode-se constatar facilmente que as comemorações de 1952 não foram muito diversas das que aconteceram entre 1946 e 1950. Contudo, o autor conclamava a necessidade de manter a vigilância em 1953, sobretudo por conta da reforma constitucional que então se discutia e que poderia, na nova legislatura a ser escolhida

[41] cf., MOISÉS, José Álvaro. *op.cit*. p. 89.
[42] Idem. p. 88-89; 142-143.

em 1954, possibilitar a implantação do que chamava de “caudilhismo constitucional”. Finalizava seu texto afirmando que a palavra estaria com o eleitorado:

> que somente deverá amparar os candidatos sincera e declaradamente constitucionalistas e deles exigir um penhor, de tal forma vinculado à dignidade de cada um, que qualquer futura deserção se torne mais difícil! É uma das precauções a tomas; mas existem outras[43].

Evidentemente, o articulista não anunciava quais seriam as outras precauções, mas pode-se supor que não eram melhores do que a continuidade supostamente desejada por Vargas e pelos grupos políticos que o apoiavam. Dois editoriais de *O Estado de São Paulo* publicados no mesmo dia caminhavam no mesmo sentido. O primeiro, intitulado “Nove de Julho”, conclamava a união dos paulistas contra as manobras do “caudilho”, única maneira de não serem vilipendiados pelo chefe da Nação[44]. O outro, “9 de Julho à distância”, procurava entender as felicitações à data vindas de todo o Brasil, especialmente dos adversários próximos a Vargas que haviam se manifestado na sessão comemorativa no Congresso Nacional. Dizia ser fácil louvar o 9 de julho passados mais de vinte anos, mas 1953 não era tão diferente de 1932! Desejava crer, contudo, que a lição de 1932 tivesse valido e os elogios demonstrassem uma sincera conversão aos ideais democráticos[45].

A coincidência das posições dos dois periódicos na conceituação da data cívica é reveladora de posições importantes, mas permanece difícil surpreender seu efeito mesmo entre os leitores e eleitores das camadas médias. A força destes discursos que associavam a democracia quase exclusivamente ao exercício do voto, não parecia tão evidente quando se aproximava o momento da eleição do executivo estadual em 1954. Dois dias antes do 9 de Julho, *O Estado de São Paulo* noticiava as atividades da Campanha Paulista Pró-Alistamento Eleitoral, um empreendimento das “classes produtoras e liberais de S.Paulo” destinado a aumentar o contingente de eleitores no Estado. Dizia o artigo que, em São Paulo, numa população de 10 milhões de habitantes, apenas pouco mais de 2 milhões encontravam-se regularmente inscritos para o futuro pleito, a maioria deles na capital que contava 900 mil votantes. O mesmo jornal, no mesmo dia, noticiava que a população do Estado imporia o aumento

[43] cf., COSTA NETO, Benedito. 9 de julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1953. p. 4.
[44] cf., Nove de Julho. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1953. p. 3
[45] cf., 9 de julho à distância. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1953. p. 3

da representação parlamentar na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional[46]. A *Folha*, por sua vez, notava, um dia depois das grandiosas comemorações do 9 de julho no ano do IV Centenário, um "perigoso sintoma de debilidade cívica". Tratava-se dos títulos a espera de seus eleitores no Tribunal Eleitoral, postos de alistamento vazios, sedes partidárias pouco freqüentadas, "sem que se percebam em qualquer delas o fluxo de correntes populares e o ardor dos que se dispõem a lutar por um ideal alevantado", propaganda eleitoral incipiente, etc. O mesmo editorial lembrava a responsabilidade dos governados que deveriam escolher candidatos cujo passado comprovasse coerência[47].

Não era por acaso, então, que os deputados paulistas saudassem a "memória dos que tombaram" e reivindicassem sua participação pessoal no movimento constitucionalista[48]. Ao mesmo tempo, como também aconteceu entre 1932 e 1937, conferia-se destaque à participação de determinados partidos nas comemorações[49]. Tratava-se, então, de converter o capital simbólico em capital político: parte do eleitorado compreenderia o apelo colaborando para transformar o recurso ao passado pessoal e coletivo em votos. Provavelmente, este discurso ganharia os corações do "eleitorado esclarecido" que a *Folha da Manhã* defendera dois anos antes num editorial crítico da expansão do sistema eleitoral, contrapondo aos critérios que julgava pouco rigorosos de alistamento eleitoral o "estabelecimento de requisitos mínimos de ordem intelectual e moral para o exercício do múnus cívico do voto (sic)"[50].

O viés elitista da democracia ilustrada ainda vigorava entre os liberais de São Paulo. Na conjuntura dos anos 1950, esta forma de pensar a política permanecia como contraponto à emergência de lideranças como Ademar de Barros e Jânio Quadros que se projetavam no cenário nacional a partir de São Paulo, onde constituíram suas bases eleitorais na periferia da capital e também nas cidades do interior. Vale lembrar,

---

[46] cf., A atual população do Estado imporia o aumento da representação parlamentar. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de julho de 1954. p. 4.
[47] cf., Perigoso sintoma de debilidade cívica. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 4.
[48] v, Evocado no Palácio 9 de Julho o movimento revolucionário de 32. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 5; Enaltecida na Câmara dos Deputados a significação do movimento de 32. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 3; e Vibrante página de civismo constituíram as comemorações da revolução constitucionalista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 5. No mesmo sentido, é bastante sintomático que Ademar de Barros, como provavelmente outros políticos de sua geração, preservasse em seus arquivo e coleção pessoal todos os documentos relativos à sua participação no movimento constitucionalista, v. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Ademar de Barros. AP TXT AB 631.
[49] cf., A participação da UDN. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 8.
[50] cf., Deficiências do sistema eleitoral. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 de julho de 1953. p. 4.

agora, que foi precisamente naquele momento que estes fenômenos políticos passam a ser identificados como expressão do populismo na política brasileira: o ensaio *Que é o Ademarismo?* apareceu no primeiro semestre de 1954[51]. À esquerda e à direita, o conceito político transmutado em categoria sociológica seria usado para desqualificar o trabalhismo identificado ao getulismo, o ademarismo, o janismo e, dependendo das posições no campo político, qualquer forma de mobilização autônoma dos trabalhadores e demais grupos subalternos. Esta operação não permitiria perceber a recepção, usos e negociações empreendidas pelos grupos subalternos em meio às práticas ditas populistas. Apenas recentemente, a historiografia tratou de compreender como os grupos populares também foram sujeitos ativos destas políticas[52]. Nos anos 1950, contudo, presas de modelos ideais de participação política, tanto a intelectualidade de esquerda como os liberais não puderam, por razões diferentes, enxergar que o sucesso das lideranças negativamente qualificadas como populistas prendia-se a mudanças efetivas na vida dos moradores da periferia ou dos trabalhadores, sujeitos em posição desigual mas que podiam interferir politicamente nas brechas de um sistema inequivocamente excludente.

Na perspectiva dos jornais liberais, as eleições estaduais de 1954 e a presidencial de 1955 seriam momentos propícios para que se oferecesse uma resposta ao ademarismo, ao janismo e ao getulismo. Na disputa estadual, Ademar de Barros e Jânio quadros assumiram a liderança da disputa eleitoral, na qual figuravam outras candidaturas como a de Prestes Maia, ex-prefeito de São Paulo, e Vladimir Toledo Piza, deputado pelo PTB. Ademar era sustentado pelo PSP em aliança com o PSD e uma ala do PTB; enquanto Jânio saíra pelo PTN apoiado pelo PSB e por outra ala do PTB. Prestes Maia era o candidato da UDN e Toledo Piza do PTB, mas também contava com o apoio do Partido Comunista na ilegalidade[53]. Diante desse quadro, *O Estado de São Paulo* professa seu apoio a Prestes Maia contra o "messianismo" e a figura de um "predestinado", formas de personalismo que julgava incompatíveis com a democracia[54]. Em outro editorial também publicado no dia 10 de julho, confundindo-se, portanto, com as notícias sobre as comemorações do dia anterior, o jornal falava do perigo que representava o "caudilho rio-grandense", pois se lhe fosse

[51] v. GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, no. 2, 1996, p. 31-58.
[52] v. O populismo visto da periferia. ; e FERREIRA, Jorge.
[53] Sobre a eleição de 1954 v. BENEVIDES, Maria Victoria. *op.cit.* p. 52-59.
[54] cf., Política e personalismo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 3.

dada qualquer oportunidade daria um golpe. Nesse sentido, conclamava pela composição de uma "nova frente única" para o próximo período governamental, embora lamentasse a falta do "espírito de união" que houve em 1932[55]. Ficava patente, mais uma vez, o uso político da data cívica: era como se a comemoração do 9 de Julho pudesse reavivar a unidade regional contra todos os personalismos.

Toda esta exposição dos usos políticos circunstancias do 9 de julho parece submeter a comemoração aos movimentos políticos regionais e nacionais – limites dificilmente distinguíveis, aliás. De fato, chama a atenção que durante todo o período analisado as questões políticas do momento emergiam com força no tratamento que a imprensa paulistana fazia do evento cívico. Parece que parte da imprensa supervalorizava o sentido político das celebrações, sobretudo entre 1952 e 1953, e o grande vulto que elas tomavam. Em 1954, a comemoração do 9 de julho seria diferente das que vinham se praticando quase que exclusivamente nas igrejas, cemitérios e sessões solenes no Clube Piratininga e outras associações cívicas. Seguramente foi grandiosa e reuniu muitas pessoas nas ruas da capital, participação garantida pela decretação de ponto facultativo nas repartições públicas municipais e estaduais, iniciativa que foi acompanhada pelo comércio e pela indústria locais quando suas associações sugeriam a suspensão do trabalho para o dia 9[56]. As comemorações também foram qualitativamente diferentes em outro aspecto: o culto aos mortos subsistia, mas não foi o centro dos rituais que se processaram no ano do IV Centenário. Se uma parte da imprensa preencheu a data de um sentido político claro, a própria forma que a comemoração assumiu sugeria outra sorte de significados.

Os preparativos para o 9 de julho naquele ano eram anunciados constantemente nos jornais e nas rádios, uma vez que a Comissão do IV Centenário havia integrado às comemorações uma iniciativa da Associação das Emissoras de São Paulo que viria a transformar a data cívica em espetáculo popular tendo a cidade de São Paulo como cenário e principal objeto da celebração. Além da Associação das Emissoras, outras instituições se solidarizaram com a comemoração, como o Banco

[55] cf., Nova frente única. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 3.
[56] cf., Feriado municipal, mas trabalho normal no comércio e na índústria. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 194. [p. 1]; Comerciantes e industriais podem fechar seus estabelecimentos hoje. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 1; Apelo da Federação e Centro das Indústrias. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 4; Apelo da Federação e Centro das Indústrias. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 8; A participação das entidades de classe nas comemorações. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1954. p. 8.

América, sediado no antigo edifício Martinelli e dirigido por Herbert Levy, ex-combatente, homem de negócios e político paulista. A promoção da memória do evento contou também com a colaboração das associações estudantis da Faculdade de Direito, Centro Acadêmico XI de Agosto; da Faculdade de Medicina, Centro Acadêmico Oswaldo Cruz; do Instituto Politécnico; da Escola de Engenharia do Mackenzie, Centro Acadêmico Horácio Lane. O Clube Piratininga, a Federação dos Voluntários, o Instituto de Educação Caetano de Campos, a Força Pública, a Associação Comercial de São Paulo e a Liga das Senhoras Católicas também se encarregaram de arregimentar a participação de seus membros nas comemorações promovidas pela Comissão do IV Centenário e em homenagens mais restritas em suas sedes, cemitérios e igrejas. Os ex-combatentes convocaram uma concentração no Largo de São Francisco e decidiram igualmente, em reunião realizada na casa de d. Carlota Pereira de Queiroz, a primeira mulher eleita deputada por São Paulo em 1933, pela criação da União dos Combatentes de 1932, destinada a "manter o culto à memória dos heróis tombados em defesa da causa e respeito aos ideais constitucionalistas"[57]. Esta entidade daria origem à Sociedade de Veteranos de 1932 – MMDC, que se tornaria responsável por coordenar as comemorações de 1955 em diante. Em 1954, portanto, a organização da comemoração do 9 de Julho congregava praticamente os mesmos grupos dos anos anteriores, com a novidade de que ganhava uma instituição exclusivamente consagradas à preservação da memória do movimento constitucionalista.

O programa oficial da Comissão do IV Centenário confundia-se com o espetáculo idealizado pela Associação das Emissoras de São Paulo, que se estenderia por três dias a contar do dia 9[58]. Segundo os comunicados oficiais divulgados na imprensa, a Comissão promoveria: 1) o embandeiramento do Viaduto do Chá, constando de duas grandes bandeiras paulistas no vão principal e 82 bandeiras ao longo dos gradis representando os 82 dias da Revolução Constitucionalista, de 9 de julho a 28 de setembro; 2) ornamentação da Faculdade de Direito, em colaboração com o Centro XI de Agosto, com as armas municipais e uma série de 12 bandeiras históricas do Brasil (da Navegação e Conquista até a República); 3) inauguração, às

[57] cf., Várias comemorações assinalarão amanhã nesta capital o aniversário do movimento constitucionalista de 1932. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 8; Dia festivo, amanhã, para S. Paulo, que comemora o grande movimento de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 8.

[58] No dia 10, haveria festas infantis em todos os bairros pela manhã e, à noite, um corso com os carros iluminados e ornamentados com signos alusivos a São Paulo; no dia 11,

20 horas, no Ibirapuera, da Rádio 9 de Julho, com a entrega do Prêmio Internacional Carlos Gomes para peça sinfônica; em seguida, a partir das 21 horas, a radio transmitiria a cronologia, dia a dia, do Movimento de 32[59].

A Associação das Emissoras programara para o dia 9 uma série de atos que dariam colorido e som aos "festejos". Às 0 horas, todos os proprietários de automóveis deveriam fazer soar as buzinas por 1 minuto, respeitando o raio de 200 metros nas proximidades dos hospitais, enquanto as casas deveriam permanecer iluminadas durante 5 minutos. Às 8 horas, Alvorada Solene no Pátio do Colégio, local associado à fundação da capital, com a Banda de Clarins do Conjunto Musical da Força Pública; seguida do hastear de um Bandeira Nacional pelo Comandante da Zona Militar do Centro e de duas Bandeiras Paulistas, por uma senhora de 100 anos e outra por uma criança; depois do hasteamento, a fala de Edmundo Monteiro, presidente da Associação das Emissoras, e uma revoada de pombos. Entre os dias 9 e 11 as bandeiras seriam guardas pelo Exército, Aeronáutica e Força Pública respectivamente. Às 9 horas, missa campal na Praça da Sé, oficiada por d. Paulo Rolim Loureiro, bispo auxiliar de São Paulo. Às 15 horas, desfile de 25 bandas civis e militares. Às 20 horas, partida de um archote da Praça dos Esportes na Ponte Pequena que seria passado de grupo em grupo de atletas até o Pátio do Colégio. Às 21 horas, Chuva de Prata Wolff, quando uma esquadrilha da FAB sobrevoaria o centro da cidade despejando 9 milhões de triângulos prateados que seriam iluminados por uma rede de grandes holofotes do Exército. Às 22 horas, marcha "aux flambeaux" com elementos civis e militares conduzindo 20 mil lanternas coloridas[60]. No dia 10, haveria festas infantis em todos os bairros pela manhã; ao cair da tarde, um corso com os carros iluminados e ornamentados com signos alusivos a São Paulo; e, à noite, bailes populares em todos os bairros simultaneamente ao grande show na concha acústica do parque D.Pedro II. No dia 11, o "Grande Circo Bombril" se apresentaria no estádio do Pacaembú e, encerrando as comemorações, um queima de fogos em frente ao Jóquei Clube de São Paulo[61].

---

[59] cf., Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 1; Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 1.

[60] cf., Anunciando ao povo. Os grandes festejos do IV Centenário. *A Gazeta*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p.34; Expressivas solenidades assinalarão, hoje, o transcurso do 9 de Julho. *A Gazeta*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. Comemorações do IV Centenário. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 1; São Paulo reverencia, hoje, os heróis da Revolução Constitucionalista de 1932. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 8.

[61] Anunciando ao povo. Os grandes festejos do IV Centenário. *op.cit*. p.34

A reprodução exaustiva do programa é reveladora de alguns aspectos importantes das comemorações naquele momento. Primeiramente, há na programação oficial uma preocupação constante com a ornamentação das casas, carros, edifícios e ruas[62] que se completava com a campanha das estudantes de jornalismo da Universidade Católica para que as mulheres se vestissem com as cores de São Paulo no dia 9[63]. Em sentido semelhante, o jornal *O Estado de São Paulo* hastearia a bandeira paulista que havia tremulado na Faculdade de Direito a 9 de julho de 1932, exibindo aquela "relíquia" a todos os que mantinham "sempre vivos no espírito os ideais de 1932"[64]. Gesto semelhante foi seguido pela Federação dos Voluntários com o hasteamento das bandeiras nacional, paulista e da organização em sua sede[65]. A FIESP também sugeria aos associados que, além de considerar a ausência ao trabalho como falta justificada, hasteassem na porta das fábricas as bandeiras nacional e paulista[66]. O uso das cores de São Paulo e dos objetos investidos da lembrança do evento também comporia a iniciativa dos ex-combatentes. Na sua concentração no Largo de São Francisco, programada para as 10 horas do dia 9, os voluntários deveriam usar na lapela as cores de São Paulo e ostentar "troféus e lembranças daquela arrancada histórica"[67]. O apelo à visualidade, que ganharia contornos espetaculares nos "festejos" programados para a noite do dia 9, somava-se aos sons das buzinas de automóveis e das sirenes das fábricas, às marchas militares das bandas que desfilariam pelas ruas centrais e, finalmente, à recitação da cronologia, passo a passo, da campanha militar de 1932 pelas ondas do rádio. Esta iniciativa faria a história da revolução acessível a um público que dificilmente leria os retrospectos exaustivos publicados nos jornais, que aliás eram fartamente recheados de imagens[68], ou os livros editados naquele momento acerca do episódio de 1932 e da história de São Paulo, como os de Euclides Figueiredo, *Contribuição a história da Revolução*

---

[62] Ornamentação da avenida 9 de Julho. *A Gazeta*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 34.
[63] cf., Preto, vermelho e branco. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 8.
[64] cf., A bandeira do 9 de Julho. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 40.
[65] cf., Várias comemorações assinalarão amanhã nesta capital o aniversário do movimento constitucionalista de 1932. *op.cit.* p. 8; e Dia festivo, amanhã, para S. Paulo, que comemora o grande movimento de 32. *op.cit.* p. 8.
[66] cf., Apelo da Federação e Centro das Indústrias. *op.cit.* p. 4
[67] cf.,Concentração de ex-combatentes. *Folha da Manhã,* São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 1; Concentração de Ex-combatentes. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 8.
[68] v. Glória eterna aos mortos a Revolução Constitucionalista de 32. *O Estado de São Paulo,* 9 de julho de 1954. p. 10-11; MESQUITA Filho, Júlio de. Memórias de um revolucionário. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1954. p. 9; A gênese do movimento de 32. *A Gazeta*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 19-24; Desfilam os batalhões antes de partir para a luta. *A Gazeta*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 10

Constitucionalista de 1932, ou de Aureliano Leite, *História da Civilização Paulista*, e *Álbum de família*[69]. A visão e a audição seriam os meios de estímulo da lembrança para um público já bastante acostumado ao rádio, ao cinema e à propaganda naquele momento de emergência da cultura de massa[70]. Vale lembrar, aqui, que os organizadores da programação eram homens vinculados à indústria cultural. Em poucas palavras, enfim, a sinestesia que provoca as emoções no espetáculo convertia-se em meio de incitar a memória – em tudo diferente da contenção dos sentidos que caracterizava o culto aos mortos.

Na programação oficial não figuram referências ao culto aos mortos, às tradicionais visitas aos cemitérios ou missas nas igrejas, tampouco à concentração dos voluntários e seu desfile pelas ruas do centro. Estas iniciativas, bem menos espetaculares, marcadas pela contrição e silêncio, seriam realizadas pelas associações cívicas e religiosas. Na manhã do dia 9, a Liga das Senhoras Católicas mandou rezar missa Igreja da Imaculada Conceição; enquanto a Federação dos Voluntários depositava flores nos túmulos de seus ex-diretores, Romão Gomes, Francisco Vieira e Benvenuto Celini; e o Clube Piratininga se encarregou da romaria ao cemitério São Paulo, lugar onde os remanescente do Regimento de Transporte de Guerra fariam sua "homenagem aos mortos paulistas de 1932". Ainda pela manhã, a Associação dos Ex-Alunos do Mackenzie promoveu uma reunião que culminou na deposição de flores junto ao monumento aos colegas mortos no pátio da escola. Ao mesmo tempo, os estudantes de medicina promoveram uma homenagem junto ao monumento ao soldado paulista erguido no jardim da faculdade. Iniciativa semelhante fariam os estudantes de engenharia da Politécnica na parte da tarde, às 14 horas. E entre o final da missa campal na praça da Sé e as cerimônias da tarde, precisamente a partir das 10 horas e 30 minutos, voluntários e estudantes de direito saíram em passeata pelo centro da cidade, usando trajes civis e capacetes de aço e bibicos, os "troféus" que passavam,

---

[69] v. FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, Livraria Martins, 1954; LEITE, Aureliano. *História da Civilização Paulista*. São Paulo, Saraiva, 1954; e *Álbum de família*. São Paulo, Livraria Martins, 1954. Ver também as resenhas, entrevistas com autores e propagandas dos livros v., BARRETO, Plínio. Tradições de São Paulo. *O Estado de São Paulo*, 4 de julho de 1954. p. 9; MARTINS, Wilson. São Paulo! Comoção da minha vida! *O Estado de São Paulo*, 8 de julho de 1954. p. 6; Fala a Folha da Noite o comandante do Setor Norte. *Folha da* Manhã, São Paulo, 8 de julho de 1954. p. 1; Paulista! Conheça a história de sua terra! *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 7; Álbum de Família. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 8.

[70] v. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, ; ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura*; São Paulo no meio século XX. Bauru, Edusc, 2001.

então, a identificar os ex-combatentes[71]. Como já acontecera nas manifestações vultuosas de 1934 a 1937, há um esforço para se preencher completamente o tempo do dia com diferentes ritos comemorativos, que deveriam ocupar diferentes espaços da cidade simultaneamente.

Em 1954, porém, parece que o culto aos mortos se subordina às demais manifestações. É significativo, portanto, que a imprensa não tenha conferido tanto destaque ao que aconteceu no cemitério São Paulo quanto o fez nos anos anteriores, ainda que as páginas dos jornais reatualizassem de muitas maneiras a retórica do sacrifício que dava forma à memória de 1932 como símbolo da unidade e coesão social dos paulistas[72]. As solenidades que ganharam maior destaque na imprensa, provavelmente pela atração que haviam exercido sobre a multidão que a elas comparecera, foram a missa campal na Sé, o desfile de bandas entre o túnel 9 de Julho e a praça da Bandeira e a marcha luminosa, que contou com a participação de 30 mil pessoas aproximadamente[73]. Ao mesmo tempo, ganharam as páginas dos jornais a "ruidosa comemoração", às 0 hora do dia 9, quando as buzinas de automóveis e sirenes de fábricas encheram o ar iluminado da cidade, prolongando por quase uma hora o rumor da metrópole. Por fim, o hastemento das bandeiras paulista e brasileira no alto do edifício Martinelli, sede do Banco América, também foi valorizado pela imprensa[74]. As bandeiras erguidas em mastros de mais de 10 metros convidavam o olhar para o céu recortado pelo concreto dos arranha-céus que anunciavam a verticalização da cidade em crescimento – uma das observações constantemente veiculadas pela imprensa que acabava por converter os edifícios em signo do

[71] v., Extraordinário entusiasmo popular nas magníficas festas de ontem. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 1; e Vibrante página de civismo constituíram as comemorações da revolução constitucionalista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 5.

[72] v., Mortos de São Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 18-19; Glória eterna aos mortos da Revolução Constitucionalista. *op.cit.* p. 10-11; Nove de Julho. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1954. p. 3; MESQUITA Filho, Júlio de. Memórias de um revolucionário. *op.cit.* p. 9; A Revolução de 1932 foi uma lição de civismo ao mundo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 1 e 7; FLEURY, Gumercindo. Dia a Dia. 9 de julho. *A Gazeta*, 9 de julho de 1954. p. 2.

[73] v. A marcha "aux flambeaux". *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 1; O povo aplaudiu com entusiasmo as bandas que desfilaram ontem no Vale do Anhangabaú. *Folha da* Manhã, São Paulo, 10 de julho de 1954. [p.1]; Extraordinário entusiasmo popular nas magníficas festas de ontem. o*p.cit.* p. 1; Vibrante página de civismo constituíram as comemorações da revolução constitucionalista. *op.cit.* p. 5;

[74] cf., "Onde hoje estão estas bandeiras, assentamos metralhadoras". *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. [p. 1]; Vibrante página de civismo constituíram as comemorações da revolução constitucionalista. *op.cit.* p 5.

progresso material de São Paulo[75]. Coroando o final das comemorações daquele dia 9, a chuva de prata Wolff despejou sobre a cidade 9 milhões - não poderia ser outro número obviamente - de triângulos que brilhavam à medida que ultrapassavam os feixes de luz que emanavam de holofotes, janelas de apartamentos e faróis dos automóveis.

Estas imagens febricitantes da cidade em festa fizeram com que a *Folha* classificasse o dia 9 como "um dia inesquecível", exibindo na primeira página fotografias do espetáculo noturno e da bandeira paulista tremulando no alto do edifício do Banco América[76]. Cabe perguntar o que seria inesquecível naquele dia: a lembrança da Revolução Constitucionalista ou os espetáculos que atraíram as multidões na celebração da moderna cidade? Parece-me que a sagração da capital, cujas transformações apontavam para um futuro desejado, se sobrepunha ao encantamento cívico de 1932, até porque são diminutas as notícias sobre as celebrações no interior. É possível dizer que a prosperidade econômica, que obviamente não atingia a todos, mas se instituía como uma quimera para muitos, suplantava, então, a identificação de São Paulo como centro da história política nacional, espaço a partir do qual o desenho do território, a formação da "raça brasileira", a luta pela emancipação política e, finalmente, a instituição da democracia se fizeram, como que obedecendo a uma sentido inexorável. Ainda que não fosse totalmente ultrapassado, este discurso identitário calcado na história parecia enfraquecido face à emergência de outras formas de legitimação que se assentavam sobre as realizações econômicas do presente – visíveis aos olhos, palpáveis, ainda que desigualmente distribuídas.

A legitimação pela história continuava contudo. Um discurso do poeta Guilherme de Almeida traçava inclusive uma linha de continuidade mais longa para o 9 de julho: a luta pela legalidade seria a realização de um ímpeto iniciado com as Cruzadas, transformado na Expansão Marítima e realizado nas Bandeiras[77] – qualquer semelhança com a tese de Ranke, *Da Unidade essencial dos povos romanos e germânicos*, não parece ser coincidência. Mas cabe perguntar quem na multidão compreenderia estas palavras do poeta? Ou as palavras do ex-combatente monsenhor

[75] Sobre este aspecto da imagem da cidade no contexto do IV Centenário, v. LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da Cidade de São Paulo*; uma cidade entre o passado e o futuro. São Paulo, Annablume, 2004. p. 174-194.
[76] cf., Um dia inesquecível. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 1.
[77] cf., A Revolução de 1932 foi uma lição de civismo ao mundo. *op.cit*. p. 1 e 7.

Castro Neri proferidas diante do "povo" reunido na missa campal da Praça da Sé? A missa só teve início depois da entrada da imagem de Nossa Senhora Aparecida, que atravessou a "compacta massa popular" carregada por Crianças da Cruzada Pró-Infância. Após o final do ofício religioso, o governador relembrou os eventos de 1932 e sua participação pessoal na guerra civil. Depois da autoridade estadual, monsenhor Castro Neri também relembrava passo a passo a unidade social em torno da causa e os sacrifícios, para por fim negar que São Paulo fosse uma "terra de cartagineses", cujo "parque industrial, orgulho da nação, só teria servido para confirmar o materialismo paulista". Para o monsenhor, "o 9 de julho teve um sentido espiritual" que desmentia o juízo negativo sobre o materialismo de São Paulo, terra que "vinha se comportando como condutor da mística brasileira". Por fim, dizia que São Paulo não representou, em 1932, o papel de Cartago contra Roma, o movimento não foi feito por motivações materiais subalternas, mas sim "em nome da majestade da lei, da santidade de uma constituição"[78].

Referências históricas semelhantes, linhas de continuidade igualmente traçadas entre os eventos da história política, também se repetiam nos editorias da *Folha da Manhã* e do *Estado de São Paulo*[79], e podemos supor que seus leitores possuíssem os requisitos necessários para compreender a centralidade política de São Paulo representada na história nacional como uma necessidade. Pode-se supor, porém, que nem todos os ouvintes dos discursos compreenderiam o sentido exato desta retórica regionalista fundamente lavrada na história. É possível inferir igualmente que a apreensão da centralidade econômica de São Paulo, especialmente da capital naquele contexto, trespassava todos os grupos sociais e servia de pretexto para fundar o pertencimento de tanta gente dispersa e diferente àquele espaço[80]. Vivia-se, então, um ponto de mutação na produção do pertencimento à unidade política que, se não apagava, deslocava o passado em favor do futuro que se materializava nas realidades econômicas. Para o caso de São Paulo, Sílvio Lofego, no estudo que fez do IV Centenário, nota que a velha épica bandeirante era invariavelmente utilizada durante

[78] cf., "Sem o 9 de julho a história de São Paulo seria truncada no seu florão mais belo e glorioso". *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1954. p. 3; e Vibrante página de civismo constituíram as comemorações da revolução constitucionalista. *op.cit.* p. 5.

[79] v., Nove de Julho, data essencialmente democrática e brasileira. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1954. p. 8; e Nove de Julho. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1954. p. 3

[80] No filme *Viramundo*, realizado por Geraldo Sarno em 1965, um próspero migrante do "norte", chefe da oficina de uma pequena fundição, dizia olhando para a câmera com inequívoco sotaque nordestino: "Eu tenho duas casas, a que eu moro e outra que alugo. No final de semana, eu saio com a minha família, tomo meu chope, comemos uma pizza... Eu não sou um nortista, eu sou um paulista."

as comemorações do aniversário da cidade nos folhetos de divulgação, jornais, publicidade, etc. Mas é o caráter empreendedor das bandeiras e de seus personagens que se acentua, em vez da pulsão indômita na busca por liberdade e riqueza[81]. Acentuava-se, igualmente a valorização de São Paulo como produto do trabalho de todas as classes, como se o desejo de prosperar tomasse todos igualmente – um traço já existente no regionalismo paulista e que se pronuncia nos anos de 1950[82]. Assim também a Revolução de 1932 seria reconceituada; ou melhor, ganharia maior destaque na produção da memória do evento a capacidade de trabalho dos paulistas para enfrentar um inimigo muitas vezes mais poderoso[83]. Por tudo isso, é possível afirmar que a festejada pujança econômica da capital paulista, que escondia os territórios da desigualdade das vilas periféricas sob a imagem grandiosa dos arranha-céus, impunha–se à rememoração de 1932, de seus mortos, do sacrifício de São Paulo pelo Brasil. Compreende-se, portanto, a marginalidade do culto aos mortos naquela ocasião e a eficiência bastante relativa dos usos políticos da Revolução Constitucionalista nas tentativas de assegurar a unidade política de São Paulo contra as supostas ameaças do cenário político.

Dos cemitérios ao mausoléu: os cortejos e a inumação

Diferentemente de 1954, as comemorações do 9 de julho em 1955 teriam por centro a inumação dos "mártires" da "revolução" no monumento-mausoléu. Naquele momento liminar da história brasileira, os efeitos e o legado da Revolução de 1930 estavam em jogo. Havia um ano, Vargas cometera o suicídio que encerrou com tom dramático a crise que cercava seu segundo governo. A sucessão presidencial em curso colocava no palco alguns atores ligados à sua história, seja porque participavam do grupo político organizado em torno de sua figura, seja porque foram protagonistas do movimento político que produziu a vitória da Revolução de 1930 ou dos partidos que sustentaram seu segundo mandato presidencial. Juscelino Kubitschek e João Goulart formavam a chapa PSD-PTB, Juarez Távora e Milton Campos pela UDN e Ademar de Barros, candidato pelo PSP. Todos eram nomes nacionais surgidos no contexto da

[81] v. LOFEGO, Sílvio Luiz. *op.cit*.
[82] Sobre a precedência de tal identificação entre a cidade de São Paulo, a ideologia do trabalho e a modernidade, que se pode retraçar aos anos 1920, v. MOTTA, Marly. *A nação faz cem anos*.
[83] Ver, além dos editoriais e artigos dos jornais consultados, o livro de Clóvis de Oliveira programado para ser publicado no IV Centenário mas que só sairia dois anos depois: OLIVEIRA, Clóvis de. *A indústria e o Movimento Constitucionalista de 32*. São Paulo, Saraiva, 1956.

Revolução de 1930 e de seus desdobramentos. Juarez Távora era conhecido como "vice-rei do Norte" durante o Governo Provisório (1930-1934). Ademar de Barros foi o interventor recrutado por Getúlio Vargas para governar São Paulo no início do Estado Novo. Juscelino crescera politicamente à sombra de Benedito Valladares, um dos principias aliados de Vargas. João Goulart era o Ministro do Trabalho do segundo governo Vargas e herdeiro político do ex-presidente. A julgar por parte da imprensa paulista do período, o que estava em jogo nas eleições era a continuidade do "getulismo". Em poucas palavras, a história política recente, desde a Revolução de 1930, passando pelo Estado Novo e alcançando os desdobramentos da crise de 1954, encontrava-se sob julgamento.

Não foi, portanto, um acaso que a inumação dos "mártires" da "causa paulista" no mausoléu inacabado ocorresse neste momento, dando novo vulto ao culto aos mortos de 1932. É possível afirmar que 1955 era um ano propício à memória de 1932: havia 23 anos que o movimento político teve início e que seus primeiros "soldados-santos" tombaram. Em 23 de maio de 1932, depois de uma concentração de estudantes e populares que saíram em passeata pelas ruas de São Paulo, integrantes do Partido Popular Paulista teriam baleado os 2 acadêmicos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e 2 outros estudantes na Praça da República. Caíram mortos Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Drausio Marcondes de Souza e Antonio Américo Camargo Andrade. Das iniciais dos nomes e prenomes dos estudantes mortos resultou a sigla MMDC que daria nome ao movimento político que passou à propaganda da luta armada contra a "ditadura". Já muito cedo, o povo, entendendo e, possivelmente, aderindo às intenções beligerantes do movimento deu outro sentido às quatro letras: mata mineiro, degola carioca[84]. A coincidência propícia da data foi percebida por um dos jornais que cobriu as cerimônias de 1955. Segundo o texto do *Correio Paulistano* publicado no dia 9:

> Ontem, véspera da eclosão libertária, que hoje completa 23 anos, o que faz lembrar também aquele tormentoso 23 de Maio dos estudantes e do povo, teve início a definitiva incorporação dos moços imolados ao patrimônio cívico de Piratininga[85].

[84] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo, Edusp, 1997. p. 73.
[85] cf., 9 de Julho. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 1.

A lembrança do *Correio Paulistano* sobre o 23 de maio de 1932 remetia aos acontecimentos anteriores ao dia 9, a toda uma seqüência de rituais anteriores à inumação que ocorreria naquele dia. Ao mesmo tempo, a forma como a lembrança dos eventos dos dias anteriores era articulada no texto remete ao universo simbólico recorrente nas notícias sobre as cerimônias e na sua própria constituição. O texto surpreende a coincidência entre os 23 anos da Revolução Constitucionalista e o "tormentoso 23 de Maio dos estudantes e do povo", provocando a recordação do comício da Praça da República em 1932. O par, estudantes-povo, é recorrente nas notícias relativas à comemoração e servia para identificar os supostos protagonistas do movimento constitucionalista. O início da revolução é conceituado como "eclosão libertária", e é a partir desse universo semântico – liberdade, democracia, autonomia, etc – que a Revolução de 1932 era, então, interpretada. Os jovens mortos eram tratados como "moços imolados", remetendo ao sacrifício e ao martírio dos "paulistas" durante a guerra, tema tantas vezes reforçado pelos órgãos de imprensa e pela estrutura dos rituais. Através das cerimônias referidas no texto nos dias anteriores e a que ocorreria naquele dia, a inumação dos corpos no mausoléu, os jovens seriam definitivamente incorporados ao "patrimônio cívico de Piratininga", frase que a um só tempo resume o sentido atribuído pela imprensa aos rituais do 9 de Julho: o reforço do civismo paulista, do orgulho regional que se prendia a uma história de quatro séculos.

A cerimônia de inumação programada para o dia 9 foi precedida e acompanhada por uma série de rituais. Entre os dias 4 e 7, a exumação dos despojos dos "heróis". No dia 8, os cortejos dentro da capital, entre A Faculdade de Direito e a Catedral, e entre o interior e a capital, e a sessão comemorativa na Assembléia Legislativa. E, no dia 9, a missa réquiem na catedral pela manhã, a "sessão cívica" de entrega dos diplomas simbólicos aos familiares dos acadêmicos de direito mortos durante a revolução no pátio da Faculdade de Direito, a inauguração do Bonde 9 de Julho pela CMTC e o festival de música promovido pela empresa. No dia 10, a missa em homenagem aos mortos oferecida pelos integrantes do Batalhão Paes Leme na Igreja da Consolação e a visita aos túmulos no Cemitério São Paulo. Entre o mais solene e o mais prosaico, naquela ocasião, a memória de 1932 emergia e tomava conta da cidade pouco a pouco até a grande cerimônia do dia 9: a inumação dos "heróis" no mausoléu seria o centro exemplar dos rituais do 9 de Julho dali por diante. Em todas as situações rituais, na forma como eram descritas pela imprensa, os temas da liberdade, da unidade de São Paulo e do civismo característico dos paulistas eram

reafirmados. Os mesmos temas também serviam para pensar o presente, especialmente a situação política que exigia o heroísmo quase atávico dos paulistas, como se houvesse um desejo de moldar o presente pelo exemplo do passado. Nas comemorações de 1955, como é comum a qualquer representação da história, as tensões do presente, e, neste caso, as relações políticas contavam mais do que tudo, insinuavam-se na forma de conceber e de perceber os rituais planejados.

São Paulo não amanheceu em festa no dia 9. Na verdade, os "festejos" daquele sábado e a euforia aparente que tomou conta da capital ao longo do dia eram a expressão de um movimento iniciado dias antes. A partir do dia 3, crescem as referências às comemorações da semana e do dia 9: anúncio da programação oficial na capital e no interior e da inauguração do monumento e mausoléu "aos heróis de 32", notícias sobre a missa e visita ao Cemitério São Paulo promovida pelos remanescentes do Batalhão Paes Leme e sobre a iniciativa da companhia de transportes de inaugurar o bonde 9 de Julho no dia 9, recomendações para que os lojistas enfeitassem as casas comerciais com "relíquias" de 1932 e as cores de São Paulo, bem como sobre a maneira de proceder durante as cerimônias[86].

Entre os dias 4 e 7, as solenidades mais importantes se deram nos cemitérios São Paulo, do Araçá, da cidade de Cunha e de São José dos Campos. Tratava-se da exumação dos "heróis". Na segunda feira, 4 de julho, foram exumados os restos mortais do "soldado Martins" e do "soldado Drausio"; no dia 5, Antonio Américo Camargo Andrade. Os "despojos" permaneceram na capela dos cemitérios São Paulo e do Araçá até o dia 7 quando foram transferidos para o pátio da Faculdade de Direito[87]. O relativo silêncio sobre estas cerimônias na capital contrasta com o destaque conferido à exumação de Paulo Virgínio, em Cunha, e de Euclides Miragaia em São José dos Campos, como se a capital, o centro político do estado transformado em centro exemplar das comemorações, rendesse homenagem aos heróis do interior.

As "solenidades" em Cunha e São José dos Campos ganharam destaque em *O Estado de São Paulo*. No dia 6, os restos mortais de Paulo Virgínio, o "herói caboclo"

---

[86] cf., Exumação de Heróis de 32. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 3 de julho de 1955. p. 8; Batalhão Paes Leme. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 5 de julho de 1955. p. 2; Rufarão os tambores durante 32 segundos. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 5 de julho de 1955. p. 8; São Paulo de prontidão para homenagear os heróis de 32. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de julho de 1955. p. 8; Bonde Paulista. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 7 de julho de 1955. p. 4; As solenidades comemorativas do aniversário da revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de julho de 1955. p. 11.

[87] cf., As solenidades comemorativas do aniversário da revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de julho de 1955. p. 11.

da revolução, foram conduzidos para a igreja matriz de Cunha. Na manhã do dia 7, realizou-se uma missa em homenagem ao herói, reproduzindo o culto religioso realizado em homenagem aos estudantes nos cemitérios da capital. Antes da partida, o prefeito da cidade proferiu a "oração de despedida" na praça da matriz e em seguida o cortejo partiu para São José dos Campos. O cortejo percorreu outras cidades do Vale do Paraíba: Aparecida do Norte, Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava e Guaratinguetá. Em cada cidade, "grande massa popular" acolhia o herói do interior, em Aparecida do Norte, por exemplo, os restos mortais forma conduzidos até a basílica de Nossa Senhora Aparecida[88], centro de culto à padroeira do Brasil. Simultaneamente, em São José dos Campos, os despojos de Euclides Miragaia eram exumados no cemitério local. O esquife foi abençoado e formou-se um cortejo, composto por batedores da polícia e escoteiros. O cortejo seguiu pelas ruas embandeiradas com as "treze listras", referência ao pavilhão de São Paulo, até o largo da matriz onde se encontrava um palanque especialmente armado para a solenidade, no qual se encontravam as autoridades locais, professores, ex-combatentes e convidados especiais[89].

Do palanque, o deputado padre Benedito Calazans (UDN) proferiu um discurso em homenagem a Miragaia e recordando o sentido da Revolução Constitucionalista. Começava por lembrar os eventos de 1932 quando "os tacões da ditadura comprimiram as liberdades públicas, os direitos dos cidadãos". Seguia avaliando negativamente a Revolução de 1930 ao afirmar que as comemorações eram um sinal de "patriotismo", "sentimento religioso" que o "comunismo materialista trazido nas mochilas de 1930" desejava destruir. A partir desta imagem do passado, avaliava o presente com uma referência direta ao processo sucessório em curso quando dizia que o parlamento protegia criminosos ao votar uma nova lei eleitoral classificada como "imoral" e que negava a "democracia", preparando a "volta ao poder dos homens que feriram o Brasil, menos no seu patrimônio que em sua alma e dignidade". No discurso do deputado, a lembrança da Revolução de 1932 através do novo monumento onde Miragaia seria sepultado era como que a continuidade da "cavalgada de 32" com "a coragem da nossa palavra, o testemunho de nossa

[88] cf., As homenagens à memória de Paulo Virgínio no Vale do Paraíba. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 de julho de 1955. p. 7; e Hoje o encontro dos heróis de 32 na Praça da República. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 6.
[89] cf., As cerimônias de ontem em São José dos Campos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 7.

consciência, a grandeza cívica de nossa renúncia"[90]. Antes de terminar, porém, voltava mais uma vez a avaliar negativamente a Revolução de 30 ao dizer:

> A História do Brasil era, outrora, a história da dignidade humana, do fio de barba, do respeito, da tolerância, da liberdade. 1930 lançou-nos nestes vinte anos de opróbrio e abusos em que os criminosos permanecem impunes, e tentam novamente a escalada do poder, para retorno à corrupção e à miséria[91].

E finalizando sob aplausos afirmava o sentido da participação do "herói de São José dos Campos" naquele momento de lembrança de tempos mais justos: "Miragaia! Que a vossa presença espiritual, nesta hora histórica, acorde a consciência da Pátria e converta a consciência dos criminosos e assassinos da Nação"[92].

Depois do discurso, o esquife de Miragaia seguiu para o interior da igreja. Ali, junto ao altar, o "herói de São Jose dos Campos" aguardaria o "herói de Cunha". A urna de Paulo Virgínio, depois de sua longa peregrinação pelas cidades vizinhas chegou finalmente à São José dos Campos às 18 horas e 30 minutos, meia hora depois do programado. Recebida na praça por "milhares de pessoas" que ouviram o discurso de saudação proferido pelo vereador capitão Onadir Marcondes. Neste ambiente de "grande vibração popular", o esquife do "herói cunhense" seguiu para a igreja e foi depositado ao lado de Miragaia. Neste momento, segundo o jornal, "a emoção popular atingiu o auge" e "numerosas pessoas não puderam conter as lágrimas, principalmente no instante em que os filhos de Paulo Virgínio se abraçaram com o pai de Euclides Miragaia, representando duas famílias sacrificadas em prol do ideal de São Paulo"[93].

Este primeiro movimento das comemorações no interior é cheio de significados. Em primeiro lugar, o destaque conferido às solenidades no Vale do Paraíba era, provavelmente, o resultado de uma campanha vitoriosa em torno da figura de Paulo Virgínio. Na imprensa aparecem indicações de que havia um movimento específico para homenagear Paulo Virgínio, para torná-lo também um "mártir" de São Paulo. O Procurador Geral do Estado, César Salgado, e o coronel

---

[90] Idem.
[91] Ibidem.
[92] cf., As cerimônias de ontem em São José dos Campos. *op.cit.* p. 7.
[93] cf., As homenagens à memória de Paulo Virgínio no Vale do Paraíba. *op.cit.* p. 7.

Euryale de Jesus Zerbine eram membros da Comissão Pró-Paulo Virgínio[94]. Salgado e Zerbine não eram membros dessa comissão por acaso. O primeiro fora advogado na cidade de Cunha durante muito tempo[95] e Zerbine atuara no setor de Cunha durante a revolução de 1932[96]. Além disso, César Salgado há muito se batia pela glorificação de Paulo Virgínio. Era de sua autoria o discurso que compôs o perfil biográfico do "caboclo cunhense" em *Cruzes Paulistas* (1936)[97]. A Comissão Pró-Paulo Virgínio, junto com a Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, criada no ano anterior, Sociedade Cívica Brasileira e Fundação Pró-Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista, compunha a Comissão Central das comemorações daquele ano. César Salgado, como membro da Comissão Central, foi responsável por organizar e acompanhar as cerimônias em Cunha e São José. Se era certo que Euclides Miragaia seria panteonizado, pois seu nome ligava-se à história da revolução desde o princípio, a incorporação de Paulo Virgínio mereceu esforços por parte destas figuras proeminentes.

A força desta mobilização é atestada pelo destaque que as cerimônias em Cunha e São José ganharam na imprensa. As celebrações de 1955 inserem Paulo Virgínio na história, no "patrimônio cívico de Piratininga". Não é por acaso, portanto, que suas virtudes heróicas eram lembradas pelo jornalista de *O Estado de São Paulo* responsável por cobrir a cerimônia de exumação em Cunha. Segundo o correspondente, o herói caboclo morreu por não denunciar a posição das tropas insurgentes para uma patrulha das "tropas ditatoriais" e, depois de torturado, foi obrigado a cavar sua própria cova e "tombou serenamente dando às gerações futuras um exemplo de patriotismo"[98]. Sua incorporação pode significar, por um lado, o reconhecimento dos esforços do "interior" durante a guerra. Por outro, a consagração de Paulo Virgínio objetivava a admissão de outros grupos sociais no panteão paulista uma vez que apenas os "soldados" "estudantes" eram celebrados até então. Para retomar o par de protagonistas *estudantes-povo* elaborado no texto de *O Correio*

---

[94] cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 23; e São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 8.

[95] cf., MELO, Luis Correia de. *op.cit.* p. 392-393; p. 547; e MENEZES, Raimundo de. *op.cit.* p. 672-673; p. 1135

[96] cf., SÃO PAULO (cidade). *Anais da Câmara Municipal*. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 1955. v. 11. p. 143.

[97] v., SALGADO, José Augusto César. *De João Ramalho a 9 de Julho*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1934; e MONTENEGRO, Benedito. Op.cit. p. 382-386.

[98] cf., As homenagens à memória de Paulo Virgínio no Vale do Paraíba. *op.cit.* p. 7.

Paulistano era como se o segundo ator da revolução fosse incluído na narrativa canônica que os rituais objetivavam.

Além de evidenciar a "vitória" da valorização de Paulo Virgínio, as cerimônias no interior também manifestavam outros aspectos importantes do conjunto da comemoração, como a celebração da unidade regional em sua relação com o Brasil e a inclusão dos ritos religiosos às cerimônias cívicas[99]. O tema da unidade regional aparece na performance pública do personagem convidado para discursar no palanque em São José dos Campos. Na fala do padre Benedito Calazans os vinte anos que se seguiram a 1930 eram caracterizados como tempos de "opróbrio e abusos", de "corrupção e miséria", perpetrados por "criminosos" que desejavam permanecer no poder. Por oposição, a história brasileira anterior era conceituada como tempo de "respeito", "tolerância" e "liberdade". Não por acaso, este momento primordial assim definido coincidia com o tempo da suposta liderança da elite política paulista no cenário nacional.

A despeito das críticas que esta interpretação da história republicana vinha sofrendo há tempos, ela persistia a orientar a visão segundo a qual São Paulo, concebido com um ente unitário sob a liderança de sua classe política, merecia liderar o destino nacional. Este sentido do discurso se evidencia em sua última frase, quando o orador sugeria que a "presença espiritual" de Miragaia iria conjurar "os criminosos e assassinos da Nação." Se o discurso do padre deputado remete a antigos faccionalismos, reavivando a divisão inerente à política republicana, o motivo da unidade é elaborado de forma mais sutil, e talvez mais eficaz, quando o universo religioso preponderou durante a cerimônia cívica.

Assim como na capital, após a exumação dos restos mortais havia a consagração dos esquifes, o cortejo e a missa. Este traço geral das cerimônias de 1955 é acentuado nas celebrações realizadas no interior. No caso do esquife de Paulo Virgínio, por exemplo, é significativo que seus restos mortais fossem velados na Basílica de Nossa Senhora Aparecida, espaço que, desde a década de 1930, era considerado um santuário nacional. Se a participação heróica na guerra civil era um gesto de sacrifício em nome da unidade política maior, a nação, não havia melhor lugar para consagrar a figura do indivíduo cuja morte representava tal deferência. A

[99] Sobre a associação do culto aos mortos na guerra ao universo religioso v. MOSSE, George. *Fallen soldiers*; reshaping the memory of the World Wars. New York, Oxford University Press, 1990. Cap. 5. p. 70-106; e CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*; religião civil e comemoracionismo. Fortaleza, Edições NUDOC/Museu do Ceará, 2005. Cap. 3. p. 77-116.

sagração de Paulo Virgínio era, por extensão, a sagração de todo o Estado de São Paulo.

Esta forma mais, por assim dizer, neutra de tratar a unidade do "Estado" em sua relação com a "Nação", também se realiza em outros atos cerimoniais, alguns deles imprevistos. O tema da unidade regional torna-se manifesto em uma dupla comunhão durante a seqüência dos rituais entre Cunha e São José dos Campos. Euclides Miragaia e Paulo Virgínio, o "acadêmico" e o "caboclo", o *estudante* e o homem do *povo*, partilharam o mesmo altar na matriz de São José dos Campos, como a tornar presente a unidade que tomara conta dos paulistas no passado. No presente, os *filhos* de Paulo Virgínio e o *pai* de Miragaia abraçavam-se diante da cena dos dois esquifes, como a restaurar a *família* paulista. Diante da encenação, e suprima-se aqui o conteúdo pejorativo que a palavra pode ter, pois tudo indica que o gesto não foi ensaiado, emoções espontâneas fizeram os presentes derramarem lágrimas. O cenário não podia ser mais propício, a Igreja Matriz, nem os gestos: o "caboclo" e o "estudante", o pai e o filho, as famílias refeitas. Nada mais sagrado no universo católico do interior paulista nos anos de 1950[100].

Durante a noite, as duas urnas tornaram-se centro da "vigília cívica" realizada pelos veteranos de 32. Pela manhã do dia 8, aconteceu a missa fúnebre acompanhada por grande público. Depois da missa, no largo fronteiriço a igreja, o jornalista Aristides Bondesan proferiu a "oração de despedida, salientando que, no monumento do Ibirapuera, os heróicos valeparaibanos (sic) ficariam como representantes do interior na jornada constitucionalista"[101]. Ao fim do discurso, uma companhia do 5º Batalhão de Caçadores da Força Pública deu três salvas de tiros "em honra de São Paulo, do Brasil e dos voluntários de 32"[102]. Formou-se o cortejo, os esquifes foram colocados sobre o carro do Corpo de Bombeiros recoberto com a bandeira de São Paulo. Neste momento, o silêncio reverente tomou conta do público. Depois, a partida. É possível que os veteranos que acompanhavam o cortejo usassem seus "bibs" e "capacetes de aço". As cores estaduais, as "treze listras", pendiam dos postes

[100] Até hoje, o catolicismo constitui uma referência importante a orientar a vida naquela região do Vale do Paraíba. A cidade de Cachoeira Paulista, por exemplo, é um dos principais centros difusores do movimento de Renovação Carismática.
[101] cf., No interior do Estado. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 9.
[102] Idem.

de iluminação nas ruas onde o cortejo passava, as vitrines das lojas mostravam fotos e relíquias de 1932, as flâmulas de São Paulo vibravam nas mãos das crianças[103].

São José dos Campos se despedia dos "heróicos valeparaibanos" imersa em preto, branco e vermelho, as cores da lembrança do "ideal de São Paulo". O adeus aos "representantes do interior na jornada constitucionalista", contudo, não foi o último movimento das comemorações em São José. Segundo o jornalista responsável por cobrir as solenidades "no interior do Estado", as "romarias cívicas" ao cemitério local não cessariam com o traslado do corpo de Euclides Miragaia para o monumento na capital. Ainda restavam na cidade os restos mortais de Serafim Dias Machado. Seu nome foi lembrado durante as cerimônias daquele dia e seu túmulo centralizaria a "romaria cívica" no dia 9 naquela cidade.

O uso das "relíquias" – peças de uniforme, armas, etc -, as cores de São Paulo e os ex-combatentes com seus "bibicos" e "capacetes de aço" atualizavam a lembrança dos tempos da guerra. O Vale do Paraíba foi a "frente NORTE" durante a curta campanha militar de 1932, a mais importante das frentes de batalha: aos soldados da frente norte cabia conter o avanço das tropas governamentais pela estrada Rio-São Paulo e pela estrada de ferro Central do Brasil. Na "frente NORTE" travaram-se combates aguerridos, cidades foram ocupadas e saqueadas por ambos os exércitos, a carestia tomara conta de alguns lugarejos em função das requisições de guerra de ambos os lados, etc[104]. É provável, portanto, que a memória da guerra fosse ainda presente vinte e três anos depois e a "romaria cívica" programada para o dia 9 em São José dos Campos comprovava este sentimento compartilhado. Por estas razões, a escolha desta região do Estado para celebrar a comunhão dos paulistas em torno do "ideal de São Paulo" não era um acaso, nem tampouco manipulação operada por membros da Comissão Pró-Paulo Virgínio e da Comissão Central das comemorações. É perfeitamente possível que recordar a experiência da guerra no Vale do Paraíba fosse um fenômeno suficientemente forte para que a escolha se impusesse como uma necessidade. Esta imposição revela-se na continuidade das cerimônias entre São José dos Campos e a cidade de São Paulo.

Na manhã do dia 8, o cortejo que partiu de São José dos Campos com os despojos de Paulo Virgínio e de Miragaia chegou à "divisa" de São Paulo com

[103] cf., As cerimônias de ontem em São José dos Campos. *op.cit.* p. 7; e No interior do Estado. *op.cit.* p.9.
[104] Para um histórico da guerra v. HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira*; história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

Guarulhos por volta das 11 horas da manhã. Neste ponto preciso do espaço que demarcava a separação entre o centro político estadual e o "interior", a comissão central aguardava a chegada do préstito que dali seguiria para a catedral metropolitana. Simultaneamente, da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, partiram as "urnas" de Mário Martins de Almeida, Drausio Marcondes de Souza e Antonio Américo Camargo Andrade carregadas por "acadêmicos" do Centro Acadêmico XI de Agosto e "veteranos".

Às 11 horas e 30 minutos, os dois cortejos se encontraram naquele ponto preciso que correspondia ao lugar onde os quatro estudantes "tombaram" em virtude da repressão ao comício de 23 de maio de 1932, fato que marcava o início da campanha constitucionalista[105]. Nesta primeira parada, o prefeito Lino de Matos aproveitou a oportunidade para assinar dois decretos. O primeiro destinava 20 milhões de cruzeiros para a finalização das obras do monumento e mausoléu; o segundo atribuía os nomes de três "heróis" a logradouros da capital. Entre os agraciados com a homenagem do prefeito da capital encontrava-se Paulo Virgínio[106].A recepção aos "heróis" "valeparaibanos", o encontro das urnas na Praça da República e a homenagem da Prefeitura ao "herói cunhense" compartilhavam um mesmo sentido: a reverência dos paulistanos da capital aos demais paulistas que participaram do esforço de guerra[107].

Ao longo do trajeto dos cortejos e em seu encontro o "povo" prestava "homenagem àqueles que deram a vida pelo nobre ideal paulista"[108]. A "multidão" que prestava reverência aos "estudantes" e ao homem do "povo" era composta essencialmente por homens em trajes civis, muitos deles usando seus "bibs" e "capacetes de aço" característicos das tropas revolucionárias como mostravam as fotografias publicadas nos jornais[109]. Entre a Praça da República e a catedral, na Praça da Sé, o préstito percorreu as ruas precedido por "cavalarianos" da "Força Pública". Houve uma parada no Largo de São Francisco, em frente à Faculdade de Direito,

---

[105] cf., São Paulo tributa hoje expressivo preito aos heróis da jornada constitucionalista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 8; e Última continência de São Paulo aos heróis de 32. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 8.
[106] Idem.
[107] cf., Hoje o encontro dos heróis de 32 na Praça da República. *op.cit.* p. 6.
[108] cf., Última continência de São Paulo aos heróis de 32. *op. cit.* p. 8.
[109] cf., São Paulo tributa hoje expressivo preito aos heróis da jornada constitucionalista. *op.cit.* p. 8; e Última continência de São Paulo aos heróis de 32. *op. cit.* p. 8.

"berço civil da revolução"[110], para novo minuto de silêncio em homenagem aos "heróicos paulistas". Dali, as urnas foram conduzidas à catedral. Nas escadarias, uma companhia da Força Pública montava guarda junto com meninos e meninas do departamento júnior da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC. No primeiro patamar das escadarias, o bispo auxiliar de São Paulo e o cura da catedral esperavam que os "veteranos" e "estudantes de direito" trouxessem as urnas que seriam depositadas junto ao altar.

Entre meio dia e nove horas da noite, as portas da principal igreja de São Paulo permaneceram abertas para que o "povo" reverenciasse os mortos. Durante exatas 9 horas de "vigília cívica", uma guarda de honra se revezava junto aos esquifes. De hora em hora, corporações representativas da sociedade se alternavam na guarda dos "mártires". Na primeira hora, a Comissão Central, na segunda, soldados da Aeronáutica, na terceira, os estudantes dos cursos superiores, na quarta, soldados do Exército, na quinta, operários e empregados do comércio, na sexta, membros de entidades de classe e profissionais, na sétima, professores universitários, secundários e primários, na oitava, soldados da Força Pública estadual, na nona e última hora, os "Veteranos de 32". Após a saída da última guarda, os portões da Catedral se fecharam e assim permaneceram até as 9 horas da manhã do dia 9 de julho[111].

Nos dias anteriores ao sábado, 9 de julho, os apelos para a participação do "povo" em todas as solenidades eram constantes, assim como as manifestações de "apoio e simpatia à grande jornada cívica do dia 9" que chegavam à sede da comissão central "oriundas dos mais variados setores sociais"[112]. A comissão central confiava, talvez por esta razão, que não era necessária a convocação oficial dos estudantes, uma vez que entendia que este grupo fora o principal protagonista da jornada constitucionalista ao relembrar os principais eventos que comprovavam seu papel no movimento desde 1931. Os organizadores acreditavam que os estudantes cumpririam seu dever e convocariam o "povo de São Paulo" à participar nas solenidades, sobretudo no "enterramento dos despojos"[113]. No mesmo sentido, a Secretaria

---

[110] cf., Comemorações cívicas na passagem do aniversário da Revolução de 32. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 7; e Hoje o encontro dos heróis de 32 na praça da República. *op.cit.* p. 6.

[111] cf., Comemorações cívicas na passagem do aniversário da Revolução de 32. *op. cit.* p. 7; São Paulo tributa hoje expressivo preito aos heróis da jornada constitucionalista. *op.cit.* p. 8.

[112] cf., Irão as cinzas de três heróis hoje para a Faculdade de Direito. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 7 de julho de 1955. p. 8.

[113] cf., Participação dos estudantes. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 7.

Municipal de Cultura havia programado uma série de palestras nas unidades escolares para ressaltar "a importância histórica daquela eclosão de civismo que a todos empolgou" e dignificar o "soldado paulista que [...] deu seu sangue em prol da legalidade". O secretário apelava aos educadores e técnicos da educação, bem como aos demais funcionários municipais, para que participassem na celebração da "grande data paulista"[114]. A comissão central também pedia aos comerciantes e industriais que dispensassem seus empregados, ainda que não fosse proibido o trabalho, o que seria uma demonstração de seu "espírito cívico"[115]. Aos proprietários de automóveis apelava para que ornamentassem os carros com as bandeiras paulista e brasileira. Pedia também às "senhoras" e "crianças" que fossem assistir ao traslado dos corpos para o mausoléu e levassem uma bandeira nacional ou paulista e flores[116].

Além dos organizadores, outras entidades também assumiram a responsabilidade de convocar o "povo paulista". O *Correio Paulistano* estampou dois croquis com os trajetos dos cortejos do dia 8 e do dia 9 em uma de suas páginas[117]. O Instituto de Engenharia renderia homenagem aos engenheiros mortos em batalha depositando flores em seus túmulos na manhã do dia 9[118]. A Federação dos Voluntários, "entidade representativa do voluntariado paulista de 32", convocava a todos para a missa, traslado e inumação dos corpos[119]. O Movimento de Arregimentação Feminina, que congregava "as mesmas mulheres que lutaram pela constitucionalização do país" e se empenhava na "moralização do voto" naquele momento, manifestava seu apoio e conclamava a participação da "população paulistana" nas cerimônias[120].

A julgar pelo noticiário dos cortejos do dia 8 e das cerimônias do dia 9, os apelos parecem ter sido atendidos. Nas solenidades de sexta-feira, o público masculino predominava, quase não se viam mulheres e crianças nas fotografias estampadas nos jornais. No dia 9, no entanto, a participação popular nas comemorações parecia vultosa. Os comerciantes atenderam os apelos da comissão organizadora no sentido de enfeitar as vitrines com "motivos alusivos à Revolução

---

[114] cf., Apelo aos funcionários municipais. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 7; e Funcionários municipais. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 6.
[115] cf., Apelo ao comércio e a indústria. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 6.
[116] cf., São Paulo de prontidão para homenagear os heróis de 32. *op.cit.* p. 8; e A cerimônia de sepultamento. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 6.
[117] cf., Irão as cinzas de três heróis hoje para a Faculdade de Direito. *op.cit.* p. 8.
[118] cf., Homenagem aos engenheiros caídos em 32. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1955. p. 8.
[119] cf., Convocação da Federação dos Voluntários. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1955. p. 8.
[120] cf., Homenagem da MAF. *O Estado de São Paulo*, 9 de julho de 1955. p. 8.

Constitucionalista"[121]. A presença de grande público na missa e junto ao mausoléu no Ibirapuera significava uma resposta positiva às convocações, mas também resultava dos preparativos da comissão para garantir a presença do público, como as linhas de ônibus especiais para o local da inumação[122].

Às 9 horas da manhã do sábado 9, uma "verdadeira multidão" praticamente "lotou" a Catedral[123]. Como em outras solenidades semelhantes, contudo, o reforço da ordem tornava-se manifesto. Junto ao altar, portanto, próximos dos "mártires", encontrava-se autoridades estaduais e municipais, assim como os representantes das Forças Armadas: o governador Jânio Quadros, o prefeito Lino de Matos, o presidente da Assembléia Legislativa, André Franco Montoro, o procurador-geral de Justiça do Estado, César Salgado, secretários de Estado e do Município, deputados estaduais e vereadores da capital. Atrás das autoridades, os "veteranos" do "Movimento" e seus descendentes, "paulistas que participaram diretamente na preparação da Revolução e da jornada Constitucionalista prestaram, diante do altar-mor, seu tributo aos heróis de 32"[124]. À margem deste centro, dentro e fora da catedral, a "verdadeira multidão", destituída de qualquer singularidade e deferência, assistia à encenação que terminou como nova sagração dos restos mortais.

No final da "missa réquiem", o presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC, Mércio Prudente Correia[125] convidou as personalidades que carregariam os cinco esquifes até o carro do Corpo de Bombeiros embandeirado com os pavilhões paulista e brasileiro. Na verdade, os convidados a tomar parte nestes atos não eram personalidades, mas personagens da própria história do movimento constitucionalista e de sua comemoração[126]. Não por acaso, portanto, os jornais divulgavam os nomes

---

[121] cf., Colaboração do comércio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 8.
[122] cf., Ônibus para o Ibirapuera. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 8.
[123] cf., São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *op. cit.* p. 8.
[124]cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op.cit.* p. 23; e São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *op.cit.* p. 8.
[125] Mércio Prudente Correi foi um dos inumados no mausoléu em 9 de julho de 2006.
[126] A enumeração de todos os personagens seguia a seguinte ordem: a urna de *Mário Martins de Almeida*, a primeira, foi transportada até os carros por Antonio de Toledo Passos, representante da família do governador Pedro de Toledo, José Maria Withaker e Prudente de Moraes Neto, , ex-diretores do MMDC, e por Paulo Machado de Carvalho, ex-diretor da Rádio da Revolução. A segunda urna, de *Euclides Bueno Miragaia*, foi conduzida por Fonseca Telles, ex-secretário de governo de Pedro de Toledo, pela "viúva Carlos de Souza Nazareth, ex-presidente do MMDC, José Cássio de Macedo , ex-diretor do MMDC, e pelo presidente da Câmara Municipal de São Paulo. Conduziram a terceira urna, de *Drausio Marcondes de Souza*, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, d. Carlota Pereira de Queiroz, ex-diretora do MMDC, Edmundo Monteiro, presidente das Emissoras Unidas e por Lauro de Barros Siciliano, presidente da Sociedade Amigos da Cidade. A quarta urna, que continha os despojos de *Antonio Américo Camargo Andrade*, foi levada por José Rodrigues Alves Sobrinho, ex-secretário de Estado de Pedro de Toledo, Horácio Rodrigues, ex-diretor do Serviço de Abastecimento às Forças em

dos convocados e o papel que tiveram durante o movimento revolucionário como organizadores, combatentes e chefes militares, chefes do governo constitucionalista e divulgadores da "causa paulista". Entre os organizadores do movimento e membros do MMDC responsáveis por carregar as urnas encontravam-se, por exemplo, José Maria Withaker, Prudente de Moraes Neto, Carlota Pereira de Queiroz e Roberto Victor Cordeiro. Dos chefes militares e combatentes, pode-se destacar José de Ataliba Leonel, representando seu pai, o Coronel Ataliba Leonel, e Laurindo Dias Minhoto Jr.. José Rodrigues Alves Sobrinho, Goffredo da Silva Telles, Antonio de Toledo Passos, representando a família do ex-governador Pedro de Toledo, e Fonseca Telles como "personagens" do governo revolucionário. E Paulo Machado de Carvalho e Edmundo Monteiro como divulgadores da revolução. Aos personagens da "revolução" somavam-se "autoridades" estaduais e locais, como os presidentes do Tribunal Regional Eleitoral e da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo[127].

As urnas de Martins, Miragaia, Drausio, Camargo e de Paulo Virgínio, nesta ordem, saíram da capital precedidas por uma bandeira brasileira e uma paulista, levadas pelas pontas por quatro meninas e quatro meninos, todos vestidos de branco e descendentes de "veteranos". Logo atrás desse pelotão infantil, segundo o jornal, "uma senhora de cor, d. Maria, ex-combatente, conduzia uma bandeira paulista pertencente a um dos batalhões constitucionalistas"[128]. Na saída da Catedral, sobre o patamar das escadarias junto à porta, os grupos que conduziam as urnas se alinharam em uma coluna. Nessa posição, aguardaram a execução da Marcha Fúnebre de Chopin pela banda da Força Pública. Depois da música, uma salva de 3 tiros que, segundo *O Estado de São Paulo*, "ecoaram na Praça da Sé em meio ao silêncio contrito dos assistentes"[129]. Então, os esquifes com os despojos dos "mártires" subiram aos carros do Corpo de Bombeiros embandeirados com os "pavilhões" paulista e brasileiro.

O cortejo que se formou seguiu a ordem precisa anunciada dias antes e que guardava a hierarquia das autoridades presentes na missa: à frente vinham os

---

Operação, Roberto Victor Cordeiro, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto em 1932, e José de Ataliba Leonel, representando o general Ataliba Leonel. Finalmente, a urna de *Paulo Virgínio* foi transportada por Goffredo da Silva Telles, ex-prefeito durante o governo Pedro de Toledo, Luciano Nogueira Filho, da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, José de Barros Martins, divulgador da Revolução Constitucionalista, e Laurindo Dias Minhoto Jr., representando os "Batalhões de Voluntários".

[127] cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23.

[128] cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23.

[129] idem.

batedores, depois as viaturas com os despojos, logo atrás o carro da "autoridade eclesiástica", seguido pelo do governador, do comandante da Zona Militar do Centro, do comando da 4ª Zona aérea, do presidente do Poder Legislativo Estadual, do Tribunal de Justiça, e assim sucessivamente até os últimos, do 24º ao 30º, destinados às famílias dos "extintos" [130]. Partiram para o Ibirapuera acompanhados pelo "povo paulista" que teve a chance de "homenagear, aplaudir e reverenciar a memória de seus mártires" ao longo do percurso de acordo com o texto da reportagem de *O Correio Paulistano*[131].

Em torno do novo monumento, uma multidão aguardava a chegada do cortejo que partira da Catedral. Às 11 horas, o "povo paulista" consubstanciado na multidão pode ver a descida dos esquifes para a entrada da cripta do monumento, pois o acesso ao interior do mausoléu era restrito às autoridades, personalidades convidadas para carregar os despojos dos "mártires", membros da comissão central e convidados especiais que portavam os convites distribuídos previamente pelos organizadores[132].

Logo depois da chegada do cortejo, Machado Florence convidou as "personalidades" escolhidas para depositar os despojos "no túmulo destinado a recolhê-los e conservá-los para a posteridade"[133]. Seguindo a mesma ordem da catedral, inicialmente, o governador Jânio Quadros, o general Falconieri da Cunha, comandante da Zona Militar do Centro, o major-brigadeiro Ivo Borges, comandante da 4ª Zona Aérea, e o tenente-coronel José Canavó Filho, comandante da Força Pública estadual, depositaram os restos mortais de *Mário Martins de Almeida* no túmulo. Em seguida, o esquife de *Euclides Miragaia* foi depositado por Manoel Gomes de Oliveira, André Franco Montoro, Lino de Matos, prefeito da capital, e Benedito Montenegro. A terceira urna, contendo os restos mortais de *Drausio Marcondes de Souza*, foi conduzida por Alvino Lima, diretor da Faculdade de Direito, Sylvio de Campos, Waldemar Ferreira e Roberto Moreira. Júlio de Mesquita Filho, representado no ato por seu filho, Ruy Mesquita, Nelson Prudente Correia, monsenhor Luiz de Abreu, capelão das forças revolucionárias, e o coronel Euryale de Jesus Zerbine, da Comissão Pró-Paulo Virgínio, depositaram no túmulo os despojos de *Antonio Américo Camargo Andrade*. Finalmente, a urna de *Paulo Virgínio* foi

[130]cf., Hoje o encontro dos heróis de 32 na praça da República. *op. cit.* p. 6.
[131]cf., São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *op. cit.* p. 8.
[132]cf., São Paulo tributa hoje expressivo preito aos heróis da jornada constitucionalista. *op. cit.* p. 8; e Última continência de São Paulo aos heróis de 32. *op. cit.* p. 8.
[133] cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23.

conduzida por José Augusto César Salgado, procurador-geral do Estado e membro da Comissão Pró-Paulo Virgínio, Ibrahim Nobre, e a viúva do general Marcondes Salgado[134].

Uma vez mais se repetia a combinação de personagens da história da Revolução Constitucionalista e de "autoridades". Ivo Borges fora comandante da aviação revolucionária, Silvio de Campos, Valdemar Ferreira e Roberto Moreira representavam a Frente Única Paulista formada pelo Partido Democrático e o PRP[135]. Ibrahim Nobre, atualmente enterrado em um lugar especial do mausoléu, foi o orador do comício de 23 de maio, tratado na imprensa como o "tribuno" de 32[136]. E o general Marcondes Salgado foi o comandante da Força Pública durante a revolução. A combinação de "autoridades" e "personagens" construía uma representação dos indivíduos extraordinários como protagonistas da história, cabendo ao "povo" prestar-lhes reverência e subordinação. A posição marginal da "multidão", no sentido de seu papel secundário e aparentemente passivo nas descrições dos rituais do 9 de Julho permite esta suposição.

Dentro da cripta, d. Paulo Rolim Loureiro procedeu a "cerimônia litúrgica de encomendação dos despojos." Ao fim deste momento, Machado Florence mandou baixar a "tampa de mármore, que representa a bandeira paulista em cores, sobre o jazigo eterno dos cinco heróis de 32"[137]. As cores de São Paulo se revelaram no instante em o governador e o general Faclonieri da Cunha retiraram a bandeira nacional que cobria a tampa. Depois deste gesto, ouviu-se o rufar de tambores por 32 segundos. Durante toda a cerimônia, o silêncio imperava como uma obrigação de respeito a acreditar nas recomendações da comissão central publicadas nos jornais desde o dia 8. A romper o silêncio, além do rufar dos tambores, somente a *Oração ante a última trincheira*, poesia composta por Guilherme de Almeida especialmente

---

[134] cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23; e São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *op. cit.* p. 8.

[135] A criação da Frente Única Paulista correspondia ao movimento de afastamento entre os tenentes e os membros do PD, à resistência a morosidade do processo da constitucionalização pelo governo provisório e a redução da autonomia estadual, cf., LOVE, Joseph. *A locomotiva*; São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 167-168; e GOMES, Angela de Castro (coord.). *Regionalismo e centralização política*; partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p. 241-243.

[136] cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23

[137] Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23; e São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *op. cit.* p. 8.

para as comemorações de 1947[138]. O longo poema, que hoje se encontra inscrito no mármore em uma das paredes laterais do mausoléu em forma de cruz, referia-se ao silêncio da última trincheira que não se rendeu. Associava o gesto de cavar a terra a uma ferida. E só havia algumas "feridas" autorizadas: o alicerce, a lavra, a sepultura e a trincheira, a mais legítima porque se "eterniza na Pátria". O poeta convertia a campa, o novo túmulo dos heróis, em trincheira:

> Este cavado trapo de terra – corpo místico de São Paulo, em que hora existis consubstanciados –
> Mais que corte de alicerce, sulco de lavra, cova de sepultura, é rasgão de trincheira.
> E esta, perene, que povoais, é a nossa última trincheira.
> Esta é a trincheira que não se rendeu:
> a que deu a terra o seu suor,
> a que deu a terra a sua lágrima,
> a que deu a terra o seu sangue!"[139]

E seguia associando as cores da tampa do jazigo que reproduzia a bandeira de São Paulo à luta perene que a lembrança dos mortos na guerra continuava:

> Esta é a trincheira que não se rendeu:
> a que é a nossa bandeira gravada no chão
> pelo branco do nosso ideal,
> pelo negro do nosso luto,
> pelo vermelho do nosso Coração
> Esta é a trincheira que não se rendeu:
> a que atenta, nos vigia,
> a que, invicta, nos defende,
> e a que, eterna, nos glorifica![140]

E como uma oração cívica rogava aos "soldados santos de 32", sem as armas, os galões, as medalhas, o medo, a velar pelos vivos, terminando por cantar:

> Sem nada, senão vós mesmos, velai por nós!
> Sem nada senão São Paulo, velai por nós![141]

O silêncio evocado no poema e recomendado pela comissão reiteradamente na preparação das solenidades deve ter tomado a cripta mais uma vez. Em seguida, o

---

[138] cf., Homenagens à memória dos mortos da Revolução de 32. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1947.
[139] cf., ALMEIDA, Guilherme de. Oração ante a última trincheira. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 8; e Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23.
[140] idem.
[141] ibidem.

general Euclides Figueiredo "novamente comandou as tropas revolucionárias de 1932 que prestaram a derradeira continência militar aos companheiros mortos"[142]. De acordo com *O Correio Paulistano,* grande emoção "sacudiu a multidão que se comprimia junto ao Monumento-Mausoléu" quando se fez a chamada dos nomes dos cinco heróis[143]. Teve início o "desfile" de "centenas de antigos combatentes", vestidos em trajes civis, mas com suas insígnias, "bibicos" e capacetes de aço, à frente do monumento[144]. Esta forma de manifestação dos ex-combatentes obedecia a recomendações estritas emanadas da comissão central das comemorações e atualizava o caráter civil do movimento de 32[145], formalização que se ligava às comemorações realizadas entre 1934 e 1937 e a incorporação dos objetos carregados da memória do evento desde os anos anteriores. A marcha dos voluntários em trajes civis correspondia à versão da história consagrada nas solenidades e que supunha que o movimento constitucionalista nasceu da revolta dos paulistas contra o cerceamento de sua autonomia política perpetrada pelos tenentes-interventores em nome do governo provisório que assumiu a direção temporária do governo nacional em 1930[146]. Ao fim do desfile, Machado Florence disse: "Recolhei-vos todos enquanto se ouvir o toque de silêncio, formulai uma prece para descanso dos que morreram em 32"[147]. Ao fim do toque de silêncio e da prece, a cerimônia acabou por volta do meio dia, cerca de 9 horas depois do início das solenidades.

As palavras de Machado Florence marcavam o fim da cerimônia cívica mais importante daqueles dias. Desde o dia 7 até o dia 9, o clima comemorativo foi construído gradativamente e é possível que a memória da "jornada constitucionalista" tenha tomado conta de corações e mentes dos paulistas na capital e em todo o estado. Este tempo de celebração, conceituado na imprensa como tempo de "festejos", começou com a transferência dos restos mortais dos "soldados-santos" dos túmulos para as capelas dos cemitérios paulistanos e daí para o pátio a Faculdade de Direito. No interior, dos cemitérios os despojos seguiram para serem velados nas principais igrejas das cidades do Vale do Paraíba, entre elas o santuário nacional de Nossa

---

[142]cf., São Paulo reverenciou a memória de seus heróis. *op. cit.* p. 8.
[143] idem.
[144]cf., Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23.
[145] cf., As solenidades comemorativas do aniversário da Revolução de 32. *O Estado de São Paulo*. *op.cit.* p. 11.
[146] cf., BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista. op.cit.* p. 70.
[147] idem.

Senhora Aparecida. Da Igreja Matriz de São José dos Campos e do pátio da Faculdade de Direito, as urnas seguiram para a Catedral Metropolitana. E, finalmente, para o altar cívico no interior do mausoléu. Este percurso e a seqüência de rituais correspondentes evidencia a constituição de uma nova forma de liturgia cívica em torno da memória da Revolução Constitucionalista.

No interior do Estado, e mesmo na capital, a memória do "ideal paulista" continuava a se manifestar no culto aos mortos com as visitas aos cemitérios e as missas fúnebres. No dia 9, os remanescentes do Batalhão Paes Leme promoveram uma missa em homenagem aos companheiros mortos na Igreja da Consolação, seguida de uma visita ao cemitério São Paulo[148]. Em Santo Amaro, a Associação Comercial de São Paulo mandou oficiar missa em favor de Delmiro Sampaio e programou uma visita ao seu túmulo no cemitério local[149]. No mesmo dia, em Campinas, São José dos Campos e Rio Claro ocorreram "romarias cívicas" aos cemitérios locais e deposição de flores no túmulo dos mortos. Em Santos e Bauru, as homenagens se concentraram em torno dos monumentos aos mortos nas praças públicas, reproduzindo em outra escala a comemoração realizada na capital. Em todas as cidades houve missas solenes em intenção aos mortos da revolução. As notícias referentes a cada cerimônia evidenciavam o pertencimento local dos homenageados referindo-se aos "voluntários santistas", "heróis bauruenses", "soldados rio-clarenses" e à presença, em São José dos Campos, do irmão de "Fábio Ferreira Veloso, herói piraçununguense de 32"[150]. Estas designações de pertencimento afirmavam a participação de todas as localidades no esforço de guerra do passado e nos atos comemorativos do presente, como se a memória de 32, mais do que os laços políticos entre a capital e os municípios, conferisse unidade ao Estado[151]. Este motivo da unidade regional construída pela memória da revolução é uma constante que se pode surpreender também nas comemorações realizadas no centro exemplar deste complexo cerimonial em que São Paulo se converteu. Como já notei, durante as

[148] O Batalhão Paes Leme. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 23
[149] Homenagem à memória de Delmiro Sampaio. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 8
[150] No interior. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 23
[151] Comparativamente seria interessante observar que a memória da oposição ao movimento da política, por assim dizer, "nacional" confere existência a uma região francesa que não corresponde necessariamente às divisões departamentais, a Vendéia, e é precisamente a memória da guerra contra-revolucionária que assegura esta identidade, v. MARTIN, Jean Clément. La Vendée, region mémoire; bleus et blancs. In: NORA, Pierre (dir.) *Les Lieux de Mémoire*; I - La Republique. Paris, Gallimard, 1997. p. 519-534.

cerimônias do dia 8, o acolhimento dos "heróicos valeparaibanos" na capital manifesta este sentido das comemorações de 1955.

Porém, ao mesmo tempo, é possível afirmar que as comemorações também afirmaram a subordinação do "interior" à capital. Se admitirmos que os jornais construíam as cerimônias ao representa-las para um público mais amplo, a forma marginal como os órgãos de imprensa da capital noticiaram as solenidades do interior evidencia esta subordinação. Além disso, a recepção dos "despojos" vindos do interior também colaborava na afirmação simbólica da supremacia da capital e dos grupos nela representados. A comissão central recebeu os "restos mortais" vindos de São José dos Campos na "divisa" da cidade de São Paulo com Guarulhos, no ponto exato do espaço que marca a separação entre o centro de poder e o território sobre o qual exercia a soberania política. Mas a celebração da unidade regional através da integração de suas partes – "interior" e "capital" – em torno da memória da revolução não era o único motivo que expressava a coesão social.

O desejo de coesão se revelava na intenção de representar a "jornada constitucionalista" e sua comemoração como um esforço de "uma coletividade em marcha para o futuro"[152]. A colaboração entre as classes, raças e demais grupos sociais do Estado era uma das marcas dos discursos, como no texto intitulado *Surto de Civismo*, publicado em *O Estado de São Paulo*, em que se afirmava a "vibração" provocada pela comemoração "em todas as camadas sociais"[153]. Não só nas palavras, mas também em atos este significado tornava-se manifesto: na saída da Catedral, uma "senhora de cor", d. Maria, a única sem sobrenome na solenidade, carregara a bandeira estadual que datava de 1932. No dia anterior, durante as nove horas de "vigília cívica", soldados, operários, estudantes secundários, professores e representantes das "classes produtoras" guardaram as urnas junto ao altar como se o conjunto da sociedade prestasse reverência à memória dos mortos e sua causa. Na tarde do dia 9, durante a "sessão cívica" junto ao monumento aos "acadêmicos" mortos na Faculdade de Direito, o orador do Centro Acadêmico XI de Agosto caracterizava a revolução como um movimento em que "São Paulo, sem partidos ou

[152] cf., 9 de Julho. *O Correio Paulistano*.*op.cit.* p. 1. Formas semelhantes de conceituar o evento histórico e sua comemoração encontram-se em vários outros textos publicados naqueles dias, cf., Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955; Glória ao heróis. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 1; e Repousam desde ontem no Mausoléu do Ibirapuera os despojos dos cinco mártires da Revolução de 32. *op. cit.* p. 23.

[153] Surto de civismo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 3

grupos, lutou pela constitucionalização, exigindo a volta da lei e o respeito à liberdade.(grifos nossos)[154]" – é o caso de lembrar que os representantes da Frente Única Paulista foram encarregados de conduzir juntos um dos esquifes à cripta.

O mesmo discurso também construía a imagem da Faculdade de Direito como "Casa da Revolução" onde "o anseio de 7 milhões de almas" se concentrou. Da faculdade teriam partido "moços cheios de sonhos" que se juntaram a "seus irmãos operários e trabalhadores" que também integraram as fileiras revolucionárias. Este motivo da "irmandade" dos paulistas durante a guerra não aparece apenas no discurso do orador "acadêmico", mas é uma constante em todas as notícias e artigos sobre as comemorações e remete a alguns textos sobre a revolução escritos na década de 1930[155]. O que aparece na cerimônia do Centro Acadêmico XI de Agosto é uma forma de "irmandade" peculiar que também era recorrente em todas as solenidades e discursos: a união entre "estudantes" e "povo". União que supunha uma hierarquia, contudo, ao conferir aos "acadêmicos" do Largo de São Francisco a liderança de "7 milhões de almas" durante a "epopéia" de 32. Esta reverência aos "estudantes" fora expressa na "sessão cívica" com a entrega dos diplomas simbólicos aos familiares acadêmicos mortos durante a guerra[156], mas também se revelou na parada do cortejo fúnebre no Largo de São Francisco em seu percurso entre a praça da República e a Catedral no dia 8[157]. Os discursos e os gestos rituais se misturavam para afirmar que os "estudantes" da Faculdade de Direito foram os protagonistas da "epopéia" de 1932 e o 23 de maio como marco simbólico do início daquele movimento de São Paulo pelo Brasil conforme afirmavam várias notícias e artigos publicados naqueles dias[158].

Pode-se dizer que, ao longo de todos os rituais dos dias 8 e 9, o motivo da unidade regional é complementado pelo desejo de afirmar a coesão social. Contudo, a forma como estas idéias foram objetivadas em atos e discursos divulgados pela imprensa asseverava a legitimidade das hierarquias sociais e da ordem política regional. No passado como no presente, caberiam aos homens extraordinários – personagens de 1932 e "autoridades" de 1955 – o papel de protagonistas da história e

---

[154] cf., Sessão cívica no Centro Acadêmico XI de Agosto. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 23.
[155] v., LEITE, Aureliano. *Martírio e glória de São Paulo*. São Paulo, Empresa Gráfica Revista dos Tribunais, 1934.
[156] Idem.
[157] cf., Última continência de São Paulo aos heróis de 32. *op. cit.* p. 8; e As cinco urnas na Catedral. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 9.
[158] Hoje o encontro dos heróis de 32 na Praça da República. *op.cit.* p. 6; 9 de Julho. *op.cit.* p. 1.

de sua encenação. De maneira análoga, o vulto que as cerimônias tomam na capital convertia a cidade de São Paulo em centro exemplar representando a supremacia do núcleo do poder político sobre todo o Estado no passado, como as agitações que culminaram no 23 de maio e no 9 de julho de 1932, e no presente.

1932 em 1955: um sentido dos "festejos"

As cerimônias entre os dias 7 e 9 de julho de 1955 procuravam recriar o sentido de unidade regional através dos ritos fúnebres na capital e no interior. Esta vontade supunha que a celebração deveria se espalhar por todo o Estado e que os representantes de todas as localidades do interior e de todos os grupos sociais encontrassem um lugar na história da Revolução Constitucionalista. Ao desejo de afirmar a unidade regional somava-se, necessariamente, a objetivação da coesão social e das hierarquias sociais que garantiam ambas. O culto aos mortos remetia ao "sacrifício" de "São Paulo" pela nacionalidade. Não poderia haver forma mais propícia para criar esta representação da Revolução Constitucionalista, uma vez que os símbolos acionados ao longo das solenidades, calcados no simbolismo religioso, apelavam para o que há de mais transcendente em qualquer sociedade, a morte, e, particularmente nas sociedades ocidentais, a morte sacrifical, o martírio.

No entanto, São Paulo estava na história. Havia apenas 23 anos desde a revolução e, portanto, é provável que sua memória ainda ecoasse nas experiências e lembranças dos paulistas a ponto de mobilizar boa parte da população em torno das solenidades. A criação do ritual cívico de inumação dos "mártires" em um mausoléu na capital era uma prevenção contra o esquecimento que o futuro podia trazer, pois com o tempo só restariam os mortos. Era preciso instituir a maneira certa de louvá-los e, através deles, assegurar a lembrança do sacrifício coletivo em nome de São Paulo e da Nação. Este sacrifício representava, aliás, o papel de protagonistas que os "paulistas" supunham e desejavam desempenhar na história da construção da nacionalidade[159] e, mais especificamente, da democracia no Brasil. Pode-se afirmar,

[159] Uma das marcas do regionalismo paulista em sua expressão política ou na ordem das produções da cultura letrada e justamente esta idéia de que os paulistas, desde a colônia, são os construtores da nacionalidade, do território e do povo brasileiro com as bandeiras, da emancipação e da ordenação política com a Independência e a República. v. LOVE, Joseph. *A locomotiva*. *op.cit.* p. 107; ABUD, Kátia Maria. *O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições*; a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1985. (Doutorado); VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela*; nacionalismo e regionalismo paulista. Rio de Janeiro,

portanto, que os criadores da nova liturgia cívica, organizados em torno da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC e das diversas agências estatais envolvidas nos preparativos, também olhavam para o presente, tempo que também trazia o signo da incerteza. Mas sobre esta ainda era possível agir imediatamente. Os "mártires" e suas ações eram exemplos a seguir.

Assim entediam vários oradores que pronunciaram discursos naqueles dias. Estas falas divulgadas pela imprensa, o que implica no silêncio de outras que não encontraram lugar nas páginas escritas, concentravam-se sobre a idéia segundo a qual a democracia perigava naquele momento preciso marcado pela sucessão presidencial. Na "sessão cívica" realizada na Faculdade de Direito na tarde do dia 9, o orador oficial do Centro Acadêmico XI de Agosto dizia ao final de sua fala: "Periga a Democracia; profana-se a Liberdade. O exemplo de 32 exige lutar. Mas da mistura do sangue derramado e do ideal, há de resultar uma pátria digna em uma nação honrada[160]". Este discurso ecoava as palavras do deputado Benedito Calazans nas cerimônias de exumação de Euclides Miragaia em São José dos Campos. No dia 7, o deputado posicionava-se contrariamente à nova lei eleitoral aprovada no congresso que permitira a "volta ao poder dos homens que feriram o Brasil, menos no seu patrimônio que em sua alma e dignidade"[161].

Estas formas de conceber o presente em suas possibilidades estavam marcadas pela experiência do passado e também por sua representação, que voltava a ser instituída naqueles dias em atos para além das páginas dos livros que certamente inspiravam as cerimônias. Há, como se viu no segundo capítulo, imediatamente após a Revolução Constitucionalista, uma produção considerável de memórias e panfletos políticos sobre a guerra e seus desdobramentos. Na década de 1950, ao redor das comemorações do quarto centenário da capital, vieram a público outros títulos referentes ao movimento constitucionalista[162]. É provável que os oradores escolhidos para as solenidades descritas tenham, para além de suas memórias pessoais, lido uma ou várias dessas obras. É quase certo, contudo, que acompanhavam e liam o noticiário referente às celebrações e à política nacional. De qualquer forma, a visão do passado compartilhada pelos oradores era fundamental para sua compreensão do presente. E o

---

FGV-CPDOC, 1987; e FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia das bandeiras*; letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, Ed.UNESP, 2002.

[160] cf., Sessão cívica no Centro Acadêmico XI de Agosto. *O Estado de São Paulo*. *op.cit.* p. 23.

[161] cf., As cerimônias de ontem em São José dos Campos. *O Estado de São Paulo*. *op.cit.*p. 7

[162] v. COIMBRA, Álvaro da Veiga. Ensaio Bibliográfico. In: SÃO PAULO (Estado). *Cinqüentenário da Revolução Constitucionalista*. São Paulo, Secretaria de Estado de Educação, 1981. p. 166-178.

momento político estava marcado pela sucessão presidencial, como já disse, e pela "agitação" resultante da greve dos portuários em Santos, que reascendia as preocupações com uma greve de massa como a que ocorrera em 1953, pela organização de movimentos políticos como a Cruzada Paulista e o municipalismo e pela repressão de congressos estudantis a pretexto de serem organizados por "comunistas"[163]. Este último "perigo", como afirmava um dos artigos publicados a pretexto da instabilidade da Europa frente ao avanço soviético[164], também fora tematizado nas cerimônias do dia 7 em São José dos Campos. Durante sua oração, Benedito Calazans dizia que a ameaça comunista chegou nas "mochilas de 1930"[165].

Além dessas referências ao fantasma do comunismo, outras críticas supostamente mais conseqüentes e imediatas apareciam nos jornais a pretexto do movimento grevista em Santos. *O Correio Paulistano* publicara, no dia 3 de julho, um artigo que contestava a ação dos "meetingueiros" elevados à condição de "representantes do povo" que, como na campanha eleitoral, "estimulavam a prevenção contra os produtores"[166]. Na mesma edição, um artigo intitulado "Restrições aos candidatos" apresentava os problemas das candidaturas presidenciais, especialmente à chapa Juscelino e Jango, pois pesava contra ela a presença do antigo Ministro do Trabalho do governo Vargas. Neste texto, Jango era classificado como membro da "oligarquia que inundou de lama o Brasil"[167]. Curiosamente, os dois textos foram publicados na mesma página: ao leitor atento, e talvez imbuído do "ideal de São Paulo" durante aqueles dias, não passaria em branco a associação sugerida entre os "meetingueiros" e o candidato a vice-presidente. No mesmo sentido, também não passaria sem notar a associação entre os tempos heróicos da "epopéia" evocada nas solenidades e o presente.

De fato, as notícias referentes à comemoração misturavam-se ao noticiário político. Nos dias imediatamente anteriores ao 9 de Julho, uma proposta apresentada por Carlos Lacerda no Congresso Nacional chamou a atenção dos articulistas. O deputado da UDN apresentou, no dia 4, no plenário da Câmara, a proposta de instituir

---

[163] cf., Seriedade, não demagogia. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 3 de julho de 1955. p. 4; Homenagem dos Heróis de 32 à Cruzada Paulista. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 10 de julho de 1955. p. 6; Municipalismo e Política. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 6; Proibida a realização de Congresso Nacional de Estudantes. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 24.

[164] cf., LOBO, Hélio. O perigo russo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 4.

[165] cf., As cerimônias de ontem em São José dos Campos. *O Estado de São Paulo*.*op.cit.* p. 7.

[166] cf., Seriedade, não demagogia. *op.cit.* p. 4.

[167] cf., Restrições aos candidatos. *O Correio Paulistano*, São Paulo, 3 de julho de 1955. p. 4.

temporariamente o "regime de exceção" a fim de garantir a lisura do processo eleitoral. As posições do *Correio* eram francamente contrárias à "esdrúxula tese de golpe a prazo fixo", e no mesmo sentido caminhava a *Folha* que apoiava francamente candidatura Juarez Távora[168]. Antes mesmo da tese esdrúxula ser apresentada, um artigo publicado no *Estado* atacava o "getulismo" e sugeria que o "fenômeno revolucionário brasileiro" teria "que se cumprir fora dos cânones legais" remetendo, para justificar esta posição, a uma série de artigos de Gofredo Telles Jr. sobre a resistência violenta aos governos injustos[169]. A posição do *Estado de São Paulo* era, portanto, no mínimo ambígua.

Em um artigo, provavelmente escrito por Júlio de Mesquita Filho e publicado sem assinatura na coluna *Notas e Informações*, que em geral expressava a posição do periódico sobe diversos assuntos, a "tese insólita" era avaliada com algumas prevenções. O autor oculto dizia que, sendo fiel aos princípios democráticos em seus "oitenta longos anos de contínua peleja democrática", recusava a forma intempestiva da proposta apresentada, mas procurava examiná-la com "lucidez". Acreditava que o "temor a volver aos tempos sombrios da supressão das liberdades públicas" levava os democratas a recusar de antemão a idéia do "deputado carioca". Perguntava-se, entretanto, se fora com "tibiezas" que se moldou o território brasileiro, que se fez a Independência e se consolidou o Império, e que se proclamou a República. Afirmava, então, que "o momento impõe é denodo, é bravura, e sobretudo coragem para olhar de perto a realidade"[170].

Ao olhar de perto a realidade, contudo, o autor via que nem outubro de 1945, nem agosto de 1954, haviam afastado o "getulismo". Esta permanência dos "homens do estado novo" nas "posições de mando" fazia durar até o presente o "mal-estar" que fez as Forças Armadas intervirem em 1945, e a "crise" instaurada em 24 de agosto do ano anterior. Perguntava-se como seria possível, dentro da lei, "desentulhar o terreno" para fazer as instituições voltarem a funcionar apropriadamente. Depois de dizer que ninguém desconhecia os riscos que os regimes de exceção comportavam, terminava

---

[168] cf., SCATIMBURGO, João de. Solução extrema não é remédio. *O Correio Paulistano*, 5 de julho de 1955. p. 1 e 2; Esdrúxula a tese do golpe a prazo fixo. *O Correio Paulistano*, 5 de julho de 1955. p. 3.; Oscila a ordem democrática. *O Correio Paulistano*, 5 de julho de 1955. p. 4.; Opção pelo golpe, covardia democrática. *Folha da Manhã*, São Paulo, 8 de julho de 1955. p. 4.

[169] cf., LUZ, Mário da. Do golpe, seus aspectos e conseqüências. *O Estado de São Paulo*, 3 de julho de 1955. p. 27; e TELLES JR., Gofredo. Resistência violenta aos governos injustos. *O Estado de São Paulo*, 6 de julho de 1955. p. 10.

[170] cf., Uma tese insólita. *O Estado de São Paulo*, 8 de julho de 1955. p. 3 (NOTAS E INFORMAÇÕES).

por afirmar que não era possível não levar em "consideração os riscos maiores a que nos submeteram as Forças Armadas deixando por duas vezes de "instaurar o processo" do "estado novo" e de seu bando"[171].

É nesse clima, portanto, que se desenvolvem as manifestações cívicas do 9 de Julho. Como não pensar que o "exemplo" de 32 não esteja presente na incitação ao denodo, bravura e coragem do texto que acabo de reproduzir? O mesmo jornal por duas vezes relacionava os eventos de 1932 ao presente. No artigo "Lições da História", conclamava os jovens a seguirem o exemplo dos moços de 1932 e "tudo fazer por contrariar suas tendências egoístas e dominar a repulsa pelas atividades partidárias destinadas a consolidar as liberdades reconquistadas após a invasão ditatorial"[172]. Em outro texto intitulado "Glória aos Heróis" dizia que um "mormaço moral" precedia os grandes feitos históricos, como as bandeiras, o Império, a República e a Revolução de 32, que surgiam sempre como um "clarão" a ser perpetuado na lembrança dos jovens que "herdaram quatro séculos de esforços pela grandeza da Nação". O articulista concluía afirmando que quando este "clarão" do esforço coletivo para a grandeza novamente brilhasse iluminando os "horizontes pátrios" como um "novo 9 de Julho" se realizaria "a arrancada pelo Brasil maior que sonhamos em 32"[173]. Se pensarmos no conjunto dos textos publicados, este Brasil maior que deveria emanar dos ideais de São Paulo ainda não havia se realizado em 1955. Até mais, na perspectiva do *O Estado de São Paulo*, o presente seria um obstáculo para o sonho relembrado naqueles dias através do culto cívico dos "mártires". Por isso mesmo, os textos da imprensa diária sinalizavam que as cerimônias cívicas daquela semana tinham um papel pedagógico[174].

É significativo, por exemplo, que o dia 9 de julho fosse escolhido para a criação de um novo movimento suprapartidário em 1954: a Cruzada Paulista. No dia 8, a organização promoveu um banquete no Clube Pinheiros para celebrar seu primeiro ano de existência. O jantar contou com a presença de Mércio Prudente Correia, presidente da Sociedade Veteranos de 32 – MMDC e um dos organizadores das cerimônias cívicas. A Cruzada Paulista, dirigida por Acácio Villalva, tinha por objetivo "manter um sadio espírito de paulistanismo através do estudo e da divulgação

[171] idem.
[172] cf., As lições da história. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 3 (NOTAS E INFORMAÇÕES)
[173] cf., Glória aos heróis. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 1.
[174] v. Surto de civismo. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1955. p. 3; e 9 de Julho. *O Correio Paulistano*. *op.cit*. p. 1.

da significação de São Paulo nos vários setores da vida nacional"[175]. Segundo o *Correio*, a organização teria formulado um "cadastro dos Interesses de São Paulo Preteridos" que englobavam a administração pública, a economia, as atividades culturais, etc. A matéria também listava as atividades da entidade "sem discriminação partidária": protestos contra as "manifestações antipaulistas ocorridas na campanha eleitoral passada", campanhas junto ao eleitorado para elevar "o nível de representação paulista nos parlamentos mediante escolha criteriosa dos candidatos", as celebrações do IV Centenário no Pátio do Colégio e a realização do I Roteiro Histórico de São Paulo, "no qual se visitaram nove cidades ligadas a mais antiga tradição bandeirante". Além disso, a Cruzada Paulista dedicava homenagens a "paulistas ilustres" e promovia a defesa dos recursos naturais do Estado. Neste movimento, assim como no tempo das cerimônias que o estado vivia, a reanimação do passado e os combates políticos do presente conviviam e se alimentavam mutuamente.

Se o caráter pedagógico da memória da Revolução Constitucionalista ganhava corpo em movimentos como a Cruzada Paulista é porque o evento celebrado representava a "luta" perene "de São Paulo" unido em todas as suas forças sociais, em todas as suas partes, pela democracia, conceito que se confundia em vários discursos – nas notícias, nos artigos, nas "orações" pronunciadas nos rituais – com o respeito à ordem legal e a participação formal nas instituições políticas. Não era apenas uma idéia a democracia, era uma prática legitimada pela participação de todos os grupos dentro da ordem[176] – não pela greve identificada à ação dos "meetingueiros" a que se referia *O Correio Paulistano*, tampouco por reuniões planejadas por "comunistas" como o congresso de estudantes que se realizaria na cidade, entre os dias 11 e 17 de julho, não fosse a proibição imposta pelo DOPS[177]. Ordem que também se manifestava nos rituais dos dias 8 e 9. Nos cortejos e na inumação dos "mártires" há uma constante: garantem-se, no movimento, ou nas posições marcadas e estáticas, os limites que separam as "autoridades" do "povo", da "multidão"[178]. Há um lugar exclusivo para o poder em todas as situações rituais descritas: no palanque, nas

[175] cf., Homenagem dos Heróis de 32 à Cruzada Paulista. *O Correio Paulistano*. *op.cit.* p. 6.
[176] Sobre a ideologia liberal na imprensa paulista v. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalismo*; imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo, Brasiliense, 1989.
[177] cf., Proibida a realização do Congresso Nacional de Estudantes. *O Estado de São Paulo*. *op.cit.* p. 24.
[178] Para uma morfologia das formas rituais no Brasil v. MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*; para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

cidades do interior que foram palco dos ritos de exumação, ou junto ao altar onde se encontravam os "soldados-santos" de 32; à frente dos cortejos entre a Catedral e o Ibirapuera e no interior da cripta vedada ao acesso de todos. Há, igualmente, gestos exclusivos do poder: a fala nas "orações" proferidas e o protagonismo nas diversas fases da performance, como no momento em que o governador Jânio Quadros e os representantes das Forças Armadas são os primeiros convidados a levar uma das urnas para o interior da cripta do monumento.

Mas nas cerimônias cívicas daquele 9 de julho a ordem política e a ordem religiosa se confundiam para conformar o novo culto cívico da Revolução de 1932, pois a marca das manifestações era o cortejo fúnebre que, passando pelas igrejas do interior e da capital, terminava em um altar laico no interior do mausoléu. O cortejo se assemelhava a uma procissão, rito que supostamente iguala os homens diante das potências divinas que governam a existência[179]. Além disso, o "Movimento de 32" é exaustivamente conceituado como "sacrifício cívico" em vários textos analisados e que serviram à descrição dos rituais. Este "sacrifício" pela "democracia", qualquer que seja o conteúdo do conceito para os atores envolvidos na produção das comemorações, materializava-se na morte dos "heróis", tratados como "mártires", "moços imolados" ou que "ofereceram a vida em holocausto" e, finalmente, como "santos-mártires" a quem se "rogava" por proteção e cujo exemplo era recomendado como um modelo de conduta para o tempo presente. A liturgia cívica[180] elaborada em torno do culto aos mortos também representava as tensões do momento, uma vez que se esperava dos "mártires" que reavivassem a memória dos paulistas sobre suas ações no passado para que enfrentassem os "riscos" políticos que se desenhavam no horizonte.

Finalmente, é preciso destacar que no enfrentamento destes riscos não caberia apenas, ainda que se desejasse atualizá-la, a concepção de uma democracia ilustrada, dirigida por uma elite esclarecida e formada para exercer a direção da sociedade nacional em nome do povo. A incorporação de Paulo Virgínio ao "patrimônio de Piratininga" sugeria outras interpretações do papel político do "povo" que não se coadunavam com as posições de boa parte da imprensa paulistana, sobretudo de *O Estado de São Paulo*. É significativa dessa leitura alternativa a fala de Gumercindo Fleury, vereador pelo PTB, na sua proposição para nomear uma rua da capital com o

[179] cf., MATTA, Roberto da. *op.cit.* p. 60.
[180] Sobre idéia de liturgia cívica v. CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito*. *op.cit.* p. 77-116.

nome do “caboclo cunhense”. Muito embora investisse na idéia de colaboração entre as classes, o discurso do vereador negava às elites intelectualizadas o privilégio da direção exclusiva da sociedade:

> É com homens, caboclos e fortes, com homens sábios, e industriais, com operários e trabalhadores, grandes soldados do progresso e que trabalham em paz, que se constrói a grandeza da pátria. Não é preciso ser sábio para ser herói (grifos nossos). E Paulo Virgínio foi um homem que apontou aos desta geração um caminho ao qual nunca faltou esta gente paulista, esta raça de gigantes cantada por Saint-Hilaire.[181]

De 1955 ao jubileu: o culto aos mortos e o espetáculo de 1957.

As cerimônias fúnebres de 1955 formalizaram, finalmente, o culto aos mortos que caracterizava a instituição da memória da Revolução Constitucionalista desde os anos 1930. Era, contudo, num espaço social mais complexo que os rituais cívicos do 9 de julho se processavam. O traslado dos mortos, já ensaiado nos primeiros movimentos comemorativos do evento político, passa a acontecer num contexto diverso, no qual o desenvolvimento da industrialização, urbanização, sistemas de transporte e comunicação intensificava a integração de São Paulo e promovia sua centralidade no espaço nacional, ao mesmo tempo em que a região se torna socialmente fragmentada. Simultaneamente, a pretensão de unidade política propagada pela grande imprensa não se realiza, uma vez que outros grupos concorrem pela direção da sociedade. Ao fazê-lo, estes grupos perdem sua demarcação prioritariamente regional, pois se articulam necessariamente a outros grupos localizados além das fronteiras do Estado. Em poucas palavras há uma ampliação do campo político muito mais intensa do que a que ocorrera na década de 1930.

Em São Paulo, este campo se configura como disputa por valores concorrentes legitimados pela história que se materializava nos corpos dos “santos-mártires”. Embora unidos no culto cívico dos mortos, os grupos políticos em disputa agenciavam leituras diferentes do passado em função de suas posições presentes. Assim, enquanto o *Estado de São Paulo* analisava a hipótese de golpe a prazo fixo com uma serenidade exagerada, reivindicando a bravura e o denodo de 32 como contrapontos a leniência com que se tratou o “bando do estado novo” que ensaiava

[181] cf., SÃO PAULO (cidade). *Anais da Câmara Municipal*. São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, 1955. v. 11. p. 139.

uma volta ao poder; os demais jornais defendiam a legalidade também baseados na memória do movimento constitucionalista. E enquanto alguns articulistas exaltavam as virtudes e o sacrifício dos "estudantes", o político de um partido que se apresentava como representante legítimo dos interesses populares ressaltava que o heroísmo não fora, e não era, um privilégio dos sábios. Metaforicamente, portanto, sinalizava que o exercício do poder político, que era então legitimado pelo sacrifício cívico, não deveria ser apanágio das elites. O que importa salientar é que, por diferentes vias, o passado animava o discurso político. No entanto, a memória de 1932 serviria a fins diversos, apesar dos esforços para se traduzir, no presente, a unidade do passado.

Estes esforços contemplavam formas mais prosaicas de promoção da memória do evento, como o festival de música promovido pela empresa pública de transportes na parte noturna da programação de 1955. Os interesses que cercam uma data cívica e sua consagração como feriado são muito diversos. John Bodnar identifica os interesses contraditórios que dão forma à memória pública nestas circunstâncias: ao lado da reverência ao passado que as datas cívicas salientam, elas também se tornam momentos propícios ao lazer que a abstenção ao trabalho proporciona aos grupos populares[182]. Assim, em 1955, é possível que o feriado instituído temporariamente tenha contribuído para que o evento fosse lembrado com menor solenidade no festival popular no qual se apresentaram famosos artistas do rádio. Vale lembrar que experiência semelhante havia sido realizada com grande sucesso nas comemorações de 1954. Várias das manifestações espetaculares testadas no IV Centenário seriam incorporadas às comemorações dos 25 anos da Revolução Constitucionalista, numa tentativa clara de conquistar o interesse popular para a celebração do evento político – movimento que despertaria o desagrado dos editores de *Anhembi* para quem as "procissões cívicas" não fugiram "a uma tonalidade carnavalesca muito a gosto do populacho das duas maiores cidades do Brasil"[183]. Mas a transformação da celebração da data em espetáculo popular só poderia acontecer, também, passados os anos e as dores do luto. Seria impensável conceber tal sorte de comemoração com a memória ainda fresca do sacrifício nos anos que se seguiram ao fim da revolução.

Em 1957, a Associação das Emissoras de São Paulo (AESP) se integrou às comemorações com um programa bastante parecido com o que promovera em 1954.

[182] cf., BODNAR, John.
[183] cf., Nove de Julho. *Anhembi*, São Paulo, v.19, n. 57, ago. 1955, p. 553.

Às 0 hora do dia 9, repetiu-se a "ruidosa comemoração" das buzinas dos carros, sirenes de fábricas e repiques de sinos das igrejas da capital. Durante a tarde, a AESP festejou o aniversário da Constituição paulista com a inauguração de uma placa comemorativa na Assembléia Legislativa às 13 horas. Às 14 horas e 30 minutos, o desfile de bandas de música pelo Vale do Anhangabaú arrancou aplausos da grande multidão que ali se concentrava. Às 18 horas, uma esquadrilha da Força Aérea despejou sobre a cidade uma chuva de "ouro e prata", maravilhando a assistência vultosa que se reuniu nas ruas centrais para ver cintilar as estrelas artificiais iluminadas pelos holofotes. Mais tarde, um corso luminoso seguiu pelo Vale do Anhangabaú com os carros iluminados e ornamentados com as cores de São Paulo. Segundo os relatos da imprensa, estes atos atraíram grande massa popular[184], anteriormente preparada por iniciativas igualmente espetaculares como a apresentação, no dia 8, de acrobatas alemães numa corda bamba erguida a 100 metros sobre o Vale do Anhangabaú e pelo concerto de bandas de música no Pacaembú, estádio que fora palco, no dia 7, de uma grandiosa apresentação circense[185].

Paralelamente aos espetáculos populares, entre os dias 7 e 9, aconteceram as cerimônias de exumação, traslado e inumação dos "heróis". Os despojos escolhidos, dessa vez, reuniam personagens importantes e soldados comuns: o embaixador Pedro de Toledo; o coronel da Força Pública Júlio Marcondes Salgado; o coronel do Exército Palimércio de Resende, o chefe do MMDC e ex-presidente da Associação Comercial Carlos de Souza Nazareth; o capitão de fragata Nelson Augusto de Melo; o major-aviador Aderbal de Oliveira; o capitão da Força Pública Antonio Ribeiro Junior; o voluntário Delmiro Figueiras Sampaio; o voluntário João Pereira dos Santos; o guarda-civil Natal Martineto; e o voluntário Hermes de Moura Borges. As exumações no dia 7 aconteceram nos cemitérios da Consolação, São Paulo, Araçá e, por primeira vez, no humilde cemitério da Quarta Parada, além dos cemitérios do interior.Dos cemitérios, os corpos exumados em São Paulo seguiram para a Faculdade de Direito onde foram velados até às 9 horas da manhã do dia 8. Dali, como em 1955,

---

[184] cf., O povo nas ruas. *O Estado de São Paulo*, 10 de julho de 1957. p. 9; A festa do povo. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1957. p. 1.

[185] cf., Festa da criança. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1957. [p.3]; "Suicidas do Ar" exibiram-se, ontem, em homenagem a 9 de julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1957. [p. 4] Milhares de pessoas assistiram ao concerto das bandas de música. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1957. p. 5; Acrobacias sobre o Anhangabaú. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1957. p. 23.

o cortejo partiu para a praça da República onde as urnas dos heróis exumados na capital e no interior foram reunidas, partindo dali para a Catedral da Sé.

No dia 9, aconteceu a "missa requiem" na Catedral. Ao fim da missa, os despojos foram colocados sobre as escadarias da Catedral onde receberam "honras militares e do povo". Depois, o cortejo partiu para o Ibirapuera. Finalmente, os despojos foram inumados no Monumento-Mausoléu: após a chamada simbólica dos heróis, as urnas saíram das vistas da multidão e entraram na cripta. Ao contrário do que se podia esperar, a ordem do enterramento não privilegiou as personalidades importantes, mas sim os voluntários e o guarda-civil, seguindo-se os militares das três armas da menor para a maior patente. O último a ser enterrado foi Pedro de Toledo. A inversão da hierarquia social se manifestava naquele momento, como a indicar a proeminência do "povo" no movimento de 1932. Outro elemento importante da cerimônia de inumação noticiada pela imprensa era o destaque conferido a um dado biográfico específico dos mortos: sua naturalidade. Assim, naquele dia, além de paulistas de nascimento, foram incorporados ao "patrimônio de Piratininga" um carioca, Nelson Augusto de Melo; um baiano, Aderbal de Oliveira; um cearense, Delmiro Figueiras Sampaio; e um mineiro, João Pereira dos Santos. A ênfase sobre o pertencimento regional de cada um deles não era, obviamente, gratuita: expressava ritualmente um tema caro à narrativa canônica do evento, isto é, a participação de todos os brasileiros no movimento constitucionalista[186].

Finalizando as comemorações de 1957, aconteceu o desfile dos voluntários e tropas do Exército, Marinha, Aeronáutica e da Força Pública Paulista. Como em 1934, os voluntários desfilaram em trajes civis, portando braçadeiras com os distintivos de seus respectivos batalhões. A ordem dos voluntários em desfile obedeceu a hierarquia dos setores durante a guerra civil, exatamente como acontecera em 1934: Setor Norte, Setor Lestes (Minas), Setor Sul, Setor Litoral e Setor de Mato Grosso, seguidos dos elementos da retaguarda e das tropas das Forças Armadas[187].

Outras cerimônias aconteceram simultaneamente nas cidades de Campinas, Santos, Piracicaba e outras cidades interioranas, seguindo um programa parecido marcado pelo ofício religioso e cortejo até os monumentos construídos naquelas cidades ou até os cemitérios. Na capital, outras comemorações foram promovidas por

[186] cf., Grande vibração no encerramento das comemorações do 9 de julho. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1957. p. 5; e Vibrantemente comemorado pelo povo paulista o jubileu de prata do movimento constitucionalista. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de julho de 1957. p. 10.
[187] Idem.

batalhões patrióticos nos cemitérios, pela Liga das Senhoras Católicas, Associação Comercial, Clube Piratininga e diretório regional da UDN[188]. Além destas, a sessão solene no Palácio 9 de Julho aconteceu na parte da tarde e contou com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Pela primeira vez, o chefe do executivo nacional participava das solenidades comemorativas da Revolução Constitucionalista. o Presidente também seria visto no desfile das bandas no Vale do Anhangabaú, desfilando em carro aberto pelas ruas da cidade. A presença do Presidente, naquele momento, também não pode ser entendida como um acaso quando se sabe que, nas eleições de 1955, sua candidatura conquistara apenas 12,7% dos votos em São Paulo, contra 33% sufrágios para o candidato da UDN, Juarez Távora, e 45,8% para Ademar de Barros do PSP[189]. Além disso, um dia antes, o líder da UDN na Câmara dos Deputados, Afonso Arinos, questionara a legitimidade do governo. Embora reconhecesse a legalidade do mandato conquistado nas urnas, colocava em dúvida sua legitimidade uma vez que a eleição fora contestada. Mas este não era, segundo Afonso Arinos, a principal razão que fundamentava seu questionamento. Duvidava, na verdade, dos valores partilhados pelo Presidente e seu grupo, como se eles estivessem em desacordo com os valores democráticos dominantes[190]. Na sessão solene da Assembléia Legislativa, no dia 9, Juscelino Kubitschek teve a oportunidade de oferecer uma resposta a estas insinuações. Em seu discurso, o Presidente reafirmava a defesa da democracia, pois era amparado pelos "homens de bem e pela lealdade das Forças Armadas à Carta Magna". Além disso, contra as críticas ao estatismo com que a oposição tentava caracterizar seu programa econômico[191], reafirmava seu apoio à iniciativa privada[192]. Mais uma vez, portanto, o 9 de julho concentrava as questões políticas do momento tornando-se arena onde os conflitos subsistiam sob as comemorações e festejos populares.

O editorial de *O Estado de São Paulo* publicado no dia 9, "A lição de uma data", e um artigo publicado na *Folha da Manhã*, "Trinta e Dois", são representativos

---

[188] Ibidem.

[189] cf., SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro, Campus, 1988. p. 139.

[190] cf., O líder da oposição afirma da tribuna da Câmara: "Legalidade nem sempre significa legitimidade". *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1957. p. 6; "Embora legal, não é legítimo o atual governo" – afirma o sr. Afonso Arinos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 9 de julho de 1957.

[191] v. Progresso-estatismo

[192] cf., Proclama o Presidente: "Não me faltam meios para resguardar a Constituição". *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1957. p. 1.

das posições antagônicas acerca do significado do evento naquele contexto. A direção do "bravo matutino" orgulhava-se da "unção cívica e religiosa" com que as novas gerações se dispunham a acompanhar ao mausoléu "os restos mortais daqueles heróis que há 25 anos tombaram no campo de batalha". O jornal achava notável que esta disposição se mantivesse viva depois de um quarto de século, e explicava porque o evento não caíra no esquecimento. As festas do jubileu indicavam que as novas gerações ainda empunhavam e alimentavam "com sua fé o facho de liberdade que a morte arrebatou das mãos daqueles heróis". Se o faziam era porque a "mesma causa persiste e se erguem no caminho os mesmos erros de outrora". Negando o caráter regionalista do movimento, o editorial afirmava que a causa era de todo o Brasil, mas só São Paulo, por suas condições sociais e econômicas, fora capaz de ter consciência da traição imposta ao povo. Como povo rico, esteve, e ainda estava, me condições de lutar pela liberdade. Esta teria padecido com a derrota da Revolução Constitucionalista:

> Com o esmagamento da Revolução de São Paulo iniciou-se o período negro da história do Brasil. Á nossa organização fundamentalmente democrática (sic), sucedeu o sistema do caudilhismo de fronteira, a corrupção, a adulação, a incapacidade, a mentira, todo esse pântano de podridões em que a Nação cada vez mais se atola. Morreu o caudilho mas seus discípulos ficaram. São eles que aí estão ainda, impantes de poderio e vaidade, conspurcando e desacreditando o sistema que a contra-gosto toleram. Democracia não temos, não a tivemos mais. Afundou-se com a Revolução de São Paulo.[193]

Por essa razão, pela falta de democracia, segundo o Estado, as novas gerações continuavam a empunhar o facho da liberdade que receberam das mãos dos heróis, esperando a "remissão" que ele prometia. Terminava por advertir que a revolta de São Paulo poderia repetir-se em outros estados – caberia perguntar onde, obviamente – por motivos diversos. Enquanto São Paulo se batera por um ideal, outras regiões poderiam fazê-lo por causa da "miséria". Assim, contra as rebeliões da liberdade seria sempre fácil encontrar adeptos, seria mais difícil encontrar quem combatesse as "rebeliões da fome". Segundo o jornal, estas constituiriam verdadeira ameaça à unidade nacional construída ao longo de quatro séculos. É provável que tanto alarme surgisse por conta da movimentação crescente dos trabalhadores do campo que se organizavam nas Ligas Camponesas em Pernambuco e outros estados do nordeste; é

[193] cf., A lição de uma data. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 1957. p. 3.

provável igualmente que tamanha prevenção fosse provocada pelo agravamento da carestia e dos movimentos grevistas. Mas daí a reivindicar o fantasma do separatismo, da desagregação territorial, e acusar a ausência de democracia, vai uma distância enorme. A posição de *O Estado de São Paulo* beirava, é escusado dizer, a mistificação.

Posicionamento tão orgulhoso quanto o do *Estado*, mas otimista com as transformações pelas quais passara o Brasil naqueles vinte cinco anos, apareceria no artigo de Helena Silveira em sua coluna *Paisagem e Memória*. Relembrando o encantamento cívico de 32, a autora, dizia que "à distância, com as modificações sociais e econômicas sofridas pelo Estado e pelo país, 32 parece raconto medieval, canto de trovador sob balcão de princesa." Reivindicando a qualidade de testemunha, dizia ter assistido a partida dos batalhões; ouvido as promessas dos gaúchos e mineiros irradiadas em São Paulo afirmando que seus Estados apoiariam a causa, o que não acontecera; vira o despertar de um espírito separatista que logo fora superado como se superam as "brigas em família"; vira a mulher paulista incitando maridos e filhos a partir para a luta e ajudando na retaguarda. Nesse ponto, para a autora, 32 deveria ganhar futuramente outro significado: serviria de marco a uma história da emancipação feminina nessa parte da América. E termina o artigo afirmando:

> Sim 32 é um espírito que não ficou restrito a uma época. Por conseguinte é dinâmico. Ergue arranha-céus, tem um apego à terra menor, que é forma melhor de amar a maior. Este milagre que é a atual defesa de nossos bens e que parece a muitos nacionalismo estreito, sendo em verdade, consciência de chão e pátria, forrado do espírito de 32.
>
> Quando em nossas câmaras, vozes se erguem contra a maré montante dos aproveitadores, encontrando eco no povo que diz "não" a entreguismos, que obvia os "golpes", que deseja lei, constituição respeitada, temos ali, a apontar, a silhueta de uma romântica trincheira de 32, de um fantasmal trem blindado, de um aviãozinho heróico e solitário. O gesto de um Davi sonhando em derrotar Golias... À distância, esse Davi faz sorrir, pela sua inocência. Mas nós sabemos que, em verdade, ele leva sempre a melhor. Pela continuidade histórica ninguém ousará afirmar que perdemos a Revolução [Constitucionalista]**.**[194]

Nesta voz afinada com o nacionalismo militante da década de 1950 a memória do evento é agenciada com intenções bem diversas do editorial do "bravo matutino", que só pode ser plenamente compreendido se inserido nas posições mais amplas

[194] cf., SILVEIRA, Helena. Trinta e Dois. *Folha da Manhã*, São Paulo, 10 de julho de 1957. [p.7]

daquele jornal acerca do grupo político que então ocupava o poder central e do debate ideológico que continuava a ser travado a respeito dos caminhos do desenvolvimento brasileiro. O *Estado* via em seu tempo os resultados do "esmagamento da Revolução de São Paulo" Embora recusasse as acusações de regionalismo, não havia nada mais regionalista do que o texto do editorial, sobretudo na insistência em marcar que 1932 foi a "revolução de São Paulo", único estado preparado, antes e no presente, para lutar por ideais, por objetivos superiores à miséria, à fome, etc. Como contraste a esta posição, o artigo de Helena Silveira, expressava o sentido profundamente nacional e nacionalista do evento: por essa razão o presente de onde relembrava e falava seria a materialização destes ideais de 1932, sendo impossível negar a vitória do movimento.

Pode-se multiplicar infinitamente os exemplos de como a comemoração de 1957 desperta leituras diversas da Revolução Constitucionalista, todas elas buscando legitimar posições presentes a partir de uma passado escasso. Os fatos que davam substância ao movimento constitucionalista, constantemente relembrados na imprensa, estavam ali, dispostos para o uso de quem quer que seja. Conquanto cada órgão de imprensa imprimisse à narração dos acontecimentos um vinco ajustado às suas respectivas posições, no geral a resultante é semelhante, concordando grandemente com a narrativa canônica cara às elites intelectualizadas de São Paulo fixada na década de 1930. A celebração dos mortos, definitivamente estabelecida em 1955 e reforçada em 1957, simplificava aquela narrativa, reduzindo-a a seus pontos essenciais que se tornavam visíveis a todos os participantes das cerimônias. Assim, em 1957, como também aconteceria nos anos seguintes, o sacrifício de São Paulo se materializa nos corpos exumados. Sua exibição pública nos traslados entre o interior e a capital, e dentro da grande cidade, atualizava a presença dos mortos, reavivando a imagem do sacrifício. A unidade regional e a coesão social eram o substrato da comunhão na lembrança deste sacrifício. Ambas se expressam ritualmente na escolha de mortos ilustres e mortos anônimos, de revolucionário da capital e voluntários interioranos, para as cerimônias de inumação. O encontro das urnas na Faculdade de Direito e, depois, na Praça da República, remetia aos espaços da elite – as "Arcadas" - e da confluência da elite com o povo – a praça, a rua, o território dos velhos comícios. Todos se reúnem na mesma Catedral, ocupando lugar de destaque na nave central; todos se encontram submetidos às potências transcendentes. Dali passam ao altar laico, a "trincheira vertical" do Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista

de 1932. Desta encenação puderam, e podem, emergir significados diversos balizados pela história.

CONCLUSÃO

Um salto grande no tempo nos permite perceber a força que 1932 teve na vida política paulista. Retorno a São Paulo, 9 de julho de 2006**.** Neste domingo, um turista recém-chegado não saberia que a data que marca o cabeçalho de todos os jornais tem outro significado para além das funções mais prosaicas do calendário. Nos jornais, as referências à Revolução Constitucionalista são marginais, não ocupam lugar de destaque nas primeiras páginas. As alusões à comemoração do movimento de 32 encontram-se nos cadernos relativos à vida da cidade - em um deles as mudanças no trânsito em torno do "obelisco do Ibirapuera" - o *Monumento-mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932* - têm maior destaque que o motivo que levava às alterações no tráfego[195].

Em uma página de opinião, um artigo intitulado *Memórias de 32* evoca a lembrança dos fatos políticos da década de 1930 que levaram São Paulo e o Brasil à guerra civil e reclama que acontecimento tão significativo não merece se perder nas brumas do passado, mesmo porque, segundo o autor, seu significado não reside apenas no peso dos mortos durante as batalhas ou à importância da vitória política do movimento com as eleições de 1933 e a Constituição de 1934. Além disso, ou por isso, a memória dos acontecimentos é importante para quem busca compreender "o Brasil – e São Paulo – de hoje"[196]. Um outro artigo, publicado no *Estadão*, também relembra os feitos da guerra e retoma o tema da vitória política que se seguiu à derrota militar do movimento armado ao afirmar que, depois da revolução, vieram a Constituição de 1934, o Departamento de Cultura de São Paulo e a USP[197]. Uma reportagem do caderno cidades na mesma página oferece chaves de leitura para quem vai visitar o mausoléu ao soldado constitucionalista que se situa embaixo do "obelisco" cercado de "mistérios", como a simbologia numérica de sua composição que sempre remete ao número 9[198]. De qualquer forma, seria preciso ler três jornais para se ter idéia do sentido mais alto da data.

---

[195] cf., Desfile de 9 de Julho muda o trânsito. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 9 de julho de 2006. p.14 (CIDADE).
[196] cf., BERTELLI, Luiz Gonzaga. Memórias de 1932. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 2006. p. 7. (OPINIÃO).
[197] PONTES, José Alfredo Vidigal. 1932: uma revolução pela democracia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 2006. p. 7. (CIDADES).
[198] cf., RIGI, Camila. Mistérios cercam o mausoléu do obelisco. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 9 de julho de 2006. p. 7. (CIDADES).

No entanto, outras vozes também chamam ao ato de recordar. Nas proximidades do Ibirapuera, um cartaz dos “Carecas do Subúrbio” diz: “VIVA A REVOLUÇÃO DE 32. UMA HOMENAGEM AOS BRAVOS SOLDADOS CONSTITUCIONALISTAS”. No texto que acompanha as palavras de ordem, os “carecas do subúrbio” afirmam-se como movimento da juventude que “não tem amanhã” devido à política recessiva que condena os jovens ao desemprego e ao “abandono social”. O movimento “de protesto” se diz contrário ao racismo e afirma o 9 de julho como um “dia inesquecível para os soldados das ruas”. Os cartazes vão desaparecendo nas ruas adjacentes à medida que se afastam da Paulista em direção ao Ibirapuera, ao mesmo tempo, outras falas começam a sobressair, como a faixa da Secretaria de Segurança Pública onde se lê: “9 de Julho. Homenagem aos Heróis de 32. Participe! Traga a sua família”. A velocidade dos carros que descem a 23 de Maio parece indiferente ao tempo da comemoração.

Às 8 da manhã, o movimento em torno do *Monumento-mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932* ainda é pequeno e restringe-se a uns poucos cidadãos e a maioria de oficiais e praças da polícia militar que se dirigem ao palanque armado em frente à entrada do mausoléu. O tempo passa e aos poucos a assistência se avoluma junto às grades que separam o público da rua onde a encenação se desenvolve: no começo, a chegada do presidente do Poder Legislativo, do representante das Forças Armadas, do governador Cláudio Lembo, do chefe do Poder Judiciário, cada um precedido pelo “toque” correspondente executado pela banda da Polícia Militar. À chegada do governador, um pai comenta com o filho de três anos: “Olha lá, filho, ele é que governa o nosso Estado. Ou não governa, fica lá, representando”. No mesmo momento, uma senhora de seus 50 anos comenta com outra que “o governador é uma gracinha” e que “São Paulo é muito lindo”.

Chegam os veteranos de 32 (ou da luta pela preservação de sua memoria?), identificados pelas condecorações pendentes dos ternos escuros, pelos “bibis” e “capacetes de aço” característicos dos “revolucionários”. Todos tomam seu lugar no palanque em cuja coberta, bem no centro, uma outra faixa afirma: “9 de Julho. São Paulo pelo Brasil”. As autoridades civis envergam os usuais ternos escuros, essa expressão de sobriedade e distinção, enquanto os militares vestem os mais variados trajes de gala. Há mulheres no palanque que aproveitam a ocasião para usar as cores de São Paulo: preto, branco e vermelho, como os balões de gás das mesmas cores com

os dizeres “9 de Julho. Homenagem aos Heróis de 1932” e as bandeirinhas de papel distribuídas ao público pela organização do evento.

Um oficial da polícia toma a palavra, saúda os presentes à cerimônia cívica e começa a relembrar o significado da data e os principais lances do movimento político-militar de 74 anos atrás. O rapaz ao meu lado, de aparelho auriverde nos dentes, diz que gostaria de colocar um terno e subir no palanque. Logo depois, junto com o público e as “autoridades”, canta o hino nacional. Tem início a cerimônia. Depois do hino, acontece a “passagem do comando do Exército Constitucionalista” oficiada pelo comandante do 2º Exército no primeiro patamar das escadarias do mausoléu. Um senhor de “capacete de aço” recebe o comando e faz a leitura da “ordem do dia” que consiste em três deveres essenciais: difundir o ideal de Guilherme de Almeida no 9 de Julho, difundir que a Revolução Constitucionalista foi vitoriosa e “propugnar por todos os meios de que dispõe a lembrança de 1932”. Pouco depois de sua fala, chegam os esquifes de oito soldados constitucionalistas. Cadetes da Polícia Militar, ao som de uma marcha fúnebre, marcham em cadência carregando as urnas enquanto se faz a chamada simbólica dos revolucionários mortos. O silêncio toma conta de todos, só se ouvem os passos em cadência dos cadetes e os nomes dos mortos. A cada nome evocado, os cadetes responderem em uníssono: presente! E assim, recebidos pelo governador do Estado e pelo “comandante” em exercício do “Exército Constitucionalista” descem os nove degraus que levam aos três pórticos de três metros de altura, ganham o interior do mausoléu, somem das vistas do público, são inumados em sua sepultura definitiva. Há uma salva de tiros, a *Oração ante a última trincheira*, e a caminhada do governador do Estado, do prefeito de São Paulo e do presidente da Sociedade Veteranos de 1932 que carregam as coroas de flores que serão depositadas no interior do mausoléu.

Assim termina a cerimônia de inumação dos “heróis”, logo em seguida outros movimentos da comemoração se anunciam: a entrega da Medalha Constitucionalista e o desfile cívico-militar. Entre um ato e outro o governador Cláudio Lembo, formado nas arcadas, desce do palanque e, desde o chão por onde acabaram de “marchar” os oito revolucionários sepultados neste ano, faz seu discurso em que recorda “as lutas de São Paulo pela democracia e pelo Estado de Direito que, desde 1932, vêm sendo travadas pela Força Pública de São Paulo [...] ao lado da lei” e conclama os “brasileiros de São Paulo” a unirem-se contra o “mal” e a darem a “mão estendida à Polícia Militar”. É uma manhã de julho, pouco mais de um mês depois dos “ataques”

atribuídos ao PCC. A relação entre a celebração da data cívica e os acontecimentos do presente que o governador acabava de tecer não escapou, antes de seu discurso, à percepção de um rapaz do público que, diante da rememoração de um oficial constitucionalista morto durante o teste de um morteiro, pensou alto e perguntou: "Ainda está falando do cara, meu? Por que não falam dos PM's que morreram há pouco tempo?".

Este mesmo rapaz, momentos antes de sua pergunta, sugeriu a uma amiga que assistia ao desfile como seria engraçado ter um lençol estampado tal e qual a bandeira de São Paulo e o dever de "prestar continência" antes de deitar-se. Enquanto isso, com sentido nada jocoso, um jovem careca do subúrbio vestia calça jeans, coturno e uma camisa branca com a bandeira de São Paulo estampada na manga direita. Uma menina que distribuía panfletos dos "carecas", tal como as distintas senhoras do palanque, usava as cores de São Paulo: curta saia vermelha, camiseta branca, botas e jaqueta pretas. Outras pessoas do público traziam outros emblemas da história regional, como um homem de meia idade trajando camisa verde água estampada com a imagem de um soldado constitucionalista nas espáduas, forma de adesão que também se repetia nas camisetas dos familiares de revolucionários que participavam do desfile sobre os jipes do Jipe Clube do Brasil e depois circulavam pelo interior do mausoléu. A apropriação dos emblemas de São Paulo e da Revolução Constitucionalista se multiplicava entre o público e os que desfilavam, assim como a leitura do presente a partir da evocação do passado e do civismo paulista: um senhor de uns sessenta anos pensava alto enquanto assistia ao desfile dizendo que Lula havia ido para Garanhuns e, portanto, "não tem nada de brasileiro, não tem nada de paulista".

Imagino que manifestações semelhantes fossem vistas e ouvidas ao longo do percurso do desfile entre o *Monumento às Bandeiras* e o *Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932*. O trajeto da parada é significativo uma vez que tece a continuidade entre dois movimentos que marcam a história de São Paulo e do Brasil: o bandeirismo colonial, ao qual se atribui a definição do território nacional, e o "movimento de 1932", interpretado como a luta de São Paulo pela constitucionalização e efetivação da democracia na década de 1930. Tal relação de continuidade entre os fatos é ressaltada pelo oficial da polícia que atua como mestre de cerimônia. Ao longo da rua, no entanto, o público não devia ultrapassar 5 mil pessoas: poucos puderam ouvir a fala que tecia a continuidade entre os tempos. A relativa indiferença dos jornais paulistanos sobre a data tornava-se manifesta no

pequeno número da assistência, o que não faz da cerimônia e sua apropriação um fato menos significativo.

Pode-se atribuir esta indiferença relativa da imprensa e dos paulistanos às cerimônias ao fato de que a dimensão da experiência da guerra civil já não faz parte da vida: há uns poucos sobreviventes daquele tempo para que a memória tenha meios de perpetuar-se em um contexto marcado pela aceleração do tempo. E uma das marcas da memória no mundo contemporâneo é justamente a valorização do relato, do testemunho vivo como evidência da verdade histórica[199]. Talvez por isso, a presença de poucos "heróis de 32" às cerimônias seja tão valorizada. De fato, os "remanescentes da coluna Romão Gomes" abrem o desfile cívico que encerra as celebrações do 9 de Julho. Não emitem uma palavra, mas os quatro ou cinco senhores nonagenários com suas comendas e capacetes a caminhar sobre o asfalto amparados por seus familiares ou sentados sobre carros militares antigos atestam a "verdade" dos fatos e a tenacidade dos paulistas na perpetuação da "memória de 1932". O gesto na situação ritual vale tanto quanto as palavras que emanam do discurso do oficial da polícia militar, a presença dos velhos combatentes é por si um testemunho da luta, testemunho que se completa com a recriação de uma carga de cavalaria que encerra o desfile: o "Batalhão 9 de Julho" galopa pela avenida com os soldados em traje histórico idêntico ao dos combatentes de 1932. O círculo se fecha, então, entre a atualização do passado através da presença de suas testemunhas e a recriação de suas ações. A diferença é que a maior batalha no presente refere-se ao esforço de continuar a lembrança das ações heróicas em prol das idéias de "democracia" e do papel de "São Paulo" na construção do Brasil.

A perpetuação da memória de 1932, "São Paulo" como construtor do Brasil e a defesa da democracia são três temas recorrentes nas cerimônias e que se tornam explícitos nas palavras da "ordem do dia" do "comandante" do Exército Constitucionalista, no discurso do governador Cláudio Lembo e do oficial da polícia militar encarregado de rememorar os acontecimentos de 1932 ao longo da cerimônia cívica. Há, portanto, um sentido explicitamente político que o evento relembrado garante e que se encontra presente na falas oficiais durante o evento: recordar 1932 é celebrar a democracia e o papel de São Paulo como ator político autônomo e

[199] Sobre o valor do testemunho e do relato como evidência da verdade no mundo contemporâneo v. SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discussión. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2005.

unificado no processo de construção do Brasil. Mas esta estranha personificação do ente federativo nos discursos oficiais – tanto na fala quanto no rito – corresponde à realidade ou encontra correspondência entre o público que assiste à cerimônia? Por um lado sim, se tomarmos a fala do velho senhor para quem ser paulista é a condição necessária para ser brasileiro ou na senhora que admira a beleza do Estado que se consubstancia no rito que assistia. Porém, esta é uma voz. A qualidade primordial das ações rituais é a polissemia dos símbolos que aciona e cria. Neste sentido, outras vozes ou outras leituras do evento cívico se enunciam durante a cerimônia. Os carecas do subúrbio se apropriam da memória de 1932. Embora não sejam os atores principais, seus panfletos distribuídos durante a celebração afirmam que 1932 também lhes pertence. Mas é a democracia como ideal de São Paulo o sentido que se afirma nesta apropriação ou a guerra como exemplo para a luta perene dos "soldados das ruas"? Infelizmente, os "carecas" não falam com os outros, participam silenciosos da encenação entre o público, mas dizem com a apropriação dos símbolos regionais, como a bandeira na manga da camisa ou as cores de São Paulo que a menina vestia, que participam de São Paulo como forma de estar no Brasil e no mundo talvez. Neste sentido, os gestos dos carecas se aproximam da fala do senhor de idade, da faixa colocada no centro do palanque e do discurso do oficial da polícia militar. Ao mesmo tempo, parecem se distanciar da relação entre 1932 e a democracia tecida pelo governador do Estado. Mas não só os carecas usam o evento ou se apropriam da memória de 1932.

Um outro grupo também aproveitou a ocasião para questionar a centralização política do Brasil e propor a descentralização e autonomia legislativa total para os estados. Em seus argumentos só o Partido Federalista que pretendem fundar seria capaz de "mudar a história do Brasil" e garantir a efetivação da federação brasileira. É sintomático que os militantes da nova organização tenham escolhido o 9 de Julho para colher as assinaturas necessárias para homologar a agremiação: 1932 também foi um movimento pelo resgate da autonomia de São Paulo. Embora não haja qualquer referência ao movimento político do passado no panfleto distribuído, é difícil acreditar que seja uma coincidência afortunada. O discurso que emitiam para convencer os "cidadãos" a assinarem o pedido de registro junto à Justiça Eleitoral girava em torno da idéia de autonomia enquanto o oficial da polícia afirmava que "São Paulo unido" lutara contra a "ditadura" e pela retomada de sua autonomia política. Porém, é possível que esta associação entre os gestos dos militantes e as

palavras do mestre de cerimônias só ocorra a um observador atento e ávido por recompor os sentidos do rito em torno da Revolução Constitucionalista.

Depois do desfile, a visitação ao monumento traz algumas surpresas. Entre elas, um senhor que distribuía um soneto junto à estátua do herói jacente, no ponto exato do mausoléu que marca a tumba dos quatro estudantes de direito, Martins, Miragaia, Drausio e Camargo, e do "caboclo" da cidade de Cunha, Paulo Virgínio. Quem se aproximava da estátua jacente veria o soneto colocado sobre o corpo esculpido em mármore e aquela figura de uns 70 anos com várias folhas de papel ofício na mão. Senhor Gastão esperava que o pedissem para passar a folha de ofício com a poesia louvando o MMDC e seus mártires: "Se hoje celebramos um gesto heróico, / É para que esta geração jamais esqueça, / Os quatro bravos que em sacrifício estóico / Permitiram que a liberdade permaneça", diz a primeira estrofe do soneto escrito pelo senhor Gastão em 1956. Perguntado sobre o sentido de seu gesto e da comemoração que acabara de acontecer, respondeu que não há mais jeito, que o país não há de melhorar e que o Brasil já foi mais heróico.

Os veteranos, as autoridades civis e militares, a polícia militar, as senhoras com as cores de São Paulo, o rapaz de aparelho odontológico verde e amarelo e suas amigas que faziam o curso de "praças" da polícia militar, o senhor que reclamava do Lula e sua falta de amor por São Paulo, o pai com o filho de três anos, os carecas, os federalistas e, finalmente, o "cavaleiro da triste figura" distribuindo sonetos junto à estátua do herói jacente enunciam formas de olhar diferentes sobre São Paulo em sua relação com o Brasil. Estas maneiras de ver encontram-se mais ou menos integradas aos princípios que norteiam o discurso oficial sobre a história da Revolução Constitucionalista que os rituais cívicos do 9 de Julho - a cerimônia de inumação dos corpos e o desfile cívico-militar – tornam manifesto. A força integradora das cerimônias cívicas reside justamente na sua capacidade de transformar emblemas historicamente construídos em referentes para o pensamento e ação de grupos e pessoas tão distintos quanto, por exemplo, as senhoras do palanque que trazem as cores de São Paulo em suas roupas sóbrias ou a jovem participante dos "carecas" com sua ousada mini-saia vermelha, a simples camiseta branca e o robusto casaco de couro preto com corte masculino.

Mas, supondo que a ritualização da história da Revolução Constitucionalista consubstanciada nas cerimônias cívicas do 9 de Julho preza a unidade regional ou deseja a sua atualização, seria possível afirmar que as diferenças se apagam durante

uma manhã e se cria circunstancialmente a unidade desejada? Ou todos os emblemas acionados durante a cerimônia são interpretados a partir de perspectivas rigorosamente diversas e passam a simbolizar aspirações e desejos exclusivos de cada grupo e indivíduo que participam da celebração? O que se pode afirmar com certeza é a ambigüidade da situação ritual descrita. Em sua organização e a cada um de seus passos o 9 de Julho é um rito da unidade ou que pretende a restauração da unidade do Estado e das visões sobre seu passado. Não é por acaso, então, que a lembrança da Revolução Constitucionalista se refaz a cada ano em torno do rito fúnebre de inumação dos despojos de antigos combatentes. A inumação dos corpos é, aliás, o momento mais solene das cerimônias, solenidade que se expressa no silêncio reverente que toma conta da assistência quando os esquifes passam diante do palanque, momento em que todas as vozes cessam e só se ouve a cadência da marcha dos cadetes da polícia militar misturando-se aos acordes da marcha fúnebre. Por outro lado, a celebração atrai a atenção de diferentes grupos sociais e políticos tornando-se palco para sua performance pública o que revela, portanto, a fragmentação das visões em torno do presente e da história. De qualquer forma, por mais variada que seja a apropriação da Revolução de 1932, há um controle de sua lembrança que impõe limites às interpretações subseqüentes. Em outras palavras, o ritual cívico do 9 de Julho evidencia um momento do trabalho de enquadramento da memória de 1932 e este trabalho tem uma história. Foi parte desta história que este trabalho procurou recompor.

Se compararmos o momento da celebração em 2006 com o que se contou nos capítulos desta tese, algumas diferenças tornam-se evidentes. Em primeiro lugar, é preciso dizer que a experiência direta na celebração não garante maior objetividade que o acesso ao passado do culto cívico do mortos através das fontes consultadas. Foi com um olhar interessado e atento que observei as comemorações entre 2006 e 2009. Tão atento quanto a visão dos jornais sobre as celebrações entre 1932 e 1957. Tem-se impressão, por vezes, que hoje a apropriação da memória de 1932 é muito mais fragmentada do que antes. Mas o relato da imprensa que serviu de base para a análise de certo elidia certas vozes. Ao mesmo tempo, as disputas em torno de 1932 apareciam em momentos precisos, confundindo-se com os conflitos políticos de cada presente: em aberta disputa em 1934, ou de forma mais ou menos velada em 1955. Em todo esse tempo, contudo, a lembrança de 1932 pelo culto aos mortos parecia ter uma força maior do que hoje em dia – não por acaso, a instituição do feriado é de

1997. Pode-se ler este decréscimo da relevância do culto aos mortos como decorrência do desaparecimento dos que experimentaram os acontecimentos diretamente ou que foram, na infância, criados sob o peso de sua memória. Não me parece ser uma explicação suficiente, embora seja importante levar esse elemento em consideração. Não são, creio, as pessoas que desaparecem e carregam consigo a necessidade de lembrar. O que desaparece, ou permanece de forma residual apenas, é a força da cultura histórica na vida política. Os grupos envolvidos na criação e perpetuação das cerimônias cívicas do 9 de Julho agiam em conformidade com a valorização do passado como quadro de referências essenciais para o presente e para o futuro. É possível que isto se devesse à coincidência entre as elites cultuais e políticas, à sua imbricação que as tornava quase indiscerníveis. À medida que esta relação vai-se alterando pela abertura dos quadros políticos à diversidade dos grupos existentes, a força da cultura histórica na política parece decair. Pouco a pouco, a história perde seu poder para outras referências culturais, como os dados econômicos e o controle das estatísticas, por exemplo, na legitimação das ações políticas dos diferentes grupos.

A necessidade de lembrar 1932 através de seus mortos entre as décadas de 1930 e 1950 residia, creio, a fatores que hoje diminuíram na vida política. Em primeiro lugar, a proeminência dos regionalismos como fenômeno político, do ponto de vista da conformação dos grupos políticos e da produção das identidades regionais, era ainda uma marca indiscutível do processo político. Não que hoje não exista – as últimas sucessões presidenciais e atual indicam a perenidade do fenômeno. Mas, naquele tempo, acionar as fidelidades a uma região e seus representantes legítimos era ainda uma condição do exercício do poder. De lá para cá, a força dos interesses econômicos pôde sobrepor-se às lealdades imaginárias que irmanavam os grupos de cada região. Em segundo lugar, o legado da Revolução de 1930, apesar das assertivas sobre o fim da Era Vargas e da tentativa de construir continuidades entre o desenvolvimentismo e os sucessos econômicos do presente, era uma questão importante entre a década de 1930 e 1950.

Naqueles momentos contraditórios, a valorização do sacrifício cívico pela democracia, asseverando a proeminência do homem comum na vida política, correspondia a uma reordenação em curso no sistema representativo que passava da dominância da política dos “notáveis” para a conformação de uma política de massas. O apelo se impunha, então, como estratégia de mobilização, como forma de promover o engajamento de novos atores no processo decisório. Os mortos celebrados passavam

a ter assim, uma vida política, como no trabalho de Katherine Verdery sobre o mundo pós-socialista. A autora trata dos ritos mortuários de personagens históricos e anônimos no leste europeu e associa esta *política dos mortos* à reordenação moral no mundo pós-socialista. Naquela circunstância, reviver a religião e as identidades nacionais significava uma volta ao passado pré-socialista materializado nos corpos trasladados e inumados em espaços significativos[200]. O culto cívico dos constitucionalistas mortos apontava para usos políticos semelhantes e muito diferentes do caso analisado por Verdery. Por um lado, os ritos procuravam instituir a unidade regional e o percurso dos mortos, ou na direção dos mortos, em todo o estado acabava por tornar visível a região. Ao mesmo tempo, a legitimidade dos mandatários também era asseverada simbolicamente. Por outro, tratava-se de, valorizando o heroísmo do simples voluntário, imaginar uma ordem política nova em que o homem comum influiria politicamente. Hoje, dentro da normalidade da democracia representativa, e face ao descrédito na vida política, este apelo dos mortos é realmente compeensível?

[200] v., VERDERY, Katherine. *The political lives of dead bodies*; reburial and post-socialist change. New York, Columbia University Press, 1999.

REFERÊNCIAS

1. FONTES

PERIÓDICOS

Anhembi (1950-1957)

A Gazeta (números avulsos)

Folha da Manhã (1932-1957)

O Correio Paulistano (1934-1957)

O Estado de São Paulo (1932-1957)

Paulistânia (19

LEIS, DECRETOS E ANAIS LEGISLATIVOS

Anais da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo (1934-1997)

Anais da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1935-1997)

MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E LITERATURA DE FICÇÃO

Álbum de família, 1932. São Paulo, Livraria Martins, 1954.

ALENCASTRE, Álvaro Otávio de. (1875-). *A revolução de 1932 e seus ensinamentos militares*. Rio de Janeiro, Papelaria Velho, 1933.

ALMEIDA, Benedito Pires de. (1903-). *A revolução de 1932, história do Batalhão Tietê*. Tietê, Ed. Cupolo, 1970.

ANDRADE, Euclides Pereira de. (*Epandro*) (1879-). *Estilhaços de granada (a revolução anedótica).* São Paulo, Gráfica Editora Unitas, 1933.
ANGIROCO, Silan. *Víboras e milhafres.* Rio de Janeiro / s.ed./ 1937.

ARAÚJO, Lourenço. (1896-). *A coluna Gwyer no túnel (revolução de 1932).* Niterói, Tipografia J. Gonçalves, 1958.

ASSIS, Dilermando de. (1888-1951). *Vitória ou derrota? Memórias da campanha contra São Paulo, no setor Sul, em 1932.* Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1936.

BARROS, Ademar Pereira de. *Discurso proferido por ocasião das festividades populares paulistanas na noite de 9 de julho de 1949*. São Paulo, 1949.

BARROS, Guilherme de A. *A resistência no túnel, revolução de julho de 1932.* São Paulo, Ed. Piratininga, 1933.

BASTOS, Cap. Alves. *Palmo a palmo (a lucta no setor sul).* São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, 1932.

BRÁS, Jaime. *Paris-Belfort, romance.* São Paulo, Ed. Livrex, 1966.

CANAVÓ Flo., José. *Asas e glórias de São Paulo.* São Paulo, Polícia Militar, 1977.

CARVALHO, João Batista de (Mons.). (1898-). *O clero solidário com o povo em 32*. São Paulo /s.ed./ 1957.

_____. *Irradiações (campanha constitucionalista, homenagem das senhoras santistas).* São Paulo, Saraiva, 1933.

CASTRO Jr., Clementino de Souza e. *Cunha em 1932*. São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1935.

CASTRO, Sertório de. (1878-). *Diário de um combatente desarmado (a revolução de São Paulo vista e apreciada no Rio de Janeiro).* São Paulo, José Olympio, 1934.

COARACY, Vivaldo. *A sala da Capela*. São Paulo, José Olympio, 1933.

CORREA, S. *Cerro Alegre (Revolução Rio-grandense de 1932).* /s.l./s.ed./1933.

DEL PICCHIA, Menotti. *A revolução paulista atravez de um testemunho do gabinete do governador*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1932.

_____. *O despertar de São Paulo (episódios do século XVI e do século XX na terra bandeirante).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1933.

DINIZ, Almachio. *São Paulo e sua guerra de secessão*. Rio de Janeiro, Editora Irmãos Pongetti, 1933.

DUARTE, Manoel. (1877-1944). *Novena revolucionária.* Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1954.

DUARTE, Paulo. (1899-). *Palmares pelo avesso*. São Paulo, Instituto Progresso ed. , 1947.

ERVEN, Sylvio von. *Rebelião paulista – 1932 – efemérides sulinas.* /s.l./s.ed./ 1936.

FERREIRA, Waldemar. *A Faculdade de Direito na arrancada do 9 de Julho de 1932.* São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1960 [Separata da Revista da Faculdade de Direito da USP, n. 55, 1960]

FIGUEIREDO, Euclides de Oliveira. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932.* São Paulo, Livraria Martins, 1954.

_____. *Contribuição para a história da Revolução Constitucionalista de 1932.* – 2ª ed. - São Paulo, Livraria Martins, 1977.

_____. *Nós e a ditadura.* São Paulo /s.ed./ 1933.

GARCIA DE GOMAR, Manuel. *A heroicidade despertada de um povo, drama guerreiro.* São Paulo, Gráfica Unitas, 1933.

GUEDES, Lino. *O pequeno bandeirante*. São Paulo, Gráfica Cruzeiro do Sul, 1937.

GUIMARÃES, Mário. *São Paulo: 4 séculos de luta.* Rio de Janeiro, Gráfica Vitória, 1954

Júlio Prestes, 1932: uma tentativa. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982.

LEITE, Aureliano. *Martírio e glória de São Paulo*. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1934.

_____. *Subsídios para a História da Civilização Paulista*. Edição Monumental Comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo. São Paulo, Saraiva, 1954.

LOBATO Flo., João Bernardo. (1879-). *A campanha de São Paulo; observações publicadas no Diário da Manhã de Recife.* Rio de Janeiro, Papelaria. Brazil, 1933.

MAGALHAES, Clineu Braga. (1911-1932). *Diário de campanha, julho de 1932.* São Paulo, Itararé, 1960.

MARCONDES Flo., Alexandre. *"Pro Brasília Fiant Eximia"*. Discurso proferido no Senado Federal na sessão de 22 de janeiro de 1954 em homenagem ao IV Centenário da

MELO, Arnon de. *São Paulo venceu!* – 4ª ed – Rio de Janeiro, Flores e Mano, 1933.

MELO, Cel. Ascendino d'Ávila. (1877-). *Desfazendo uma injúria; movimento paulista (a propósito do livro Nós e a Ditadura).* /s.l/s.ed./ 1933.

MIRANDA, Cel. Alcebíades de. (1877-). *A rebelião de São Paulo (com documentos inéditos).* Curitiba /s.ed./ 1934. 2v.

NEVES, João. *Por São Paulo e pelo Brasil.* – 2ª ed. – São Paulo / s.ed./ 1933.

NOGUEIRA Flo., Paulo. (1898-). *Idéias e lutas de um burguês progressista - A guerra cívica 1932.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

OLIVEIRA Flo., Benjamin de. *MMDC.* Rio de Janeiro, Ed. Shmidt, 1932.

OLIVEIRA, Agenor Lopes de. (1896-). *Na Ilha das Flores, reminiscências da revolução paulista de 1932.* Rio de Janeiro, Tipografia Batista de Souza, 1933.

OLIVEIRA, Armando de Salles. *Jornada Democrática (discursos políticos).* Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1937.

OLIVEIRA, Benedito Fernandes de. *Revolução paulista de 1932.* São Paulo, Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1950.

OLIVEIRA, Clóvis de. (1910-). *A indústria e o movimento constitucionalista de 1932.* São Paulo, Centro da Federação das Industrias do Estado de São Paulo, Serviço de Publicações, 1956.

OSÓRIO, Manuel. *O Brasil unido ou o separatismo paulista*. São Paulo, Ed. Piratininga, 1934.

PEREIRA, Antonio Batista. (1880-). *Diário da Capella*. São Paulo, Saraiva, 1933.

PEREZ GUEVARA, Ade. *São Paulo, "no soy guiado, guio"*. Caracas, Tip. Vargas, 1955.

PIRES, Cornélio. (1884-). *Chorando e rindo; episódios e anedotas da guerra paulista.* Cia. Editora Nacional, 1933.

PIRES, Mário. *O poema do nosso orgulho.* São Paulo, Arquivo do Estado, 1982.

PORTIÉRI, I. *Discurso pronunciado em comemoração do 9 de julho*. São Paulo /s.ed./ 1948.

RABACAL, Alfredo João. *As comemorações de 32 na rede oficial de ensino do Estado.* São Paulo, Comissão Estadual de Moral e Civismo, 1982.

RENARD, Antoine. *São Paulo é isto*. /s.l./s.ed./1933.

SALGADO, César. *De João Ramalho a nove de julho; discursos e conferencias.* São Paulo, Ed. Cultura Brasileira, 1934.

SÃO PAULO (Estado). *Cinqüentenário da Revolução Constitucionalista de 1932.* São Paulo, Comissão Estadual de Moral e Civismo, 1982.

SÃO PAULO (Estado). *São Paulo, 1932.* São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado, 1982.

SHMIDT, Afonso. *A locomotiva: a outra face da revolução de 1932.* São Paulo, Brasiliense, 1980.

SILVA, Cel. Herculano de Carvalho. *A revolução constitucionalista: subsídios para a sua história, organizados pelo Estado-Maior da Força Pública de São Paulo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1932.

SIMÕES, Aurifredo Berrance. *Um punhado de nada: São Paulo, 1932: revolução.* São Paulo, Brasiliense, 1979.

SOARES, Alaor Prata. *Cartas anônimas (ao tempo da ditadura) (por Erastro, pseud.).* Rio de Janeiro /s.ed./ 1935.

SOUZA, Cláudio de. *Os paulistas, seu passado, seu presente.* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1941.

THIOLLIER, René de Castro. *A república Rio-Grandense e a Guerra Paulista*, São Paulo, Ed. Alarico, 1952.

VARGAS, Getúlio. *De 1929 a 1934.* Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934.

HISTORIOGRAFIA SOBRE 1932

ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. *O olhar de quem faz*; o paulistano sob a otica do operariado paulista durante a revolução constitucionalista de 1932. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1999. (Mestrado)

BEZERRA, Holien Goncalves. *Artimanhas da dominação. São Paulo, 1932*. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1981. (Doutorado).

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*. São Paulo, Ed.USP, 1997.

CAMARGO, Áureo de Almeida. 1972. Roteiro de 1932. *Revista de História*. São Paulo, v. 45, n. 91.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

COSTA, Emilia Viotti da. *1932 imagens contraditórias*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1982.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira*; história da Revolução Constitucionalista de 1932. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

MAFRA, Márcia Yajgunovitch. *A relação entre as classes sociais e a campanha constitucionalista: 1930-1932.* São Paulo, FFLCH/USP, 1984 (mestrado).

MARTINO, João Paulo. *Alguns fatores da crise paulista de 1930-1932*. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1999. (Mestrado)

PAULO, Jeziel de. *1932: imagens construindo a história*. Campinas, Ed.UICAMP; - Piracicaba, Ed.UNIMEP, 1998.

SILVA, Helio. *1932: a guerra paulista*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

2. BIBLIOGRAFIA

A Revolução de 30; seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas. Brasília, Ed.UNB, 1982.

ABUD, Kátia Maria. *O Sangue Itimorato e as nobilíssimas tradições*; a construção de um símbolo paulista: o bandeirante. São Paulo, USP-FFLCH-Departamento de História, 1985. (Doutorado)

AGULHON, Maurice. *Marianne au combat*; l`imagerie et la symbolique republicaine de 1789 a 1880. Paris, Flammarion, 1979.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do nordeste e outras artes.* São Paulo, Cortez,1999.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Florestan Fernandes e a sociologia de São Paulo. in: *Metrópole e cultura*; São Paulo no meio século XX. Bauru, Edusc, 2001.

ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

BANN, Stephen. *As invenções da História*; ensaios sobre a representação do passado. São Paulo, Ed. UNESP, 1994.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República*; de 1930 a 1960. São Paulo, Edaglit, 1962.

BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*; síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1959

BODNAR, John. *Remaking America*; *public memory, commemoration, and patriotism in the Twentieth Century.* Princeton, Princeton University Press, 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. *Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos, 1926-1932*. São Paulo, Brasiliense, 1979.

_____. *Tenentismo e revolução brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. – 3ª ed. - São Paulo, Perspectiva, 1992.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertand Brasil, 1989.

_____. *Razões práticas*; sobre a teoria da ação. Campinas, Papirus, 2001.

CAMARGO, Aspásia. *O golpe silencioso*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Os arautos do liberalimso: imprensa paulista, 1920-1945*. São Paulo, Brasiliense, 1988.

_____. *Multidões em cena*; propaganda política no varguismo e no peronismo. – 2ª ed. – São Paulo, Ed. UNESP, 2009

CARMAGNANI, Marcello (coord.). *Federalismos latinoamericanos: México, Brasil, Argentina*. Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARONE, Edgar. *Oligarquia e classes sociais na Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, FFLCH, 1974 (Livre Docência).

_____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo. 1922-1938.* – 2ª ed. – São Paulo, Difel, 1975.

CARR, E. H. *Que é história?*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas.* São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926).* São Paulo, Brasiliense, 1987.

CASTRO, Celso. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000. http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In TORGAL, Luis Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal, sec. XIX – XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.

_____. *Nação, mito e rito*; religião civil e comemoracionismo. Fortaleza, NUDOC-UFC/Museu do Ceará, 2005.

_____. *O céu da memória*; cemitério romântico e culto cívico do mortos. Coimbara, Minerva, 1990

CERRI, Luis Fernando. *A ideologia da paulistanidade*. São Paulo: Cone Sul, 1997.

_____. Imagens da paulistanidade: as ilustrações e o ensino do regionalismo paulista. *Publicatio Uepg*, Ponta Grossa, Ed. UEPG, v. 6, nº 1, 1998. p. 37-59.

_____. NON DUCOR, DUCO: A ideologia da paulistanidade e a escola. *Revista Brasileira de História*, vol.18, no.36, 1998. p.115-136.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. – 2ª ed. – Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2007.

_____. *A invenção do cotidiano. 1. artes de fazer*. Petrópolis, Vozes. 1994.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*; a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 2002.

_____. *A História Cultural*; entre práticas e representações. Lisboa – Rio de Janeiro, Difel – Bertand Brasil, 1990.

CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. s.l./ Celta Editora, 1993.

CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2003.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *Carnavais e outras frestas*; ensaios de história social da cultura. Campinas, Ed.UNICAMP-CECULT, 2002

D'ARAÚJO, Maria Celina (org.). *As instituições brasileira da Era Vargas*. Rio de Janeiro, Ed.UFRJ-Ed.FGV, 1999.

_____. *O segundo governo Vargas (1951-1954)*; democracia, partidos e crise política. São Paulo, Ática, 1992.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil*; um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo, Ed.UNESP, 1999.

DECCA, Edgar de & VESENTINI, Carlos. A Revolução do vencedor. *Contraponto*, Rio de Janeiro, 1976.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*; memória, história e revolução. – 6ª ed. – São Paulo Brasiliense, 2004. [1ª ed, 1981].

ENDERS, Armelle. "O Plutarco brasileiro"; a produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000. http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U.

_____. *Les lieux de mémoire* 10 anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1993, p. 132-137.

Estudos Avançados, São Paulo, IEA, 8 (22), 1994.

FASUTO, Boris. *1930: historiografia e história*. – 16ª ed. - São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

_____. *1930: historiografia e história*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1969 (Doutorado).

_____. *História Geral da Civilização Brasileira*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007. t. 3, v. 10 e 11;

_____. A revolução de 1930. in: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo, Difel, 1968. p. 254.

FERREIRA, Antonio Celso. *A epopéia bandeirante*; letrados, instituições, invenção

FERREIRA, Marieta de Moraes e GOMES, Angela de Castro. Primeira república: um balanço historiográfico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 4, 1989, p. 244-280.

_____. A cadeira de História Moderna e Contemporânea: um espaço de crítica e renovação do ensino da história. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br

_____. Os professores franceses e o ensino de história no Rio de Janeiro nos anos 30. in: MAIO, Marcos Chor e VILLAS BOAS, Glaucia. *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil*. Porto Alegre, Ed.UFRGS, 1999. p. 289.

FORJAZ, Maia Cecilia Spina. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. São Paulo, FFLCH, 1982. (Doutorado em Ciência Política).

_____. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Pólis, 1978.

_____. *Tenentismo e forças armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1988.

_____.. *Tenentismo e política*; tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FREITAS, Marcos César de (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 6ª ed. - São Paulo, Contexto, 2007.

GEERTZ, Clifford.. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Lisboa, Difel. 1991

_____. *Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. – 2ª ed. – Petrópolis, Vozes. 1997.

GILLIS, John R. (ed.) *Commemorations*; the politics of national identity. Pinceton, Princeton Uniersity Press, 1994.

GOMES, Angela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

_____. *A invenção do trabalhismo*. – 2ª ed. – Rio de Janerio, Relume Dumará. 1994

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, v.1, no. 2, 1996, p. 31-58.

GONÇALVES, José Felipe. Os funerais de Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.25, v. 1, 2000.
http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U.

GONÇALVES, José Reginaldo. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275.

GRAMASCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

_____. *A concepção dialética da história*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, 1988, p. 5-27.

_____. Vendo o passado: representação e escrita da história. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 15, n. 2, jul-dez. 2007, p. 11-30.

_____. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. in: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca. (orgs.) *Cultura política leituras do passado*; historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, Albin Michel, 1994.

HARTOG, F & REVEL, J. (org.). *Les usages politiques du passé*. Paris, EHESS, 2001.

HEREDIA, Beatriz. Região e regiões, visões e classificações do espaço social. in *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro, DP & A Editora, 2001.
histórica (1870-1940). São Paulo, UNESP, 2002.

HOBSBAWM, Eric. & RANGER, Terence. (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.

HUTTON, Patrick H. *History as an Art of Memory*. Hanover-London, Univeristy Press of New England, 1993.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*; arquitetura, monumento e mídia. – 2ª ed. - Rio de Janeiro, Aeroplano, 2004.

KNAUSS, Paulo. *Imagens Urbanas e Poder Simbólico*; esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Niterói, UFF-PPGH, 1998 (Doutorado).

LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*; a história em questão. – 2ª ed – Petrópolis, Vozes, 1981. p. 31. [1976, 1ª ed]

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. – 5ª ed. – Campinas, Ed. UNICAMP, 2003.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura: Caio Prado Jr. e a revista brasiliense. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*,

_____. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1. p. 217-233;

_____. Mentores e clientelas na Universidade de São Paulo. in: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1989-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.

MARINS, Paulo César Garcez. "O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista." *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 6/7, n. 7. 2003.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix; EdUSP, 1978. v.6.

MASSI, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). in: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1. p. 359-409

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis*; para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1978.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil (1930-1964). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, p. 5-6.

MORAES, José Geraldo Vinci de (org.) *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo, Ed.34, 2002.

MOREIRA, Regina da Luz. Brasilianistas, historiografia e centros de documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n. 5, 1990, p. 66-74.

MOSSE, George L. *Fallen soldiers*; reshaping the memory of the Wold Wars. New York, Oxford University Press, 1990.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. – 4ª ed. - São Paulo, Ática, 1980.

MOTTA, Marly Silva da. *A Nação faz cem anos*; *a questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1992.

NORA, Pierre. (dir.) *Les Lieux de Mémoire*: I – La Republique. .Paris, Gallimard. 1994.

_____. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, Revista de Estudos Pós Graduados em História, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993, p. 07-28.

_____. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: critica à razão dualista. *Estudos Cebrap,* São Paulo, CEBRAP, n. 2, 1972, p. 4-82.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (coord.). *Elite intelectual e debate político nos anos 30*. Rio de Janeiro, Ed.FGV; Brasília, INL, 1980.

_____. *Americanos: as representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA.* Belo-Horizonte, UFMG.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In:MICELLI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1. p. 233-307

_____ .As festas que a República manda guardar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 4, 1989.
http://www.cpdoc.fgv.br/revista/asp/dsp_edicao.asp?tp_edi=U.

_____.de. *Estado* Novo; ideologia e poder. Rio de Janeiro, Zahar, 1982

_____. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000, p.183-202.

ORTIZ, Renato. *Cultural brasileira e identidade nacional*. – 5ª ed. - São Paulo, Brasiliense, 1994;

OZOUF, Mona. *La fête revolutionaire*; 1789-1799. Paris, Gallimard, 1976.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder e HERSCHMAN, Michael. E la nave va ... As celebrações dos 500 anos no Brasil: afirmações e disputas no espaço simbólico. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 26, 2000. p. 203-215.

PINHEIRO, Paulo Sergio. *Estrategias da ilusao. A revolucao mundial e o Brasil. (1922-1935).* SP, Cia das Letras, 1991.

POLLACK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro,v. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silencio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTES, Heloisa. Brasil com Z. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, 1990, p. 45-65;

PONTES, Heloisa. Retratos do Brasil: editores, editoras e "Coleções Brasilianas" nas décadas de 20, 40 e 50. in: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice; Editora Revista do Tribunais; IDESP, 1989. v. 1. p. 359-409.

PORTELLI, Alessandro. History-telling and time: na example form Kentucky. *The Oral History Review*, v. 20, n. 1-2, apr. 1992, p. 51-66.

_____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. – 4ª ed. – Rio de Janeiro, Ed.FGV, 2001. p. 103-130

_____. The death of Luigi Trastulli: memoy and the event. In: *The death of Luigi Trastuli, and outher stories*; form and meaning in oral history. Albany, State University of New York, 1991. p. 1-26.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruputra?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário. *Revista da USP*, São Paulo, nº 13, mar. / mai. 1993, p. 78-87.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel; Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discussión. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2005. p. 52.

SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco. *Pátria coroada*; o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831. Campinas, IFCH-Departamento de História, 1997. (Doutorado).

SCHWARTZMAN, Simon *et alli*. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; São Paulo, EDUSP, 1984.

_____. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo, Difel, 1975. (Corpo e Alma do Brasil, 42)

_____. – 3ª ed. - *As bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Campus, 1988. (Contribuições em ciências sociais, 10)

SHILS, Edward. *Centro e periferia*. Lisboa, Difel, 1996.

SILVA, Helio. Liberdade para a história. *Caderno de Debates*, São Paulo, Brasiliense, 1976, n. 1, p. 28.

SILVA, Marcos A da. *República em migalhas*; história regional e local. São Paulo, ANPUH-Marco Zero, 1990. p. 81-101.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil*; de Getúlio a Castelo. – 8ª ed.- Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

STEIN, Leila de Menezes & SAPIA, Ricardo. Ciências sociais e trajetória intelectual: entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, UNESP, v.9, n.16, 2004, p. 37-55.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Iseb: fábrica de ideologias*. – 2ª ed. - São Paulo, Ática, 1982 (1ª ed, 1977)

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production fo history*. Boston, Beacon Press, 1995.

TURNER, Victor. *Dramas, fields and methaphors: symbolic action in human society*. London; Ithaca, Cornell University Press, 1974.

_____. Mukanda: the politics of a non political ritual. In: SWARTZ, Marc J. *Local-level politics: social and cultural perspectives*. Chicago, Aldine Publishing Co. 1968. p. 135-150.

VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela*; nacionalismo e regionalismo paulista. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, 1987. (mimeo.)

VERDERY, Katherine. *The political lives of dead bodies: reburial and post-socialist change*. New York, Columbia University Press, 1999.

VESENTINI, Carlos. *A teia do fato*; uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo, Hucitec, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. – 3ª ed. – Brasília, Ed. UNB, 1995.

VILLAS BOAS, Glaucia. *A vocação das ciências sociais no Brasil*; um estudo da sua produção em livros do acervo da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Fundação Biblioteca Nacional, 2007.

APÊNDICE A – HISTORIADORES, OBRAS, FORMAÇÃO, REFERÊNCIAS

QUADRO 1: FORMAÇÃO

AUTOR	GRADUAÇÃO	ANO	MESTRADO	ANO	DOUTORADO	ANO
ABUD, Kátia	HISTÓRIA USP		HISTÓRIA USP	1978	HISTÓRIA USP	1985
ALMEIDA, Ivete			HISTÓRIA USP			
BEZERRA, Holien Gonçalves	HISTÓRIA USP	1972	HISTÓRIA ECLESIÁSTICA PUG(Roma)	1974	HISTÓRIA USP	1981
BORGES, Vavy Pacheco	HISTÓRIA PUC-SP	1959	HISTÓRIA PUC-SP	1979	C. SOCIAIS PUC SP	1987
CAPELATO, Maria Helena Rolim	HISTÓRIA USP	1971	HISTÓRIA USP		HISTÓRIA USP	1986
CARONE, Edgar.	HISTÓRIA USP	1948			HISTÓRIA USP	1971
CERRI, Luis Fernando	HISTÓRIA UNICAMP	1992	EDUCAÇÃO UNICAMP	1996	EDUCAÇÃO UNICAMP	2000
DE PAULA, Jeziel	HISTÓRIA UNIMEP	1994	HISTÓRIA UNICAMP	1994-1996	HISTÓRIA UNICAMP	2001
FAUSTO, Boris	DIREITO USP / HISTÓRIA USP	1953/1967			HISTÓRIA USP	1969
FERREIRA, Antonio Celso	HISTÓRIA UNB					
FORJAZ, Maria	CIÊNCIAS SOCIAIS USP		CIÊNCIAS SOCIAIS USP	Déc. 70	CIÊNCIAS SOCIAIS USP	
GOMES, Angela de Castro	HISTÓRIA UFF	1966-1969	CIÊNCIA POLÍTIA IUPERJ	1974-1978	CIÊNCIA POLÍTICA IUPERJ	1987
HILTON, Stanley						
LOVE, Joseph						
MAFRA, Márcia Yajgunovitch			HISTÓRIA USP	1984	-	-
PRADO, Maria Ligia	HISTÓRIA USP		HISTÓRIA USP		HISTÓRIA USP	
SILVA, Helio						
SKIDMORE, Thomas						

QUADRO 2: INTERLOCUTORES E PREMIAÇÕES

AUTOR	INTERLOCUTORES	PRÊMIOS/CONDECORAÇÕES
ABUD, Kátia	Orientação Doutorado: Laima Mesgrives	
ALMEIDA, Ivete	Orientação Mestrado: Maria Inez Borges Pinto; Paulo Koguruma, Janes Jorge e Silvia Echevarria Aznar; sem informações sobre a banca	
BEZERRA, Holien Gonçalves	Orientadora Doutorado: Maria de Lourdes Mônaco Janoti	
BORGES, Vavy Pacheco	Orientador Doutorado: Octavio Ianni; Banca Doutorado: Edgar de Decca, Elias Thomé Saliba, Francisco Weffort e Maria Helena Capelato; Qualificação: Holien G. Bezerra e Maria Lígia Prado; Orientador Mestrado: Evaldo Amaro Vieira. Banca Mestrado: Leda Maria Pereira Rodrigues e Reynaldo Carneiro de Pessoa; banca prévia: Estefânia Fraga e Luiz Eduardo Wanderley Interlocutores: Sérgio Buarque de Holanda, Frances Rocha, Carlos Vesentini, Ilka Stern Cohen e Maria Augusta Gouveia Gasparini;	Medalha Pedro de Toledo
CAPELATO, Maria Helena Rolim	Orientador Doutorado: Carlos Guilherme Mota; Banca Doutorado: Arnaldo Contier, Alberto Dines, José Marques de Melo e Maria Sylvia de Carvalho Franco; Orientador Mestrado: Carlos Guilherme Mota; Interlocutores: Maria Ligia Prado, Elizabeth Pompeu de Camargo, Anamaria Fadul, Célia Belém Chiavone, Ângela Pimenta, Izabel Marson, Adalberto Marson, Reginaldo Carmelo Corrêa de Moraes, Caio Navarro de Toledo e João Adolfo Hansen.	
CARONE, Edgar.		
CERRI, Luis Fernando	Orientadora Doutorado: Ernesta Zamboni; Orientadora Mestrado: Ernesta Zamboni	
DE PAULA, Jeziel	Orientador Doutorado: Edgar de Decca; Banca Doutorado: ; Orientador Mestrado: Edgar de Decca; Banca Mestrado: Vavy Pacheco Borges, Olga Rodrigues de Moraes von Simson, Ítalo Tronca e Jroge Coli	Medalha Pedro de Toledo
FAUSTO, Boris		
FERREIRA, Antonio Celso	Orientador Doutorado: Ulysses Teles Guariba Neto; José Ribeiro Jr., Anna Maria Martinez Correa, Glacyra Lazzari Leite, Beatriz W. C. Leite, Sérgio Norte, Zélia Lopes da Silva, e iara Schiavinato, José Luiz Bered, Tânia de Luca, Áureo Buseto, Maria Guadalupe Pedro-Sanches, Luiz Roberto Velloso Cairo e Carlos E. Fantiani, todos do Departamento de História e Literatura da UNESP-Assis; Antonio Candido, Maria Augusta Fonseca, Nicolau Sevcenko e Annateresa Fabris, pela leitura de diferentes versões e fragmentos do texto; Sidney Barnosa, Jozimar Paes de Almeida e William Reis Meirelles (UEL); Fátima Narciso, Emery Marques, Ricardo Pires de Albuquerque e André Luiz de Godoy. Banca examinadora livre docência: José Ribeiro Jr., Suely Robles de Queiroz, Laima Mesgravis, Anna Maria Martinez Correa e Alzira Lobo de Arruda Campos; John Monteiro, Vavy Pacheco Borges, Kátia Abud e Célio Debes; Lúcia Lippi de Oliveira e Nísia Trindade.	

AUTOR	INTERLOCUTORES	PREMIOS/CONDECORAÇÕES
FORJAZ, Maria	Orientador Doutorado: Francisco Weffort; Interlocutores: Sérgio Miceli Pessoa de Barros, Robert N. V. Cajado Nicol, Wladimir Pugina, Pólia Hamburger e Esdras Borges Costa; Celina do Amaral Peixoto Moreira Franco, Aspásia Camargo e Lúcia Lippi	
GOMES, Angela de Castro	Orientador Doutorado: Wanderley Guilherme dos Santos; Banca Doutorado: Boris Fausto, Amaury de Souza, Leôncio Martins Rodrigues, Luis Werneck Viana e José Murilo de Carvalho; Orientador Mestrado: Renato Raul Boschi; Banca Mestrado: Aspásia Camargo, César Guimarães	
HILTON, Stanley		
LOVE, Joseph		
MAFRA, Márcia Yajgunovitch	Orientador Mestrado: Edgar Carone	
PRADO, Maria Ligia	Orientador Doutorado: Carlos Guilherme Mota Banca Doutorado: Aziz Simão, Décio Saes, Maria de Lourdes Janotti e Maria Odila Silva Dias; Orientados Mestrado: Carlos Guilherme Mota Interlocutores: Ana Maria Camargo, José Enio Casalecchi, Maria Cristina Luizetto, Modesto Florenzano, A. Pereira Mederios, Maria Helena Capelato e Sílvia Bassetto	
SILVA, Helio		
SKIDMORE, Thomas		

QUADRO 3: REFERENCIAIS TEÓRICOS E FONTES UTILIZADAS

AUTOR	TÍTULO	DATA	REFERENCIAIS TEÓRICOS	FONTES UTILIZADAS
ABUD, Kátia	O sangue itimorato e as nobilíssimas tradições	1985	MARXISMO (GRAMASI); TEORIA DA IDEOLOGIA	HISTORIOGRAFIA; MEMÓRIAS; JORNAIS
ALMEIDA, Ivete	O olhar de quem faz - o paulistismo sob a ótica do operariado paulista durante a revolução de 1932	1999		JORNAIS; MEMÓRIAS
BEZERRA, Holien Gonçalves	Artimanhas da dominação	1981	MARXISMO (GRAMSCI); TEORIA DA IDEOLOGIA	MEMÓRIAS
BORGES, Vavy Pacheco	Memória Paulista	1997	.	MEMÓRIAS
BORGES, Vavy Pacheco	Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e muitos desenganos.	1979	MARXISMO (GRAMSCI)	JORNAIS; MEMÓRIAS
BORGES, Vavy Pacheco	Tenentismo e Revolução Brasileira	1992	ANNALES; NOVA HISTÓRIA POLÍTICA	JORNAIS; MEMÓRIAS
CAPELATO, Maria Helena Rolim	Os arautos do liberalismo. Imprensa Paulista, 1920-1945	1986	MARXISMO (GRAMSCI)	JORNAIS; MEMÓRIAS
CAPELATO, Maria Helena Rolim	O movimento de 1932: a causa paulista	1981	MARXISMO (GRAMSCI)	JORNAIS; MEMÓRIAS; OFICIAL
CARONE, Edgar.	Revoluções do Brasil Contemporâneo	1965	MARXISMO	JORNAIS; MEMÓRIAS; OFICIAL
CARONE, Edgar.	Oligarquias e classes sociais na Segunda República (1930-1937)	1974	MARXISMO	JORNAIS; MEMÓRIAS; OFICIAL
CERRI, Luis Fernando	A ideologia da paulistanidade	1996	MARXISMO (GRAMSCI)	
DE PAULA, Jeziel	1932: imagens construindo a história	1998	.	IMAGENS; MEMÓRIAS; OFICIAL
FAUSTO, Boris	A Revolução de 1930: historiografia e história	1970	MARXISMO ESTURUTALISTA; MARXISMO (GRAMSCI)	HISTORIOGRAFIA; MEMÓRIAS; OFICIAL
FERREIRA, Antonio Celso	Um eldorado errante: São Paulo na ficção histórica de Oswald de Andrade	1996	TEORIA LITERÁRIA; TEORIA CRÍTICA	LITERATURA; MEMÓRIAS
FORJAZ, Maria	O tenentismo	1970		
FORJAZ, Maria	Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30	1982		ARQUIVOS PESSOAIS; FONTES ORAIS; MEMÓRIAS
GOMES, Angela de Castro	Regionalismo e centralização política	1980		JORNAIS; ARQUIVOS PESSOAIS; MEMÓRIAS
HILTON, Stanley	1932: a guerra civil brasileira	1982	.	OFICIAL; ARQUIVOS PESSOAIS; MEMÓRIAS
LOVE, Joseph	A locomotiva - São Paulo na federação Brasileira (1889-1937)	1982	TEORIA DAS ELITES; WEBER	OFICAL; JORNAIS; MEMÓRIAS
MAFRA, Márcia Yajgunovitch	A relação entre as classes sociais e a campanha constitucionalista	1984	MARXISMO (DIFUSO)	JORNAIS; MEMÓRIAS; ARQUIVOS PESSOAIS
PRADO, Maria Ligia	A democracia ilustrada	1986	MARXISMO (GRAMSCI)	JORNAIS
SILVA, Helio	1932: a guerra paulista	1966		MEMÓRIAS; JORNAIS; OFICIAL
SKIDMORE, Thomas	Brasil: de Getúlio a Castello	1966		

APÊNDICE B – AUTORES DA LITERATURA CONSTITUCIONALISTA

AUTORES	***NASCIMENTO***	***FORMAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA***	***FORMAÇÃO ESCOLAR SUPERIOR***	***PROFISSÃO***	***JORNALISMO***	***ACADEMIAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES***	***TRAJETÓRIA PROFISSIONAL***	***TRAJETÓRIA POLÍTICA***	***OUTROS TÍTULOS/GÊNEROS LITERÁRIOS***
ANDRADE, Euclides (Epandro)	Campinas, 1879.	Estudos primários no Colégio Culto à Ciência, Campinas; secundários no Instituto Feitosa, Jundiaí e Instituto Paulistano; preparatórios no Curso Anexo à Faculdade de Direito..	Farmácia pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.	Jornalista	SIM	Academia de Ciências e Letras de São Paulo.	Revisor do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro (1897); redator-secretário de *A Tribuna* (1909-1915); redator chefe de *A Notícia* de Santos; secretário de *O Comércio de Campinas* e de *O Correio de Campinas"*; Secretário do *Correio Popular* (1917)	NÃO	*Beliscos e Piparotes*; *Velhos gaiteiros*; *Linguinhas de prata*; *Caipiras e Caipiradas*, contos regionais paulistas; *Ouça mais esta*; tradução de *A Irmã Branca* de Francis Marion Crawford (1934)
ANDRADE, Horácio de	São Paulo, 1896.	Estudos primários em grupos escolares da Capital; Secundário na Escola Normal Secundária (1916).		Jornalista	SIM		Suplente de revisor no *"Comércio de São Paulo"* (1915); *Jornal do Comércio* (SP); *Diário da Noite* (1927); *Diário Popular* (1934)	NÃO	*Minha Rua* (romance) (1938); colaboração em *Cruzes Paulistas* (1936).
BACCARAT, Samuel	Pinhal (SP), 1892 – Marselha, 1934	Estudos preparatórios no Ginásio de Amparo.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1915.	Jornalista	SIM		Fundou *A Gazeta de Férias* em sua terra natal; quando acadêmico de direito dirigiu o quinzenário *A Luta* (1914).	NÃO	
BRAGA, Edgar Pimentel	Maceió (AL), 1897.	Estudos primários e secundários em sua terra natal.	Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro	Médico	NÃO	Academia Alagoana de Letras; Clube de Poesia de S. Paulo	Médico em São Paulo, capital.	NÃO	*Lâmpada sobre o alqueire* (1934); *Poesia* (1946); *Odes* (1951); e outros livros de poesia e medicina.
BRANCO, Luisa Pessanha de Camargo.	São Paulo, 1898.	Estudos primários na Escola Modelo Caetano de Campos e secundários na Escola Normal Caetano de Campos		PROFESSORA	SIM		Diretora de Grupo Escolar; participação nos periódicos *O Combate*, *O Dia*, *Triângulo* e *Vida Moderna*.	NÃO	*O Brasil das Crianças* (1927) e *Assombrações*.
BRUSSOLO, Armando (Stopinski)	São Paulo, 1908 – São Paulo, 1947.			JORNALISTA	SIM		Inicia-se em *A Gazeta* como repórter, redator, cronista. Colaborador nas revistas *Aviação*, *Velocidade* e *Panair em revista*. Correspondente da *Gazeta* no pós-guerra na Itália.	NÃO	*Basta de Mentiras (considerações em torno da atitude e do livro do cel. Herculano de Carvalho)* (1933); *Eva, a maçã e a serpente*, *Aventuras no Oeste* e uma série de livros para crianças, além da tradução de *A alma do homem* de O. Wilde (1933)..
CALDEIRA, João Neto	São Paulo, 1895.	Estudos primários em São Paulo. Tipografia no Liceu Coração de Jesus		TIPÓGRAFO	NÃO		Tipógrafo de diversos jornais do interior; produtor de livros ilustrados.	NÃO	Álbum de Piratininga, 1928; Álbum de São Manuel,1928; e outros álbuns semelhantes; Nossas riquezas, 1930; Guararema, sua história e a operosidade incansável de seu nobre povo, 1932; Sétimo Batalhão de Caçadores da Força Pública, 1934.
CAMARGO, Áureo de Almeida	Amparo (SP), 1905.	Estudos primários em Amparo e secundários no Ginásio Do Estado de Ribeirão Preto e na Escola de Comércio José Bonifácio em Santos	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1931.	Advogado	NÃO			NÃO	
CARVALHO, Afonso de.	S. Bento do Sapucaí (SP), 1868 - São Paulo, 1952.	Estudos primários com tutores na capital e secundários no Colégio Morton, em São Paulo, e preparatórios no Curso Anexo à Faculdade de Direito.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1889.	Advogado	SIM	IHGSP; Instituto de Estudos Genealógicos; Academia de Ciência e Letras.	Promotor Público de Atibaia (1890-1901); Juiz de Direito de S. Bento do Sapucaí (1901-1910), Franca (1910-1915), Piracaia (1915-1921) e da 1a Vara Cível da Capital (1922-1927); Desembargador da Corte de Apelação (1927-1936); presidente do Tribunal Eleitoral (1932-1933); presidente da Corte de Apelação (1935); Colaboração em jornais e revistas, ente eles *O Correio Paulistano*.	NÃO	*Franca, esboço histórico dos costumes* (1912); *A fundação de Santo Antonio de Cachoeira*; *O centenário de S. Bento do Sapucaí* (1928); *Os primeiros anos de São Paulo* (1932); além de poesias e outros títulos.

AUTORES	***NASCIMENTO***	***FORMAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA***	***FORMAÇÃO ESCOLAR SUPERIOR***	***PROFISSÃO***	***JORNALISMO***	***ACADEMIAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES***	***TRAJETÓRIA PROFISSIONAL***	***TRAJETÓRIA POLÍTICA***	***OUTROS TÍTULOS/GÊNEROS LITERÁRIOS***
CARVALHO, João Batista de (Monsenhor)	Avaré (SP), 1893.		Seminário e consagração em Campinas.	Sacerdote	SIM	Academia Paulista de Letras.	Secretário de D. Duarte Leopoldo e Silva; vigário em Descalvado, Matão e Santos; cura da Catedral de Santos; vigário da paróquia de N.S do Brasil; jornalista de *A Tribuna*, de Santos, e de *A Gazeta*, São Paulo.	Deputado Estadual.	"D. João Batista Correia Néri, primeiro bispo de Campinas" (1920); "Santos na epopéia paulista".
CASASANTA, Mário	Camanducaia (MG), 1898.	Estudos primários na cidade natal e secundários no Ginásio São José, em Pouso Alegre (MG) e Campinas.	Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.	Professor			Professor seundário no Colégio Arnaldo e Colégio Estadual. Professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e na Universidade Católica de Minas Gerais. Diretor de Instrução Pública (MG) e diretor do Departamento de Educação do Distrito Federal. Reitor da Universidade de Minas Gerais	NÃO	*Minas e os mineiros na obra de Machado de Assis* (1932); *Machado de Assis e o tédio à controvérsia* (1933); *Responsabilidade do Estado por fatos de guerra (teses de concurso)* (1933).
CASTRO jr., Clementino de Souza	São Paulo , 1897.							NÃO	*Pirangi. Monografia Histórico-geográfica* (1943)
COARACY, Vivaldo	Rio de Janeiro, 1882 - Rio de Janeiro, 1967.		Faculdade de Medicina; Escola Militar da Praia Vermelha; Engenharia em Porto Alegre, 1911; bolsa de estudos nos EUA.	Professor e jornalista	SIM	Associação Brasileira de Imprensa e Clube de Engenharia	Professor da Escola de Engenharia; Jornalista: correspondente de *O Estado de São Paulo* no Rio de Janeiro, 1930; colaborador da *Folha da Manhã*.	NÃO	*O Caso de S. Paulo* (1932)
COUTO, Rui Ribeiro do	Santos (SP), 1898 – Paris, 1963	Estudos secundários na Escola de Comércio José Bonifácio, Santos.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo (até o 4 ano) e Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1919).	Advogado e diplomata	NÃO	Academia Brasileira de Letras (1934)	Promotor Público em São Paulo (1924-1925) e MG (1926-1928). E na diplomacia: Vice-consul do Brasil em Marselha (1929-1931); adido ao Consulado Geral de Paris (1932); cônsul (1932); secretário de legação da Holanda (1935-1940)	NÃO	Poesia, prosa e ensaio.
DINIS, Almachio	Bahia, 1880 – Rio de Janeiro, 1937		Faculdade de Direito da Bahia.	Professor	SIM	Academia Baiana de Letras; Academia Carioca de Letras	Professor da Faculdade Livre de Direito da Bahia; Professor de Direito Civil na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1915. Colaboração em *O Estado de São Paulo*.	NÃO	Conto, crítica, direito.
ELLIS Jr., Alfredo	São Carlos (SP), 1896.	Estudos secundários no Ginásio de São Bento, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1917.	Professor	SIM	IHGSP; Academia Paulista de Letras, 1928; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.	Promotor público em Limeira e São Carlos; Professor secundário; Professor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências da USP (1938)	Deputado Estadual (1925-1930); Deputado Estadual em 1934.	*O Bandeirismo Paulista e o recuo do meridiano* (1923); *Raça de Gigantes* (1926); *Tesouro de Cavendish, romance histórico* (1928); *Jaraguá: romace histórico da penetração bandeirante* (1936); *Meio Século de Bandeirismo* (1940); e outras obras sobre o bandeirismo, romances históricos, etc..
FERRAZ, José Bem-Hur de Escobar	Ribeirão Preto (SP), 1907.	Estudos primários em Ribeirão Preto e secundários no Ginásio do Estado, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito da USP, 1935.	Jornalista e advogado.	SIM		Colaborador de *O Combate*, *A Platéia*, *Diário da Noite* e *Diário de São Paulo*. Advogado	NÃO	

AUTORES	*NASCIMENTO*	*FORMAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA*	*FORMAÇÃO ESCOLAR SUPERIOR*	*PROFISSÃO*	*JORNALISMO*	*ACADEMIAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES*	*TRAJETÓRIA PROFISSIONAL*	*TRAJETÓRIA POLÍTICA*	*OUTROS TÍTULOS/GÊNEROS LITERÁRIOS*
FONSECA Jr., Jorge da	São Paulo, 1912.	Estudos secundários no Ginásio Nossa Senhora do Carmo e Ginásio de S. Bento, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito da USP, 1939.	Advogado	NÃO	NÃO		NÃO	Poesia
FONTES, Martins	Santos (SP), 1884 – Santos (SP), 1937.	Estudos primários nos colégios de D. Leopoldina Tomaz Coelho e Eugênio Porchat de Assis. Estudos secundários no Ginásio Nogueira da Gama, Jacareí; e no Colégio Alfredo Gomes, Rio de Janeiro	Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1906.	Escritor; Médico	SIM	Academia Brasileira de Letras (1924); correspondente da Academia de Ciências de Lisboa (1924).	Colaborou como escritor e jornalistas nas revistas literárias de São Paulo, *Papel e Tinta*, *Novíssima*, *Paulistânia*, *Cigarra*, *Vida Moderna*; e do Rio de Janeiro, como *Kosmos*, *Careta*. Médico: Santa Casa do Rio de Janeiro e de Santos. Exerceu alguns cargos públicos como médico da Comissão de Obras do Alto Acre; chefe do Serviço de Assistência Escolar da Prefeitura do Rio de Janeiro; auxiliar de Oswaldo Cruz na profilaxia suburbana do DF; clínico da Cia. Docas de Santos; possível entrada na Faculdade de Medicina de SP, cadeira de Fisiologia (1924), ao que recusou.	NÃO	Poesias, ensaios e crônicas, mais de 50 títulos entre 1899 e 1938
FONTES, Narbal.	Tietê (SP), 1899.	Estudos primários em Tietê e secundários na Escola Normal Secundária, São Paulo, 1918.	Medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1930	Médico e professor.	NÃO	Associação Brasileira de Escritores; Associação Brasileira de Educação.		NÃO	Poesia, tradução, literatura infantil
GOULART, Gastão (cap.)	Aparecida do Norte (SP), 1894.			Militar e médico veterinários; professor.	NÃO	NÃO		NÃO	
GUEDES, Lino	Socorro (SP), 1906 - S.Paulo, 1951.	Estudos secundários na Escola Normal Antonio Álvares, Campinas		Jornalista	SIM	Sociedade Paulista de Escritores	Jornalista em *Diário do Povo*, *Correio Popular*, *Jornal do Comércio*, *O Combate*, *A Razão*, *São Paulo Jornal*, *Correio de Campinas*, *O Correio Paulistano*, *A Capital*, *Folha da Noite*, *Diário de S. Paulo*; redator da Agência Noticiosa Sul-Americana.	NÃO	Poesia: *Canto do Cisen Preto*, *Ressurreição Negra*, *Urucungo*, *Negro preto cor da noite*, *Sorrisos do Cativeiro*, etc.
LADEIRA, César	Campinas (SP), 1910.	Estudos primários em Campinas e secundários no Ginásio do Estado, em Campinas, e Ginásio Municipal S. Luís, Jaboticabal.	Direito na Faculdade de Direito de SP (até 1932); concluído na Faculdade de Direito de Niterói.	JORNALISTA	SIM	NÃO	Jornalista em *Diário do Povo*, *Correio Popular*, *Diário de São Paulo* e subsecretário do *Correio da Tarde*; Radialista nas rádios *Reccord* (SP), *Mairinque Veiga* (RJ) e *Rádio Nacional* (RJ).	NÃO	Novelas, teatro, novelas radiofônicas.
LEITE, Aureliano	Ouro Fino (MG), 1886 - São Paulo, 1976.	Estudos primários em Ouro Fino e secundários em São Paulo, capital.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1911.	Advogado e escritor	NÃO	Academia Paulista de Letras, 1943; IHGSP (presidente em 1969).	Advogado e historiador em São Paulo.	Deputado Federal (1934-37); Deputado Constituinte (1946).	*Dias de Pavor* (1924);; *Brio de Caboclo* (1926); *Memórias de um revolucionário* (1931); *Episódios do Exílio* (1938); *Amador Bueno, o aclamado* (1938); *A história de São Paulo em breve resumo cronológico* (1943); *Causas e objetivos da revolução Constitucionalista* (1962); *Campinas que vi na revolução de 1932* (1963); outros estudos de história de São Paulo.

AUTORES	***NASCIMENTO***	***FORMAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA***	***FORMAÇÃO ESCOLAR SUPERIOR***	***PROFISSÃO***	***JORNALISMO***	***ACADEMIAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES***	***TRAJETÓRIA PROFISSIONAL***	***TRAJETÓRIA POLÍTICA***	***OUTROS TÍTULOS/GÊNEROS LITERÁRIOS***
LESSA, Origenes	Lençóis Paulistas (SP), 1903.	Estudos primários com seu pai, o historiador Vicente Temudo Lessa, em S. Luiz do Maranhão. Estudos s secundários no Ginásio do Estado, em São Paulo, e depois no Rio de Janeiro, concluídos em 1924.	Teologia em um seminário protestante de São Paulo. Faculdade de Filosofia do Distrito Federal e Escola de Arte Dramática. (sem conclusão)	Escritor e jornalista.	SIM	Prêmio da Academia Paulista de Letras; Sociedade Paulista de Escritores; ABI; IHGSP.	Jornalista em *O Combate* (SP), *O Imparcial* (RJ); redator do *Diário da Noite*. Subsecretário da *Folha da Manhã*; secretário de *A Cigarra* (1932); diretor do suplemento literário do *Diário da Noite*. Escritor.	NÃO	*Ilha Grande - Do jornal de um prisioneiro de guerra* (1933). Contos, ensaios, crítica, relatos de viagem.
LEVY, Herbert	São Paulo, 1911.	Estudos primários na Escola Modelo Caetano de Campos, São Paulo, e secundários na Escola Normal da Praça da República, 1927.	Ciências Políticas e Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política, 1937.	Jornalista e empresário.	SIM	Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo e Academia Política e Social da Universidade de Columbia.	Jornalista em *São Paulo Jornal*, 1927; redator do *Diário Nacional*, do *Diário da Noite* e do *Boletim Comercial*.	Deputado Federal	*Problemas Atuais de Economia Brasileira* (1934); *Rumos a Trilhar* (1936); *O Aspecto externo do problema do café* (1937); *O Brasil e os novos tempos: Considerações sobre o problema da reestruturação política'a, econômica e social do Brasil* (1946); *Certos aspectos básicos da economia brasileira* (1947); *A batalha da produção e outros problemas* (1949); *Problemas básicos da nação* (1950); *Curso de economia brasileira* (1951).
LOUREIRO Jr., José.	Jaú (SP), 1912.	Estudos primários no Instituto Champagnat, Franca, e secundários no Ginásio do Estado de Ribeirão Preto, 1926-1930..	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1935.	Jornalista, advogado, professor.	SIM	Ordem dos Advogados e Sociedade de Medicina Legal e Criminologia.	Jornalista: A Ofensiva; redator de O Povo; Professor da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	Deputado Estadual pela Ação Integralista Brasileira (1935-1937); Candidato a deputado federal em 1937; Executiva do PRP.	
MEDICI, Fernando Penteado	São Carlos (SP), 1915 - São Paulo, 1947.	Estudos secundários no Ginásio Paulistano, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito da USP, 1938.	Jornalista e advogado.	SIM		Jornalista: redator de Correio de S.Paulo, da revista Anhanguera, 1936; colaborador de Careta, 1935-1936; redator das Folhas; Advogado.	Militante do Partido Constitucionalista relações pessoais com Armando de Sales Oliveira	
MELO, Luis Vieira de	São Paulo, 1900.		Medicina na Faculdade de Medicina de SP, 1920..	Médico	NÃO			NÃO	
MONTENEGRO, Benedito Augusto de Freitas.	S. João da Bocaina (SP), 1888.	Preparatórios na Escola Americana e no Mackenzie College.	Medicina na Universidade da Pensilvânia.	Médico.	NÃO		Médico; Professor da Faculdade de Medicina de São Paulo; Missão Médica Brasileira na Grande Guerra..	Deputado Estadual, 1934; vice-presidente da ALESP, 1934-1935;	Obras sobre medicina.
MOREIRA, Albertino G.	Uberlândia, 1892.		Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1920.	Advogado	NÃO	União Brasileira de Escritores.		NÃO	
MORGAN, Artur (Armando de Arruda Pereira).	São Paulo, 1889.	Estudos primários na Escola Modelo Caetano de Campos e secundários no Ginásio Nogueira da Gama, de Jacareí, 1900-1904.	Seafiled Engineering College, Freham, 1905-1906; Brimingham University, 1906-1908; e New York University School of Applied Science, 1910.	Engenheiro.	NÃO	Instituto de Engenharia de S.Paulo; IHGSP; Royal Society of Arts, etc.		Vereador S. Bernardo; Prefeito de São Paulo.	*Heróis abandonados: peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso* (1925); *No sul de Mato Grosso: vias de comunicação, veiculos, tipos, termos, costumes de fronteira; um pouco de história e geografia* (1928).
OLIVEIRA, Armando de Salles	São Paulo, 1887 - São Paulo, 1945.	Estudos secundários no Ginásio do Estado, São Paulo.	Engenharia na Escola Politécnica de São Paulo.	Engenheiro.	SIM	NÃO	Engenheiro e jornalista. Diretor de *O Estado de São* Paulo, 1915.	Interventor e Governador São Paulo (1935-1936).	*Para que o Brasil Continue*; *As finanças de SP no meu governo* (1937).

AUTORES	*NASCIMENTO*	*FORMAÇÃO ESCOLAR PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA*	*FORMAÇÃO ESCOLAR SUPERIOR*	*PROFISSÃO*	*JORNALISMO*	*ACADEMIAS, INSTITUTOS E ASSOCIAÇÕES*	*TRAJETÓRIA PROFISSIONAL*	*TRAJETÓRIA POLÍTICA*	*OUTROS TÍTULOS/GÊNEROS LITERÁRIOS*
PAULA, Lafaiete Soares de	Cajuru (SP), 1914.	Estudos primários no Grupo Escolar de Penápolis e secundários no Ginásio Guilherme de Almeida e Escola Comercial Álvares Penteado.	Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.	Radialista e advogado.	SIM		Radialista: redator da *Rádio Educadora Paulista* e locutor e programador das *Emissoras Associadas*. Advogado da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.	NÃO	
PICCHIA, Paulo Menotti del.	São Paulo, 1892.	Grupo Escolar de Itapira Curso Ginasial em Campinas, iniciado em 1903; Bacharel em Ciências e Letras, Pouso Alegre (MG).	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1913.	Escritor e jornalista	SIM	Academia Paulista de Letras (1929); Academia Brasileira de Letras.	Diretor de *A Tribuna*, Santos; redator do *Correio Paulistano*; fundador de *Papel e Tinta*; *A Gazeta*; *A Noite; A Cigarra*; *Nossa Revista*; diretor do semanário ilustrado *Planalto*; fundador de *Novíssima; São Paulo*; *Brasil Novo*; Escritor: prosa, poesia, etc. Advogado. Diretor do Departamento Estadual de Propaganda.	Membro do PRP.	*Juca Mulato* (1917);
PIRES, Cornélio	Tietê (SP), 1884 - S. Paulo, 1958.	Estudos secundários em uma Escola Dominical Presbiteriana, iniciado em 1910.	Tentativa de ingresso na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo.	Jornalista, professor e escritor.	SIM	NÃO	Jornalista em *O Malho*, *O Comércio de S. Paulo*; fundador, com Voltolino, da revista *Saci*, 1906.	NÃO	Prosa, poesia, folclore
RAMALHO, Horácio	Taquaritinga (SP), 1906.	Ginásio do Estado, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1929	Advogado	NÃO			NÃO	
RAMOS, Agostinho	Bananal (SP), 1895.	Estudos primários no Grupo Escolar de Bananal; e secundários na Escola Normal Secundária da Praça da República, 1915.		Professor	NÃO		Professor: Franca, Cachoeira Paulista	Prefeito de Cachoeira Paulista (1930-1937)	
RIBEIRO, Clóvis Marcelo de Paula	São Paulo, 1891 - São Paulo, 1942	Ginásio do Estado, 1910.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1915	Professor	SIM		Advogado; Professor; Jornalista: A Fanfarra, 1911; A Gazeta; Jornal do Comércio, SP; redator econômico de OESP; Diário da Noite	Conselho Economico da Secretaria de Agricultura; Deputado Consituinte na legislatura estadual, 1935; Secretário de Fazenda, 1935-37; Organizador da Chapa Única, 1933; Liga Nacionalista e PD.	Ensaios de economia, sociologia e história.
SOUZA, Manuel Otaviano Marcondes de	Pindamonhangaba, 1871.	Estudos preparatórios no Colégio de Ivaí.	Farmácia na Faculdade de Farmácia de Ouro Preto, MG.	Farmacêutico	NÃO		Farmacêutico do Exército	NÃO	
SYLOS, Honório de	S. José do Rio Pardo (SP), 1901.	Estudos primários em Rio Pardo e secundários no Ginásio de Santa Maria, Campinas, e na Escola Normal de Casa Branca, 1920.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1923	Jornalista e advogado.	SIM	IHGSP, 1934; APL, 1978	Jornalista na *Gazeta de Rio Pardo* e *A Razão*, de Casa Branca, 1918; *Revista do Brasil*; *O Correio Paulistano*, 1932; secretário geral e subdiretor de *O Correio Paulistano*, 1937-39; Diretor do Departamento Estadual do Trabalho; Serviço de Justiça do Departamento de Educação; Secretário geral da FIESP.	Oficial de gabinete de Julio Prestes	Glicério em S. José do Rio Pardo e São Paulo e seus caminhos.
VAMPRÉ, Leven	Limeira, 1890.	Estudos primário no Colégio Gama, Rio Claro, e secundários no Ginásio do Estado, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1912.	Advogado e jornalista.	SIM	IHGSP	Advogado. Jornalista de *A Cigarra*.	Oficial de gabinete da secretaria de fazendo do governo Laudo de Camargo	*Pigmeus de Piratininga* (1937)

WHITAKER, José Maria	São Paulo, 1878.	Estudos secundários e preparatórios no Externato Araújo e Histeranto Santo Antonio, São Paulo.	Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, 1896	Comerciante de café, banqueiro e advogado.	NÃO	IHGSP	Advogado; Comerciante de Café; Banqueiro.	Chefe do secretariado estadual pós-30. Ministro da Fazenda (1930-31)	Administração e economia.

ANEXO A – CADERNO DE IMAGENS

Figura 1: Anúncio do filme *A Grande Guerra*.
***O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1935**

Figura 2: Frontispício do livro *Cruzes Paulistas*, publicado pela Campanha Pró-Monumento e Mausoléu em 1936

Figura 3: Cartazes da campanha Pró-Monumento e Mausoléu reproduzidos em *Cruzes Paulistas*, 1936. p. 339.

Figura 4: Capa do *Correio Paulistano* com a imagem do voluntário que segura o facho de onde pende a fita com os dizeres "autonomia" e "justiça" *Correio Paulistano* em 8 de julho de 1934

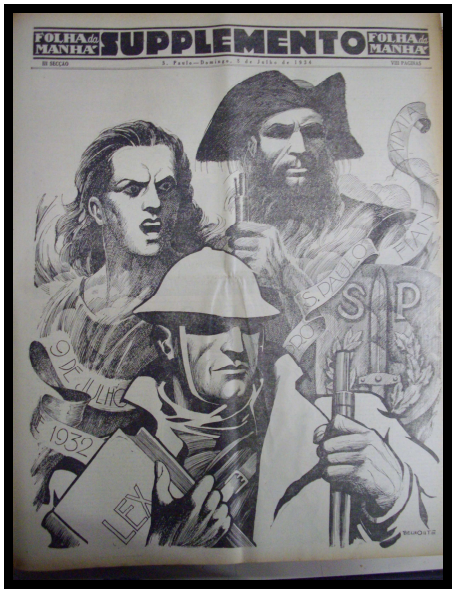


Figura 5: Capa do suplemento especial da *Folha da Manhã*. Onde se evocam as imagens dvoluntário, da mulher paulista (ou Marianne) e do bandeirante
***Folha da Manhã*, 9 de julho de 1934**

Figura 6: Novamente o tema da mulher paulista como elemento fundamental da retaguarda.
***Folha da Manhã*, 9 de julho de 1939.**

Figura 7: A cultura cívica republicana ultrapassa as fronteiras nacionais e vive em meio à propaganda.

***Correio Paulistano*, 14 de julho de 1937**

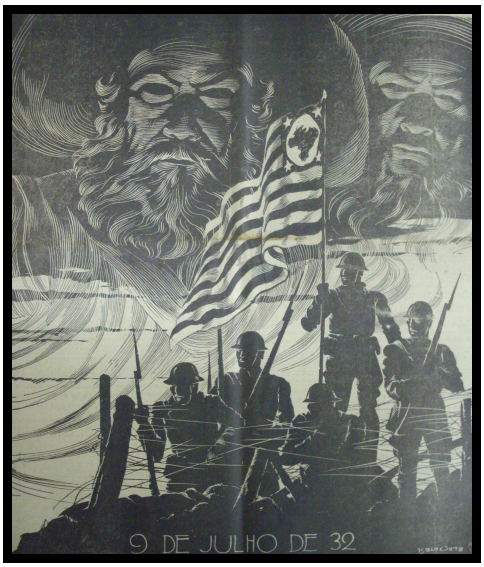
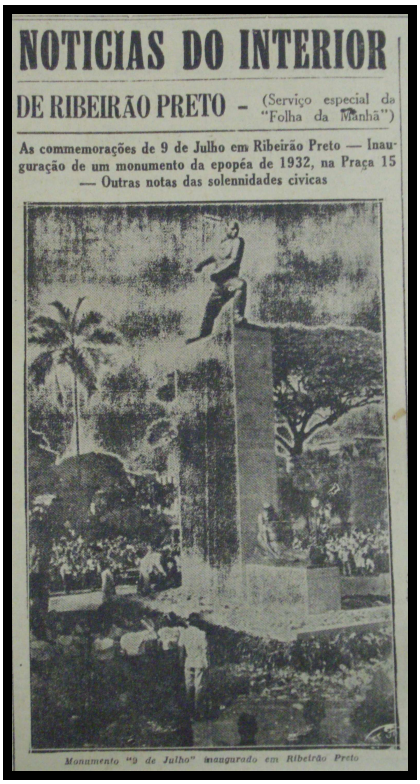


Figura 8: Imagem da capa da *Folha da Manhã*.

***Folha da Manhã*, 9 de julho de 1935**



NOTICIAS DO INTERIOR

DE RIBEIRÃO PRETO – (Serviço especial da "Folha da Manhã")

As commemorações de 9 de Julho em Ribeirão Preto — Inauguração de um monumento da epopéa de 1932, na Praça 15 — Outras notas das solennidades civicas

Monumento "9 de Julho" inaugurado em Ribeirão Preto

Figura 9: Imagem do "Granadeiro", Galileu Emendabili.

***Folha da Manhã*, 13 de julho de 1934.**

SÃO PAULO EM SUA DATA MAXIMA — São Paulo voltará a vibrar hoje com as comemorações de sua data maxima, o 9 de Julho gloriosa que deveria recordar ao pais, entre sangue e tormenta, a sua invencivel vocação democratica. No dia de ontem, a cidade recebeu os despojos de dois dos herois do movimento inesquecivel, Paulo Virginio e Miragaia, os quais, unidos aos de Martins, Drausio e Camargo, passaram em cortejo pelas ruas centrais, acompanhados de enorme massa popular, e foram colocados na Catedral, para visitação publica e vigilia civica. O cliché mostra um gruno de crianças, descendentes de veteranos de 32, aguardando o momento de entrar no templo, para esparzir sobre as urnas funerarias petalas de rosas. (Noticiario na 4.a pagina).

Figura 10: Aspecto da celebração de 8 de julho.

***Folha da Manhã*, 9 de julho de 1955.**

AS COMEMORAÇÕES DE 9 DE JULHO — Atingiram ontem seu ponto culminante as comemorações da data maxima de São Paulo, com a trasladação dos despojos dos heróis do movimento de 32, Martins, Miragaia, Drausio, Camargo e Paulo Virginio, da Catedral, onde foram objeto de visitação publica desde o dia anterior, para a cripta do monumento ao soldado constitucionalista, no Ibirapuera. Na foto, um aspecto do cortejo. (Reportagem na 4.a pag.).

Figura 11: Aspecto do traslado dos corpos da Catedral para o Mausoléu.

***Folha da Manhã*, 10 de julho de 1955**

Figura 12: Foto do Monumento Mausoléu em 1955.

***Folha da Manhã*, 10 de julho de 1955.**

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo